

FOI
LEÇÃO
AC



Ratzel

Organizador: Antonio Carlos Robert Moraes
Coordenador: Florestan Fernandes

GEOGRAFIA

ea
editora ática

RATZEL



301
R189)

56802/IG



1010568062



301 R189r

Abrangendo sete disciplinas fundamentais das ciências sociais — Sociologia, História, Economia, Psicologia, Política, Antropologia e Geografia — a coleção apresenta os autores modernos e contemporâneos de maior destaque mundial, focalizados através de introdução crítica e biobibliográfica, assinada por especialistas da universidade brasileira. A essa introdução crítica segue-se uma coletânea dos textos mais representativos de cada autor.

Friedrich Ratzel (1844-1904) representou papel fundamental no processo de sistematização da geografia moderna. Foi de sua autoria uma das pioneiras formulações de um estudo geográfico especificamente dedicado à discussão dos problemas humanos. Seu projeto teórico, basicamente interdisciplinar, teve a preocupação central de entender a difusão dos povos na superfície terrestre, problemática que, segundo seu próprio juízo, articulava história, etnologia e geografia numa mesma discussão.

Nesta coletânea, são apresentados textos fundamentais de Ratzel, onde são discutidas suas principais propostas, entre elas a da constituição da antropogeografia, ciência voltada para a articulação entre as condições naturais e a história dos povos.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS	
N.º CHAMADA	201
V.	EX.
TOMBO BCI	568062
TOMBO IG	
PROC.	22-7004101
C	<input checked="" type="checkbox"/>
D	<input type="checkbox"/>
PREÇO	
DATA	04/06/03
N.º CPD	

lib 15115

TENTO

Consultoria geral
Florestan Fernandes

Coordenação editorial
Marta Carolina de Araujo

Tradução
Fátima Murad e Denise Bottman

Preparação dos originais e
Índice Analítico e Onomástico
Carmen Zilda Ribeiro

ARTE

Coordenação gráfica
Rene E. Ardany

Coordenação de composição
Neide H. Toyota

Layout da capa
Elifas Andreato

Arte-final (capa)
Antonio U. Domencio

ISBN 85 08 03571 3

1990

Todos os direitos reservados
Editora Ática S.A. — Rua Barão de Iguape 110
Tel.: (PABX) 278-9322 — Caixa Postal 8656
End. Telegráfico "Bomlivro" — São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
A antropogeografia de Ratzel: indicações	7
Os textos selecionados	28

I. GEOGRAFIA DO HOMEM (ANTROPOGEOGRAFIA)	32
1. Evolução dos conceitos relativos à influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade	32
2. O homem e o ambiente	54
3. O povo e o seu território	73
4. O elemento humano na geografia. A história e a geografia do homem	83
5. Tarefas e métodos da geografia do homem	94

II. AS RAÇAS HUMANAS	108
6. O objeto da etnologia	108
7. Posição, configuração e grandeza da humanidade	112
8. A posição dos povos naturais na humanidade	122
9. Essência, origem e difusão da civilização	129
10. O Estado	141

III. A CÔRSEGA: ESTUDO ANTROPOGEOGRÁFICO	151
---	-----

IV. AS LEIS DO CRESCIMENTO ESPACIAL DOS ESTADOS	175
--	-----

ÍNDICE ANALÍTICO E ONOMÁSTICO	193
--------------------------------------	-----

Textos para esta edição extraídos de:

- RATZEL, F. *Geografia dell'uomo* [Antropogeographie]. Turim, Fratelli Bocca, 1914:
— . *Le razze umane*. Turim Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1909.
— . *Annales de Géographie*, Paris, s. e., 1899.
— . The laws of the spatial growth of States. In: KASPERSON, R. E. et MINGHI,
J. V. *The structure of political geography*. Chicago, Aldine, 1969. p. 17-28.

INTRODUÇÃO

Antonio Carlos Robert Moraes

Professor do Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo

0319251

••

••

•

•

•

•

•

•

A ANTROPOGEOGRAFIA DE RATZEL: INDICAÇÕES

A obra de Friedrich Ratzel representou um papel fundamental no processo de sistematização da geografia moderna. Ela contém a primeira proposta explícita de um estudo geográfico especificamente dedicado à discussão dos problemas humanos. Foi, assim, de sua autoria uma das pioneiras formulações — sem dúvida a mais trabalhada — de uma geografia do homem. A importância de sua obra também emerge por ela ter sido uma das originárias manifestações do positivismo nesse campo do conhecimento científico. Ratzel foi um dos introdutores desse método — que posteriormente se assentou como o dominante — no âmbito do pensamento geográfico. O significado da sua produção para o desenvolvimento da geografia pode ainda ser apontado no fato de ele ter aclarado aquela que viria a ser a principal via de indagação dos geógrafos, ou seja, a questão da relação entre a sociedade e as condições ambientais.

A incidência das colocações ratzelianas, entretanto, não diz respeito apenas ao universo de preocupação da geografia. Pelo menos mais dois campos de pesquisa das ciências humanas — a antropologia e a política — demonstraram interesse por suas idéias. Sua teorização passa por problemas bastante relevantes para a investigação antropológica. Um de seus principais trabalhos, intitulado *As raças humanas*, foi assumidamente redigido como um estudo de etnografia. Não são estranhas às suas páginas alusões a teses de Fraser, Tylor, Morgan ou Blumenbach. Malinowski colocou-o como um dos pioneiros formuladores da teoria difusionista, alertando para sua influência sobre a obra de Boas¹. Também Durkheim e Mauss manifes-

¹ Ver MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1962. p. 206.

taram vivo interesse pelas idéias de Ratzel, o que pode ser atestado nas várias resenhas de seus trabalhos publicadas no *Année Sociologique*². Essa revista chega a editar a tradução de um artigo de sua autoria: "O solo, a sociedade e o Estado"³.

O outro campo de discussão ao qual a obra de Ratzel interessa diretamente é o da ciência política. Temas como o do Estado, das relações internacionais, das fronteiras, ou da guerra, entre outros, estão no centro de suas considerações. Ratzel escreve inclusive um trabalho com o título, até então inédito, de *Geografia política*. Foi fundamentalmente a partir de suas colocações que se desenvolveram as doutrinas geopolíticas de Mackinder, Kjellen e Haushofer⁴. A influência ratzeliana nesse campo extrapola a geopolítica aflorando em autores tão diferentes como Toynbee ou Plekhanov. No essencial, suas teses estarão na base de algumas argumentações do pensamento político conservador vigentes até hoje.

Observa-se, dessa maneira, que, apesar de estar centrado na geografia, o projeto teórico ratzeliano era basicamente interdisciplinar. Ele visava explicar questões essenciais para o conjunto das ciências humanas. Isto poderia ser ilustrado com sua preocupação central em entender a difusão dos povos na superfície terrestre, problemática que, segundo seu próprio juízo, articularia história, etnologia e geografia numa mesma discussão. A etnografia forneceria um quadro da humanidade em todas as suas porções; a etnologia explicitaria as formas de coesão interna de cada grupo, tentando apreender as transformações vivenciadas por cada povo; à antropologia caberia apontar o equipamento biológico, os traços somáticos de cada raça e etnia. A história buscaria recompor o movimento dos povos no planeta, dos múltiplos centros originais de irradiação da civilização humana para as sedes atuais. Finalmente, para a geografia "restaria" tematizar as relações que impulsionaram ou frearam este movimento, as trocas que se estabeleceram entre os homens e os meios naturais de suas sedes originárias e dos espaços pelos quais trafegaram.

Vê-se que a própria existência do estudo geográfico é justificada, na argumentação ratzeliana, em nome de uma meta teórica ambiciosa que almejaria uma explicação global da humanidade; poder-se-ia dizer que a geografia interessa enquanto elemento para a formulação de uma teoria da história. Essa disciplina debruçar-se-ia sobre os diferentes quadros ambientes que compõem a Terra, pesquisando suas influências na evolução dos povos.

² A saber: DURKHEIM, Émile. Ratzel (Friedrich) — Der Staat und sein Boden geographisch beobachtet. *Année Sociologique*, t. I, 1896/7; Idem. Ratzel (Friedrich) — Politische Geographie. *Année Sociologique*, t. II, 1897/8; Idem. Ratzel (Friedrich) — Anthropogeographie. *Année Sociologique*, t. III, 1898/9; Idem. Ratzel (Friedrich) — Das Meer als Quelle der Voelkergrosse. *Année Sociologique*, t. IV, 1899/1900; HAUSHOFER, Maurice. Ratzel (Friedrich) — Raum und Zeit in Geographie und Geologie. *Année Sociologique*, t. XI, 1906/9.

³ RATZEL, Friedrich. Le sol, la société et l'État. *Année Sociologique*, t. III, 1898/9.

⁴ Ver SOBRE, Nelson Weirneck. *Introdução à geografia: geografia e ideologia*. Petropolis, Vozes, 1977. Cap. 3.

De acordo com Ratzel, a perspectiva telúrica diferenciaria a ótica do estudo geográfico. Essa disciplina teria por campo material a Terra, abarcando, porém, a análise do homem, posto como um “ser terrestre”. Na medida em que a história humana, segundo ele, integra-se plenamente com a história do planeta, a geografia poderia ser, a um só tempo, uma ciência humana e da Terra — um domínio de contato entre fenômenos naturais e sociais. Esse enunciado aparecerá como um dos mais recorrentes nas posteriores propostas de tal disciplina.

Internamente, Ratzel dividiu a geografia em três grandes campos de pesquisa: a geografia física, a biogeografia e a antropogeografia. Estas três vertentes da ciência geográfica foram concebidas como estudos sintéticos (que buscam relações entre fenômenos diversificados) e explicativos (capazes de gerar leis), que, por sua vez, subdividir-se-iam em variadas geografias especiais — tópicas e descritivas. A unidade do conhecimento geográfico estaria assegurada na perspectiva telúrica, a Terra associando os fenômenos dos três reinos da realidade. Essa proposta apareceu como bastante polêmica num momento em que pontificavam, no ambiente acadêmico alemão, concepções, como a de Gerland, que limitavam o universo de preocupações geográficas ao domínio dos fenômenos naturais (num retorno à visão kantiana)⁵. Foi exatamente à geografia do homem que Ratzel dedicou a maior parcela de seu trabalho.

O objeto da antropogeografia, na definição de Ratzel, também apresentaria uma tríplice repartição. O tema mais fundamental de indagação dos geógrafos seria o da questão da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade, ou, em outras palavras, das condições que a natureza impõe à história. De acordo com Ratzel, a diversidade das condições ambientais explicariam, em grande parte, a diversidade dos povos, pois o substrato da humanidade seria a Terra, onde as sociedades se desenvolveriam em íntimo relacionamento com os elementos naturais. O estudo da ação de tais elementos sobre a evolução das sociedades seria o objeto primordial da pesquisa antropogeográfica. O estudo da distribuição das sociedades humanas sobre o globo constituiria o segundo campo de interesse dessa pesquisa. A localização atual dos grupos dever-se-ia adicionar a investigação de sua mobilidade passada, buscando levantar suas áreas originárias e seus itinerários. Tal análise forneceria a chave de condicionamentos pretéritos, os quais migram com os povos. Esse segundo campo de investigação completar-se-ia, dessa maneira, com o estudo da difusão dos povos sobre o espaço. O terceiro tema de interesse da antropogeografia seria o estudo da formação dos territórios. O conceito de território é capital na concepção ratzeliana e será tratado adiante.

⁵ “A tarefa do geógrafo é pesquisar a influência das forças que operam no material da Terra e os resultados da operação de tais forças no formato e modificações deste material” (GERLAND apud TATHAM, George. A geografia do século XIX. *Boletim Geográfico*, n. 17, 1959, p. 222).

Vê-se nessa definição do objeto que, apesar da “tríplice repartição”, a questão das influências se sobrepõe, articulando as outras duas. Tanto a problemática da difusão-distribuição quanto a da formação dos atuais territórios lhe são tributárias, pois é no jogo da relação homem-natureza que se alocam, segundo Ratzel, os fatores explicativos de tais processos. Foi fundamentalmente em função desse equacionamento do objeto antropogeográfico que seu nome ficou identificado com o determinismo geográfico, utilizando-se a expressão consagrada por Lucien Febvre⁶. Tal interpretação, dominante nos manuais, é em parte equivocada, não resistindo a uma análise mais profunda da obra ratzeliana. Vários autores já apontaram esses equívocos que, entretanto, persistem nas obras de vulgarização⁷.

Ratzel foi um crítico do determinismo simplista, o qual em sua opinião prestou um desserviço à geografia ao tentar explicar de imediato — e por uma via especulativa, sem base empírica — a complexa questão das influências das condições naturais sobre a humanidade. Ele chegou a tecer críticas contundentes à idéia “obscura” de ser o homem “um produto do meio”⁸. Também a idéia de predestinação dos lugares, elaborada por Ritter, foi alvo de seu ataque, ao qual não escaparam as colocações deterministas de Montesquieu. Desse modo, não há como colocar Ratzel no mesmo rol desses autores e mesmo de alguns de seus discípulos, como, por exemplo, Ellen Semple, efetivamente uma autora determinista. A sua visão do condicionamento dos elementos ambientais sobre o homem e a sociedade é bem mais rica e mediatizada.

O homem, na concepção de Ratzel, é um ser da natureza que possui instintos, necessidades e aptidões. É um “animal favorecido”, possuidor de

⁶ Ver FEBVRE, Lucien. *La Tierra y la evolución humana*. Barcelona, Cervantes, 1925.

⁷ Entre outros pode-se citar Hartshorne, que afirma: “Nem Ratzel nem Semple supuseram que o meio natural fosse determinante de maneira absoluta” (HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo, Hucitec, 1978. p. 61). Claval, diferenciando Semple de seu mestre, vai vinculá-lo à gênese do “ambientalismo”, em suas palavras: “Assim, não se encontra em sua *Antropogeografia* nenhuma expressão abusivamente brutal das doutrinas ambientalistas a que seu nome acabou vinculado” (CLAVAL, Paul. *Evolução de la geografia humana*. Barcelona, Oikos-tau, 1974. p. 53). Tal localização num ambientalismo moderado também é compartilhada por Broek: “Entre os geógrafos foi, acima de tudo, Ratzel quem explorou as influências do ambiente físico sobre a humanidade [...] Embora o autor admitisse que outros fatores além da natureza modelam o destino de um povo, a essência de sua argumentação era que o homem é uma criatura de seu ambiente [...] Ratzel não recorreu apenas às influências ambientais, mas igualmente, ou mais ainda, aos fatores histórico-culturais” (BROEK, Jan O. M. *Iniciação ao estudo da geografia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. p. 30). Finalmente, Schaefer coloca: “Nada há de errado em investigar a influência que exerce o ambiente físico, positivamente ou como condição limitadora, sobre o processo social [...] Ratzel foi o primeiro a pensar originária e imaginativamente neste setor” (SCHAEFER, Fred. O excepcionalismo na geografia: um estudo metodológico. *Boletim Carioca de Geografia*, 1976. p. 44. Número especial).

⁸ Na verdade Ratzel e um crítico explícito do determinismo simplista: “Uma fórmula de conteúdo tão genérico não coloca em evidência a influência de que trata”. Também é categórica sua recusa à “obscura e exagerada afirmação de que o homem é um produto do meio” (RATZEL, Friedrich. *Geografia dell'uomo*. Turim, Fratelli Bocca, 1914. p. 37 e 39).

uma liberdade única no reino animal. É um ser terrestre, que tem a Terra como “mãe provedora”, “sua morada”, enfim, como suporte de sua vida. É na relação com os quadros naturais locais onde se encontra inserido que o homem deve “conquistar” sua liberdade. A aceitação da existência de influências das condições naturais não implica, na argumentação de Ratzel, uma passividade total do elemento humano; pelo menos não nesse plano de definição do objeto antropogeográfico. As influências se põem de forma mediatizada: no indivíduo, como condicionamentos somático-anatômicos e como estímulos psicológicos (cujo estudo estaria fora do âmbito da geografia); na constituição social, pelos recursos e riquezas disponíveis; na constituição étnica de um povo, pelas condições de difusão propiciadas pelo meio (gerando o isolamento e a mestiçagem como casos-limite); na organização do trabalho, pelos estímulos ou barreiras existentes; na formação dos Estados, pela posição geográfica desfrutada etc. Os condicionamentos da natureza são, portanto, atuantes na vida material dos homens através de suas necessidades, como recursos. Ratzel antevê uma malha de influências que manifestar-se-iam através de causas econômicas e sociais.

Pode-se avaliar que tal concepção não se identifica com as formulações de um determinismo estreito. A influência das condições naturais não seria o motor da história, sua única causa. Ratzel acata explicitamente a idéia da “força da densidade”, formulada por Comte e trabalhada por Durkheim. A ação das condições ambientes — a “força do meio” — seria, isto sim, a temática própria, diferenciadora, da análise antropogeográfica. É aqui que vai se armar uma situação de contraditoriedade da proposta ratzeliana, a qual só pode ser desvendada com o recurso a suas concepções metodológicas. Essas concepções quanto a problemas de método vão obscurecer a positividade de sua postura no tocante à definição do objeto antropogeográfico — sem dúvida, sua contribuição maior à geografia posterior.

Antes de penetrar na exposição da postura metodológica de Ratzel, cabe mencionar que essas colocações referentes à definição de objeto propiciaram a alguns autores tecer interpretações que visavam aproximá-lo do materialismo histórico e dialético. Foram os pensadores da Segunda Internacional, notadamente Plekhanov, que tentaram empreender tal aproximação. São numerosas, nas páginas desse autor, as alusões afirmativas às teorias de Ratzel, postas como complementares e não conflitantes com as de Marx e Engels. A busca dessa proximidade escoimou-se, sem dúvida, nas influências positivistas e evolucionistas presentes nos autores do chamado “marxismo institucional”. A existência de tais influências é um assunto incontroverso entre os historiadores contemporâneos do pensamento marxista⁹.

⁹ Ver PLEKHANOV, G. *Os princípios fundamentais do marxismo*. São Paulo, Hucitec, 1978. p. 32 a 40; e *The development of the monist view of history*. Moscou, Progress, 1974. p. 128. A respeito da influência do positivismo sobre a Segunda Internacional, ver ANDERSON, Petry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto, Afrontamento, 1976. p. 14-5; NETTO, José Paulo. *Capitalismo e reificação*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981. p. 19; além dos estudos de Stedman-Jones, Haupt e Andreucci publicados em HOBBSAWM, Eric. *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 2 v.

As colocações ratzelianas, tal como postas no nível de sua definição do objeto antropogeográfico, são, sem dúvida, materialistas. Não transita em sua argumentação nenhum elemento de metafísica ou de subjetivismo. A questão das influências das condições naturais sobre a história da humanidade é apreendida no quadro da produção e reprodução da vida material dos homens. Entretanto isso não basta para aproximá-lo do materialismo histórico e dialético. Como afirmou Lenin: "A única qualidade da matéria sobre a qual repousa o materialismo é a sua realidade objetiva, que existe fora de nossa consciência"¹⁰. Se a visão ratzeliana do objeto geográfico pode ser considerada materialista, não há maneira de avaliá-la como histórica ou dialética. As suas posições metodológicas se encarregam de não deixar nenhuma dúvida quanto a esse respeito, além de, como foi mencionado, empobrecer a própria visão do objeto desenvolvida.

O positivismo domina completamente a concepção ratzeliana do método a ser assumido pela antropogeografia. A adesão de Ratzel a esse método é explícita e ele afirma textualmente que nos autores positivistas, pela primeira vez no panorama do conhecimento humano, a questão das influências vai aparecer de uma forma "científica"¹¹. São inúmeras as passagens em que Ratzel elogia Comte, de quem vai tomar a visão orgânica de sociedade, a concepção de método científico, além de vários conceitos como, por exemplo, "força da densidade" e "meio intelectual". Outros autores positivistas, especialmente historiadores como Taine e Spencer, são bastante citados em seus trabalhos. Enfim, pode-se tranquilamente identificar Ratzel como um seguidor da "filosofia positiva", sendo um de seus introdutores no seio do debate geográfico.

A evidência mais fundamental dessa filiação ao positivismo está no fato de Ratzel professar o princípio da unidade do método científico, isto é, a idéia da existência de um único método comum a todas as ciências — as quais seriam, conseqüentemente, definidas por objetos próprios. Esta postura positivista introduz um acentuado ranço naturalista na proposta de antropogeografia de Ratzel, à medida que descaracteriza as qualidades próprias dos fenômenos humanos e impele sua análise para a analogia com

¹⁰ LENIN, W. I. U. *Materialismo e empiriocriticismo*. Lisboa, Estampa, 1971. Sobre o materialismo naturalista do final do século XIX, diz Kofler: "Sem dúvida, este materialismo respondia cabalmente aos progressos das ciências naturais e da mecânica, como também a materialização da vida burguesa, conseqüência do inaudível crescimento da riqueza. Esta filosofia materialista não cumpriu, porém, a mesma função que antes, na época anterior a Revolução Francesa, pois a burguesia, que se encontrava sob a proteção do Estado prussiano, apesar das pequenas disputas com ele, não pensava em fazer dessa filosofia uma arma, e muito menos uma arma de subversão" (KOFLER, Leo. *Contribucion a la historia de la sociedad burguesa*. Buenos Aires, Amorrortu, 1974. p. 427).

¹¹ "O estudo do qual nos ocupamos aqui encontra sua particular e ampla aplicação por obra dos filósofos positivistas franceses" (RATZEL, Friedrich. *Geografia dell'uomo*, cit., p. 24). Sobre o método proposto por Comte, pode-se consultar: NISBET, Robert. *Historia de lo idea de progreso*. Barcelona, Gedisa, 1981. p. 350-5; ou BURY, John. *La idea del progreso*. Madri, Alianza, 1971. p. 261-72.

os procedimentos das ciências naturais (a física fornecia o modelo, por excelência, do método científico). Dessa maneira, a geografia dedicada ao estudo dos fenômenos humanos foi por ele equacionada dentro dos cânones metodológicos oriundos da análise da natureza. Tal reducionismo naturalizante — comum a todo o positivismo — acentuou-se pelas características próprias da ciência geográfica, que por si mesma já alimentava esta visão associativa entre fenômenos naturais e sociais.

A adesão ratzeliana ao positivismo, bem como a concepção naturalista daí decorrente, manifestou-se plenamente nos procedimentos analíticos por ele preconizados. A antropogeografia foi posta como uma “ciência empírica”, pautada na observação e na indução. Ratzel se posicionou radicalmente contrário ao uso de procedimentos dedutivos, ao levantamento de hipóteses lógicas e à especulação em geral. O trabalho deveria partir da descrição minuciosa de quadros espaciais circunscritos, vistos como conjuntos de elementos diferenciados entre os quais os fenômenos humanos. A descrição seguiria a comparação tendo por meta a classificação. Nesse percurso a indução comandaria a pesquisa, que poderia desenvolver-se no nível das geografias especiais que trabalhariam com conjuntos mais restritos de fenômenos; a classificação seria o limite desses estudos tópicos. De posse desses resultados, o pesquisador deveria retornar à escala local e à consideração de um povo específico, tentando identificar aí os nexos causais existentes.

É, sem dúvida, na visão de causalidade que se encontra o nó górdio da proposta de Ratzel. É nesse ponto, fundamentalmente, que se vai diluir a positividade alcançada por suas formulações no nível da definição do objeto antropogeográfico. Observou-se, aí, que ele concebia mais um condicionamento do que uma determinação rígida dos elementos ambientais sobre a evolução das sociedades. Ao acatar, entretanto, o afã positivista de chegar, no trato de fenômenos humanos, a uma causalidade análoga à das ciências naturais, Ratzel acabou por subverter sua própria concepção de objeto. A idéia — correta — de ver a natureza como estímulo ou limite para a ação humana passa a ser acoplada, pela opção metodológica, a um raciocínio de movimento reativo, isto é, passa a ser equacionada numa visão de causa e efeito, à qual o autor tece críticas explícitas no plano objetual.

A visão positivista de causalidade introduz um empobrecimento na formulação ratzeliana que anula sua rica e complexa proposta de objeto. No equacionamento da problemática das influências, frente à normatização mecanicista, as condições naturais passam a ser vistas como o *locus* da determinação, como o elemento de causação a partir do qual a história humana se movimenta. A sociedade passa a ser vista como elemento passivo, que apenas reage a uma causalidade que lhe é exterior. O homem torna-se, assim, efeito do ambiente. Dissociam-se — hierarquizando — natureza e sociedade, e se perde a possibilidade de apreender a dinâmica e as qualidades próprias dos fenômenos sociais. Como é através do método que se substantivam as intenções propostas no plano da definição do objeto, a antropogeografia de Ratzel acaba por veicular uma perspectiva naturalista.

Tal avaliação, contudo, não deve ser confundida com uma identificação da produção ratzeliana com o determinismo estreito. Mesmo se propondo chegar ao estabelecimento de leis antropogeográficas, análogas às leis das ciências naturais, Ratzel não concebeu essa empresa de maneira simplista. Ele é explícito quanto às metas a serem atingidas — traduzir em leis as influências das condições naturais sobre a evolução dos povos —, porém não elimina as dificuldades existentes na realização de tal propósito. Ele alertou com clareza que a explicação generalizadora na antropogeografia não poderia se valer do recurso à matemática e à experimentação como outras ciências. Por isso, asseverou que as leis dessa disciplina seriam leis “advindas da paciência”. Em várias passagens de suas obras são encontráveis críticas à generalização precoce destituída de uma sólida fundamentação empírica. Novamente emerge a argumentação de que a geografia é uma ciência igual às outras, porém ainda em formação.

A tensão entre a perspectiva relativista (mediatizada) da relação homem-natureza, defendida por Ratzel no nível da definição do objeto antropogeográfico, e a hierarquização introduzida pela visão de causalidade, assumida no plano do método, pode ser bem ilustrada pela interpretação ratzeliana da obra de Comte. Apesar da sua já mencionada concordância, em termos genéricos, com as formulações do filósofo de Montpellier, Ratzel vai dizer que ele acaba por ser parcial em sua teoria sobre a evolução da humanidade. Após haver apontado a “força da densidade” (o crescimento populacional) e a “força do meio” (o condicionamento ambiente) como os elementos impulsionadores desse processo, Comte, segundo Ratzel, constrói sua teorização levando em conta apenas o primeiro fator. Dessa maneira, ele detecta e critica no autor do *Curso de filosofia positiva* uma incoerência na qual sua teorização também vai incorrer. Se Comte, mesmo aceitando a existência, acaba por desprezar a influência das condições naturais na evolução das sociedades, Ratzel vai superdimensioná-la, desprezando outros elementos de causação que ele próprio havia acatado. Observa-se, assim, uma inversão de perspectivas: Comte, preocupado com a formulação de uma sociologia, desprezou a ação dos fenômenos naturais; Ratzel, às voltas com a elaboração de uma geografia do homem, minimizou os fenômenos especificamente sociais. Nos dois casos, o método impele a análise para uma concepção unicausal.

A perspectiva naturalizante de Ratzel encontrou elementos de sustentação nos postulados positivistas, entretanto também se alimentou de outras fontes. A própria tradição do pensamento geográfico forneceu-lhe embasamento. Os autores pioneiros do processo de sistematização da geografia moderna haviam equacionado a problemática dessa ciência em moldes naturalistas. Para Humboldt, o homem era um elemento a mais da paisagem, sendo esta o objeto de interesse do geógrafo. Na proposta de Ritter a tese da “predestinação dos lugares” ocupava um lugar essencial, evidenciando o determinismo natural ali defendido. Na concepção kantiana, o estudo geográfico estava limitado à análise da natureza, na medida em que

os fenômenos humanos constituiriam o campo da antropologia. Peschel entendia a geografia como um estudo das formas existentes na superfície terrestre, estando o homem englobado apenas enquanto criador e transformador de tais formas. Os exemplos poderiam se multiplicar, todos apontando para uma ótica naturalista.

No âmbito explícito da geografia foi na obra de Ritter, sem dúvida, que Ratzel buscou sua inspiração. A postura de centrar a análise geográfica na problemática da influência das condições naturais sobre a história da humanidade já se encontrava desenvolvida nas páginas desse autor. Apenas ele não separou esta temática numa subdivisão da geografia; ao contrário, colocou-a como seu corolário unificador. A novidade introduzida por Ratzel residiu em colocar a questão das influências como objeto primeiro de uma geografia do homem. A filiação ratzeliana a Ritter não foi, contudo, uma adesão destituída de críticas. A maior parte de tais críticas incidiram sobre o simplismo e as generalizações prematuras contidos na obra ritteriana. A "lei da articulação litorânea"¹², por exemplo, foi um dos alvos atacados por Ratzel. De todo modo, há uma continuidade temática nitida entre os dois autores.

A perspectiva de Ratzel não encontrou apenas apoio na tradição do pensamento geográfico, e dentro deste na filiação às colocações de Ritter, como também a própria formação do autor a reforçava. Seu aprendizado universitário havia versado, basicamente, nos campos da geologia e da zoologia. Nesta última disciplina, ele havia sido aluno de Haeckel na Universidade de Berlim. Este pensador, um dos introdutórios do evolucionismo na Alemanha, exerceu viva influência sobre as idéias de Ratzel. A concepção ecológica, da qual Haeckel foi um dos pioneiros formuladores (sendo inclusive o propositor original do rótulo ecologia para o estudo da associação dos organismos num dado meio), constituiu-se num dos principais fundamentos da proposta antropogeográfica. Também essa filiação não foi desprovida de críticas, podendo tomar-se por exemplo a tese haeckeliana do "ser mudo" bastante atacada por Ratzel¹³.

O contato e os laços de amizade com Moritz Wagner também incidiram sobre o pensamento ratzeliano. Sua relação epistolar com este cientista natural foi bastante intensa. A análise das obras de Ratzel mostra ainda que seu conhecimento da produção dos naturalistas do século XVIII e da primeira metade do século XIX era considerável. Notadamente Buffon, Pallas, Zimmermann e J. R. Forster são bastante citados em seus trabalhos. Um destaque deve ser dado à figura de Forster, o qual foi enfaticamente

¹² Sobre as formulações de Ritter pode-se consultar MEHEDINTI, S. La géographie comparée d'après Ritter et Peschel. *Annales de Géographie*, n. 49, 1901; ou o volume preparado por Nicolas-Obadia: RITTER, Karl. *Introduction à la géographie générale comparée*. Paris, Les Belles Lettres, 1974. Sobre a "lei da articulação litorânea", ver as críticas de FEBVRE, op. cit., p. 279, e de RATZEL, F. La Corse: étude anthropogeographique. *Annales de Géographie*, v. 8, 1899.

¹³ Ver RATZEL, F. *Las razas humanas*. Barcelona, Montaner y Simon, 1888, v. 1, p. 16.

elogiado por Ratzel. Este autor desenvolveu, ao participar das expedições de Cook, toda uma metodologia de observação e levantamento de campo, que foi igualmente elogiada e assumida por Humboldt e Ritter¹⁴.

Caberia, encerrando este tópico, mencionar a relação de Ratzel com o pensamento evolucionista, posta por muitos comentaristas como uma das influências mais marcantes em sua obra. Seria interessante assinalar que os geógrafos, de modo quase unânime (o que varia é a ênfase), consideram-no um adepto do evolucionismo, enquanto os antropólogos vão creditar a ele um papel significativo na formulação da teoria "difusionista", que, no desenvolvimento da antropologia, colocar-se-ia como uma atenuante da visão evolucionista. Na verdade, Ratzel elogia bastante Lamarck, de cuja obra vai tomar a teoria da adaptação e muitos elementos do conceito de meio (ao qual adiciona contribuições de Comte e de Haeckel). Já as colocações de Darwin receberam uma interpretação variável no decorrer da sua trajetória intelectual. Na *Antropogeografia* o autor da *Origem das espécies* é bastante citado numa avaliação afirmativa de suas teorias; em *As raças humanas*, escrito alguns anos depois, Ratzel faz críticas refutativas a Darwin, chegando a falar da "pretensiosa e atrevida teoria da evolução"¹⁵. De todo modo, não há como negar uma certa ótica evolucionista que permeia o raciocínio ratzeliano. Tal ótica seria em parte subjacente a todo o positivismo clássico, estando incrustada, por exemplo, na concepção orgânica da sociedade.

Para dar conta das influências presentes no pensamento ratzeliano restaria falar do filósofo Herder, que aí ocupa um lugar de destaque¹⁶. Esse autor, um dos participantes do movimento Sturm und Drang, foi um dos principais expoentes do romantismo alemão da segunda metade do século XVIII e um crítico do pensamento ilustrado. Se a postura romântica trabalhava no sentido de afastá-lo do cientificismo positivista assumido por Ratzel, o antiiluminismo aproximava-os. No cerne da crítica à Ilustração, um ideal nacionalista — contrário portanto ao cosmopolitismo e ao universalismo subjacentes àquele pensamento — alimentava as formulações dos dois autores. Ratzel posicionou-se explicitamente quanto a esse ponto, aparecendo em suas páginas avaliações refutativas das colocações de Rousseau e de Montesquieu.

¹⁴ Sobre a obra de Forster e sua influência no pensamento geográfico pode-se consultar o artigo citado de Tatham.

¹⁵ RATZEL. *Las razas humanas*, cit., p. 4. Sobre a relação de Ratzel com o evolucionismo, ver: CLAVAL, P. *Evolución de la geografía humana*, cit., p. 36-7 e 52; e CLAVAL, P. e NARDY, Jean Pierre. *Pour le cinquantenaire de la mort de Paul Vidal de la Blache*. Paris, Les Belles Lettres, 1968. p. 27. Sobre a relação da geografia com o evolucionismo, ver: MENDOZA, J. et alii. *El pensamiento geográfico*. Madrid, Alianza, 1982. Cap. 1.

¹⁶ Sobre o pensamento de Herder pode-se consultar, além das obras citadas de Nisbet e Bury, a introdução de M. Rouché em HERDER, J. G. *Une autre philosophie de l'histoire pour contribuer à l'éducation de l'humanité*. Paris, Aubier, s.d.; ou o ensaio de Pucciarelli — Herder y el nacimiento de la consciencia histórica — publicado na tradução espanhola dessa obra (Buenos Aires, Editorial Nova, 1960).

Na interpretação que desenvolveu, no primeiro capítulo da *Antropogeografia*, a respeito da evolução dos conceitos relativos à problemática da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade, presentes no pensamento filosófico desde a Antiguidade, Ratzel vai dizer que Herder foi o primeiro autor moderno a equacionar corretamente a questão. Mesmo assumindo uma posição romântica que obscureceu suas formulações, uma postura "mais de artista que de cientista" segundo Ratzel, Herder teria colocado o problema das influências de uma forma positiva, qual seja: a de discutir o homem em unidade com a Terra. Para ele, a história deveria ser vista como "uma geografia em movimento". A Terra, em seus variados quadros locais de condições naturais diversificadas, deveria ser estudada enquanto "teatro da humanidade". Essa visão herderiana foi também explicitamente assumida por Ritter, fato que reforça os laços existentes entre os dois geógrafos. A aceitação de Ratzel foi, contudo, ainda mais enfática. Ele endossou plenamente a concepção de progresso de Herder, que se constituiu num dos fundamentos centrais de sua teorização. Deve-se assinalar que tal filiação aos postulados herderianos limitou-se, de forma absoluta, ao plano da definição antropogeográfica do objeto. No que tange à discussão de método, Ratzel foi bastante crítico com relação ao filósofo, cujas considerações nesse particular ele avaliou como "não-científicas", num juízo distinto do de Ritter.

Eis as principais fontes teóricas do pensamento ratzeliano. No nível do objeto, a filosofia da história de Herder e a geografia comparada de Ritter. No nível do método, a filosofia positiva de Comte e a ecologia de Haeckel principalmente. Observa-se que a inspiração de Ratzel no tocante ao objeto advém de autores marcados por uma ótica metafísica (para se usar a expressão cara ao positivismo), possuidores de uma perspectiva teológica que domina suas formulações. Já no plano metodológico emergem inspirações que professam culto a uma rígida objetividade, propondo uma postura "absolutamente científica". Dessa maneira, na proposta de Ratzel relacionam-se orientações filosóficas dispares: a temática vem do idealismo transcendental, e seu tratamento é proposto em moldes positivistas, tendo por modelo os estudos das ciências da natureza. A antropogeografia visava realizar um projeto teórico romântico com um instrumental positivista.

Pelas razões apontadas, Ratzel inaugurou alguns problemas que acompanharão todo o desenvolvimento posterior da geografia de inspiração positivista. Vários dualismos irresolvíveis do pensamento geográfico tradicional têm origem em sua proposta. O positivismo demandava leis, que o equacionamento do objeto geográfico se recusava a fornecer, a não ser à custa de simplificações grosseiras. O positivismo demandava um objeto singular, para uma ciência que era pensada enquanto um estudo de relações entre fenômenos variados. Enfim, nas antinomias da proposta ratzeliana foram geradas algumas das principais contradições que acompanham a evolução da geografia moderna.

Vistos os propósitos de Ratzel, sua concepção do objeto e do método da antropogeografia e as "influências" mais significativas observáveis em

sua obra, cabe passar à exposição dos principais contornos da teoria da história por ele desenvolvida. Antes, contudo, é mister fornecer algumas noções biográficas a seu respeito, pois as concepções políticas e sociais de Ratzel foram, com uma nitidez meridiana, um produto bem demarcado de sua época e de sua sociedade.

Friedrich Ratzel nasceu a 30 de agosto de 1844 em Karlsruhe, antiga capital do ducado de Baden, no seio de uma família da pequena burguesia local. Começa a trabalhar como ajudante de farmácia ainda jovem e faz seus estudos iniciais na escola técnica de sua cidade natal. Aos vinte e um anos ingressa no ensino superior freqüentando as universidades de Heidelberg, Jena e Berlim. Em Jena estuda geologia com Haeckel, autor que, como vimos, exerce grande influência em sua formação. Um ano após seu ingresso na Universidade, ele é convocado pelo exército alemão, participando da guerra franco-prussiana como oficial. De volta do *front* transfere-se para a Universidade de Munique, onde estuda geologia com Zittel. Nessa época começa a militar no jornalismo geográfico, escrevendo artigos de viagens no periódico *Kolnisch Zeitung*. Viaja pelo sul da Itália, pelos Alpes e pela Transilvânia, publicando estudos que, em 1874, são reunidos num livro¹⁷.

Em 1873 embarca para a América como correspondente desse jornal, viajando pelos Estados Unidos e México durante quase dois anos¹⁸. As observações efetuadas nesse périplo são fundamentais na formação de Ratzel, que desenvolverá suas primeiras teorizações ao ordenar o material levantado. Nesse período começa a lecionar na Politécnica de Munique, onde apresenta uma tese de ingresso sobre a migração chinesa. Além disso continua seu trabalho jornalístico, chegando a editor do *Ausland*. A idéia de que a elaboração do material recolhido na viagem à América serviu de substrato para o desenvolvimento da proposta teórica de Ratzel encontra apoio no fato de, logo após a edição de tais resultados, ele publicar a primeira versão de sua obra capital, a *Antropogeografia*.

A publicação desse livro em 1882 consagra seu autor no ambiente acadêmico alemão. Tanto que no ano seguinte Ratzel transfere-se para a Universidade de Leipzig, onde passa a ocupar a cátedra de geografia, substituindo Richthofen na cadeira que antes havia sido de Peschel. Ali ele vai desenvolver uma intensa atividade. Dirige a Sociedade de Geografia de Leipzig, onde orienta numerosos trabalhos. Edita a "Biblioteca de Manuais Geográficos", que publica, entre outras obras famosas, a *Climatologia* de Hann e a *Morfologia* de Penck. É coordenador do Comitê Central para o Estudo da Geografia da Alemanha, organismo estatal interuniversitário dedicado a levantamentos regionais monográficos. Entre 1885 e 1888 publica os três volumes daquela que será sua segunda mais importante obra: *As raças*

¹⁷ RATZEL, F. *Wundertage eines Naturforschers*. Leipzig, 1874.

¹⁸ Sobre a estada de Ratzel nos Estados Unidos, ver: SAUER, Carl. The formative years of Ratzel in the United States. *Annals of Association of American Geographers*, v. 61, 1959.

humanas. Pode-se dizer que após a redação desse trabalho as concepções fundamentais de Ratzel já estão formuladas. Sua produção posterior seria, assim, mais de explicitação de pontos específicos já apontados.

A afirmação anterior não quer dizer que a produção ratzeliana após esta data não seja importante e numerosa. Em 1889 ele publica um estudo de geografia física tematizando as montanhas da Europa. Em 1891 vêm a público o segundo volume do *Antropogeografia* e também um estudo sobre os fiordes, produto de uma viagem pela Noruega. Em 1896 Ratzel edita um trabalho intitulado *O Estado e seu solo estudados geograficamente*. No ano seguinte é editada sua mais polêmica obra, a *Geografia política*. Em 1898 edita um estudo regional da Alemanha, que permanecerá muitos anos em uso no ensino básico. Nesse mesmo ano, o *Année Sociologique* publica a tradução de um artigo seu intitulado "O solo, a sociedade e o Estado", o *Annales de Géographie* traduz um trabalho monográfico denominado "A Córsega: estudo antropogeográfico". Vê-se que nessa época o nome de Ratzel já havia extravasado os limites da Alemanha e da própria geografia: *As raças humanas* já havia sido, nesse momento, traduzida para o inglês e o espanhol, e quase todas as suas obras haviam sido resenhadas pelas duas revistas francesas acima mencionadas¹⁹.

Em 1900, Ratzel publica um ensaio — *O mar como fonte de grandeza dos povos* — já com um tom fortemente panfletário de defesa do projeto imperial bismarckiano. Nos anos seguintes ele edita os dois volumes de *A Terra e a vida*, obra na qual discute a biogeografia à luz de sua concepção genérica de geografia. Em 9 de agosto de 1904, Ratzel falece aos sessenta anos de idade em Ammerlander. Nos anos seguintes ainda são editadas várias obras inéditas por ele produzidas.

Observa-se que o Autor vivenciou o processo de formação do Estado moderno alemão, tendo escrito a maior parte de seus trabalhos no período bismarckiano de consolidação desse Estado. Sem querer entrar numa discussão sobre as particularidades do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha²⁰, cabe, contudo, assinalar alguns elementos importantes para a compreensão do pensamento de Ratzel. Em razão do caráter tardio da consolidação da sua unidade nacional, a Alemanha não participou da partilha do mundo. Emerge como potência capitalista, apresentando uma industrialização superior à da Inglaterra no último lustro do século XIX, destituída de colônias. Um expansionismo latente será a marca da política nacional alemã no período. A própria constituição do Estado alemão se fez sob a égide do projeto imperial prussia-

¹⁹ Além das resenhas já citadas do *Année Sociologique*, podem-se lembrar as publicadas no *Annales de Géographie*, a saber: RAVENEAU, Louis. L'élément humain dans la géographie. *A. G.* v. 1, 1891/2; VIDAL DE LA BLACHE, Paul. La géographie politique. A propos des écrits de M. F. Ratzel. *A. G.* v. 7, 1898; HUCKEL, G. A. La géographie de la circulation selon F. Ratzel. *A. G.* v. 15 e 16, 1906/7; STON, Jules. La seconde édition de la *Politische Geographie* de M. F. Ratzel. *A. G.* v. 13, 1904.

²⁰ Uma discussão profunda a esse respeito pode ser encontrada em: LUKACS, Georg. *El asalto a la razón*. Barcelona. Grijalho, 1976.

no. Na verdade, a unificação se estabelece sob a hegemonia da Prússia, com a total capitulação dos setores progressistas e liberais²¹. O militarismo e o belicismo característicos da organização social prussiana se tornam a argamassa da unidade nacional.

As formulações de Ratzel se inscrevem na retaguarda ideológica de tal processo²². Sua teorização atua no sentido de legitimar o projeto expansionista, seja através de uma naturalização da guerra e da competitividade entre as nações, seja pela apologia do Estado existente em suas obras. Isto não quer dizer que Ratzel tenha sido um ideólogo direto das teses de Bismarck. Ao contrário, o vigor de seus argumentos demandava uma aura de cientificidade, logo um distanciamento em frente das questões práticas imediatas. A eficácia ideológica de seus escritos residia, exatamente, na aparente neutralidade de seu discurso. A aproximação com os problemas postos para a classe dominante alemã se dava por uma via meramente temática. Vale deixar que as argumentações e juízos ratzelianos falem por si mesmos.

Nas páginas de Ratzel se encontra uma visão coerente e integrada da sociedade. Na verdade ele chegou a elaborar, se bem que de forma assistemática, uma teoria da história, em que o Estado vai aparecer como o agente privilegiado de impulsionamento do progresso. Ele produziu, assim, a partir de uma ótica geográfica, uma explicação que pretendia veicular uma visão global do desenvolvimento da humanidade.

Ratzel parte da afirmação da “unidade da espécie humana”, contrapondo-se às teorias racistas que definem diferenciações de base no interior da humanidade. Para ele, as diferenças encontráveis entre os povos não adviriam de uma determinação genética do equipamento biopsíquico, sendo, ao contrário, frutos de uma história que se desenrola sobre a Terra. A aceitação do racismo, de certa forma, fecharia a possibilidade de uma explicação geográfica da história ao colocar a chave de sua interpretação num patamar da biologia. Tal chave, na teorização ratzeliana, localizar-se-ia na relação entre as sociedades e as distintas condições ambientais dos variados quadros terrestres. A humanidade é, dessa maneira, posta como unitária em sua origem, diferenciando-se num processo histórico. Dai Ratzel insurgir-se contra a idéia da existência de “povos sem cultura” e também contra a tese da “regressão cultural” de certas

²¹ Sobre o período bismarckiano, ver: MARX, K. *Crítica del Programa de Gótha*. Moscou, Progress, 1977; e FRAGTEMBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. São Paulo, Ática, 1974. Cap. III; e ainda os trabalhos citados de Kofler e Lukács.

²² Gottmann está entre os comentaristas que enfatizam “a necessidade de avaliar Ratzel em função de sua época e seu meio nacional [...] Nos últimos anos do século XIX, a Alemanha conheceu uma das grandes épocas de sua história com Bismarck. Este império feito pela recente união dos países alemães sob o cetro do rei da Prússia se encontra em plena ascensão na hierarquia das grandes potências, mas um pouco estreito em suas fronteiras. As adições recentes de territórios, adquiridos às expensas da Dinamarca e França, não satisfizeram seu apetite [...] Os alemães sentem profundamente a maleabilidade política do espaço, as vantagens de sua posição no coração da Europa, e estavam um pouco agitados por seus sucessos recentes, pela consciência [...] de sua capacidade política [...] Ratzel dá [...] um traço científico a esta consciência” (GOTTMANN, Jean. *La politique des États et leur géographie*. Paris, A. Colin, 1952

sociedades. Dai também sua crítica às histórias universais que não abarcam todos os povos conhecidos.

Posta a unidade da espécie humana, a civilização apareceria, segundo Ratzel, como o único critério absoluto diferenciador das várias sociedades. Destarte, a divisão existente na humanidade seria aquela entre os “povos naturais” e os “povos civilizados”. Cabe, então, apresentar a concepção de civilização em Ratzel. Esta em sua definição elementar é vista como “a soma das conquistas cultas”, como um produto histórico cuja base repousa num progressivo intercâmbio entre os homens e a natureza. A civilização implicaria uma “utilização consciente da natureza”, na ultrapassagem da “produção espontânea”. Os povos naturais seriam aqueles que vivem sob o domínio da natureza, dependentes dos recursos ambientais imediatos. Os civilizados ampliariam o leque dos recursos utilizáveis, efetivando uma relação mais intensa entre a sociedade e seu espaço. O progresso é, dessa forma, apresentado como uma união mais íntima dos povos com as condições naturais por eles vivenciadas, na tradição dos juízos de Herder e Ritter.

Ratzel diz que a civilização assegura para as sociedades “o firme apoio da natureza”, pelo uso consciente de seus recursos, libertando-as (se bem que de modo relativo) das imposições da produção natural espontânea. Os dons da natureza passam, com a civilização, a ser resultantes do trabalho humano. Este, em sua essência, é definido por Ratzel como uma “imitação da natureza”, um fator de domínio de seus recursos e de suas condições. Ele é explícito ao colocar que a força do homem é inesgotável e que a “energia do povo” é o motor fundamental do progresso. Seria a associação de tal energia com a fertilidade do meio o elemento explicativo central do variado desenvolvimento da humanidade. Dessa forma, o valor dos diferentes quadros terrestres é visto como relativo. As condições naturais do meio aparecem como um dos fatores do progresso. Ratzel só é rígido na avaliação das condições de penúria absoluta dos recursos ambientais — segundo ele, sem alguma riqueza não há momentos de descanso e sem esses não existe possibilidade de progresso intelectual. As condições naturais são entendidas como estímulos ou freios ao desenvolvimento dos povos.

A configuração do meio e a qualidade dos recursos ali disponíveis atuam de forma mediatizada sob tal processo. Na concepção ratzeliana, como já foi mencionado, o condicionamento natural é concebido através de causas econômicas e sociais. Assim, a posição geográfica ou a configuração do relevo atuam sobre a história dos povos, por exemplo, através das condições de segurança que propiciam, a qual seria fundamental em certos estágios de civilização para sedimentar o patrimônio cultural adquirido. Segundo Ratzel, numa aparente ambigüidade com outros juízos de sua teorização, num determinado momento de sua formação, uma dada sociedade necessitaria de um período de paz para impulsionar o seu progresso, sendo portanto a segurança posta como uma condição para a civilização. Ratzel aponta a conservação do patrimônio cultural como uma medida da civilização dos povos (à qual vai somar a necessidade da invenção — na sua concepção a falta de curiosidade é definida como uma “atrofia intelectual”).

O condicionamento natural também manifestar-se-ia, tomando-se um outro exemplo, através de estímulos como aqueles que demandam o trabalho coletivo e a divisão do trabalho que, para Ratzel, constituem necessidades benéficas à civilização. As condições que levam ao agrupamento da população e à cooperação produtiva aparecem como favoráveis (em termos sempre relativos), pois induziriam a uma maior “coesão social”. A complexização das formas de cooperação social é, desse modo, entendida como outro elemento primordial do processo civilizatório — Ratzel é enfático ao definir a diferenciação social como um elemento de progresso. Este raciocínio ratzeliano possui grande concordância com o esquema interpretativo desenvolvido por Émile Durkheim²³. A partir da visão da sociabilidade como um atributo natural dos homens, concebe um movimento evolutivo marcado por formas cada vez mais complexas de associação, num trânsito que vai da família ao Estado. A cada uma das etapas associativas corresponderiam determinados tipos de atividade econômica, numa escala que vai da coleta itinerante à agricultura sedentária. Ainda numa grande identidade com a concepção durkheimiana da evolução histórica, Ratzel vai localizar na “força da densidade” um dos principais motores de tal processo, ao qual vai somar a “favorabilidade do meio” — campo próprio da investigação antropológica.

O processo civilizatório, todavia, é apresentado na formulação ratzeliana como desenvolvendo-se por múltiplos caminhos e em velocidades distintas, donde se afirma sua inclusão entre os pioneiros da teoria difusionista. A mobilidade na superfície terrestre, passando por variados quadros ambientais, representaria, para ele, elemento essencial para a evolução dos povos. Segundo sua avaliação, a origem do excedente econômico residiria na passagem, de uma sociedade já com um instrumental tecnológico sedimentado, de um meio mais pobre para outro mais fértil. A difusão espacial aparece, então, como vital ao progresso, notadamente aquelas formas de difusão que ele qualifica de “coerentes”, isto é, os movimentos como os de colonização ou de expansão contígua que mantém laços com um centro irradiador (as formas de difusão “incoerentes” seriam, exatamente, aquelas que levam à “desagregação” do grupo social). Todas as condições, portanto, que facilitam a mobilidade dos povos aceleram o curso da história.

A expansividade, na concepção ratzeliana, seria natural dos povos e produziria diferentes efeitos conforme o estágio de desenvolvimento por eles vivenciado no momento da difusão. Nos povos naturais ela impediria a solidificação de um significativo patrimônio cultural, pois este decorre de uma acumulação *in situ*. Porém, havendo o progresso, a expansão torna-se inevitável, seja em função da exaustão do meio pelo uso intensificado, seja pela pressão

²³ A idéia durkheimiana da evolução da sociedade com a maior coesão social (passagem da solidiedade mecânica para a orgânica) não conflita com as teses de Ratzel. Também existe grande proximidade com relação às concepções de método dos dois autores. Sobre estes paralelos pode-se consultar, além da obra mencionada de Febvre, SORRE, Max. *Rencontres de la géographie et de la sociologie*. Paris, M. Rivière, 1957

demográfica. A este processo de difusão dos povos civilizados Ratzel denomina “incremento das áreas étnicas”. Tal processo é capital para o progresso de um povo, pois, além de colocá-lo em contato com realidades ambientais diferentes (alargando o seu “horizonte geográfico”), propicia o contato com outros povos portadores de um equipamento cultural distinto. A expansão da área de uma cultura acompanharia um incremento étnico propriamente dito, por causa da inevitável assimilação de novos elementos culturais oriundos do contato. A mesclagem e as condições que favorecem a difusão seriam, assim, altamente positivas no sentido do progresso (para o povo em expansão). O isolamento, ao contrário, estaria, na visão ratzeiana, ligado à barbárie e à estagnação.

Os diferentes fatores que impulsionam o progresso de um povo, colocando-o na senda da civilização, possuem um pano de fundo comum: o “teatro” onde se desenrola tal processo — a superfície da Terra. A relação com o meio seria uma constante nos acontecimentos que interessam à história do homem, esse “ser terrestre”. Daí a visão de Ratzel da “unidade telúrica” entre a história da humanidade e a do planeta. A Terra é posta como substrato indispensável da vida humana, sua condição universal de existência. O espaço, segundo ele, encerra as condições de trabalho da sociedade, que aumentam progressivamente com o seu desenvolvimento. De tal modo que a civilização, ao libertar os povos do domínio do meio, os torna mais dependentes dele. Logo, a questão do domínio do espaço ocupa um lugar central na história.

É em direção a essa questão que Ratzel vai dirigir sua argumentação. É em referência a ela que constrói seus dois conceitos fundamentais: o de território e o de espaço vital. O território seria, em sua definição, uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. Observa-se que a propriedade qualifica o território, numa concepção que remonta às origens do termo na zoologia e na botânica (onde ele é concebido como área de dominância de uma espécie animal ou vegetal). Dessa forma, o território é posto como um espaço que alguém possui, é a posse que lhe atribui identidade. O conceito de espaço vital Ratzel toma de Fichte, e lhe dá maior substantivação. O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis. Seria assim uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica. Seria a porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade.

A construção desses dois conceitos centrais já indica, claramente, o caminho da formulação ratzeiana. A defesa do território é entendida como um imperativo da história, a qual passa a ser delimitada como uma luta pelo espaço²⁴. O direito de um povo a uma dada porção da superfície terrestre repousaria no trabalho ali despendido e, principalmente, no poderio bélico. Tanto a pro-

²⁴ “Semelhantes à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos dão-se quase sempre pelo mesmo objetivo. Na história moderna a recompensa pela vitória sempre foi, ou tem pretendido ser, um proveito territorial” (RATZEL apud SODRE, N. W. *Introdução à geografia*, op. cit., p. 50).

priedade quanto a luta são colocadas como naturais à história. Com relação à propriedade, Ratzel, aproximando-se bastante das colocações de Locke²⁵, argumenta que seu fundamento está no trabalho, definindo-se a posse pelo esforço de se tirar um objeto da natureza. Diz ainda que não se conhece na história nenhum “povo comunista”. Segundo ele, o progresso implicaria maior estabilidade do domínio territorial, pois se expressa em raízes que o povo imprime em seu espaço.

Ratzel também considera a violência, a guerra e a conquista como componentes naturais da história humana. Sendo a expansão dos povos inexorável com o progresso e, por conseguinte, o contato com outras sociedades inevitável, um mecanismo de disputa tende a se estabelecer no desenrolar da história. O embate entre sociedades, etnias e nações seria normal, um dado inquestionável da realidade. O contato pode resultar em comércio, em assimilação ou em guerra²⁶. Sempre o povo num estágio inferior de civilização acabaria englobado pela dinâmica do mais avançado, num processo que teria por limites a fuga, a aniquilação ou a assimilação total. Ratzel vai estabelecer uma diferenciação quanto ao papel desempenhado pela guerra entre os povos naturais e entre os povos cultos. Nos primeiros, o móvel da guerra seria o saque e a escravidão (diga-se de passagem que esta instituição é por ele criticada de forma tênue, apenas na sua ação desagregadora sobre a família), nos segundos, a conquista territorial. Esta, segundo ele, desencadeia uma ação extremamente benéfica sobre a sociedade que a realiza²⁷.

Na concepção ratzeliana, a índole guerreira é posta como virtude, sendo através da conquista que se expandem os frutos da civilização. Nesse juízo o elogio ao colonialismo adquire uma clareza meridiana. O povo que progride expande difundindo, sobre as sociedades que subjuga, o germe civilizatório que impulsionou seu movimento. A identidade étnica é a recompensa daqueles que possuíram energia para conter as forças em expansão, pois, segundo Ratzel, é a luta que faz merecer a liberdade (outro raciocínio que, sub-repticiamente, justifica a escravidão como resultante da fragilidade social). Em seu entendimento, a desconfiança está na base da atividade política dos povos naturais, o que implica a falta de coesão social e de direção moral para fazer frente (mesmo quando possui um contingente numérico maior) às investidas dos povos civilizados. A conquista, portanto, é inevitável naqueles confrontos entre povos em estágios culturais díspares. Além de inevitável, ela é benéfica em sua opinião, pois impele o conquistado a um estágio superior de civilização. A fé na positividade do progresso é tão forte em Ratzel que ele chega a defender

²⁵ Sobre a concepção de propriedade em Locke, ver: MARX Karl. *Teorias de la plusvalia*. Madrid, A. Corazon, 1974 v. 1, p. 16.

²⁶ É interessante apontar o paralelismo dessa argumentação de Ratzel com uma das temáticas que se tornaram centrais na discussão antropológica — a questão da reciprocidade, tematizada, entre outros, por Mauss, Lévi-Strauss e Clastres

²⁷ Diz: “O espaço é um elemento de força para os povos em desenvolvimento” ou “Qualquer progresso deve manifestar-se necessariamente sobre o território [...] abarcar espaços sempre maiores está na essência mesma do progresso” (*Geografia dell'uomo*, op. cit., p. 243 e 188).

explicitamente o trabalho compulsório como acelerador de tal processo. Segundo ele, o "amor à vida vagabunda" é muito intenso, o que justificaria — em nome da civilização — o uso de medidas coercitivas para estabelecer o trabalho regular e constante.

Na substantivação empírica dessa argumentação, Ratzel chega a exprimir juízos que denotam claramente sua perspectiva etnocêntrica, alguns inclusive contraditórios com suas posições teórico-abstratas. Ele afirma que a sede dos povos conquistadores é o hemisfério norte e o Ocidente, definindo as demais localidades da Terra como "áreas de expansão". Chega a dizer que a investigação histórica mostrou ser a zona temperada a mais propícia à civilização e a raça branco-caucasiana a de mais firme energia. Acaba por concluir que a população européia possui as melhores aptidões, o que (em parte decorre) se associa a uma favorabilidade locacional única. Por isso o europeu seria o realizador da história universal pela difusão da civilização mais adiantada. O conteúdo ideológico de tal argumentação dispensa comentários.

As formulações ratzelianas a respeito do desenvolvimento histórico da humanidade desembocam numa teoria do Estado. É na sua elaboração que Ratzel vai despender uma parcela significativa de seu esforço teórico. O aparecimento do Estado é, inicialmente, posto como um momento fundamental no processo civilizatório. A sua existência é, na verdade, o principal elemento diferenciador entre os povos naturais e os civilizados; sua gênese é vista, assim, como ponto de inflexão da história humana. O surgimento do Estado demandaria já um certo patrimônio cultural acumulado e teria por pressuposto a delimitação do território. Isto porque a defesa do espaço vital da sociedade seria, segundo Ratzel, a causa e a função precípua de sua existência. Ele afirma que, quando a sociedade se organiza para defender o seu território, ela se transforma em Estado. Seu aparecimento, por outro lado, resulta num aumento da coesão social do grupo.

Uma vez constituído, o Estado se desenvolve, na avaliação de Ratzel, por uma lógica própria que o faz ir se autonomizando da dinâmica social que lhe deu vida. No processo de sua efetivação, ele acaba por subjugar a sociedade, expandindo o seu "egoísmo político". Torna-se, finalmente, o agente primordial do processo histórico, acabando por monopolizar integralmente a arena da política. Desse modo, o Estado, de acordo com a teorização ratzeliana, movimenta-se a partir de interesses próprios, entre os quais destaca-se o "apetite territorial".²⁸ Sua lógica intrínseca é garantir e aumentar o espaço vital. É pautado nessa lógica que ele passa a dirigir o conjunto social, por estabelecer uma meta que se coloca acima dos interesses particulares dos grupos existentes numa sociedade já civilizada (logo complexa). É ele que comanda e organiza os objetivos de "todo o povo", na inevitável luta com as demais nacionalidades²⁸.

²⁸ É a respeito de tais juízos que Durkheim, comentando um texto de Ratzel, afirma: "Ao observar a exposição da política contida em sua geografia parece-nos ouvir falar um romano, que não veria para seu país glórias maiores que as da conquista" (DURKHEIM, E. "Ratzel (Fr.) — La mer comme source de la grandeur des peuples", op. cit., p. 567)

Vê-se que a formulação de Ratzel atribui à essência do Estado aquelas características latentes do Estado alemão no período bismarckiano. O belicismo expansionista, a tutela integral da sociedade são por ele alçados à condição de natureza intrínseca do organismo estatal. Por essa razão, pode-se definir o autor em foco como um intelectual orgânico da política dos *Junkers*. É interessante observar que ele manifesta uma consciência clara da situação alemã — de elo débil da cadeia imperialista²⁹. Isto transparece, de forma explícita, nas suas críticas à divisão política da Europa Central e na discussão a respeito da relação entre o espaço político e as áreas étnicas. A estratégia imperial bismarckiana é plenamente assumida por Ratzel, aparecendo, por exemplo, em suas colocações sobre a relatividade das fronteiras (seu caráter circunstancial) ou sobre a inevitabilidade da guerra³⁰.

É este o cerne das concepções político-sociais presentes na proposta ratzeliana. O conteúdo ideológico das afirmações e mesmo seu caráter instrumental direto permitem incluí-la no escopo da *Kulturkampf* (política cultural estimulada pelo Estado alemão no final do século XIX, de forte apelo nacionalista). A retomada das teorias de Ratzel pelos autores nazistas não é assim meramente acidental³¹.

Resta salientar que, em sua produção empírica, Ratzel não consegue realizar os horizontes teóricos propostos. A antinomia entre objeto e método e às aparentes ambiguidades de sua teorização político-social, já comentadas, vestem somar-se essa defasagem entre as formulações teórico-abstratas e seus estudos substantivos. No nível do trabalho empírico, Ratzel, em grande parte, não consegue ir além de uma “geografia de posição” (o estudo sobre a Córsega, incluído na presente coletânea, bem o demonstra).

Finalizando esta Introdução, cabe sintetizar os princípios normativos contidos na proposta de geografia de Ratzel. Ela é, inicialmente, colocada como uma ciência de síntese, que trabalha com uma gama bastante variada de fenômenos, preocupada em apreender suas relações. A unidade e a identidade do estudo geográfico repousariam na perspectiva telúrica: a manifestação na superfície terrestre como critério unificador dos diversificados fatos e processos constitutivos do objeto geográfico. O caráter não sistemático da geografia não significaria, entretanto, uma aceitação da “excepcionalidade” dessa disciplina científica perante as demais. Ao contrário, ela seria uma ciência absolutamente igual às outras, o que poderia ser atestado pela adesão ao “método científico” comum a todos os campos dessa forma de conhecimento. A peculiaridade do objeto definiria, isto sim, a geografia como uma ciência de contato entre os fenômenos naturais e sociais. O entendimento de tal relação é, inclusive, colocado

²⁹ Utilizando a expressão cunhada por POLANIZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. São Paulo, Martins Fontes, 1978. p. 31.

³⁰ Febvre e Sion definem a geografia política de Ratzel como “um manual de imperialismo” ver. FEBVRE, L. Op. cit., p. 57, e SION, J. Op. cit., p. 171.

³¹ Sobre a retomada das teorias ratzelianas pelos nazistas pode-se consultar a obra citada de Nelson Werneck Sodré.

como objetivo primordial de uma de suas vertentes, a antropogeografia. Um último princípio normativo geral, advindo da opção metodológica, seria o da visão da geografia como ciência empírica, isto é, pautada na observação, que avança por um caminho basicamente indutivo. Tais princípios, que na verdade reforçam preceitos de autores anteriores (notadamente de Humboldt e Ritter), se agregaram profundamente no pensamento geográfico posterior.

Resta apenas reforçar algumas considerações sobre a "herança geográfica" ratzeliana. Esta é constituída, principalmente, de suas formulações concernentes ao objeto antropogeográfico. Como foi dito, Ratzel foi o primeiro autor a propor de forma explícita uma geografia do homem, ocupando assim um papel pioneiro em tal campo de preocupação. Pode-se dizer que por esta via foi um precursor da própria geografia humana (de matriz predominantemente francesa) que surge em oposição à sua proposta. Nesse sentido pode-se afirmar que ele exerce uma influência, mesmo que por negação, sobre a "escola possibilista" de Vidal de la Blache. Ratzel também vai influenciar, aí de uma forma mais direta e afirmativa, a corrente antagonista desse embate: a "escola determinista" de Semple, Huntington e outros. Os autores dessa vertente de filiação na verdade deturpam, radicalizando, as formulações do mestre. De qualquer modo, observam-se as idéias de Ratzel presentes nos dois pólos da principal polêmica geográfica da primeira metade do século XX. Em termos metodológicos, seu pioneirismo reside na introdução explícita do positivismo na geografia. Todavia, não aparece aí uma contribuição pessoal de monta. A própria proposta da existência de um só "método científico" não propiciava campo para grandes inovações (tratava-se apenas de aplicar preceitos já estabelecidos a um novo campo de investigação).

A leitura de alguns textos ratzelianos poderá oferecer a ilustração dos juízos aqui emitidos. Selecioná-los para a presente coletânea não é uma tarefa fácil, pois se trata da primeira publicação de qualquer escrito de Ratzel em português. Sua produção, como vimos, é considerável, abarcando um amplo leque de questões. Urge, deste modo, eleger um objetivo preciso para dar consistência ao conjunto de textos, de modo que ele possa fornecer a possibilidade de um juízo quanto às concepções do Autor. De certa maneira, a proposta de Ratzel ajuda nessa tarefa, pois suas preocupações, apesar de variadas, possuem um leito comum de integração. A geografia emerge em seu universo teórico como uma via agregadora de diferentes classes de problemas. A Terra unificaria o estudo dos diferentes fenômenos que ocorrem sobre sua superfície. A questão da influência das condições naturais sobre o desenvolvimento dos povos perpassa todo o trabalho ratzeliano. Acredita-se ser este o cerne do pensamento de Ratzel, logo o caminho natural para um primeiro contato.

OS TEXTOS SELECIONADOS

A obra capital da produção ratzeliana é a *ANTROPOGEOGRAFIA*, que tem por subtítulo: *Princípios de aplicação da ciência geográfica à história*. Publicado originalmente em 1882 e republicado — com um segundo volume e pequenas alterações no primeiro — em 1891, este livro, que inaugura a geografia do homem, possui um claro tom normativo veiculando um projeto e uma proposta de Ratzel. A proposta: constituição de uma nova ciência geográfica; o projeto: construir seu objeto próprio (nos moldes do positivismo clássico) a partir da questão das influências. Trata-se, assim, de leitura indispensável para o conhecimento das concepções ratzelianas. Na impossibilidade de publicar essa obra na íntegra — só o primeiro volume perfaz mais de setecentas páginas —, optamos por excertos contendo os trechos mais significativos em termos teórico-metodológicos. Escolhemos as passagens mais densas quanto à definição do objeto antropogeográfico em detrimento das eruditas discussões de conteúdo mais empírico. Por esta razão transcrevemos os capítulos iniciais do primeiro volume da *Antropogeografia*, em que Ratzel faz uma extensa revisão da matéria, investigando como a questão das influências foi tratada desde a Antiguidade até os autores de sua época.

A outra obra escolhida para constar da presente coletânea é *AS RAÇAS HUMANAS*, sem dúvida o trabalho de Ratzel mais divulgado, do qual conheceu em vida traduções para o inglês e o espanhol. A edição original do livro, em três volumes de quinhentas páginas, data de 1885 a 1888. Situa-se, dessa forma, entre as duas edições do *Antropogeografia*. Trata-se basicamente de um minucioso e exaustivo inventário dos diferentes povos existentes no globo, apresentados por grupos e subgrupos raciais e tematizados quanto à linguagem, à religião, à economia, à habitação, à família, às formas de poder, aos produtos, ao vestuário, etc. No início da obra, Ratzel justifica o procedimento adotado e expõe sua concepção a respeito de cada um dos aspectos tematizados. Essa primeira parte difere bastante do restante da obra, pois possui um conteúdo teórico explícito, enquanto as demais partes são integralmente descritivas. Optamos por excertos dessa parte inicial, abarcando os quatro primeiros capítulos e o décimo terceiro (este incluído por expressar sinteticamente a concepção de Estado do Autor). Acreditamos que estes textos ajudam na explicitação de pontos apresentados nos anteriores, acerca da teoria da história ratzeliana.

Para se fazer um pequeno contraponto entre as propostas teóricas de Ratzel e sua produção empírica, que, como foi dito, não realiza os horizon-

tes teóricos almejados, selecionamos um breve estudo monográfico intitulado “A CÔRSEGA: ESTUDO ANTROPOGEOGRÁFICO”. Este trabalho foi publicado no *Annales de Géographie*, em 1899. Na verdade trata-se de uma amostra muito diminuta para se efetuar um juízo a respeito da volumosa produção empírica de Ratzel. Mesmo assim, por tratar-se de uma monografia, permite observar a abordagem empregada pelo Autor no trato do mundo empírico. Prepondera em sua análise, nesse texto e no geral de sua obra empírica, uma “geografia de posição” (em moldes bem tradicionais) que empobrece bastante suas considerações no plano teórico-abstrato.

Finalizando a coletânea, selecionamos um artigo que versa sobre o tema a que o nome de Ratzel mais ficou vinculado: a problemática da relação entre o Estado e o território. Trata-se do artigo “AS LEIS DO CRESCIMENTO ESPACIAL DOS ESTADOS”, publicado originariamente na *Petemanns Mitteilugen*, v. 42, 1896, e republicado em Kasperson, R. E. e Minghi, J. V., eds., *The structure of political geography*, Chicago, Aldine, 1969. Este texto é bastante explícito quanto às concepções políticas de Ratzel, oferecendo uma visão de sua proposta de geografia política.

Bibliografia de Ratzel

- 1874 — *Wandertage eines naturforschers*, Leipzig.
- 1876 — *Städte und Kulturbilder aus Nordamerika*, Leipzig.
- 1878 — *Aus Mexico: Reiseskizzen aus den Jahren 1874 und 1875*, Leipzig.
- 1878/80 — *Die Vereinigten Staaten von Nordamerika*. 2 v., Munique.
- 1882/91 — *Anthropogeographie*, 2 v., Stuttgart.
- 1885/88 — *Volkerkunde*, 3 v., Leipzig.
- 1889 — *Die Schneedecke*, Stuttgart.
- 1891 — *Über Karrenfelder in Jura und Verwandtes*, Leipzig.
- 1896 — *Der Staat und sein boden geographisch beobachtet*, Leipzig.
- 1896 — *Deutschland, Einführung in die Heimatkunde*, Leipzig.
- 1897 — *Politische Geographie*, Munique/Leipzig.
- 1900 — *Das meer als quelle der volkergroesse*, Leipzig.
- 1901/2 — *Die Erde und das Leben*. 2 v., Leipzig.
- 1904 — *Über Naturchilderung*, Munique.
- 1906/7 — *Kleine schiften*, 2 v., Munique.
- 1907 — *Raum und Zeit in Geographie und Geologie*, Leipzig.

Além destes livros, Ratzel escreveu um elevado número de artigos científicos e jornalísticos.

Bibliografía sobre Ratzel

- CLAVAL, Paul. *Evolución de la geografía humana*. Barcelona, Oikos-Tau, 1974.
- DIX, Arthur. *Geografía política*. Barcelona, Labor, 1929.
- FEBVRE, Lucien. *La tierra y la evolución humana*. Barcelona, Cervantes, 1925.
- GOTTMANN, Jean. *La politique des états et leur géographie*. Paris, Armand Colin, 1952.
- SEMPLÉ, Ellen. *Influences of geographic environment on the basis of Ratzel's anthropogeography*. New York, M. Holt, 1914.

TEXTOS DE FRIEDRICH RATZEL

*Seleção, organização e revisão
da tradução:*
Antonio Carlos Robert Moraes

I. GEOGRAFIA DO HOMEM (ANTROPOGEOGRAFIA)*

1. EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS RELATIVOS À INFLUÊNCIA QUE AS CONDIÇÕES NATURAIS EXERCEM SOBRE A HUMANIDADE

§7. **Conceitos predominantes no passado** — A geografia, imediatamente após a renovação realizada por Karl Ritter, dedica-se com grande amor ao antigo problema filosófico das relações recíprocas existentes entre natureza e humanidade, entre o teatro dos acontecimentos e a história, procurando, se não chegar a solução, pelo menos aproximar-se dela. Mas por que razões a geografia sentiu a necessidade de enfrentar o estudo das intrincadíssimas questões fisiológicas, psicológicas e históricas a que estas relações mútuas dão lugar? Bem, a nossa ciência deve estudar a Terra *ligada* como está *ao homem* e, portanto, não pode separar esse estudo do da vida humana, tampouco do da vida vegetal e animal. As mútuas relações existentes entre a Terra e a vida, que sobre aquela se produz e se desenvolve, constituem precisamente o nexo entre uma e outra e, portanto, devem ser particularmente examinadas. Hoje, a parte geográfica desse estudo tem uma importância indubitável e é, ao mesmo tempo, a de mais fácil realização. É de se assinalar, em primeiro lugar, que tudo que se refere à natureza, ao ambiente, é imutável em comparação àquilo que se refere ao homem. Do mesmo modo que a onda quebra sempre da mesma maneira contra determinada forma de rocha, ocorre também que determinadas condições naturais impõem ao movimento da vida sempre as mesmas vias e, renovando-se perenemente, colocam sempre e no mesmo sentido obstáculos ou limitações. Por isso, a importância dessas condições naturais vai além daquela que o lugar

* Reproduzido de RATZEL, F. *Evoluzione dei concetti relativi all'influenza che le condizioni naturali esercitano sull'umanità*. In: *Geografia dell'uomo* [Anthropogeographie]. Turim. Fratelli Bocca, 1914 v. 1. parte 1. capítulos 1, 2, 3, 4, 5, p. 13 a 104. Traduzido do italiano por Fatima Murad.

adquire em função de um acontecimento histórico singular; elas representam, pois, na história subsequente dos povos um elemento de caráter duradouro. Assim como o mar, a humanidade tem sua raiz na Terra; após as mais violentas tempestades, tanto um quanto a outra tendem a restabelecer o mais intimamente possível aquela ligação, profundamente arraigada na sua natureza. Recordemos, na expressão escultural de Karl Ritter, "ser o Estado cingido à natureza do seu território". Quanto mais elevado é o ponto de vista a partir do qual se considera a história, tanto mais se torna manifesta a existência deste canal bem determinado e pouquíssimo mutável, através do qual deriva a corrente da humanidade, e tanto melhor se reconhece a importância que tem na história o elemento geográfico do qual falamos. É precisamente sobre esta importância que se apóia o direito da geografia de investigar as condições naturais em meio às quais os acontecimentos históricos se desenvolveram.

Porém, como sempre ocorre no desenvolvimento dos problemas científicos, nem tudo é governado por leis de necessidade; frequentemente, a casual concomitância de vários fenômenos históricos intervém também e exerce sua influência. Não foram estes os problemas que a geografia apontou em primeiro lugar, pois já desde os tempos antigos a filosofia se vinha aproximando deles. Na verdade, a esses problemas não pode permanecer estranho o pensador que investigue a sorte e o futuro da humanidade. Embora se observe, ao longo da evolução dos conceitos acerca das relações entre a natureza e a história, que as obras tanto de uma quanto de outra se tornam plenamente manifestas a qualquer ponto de vista, perceber as influências que a primeira exerce sobre a segunda é, ao contrário, algo extremamente difícil, tanto que se pode encontrar a esse respeito muitos conceitos prematuros e arriscados, que permaneceram, por isso, ineficazes e esquecidos, de modo que o que vemos sempre é o estudo ser retomado do início. Nos filósofos, nos historiadores, nos geógrafos da Antiguidade, encontramos uma verdadeira riqueza de conceitos antropogeográficos, o que surpreende duplamente, se se considera quanto eram limitados o horizonte geográfico e o conhecimento etnográfico e histórico daqueles tempos¹. Já em Hipócrates encontram-se excelentes observações sobre a influência que o clima exerce na vida dos povos; e em Estrabão, onde ele trata dos continentes e dos lugares singulares, encontram-se alguns conceitos que os nossos manuais de geografia retomaram há apenas alguns decênios; e a necessidade que ele expressa de considerar a conformação diversa dos territórios como preordenada com base em um princípio racional é precisamente o conceito fundamental de Karl Ritter.

Com a renovação da ciência voltam a ser estudadas também as relações entre as condições naturais e a vida do homem. E é a partir daí que

¹ PORHLMANN, R. *Hellenische Anschauungen über den Zusammenhang zwischen Natur und Geschichte*. 1879. Observe-se especialmente a comparação entre algumas passagens de Aristóteles e outras de Montesquieu acerca da influência que o clima exerce sobre o caráter dos povos.

se torna mais claro o conceito de natureza e mais direta a sua compreensão, embora os progressos deste procedimento se detenham no limiar da história.¹ Somente a ciência natural progride como ciência investigadora de leis, enquanto a história não avança um passo adiante. Bodin, no seu *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* (1566), atribui às diferenças climáticas uma grande influência sobre a natureza e sobre a história dos povos; considera também a influência exercida pelos tipos de terreno, pelos cursos de água etc., e nisso vai além dos antigos, dos quais extraiu os princípios fundamentais da sua teoria². Mas Bodin atribui uma poderosa influência sobre os destinos dos povos também aos planetas. As gerações posteriores libertaram-se totalmente deste preconceito; mas conservaram, por outro lado, um grande horror aos fenômenos naturais, visto que, por exemplo, na descrição do estado de natureza, venerada a partir de Hobbes, ninguém pensou em utilizar o abundante material aí recolhido desde a época das grandes descobertas geográficas para fazer uma descrição direta dos povos; simplesmente se representou um estado de natureza ideal e essas descrições foram sendo repetidas sem que se buscasse prová-las. Somente nas “Utopias”, em moda nessa época, se tira partido do material das observações diretas, mas de modo inteiramente superficial. Assim, por exemplo, na *Utopia* circular de Tomás Morus é representada uma ilha coralina. Giambattista Vico, ao subdividir a história em três períodos — divino, heróico e humano —, nos leva a assistir a um fenômeno de progressiva expansão dos montes aos rios e aos mares. Há nele como que um pressentimento da grande lei segundo a qual o estender-se dos espaços históricos, que se ampliam acompanhando o avanço da civilização pelos territórios internos em direção aos rios e aos mares, tem um limite³; mas desse pressentimento não resultaria nenhuma consequência tangível.

A partir de Bacon, observa-se que, a cada novo passo da evolução filosófica, abre-se caminho a uma concepção particular que considera os povos como produtos da natureza e da história; contudo, Bacon não deu uma atenção particular à influência das condições naturais sobre a história e essa concepção na sua obra, assim como em Hobbes, não foi além da mera hipótese. Permanece, portanto, infrutífera como uma flor dissecada e encerrada entre as páginas de in-fólios filosóficos; porque, mesmo naqueles casos em que teria sido fácil descobrir e provar a influência exercida pelas condições naturais, preferiu-se passar por cima dos fatos a pôr decididamente as mãos na intrincada teia.

Da mesma forma, aqueles que se interessaram pelo modo como o homem passou do estado de natureza ao estado social negligenciaram o elemento geográfico, representado pela união dos indivíduos singulares, com

¹ MAYR, Richard. *Die philosophische Geschichtsauffassung der Neuzeit* 1877 p. 69 et seqs.

² KAPP, V. ERNST. *Allgemeine vergleichende Erdkunde* N. ed. 1878. p. 90 et seqs.

o objetivo de adquirirem maior força e segurança, e pela conseqüente fusão das suas porções de território. Spinoza aflora o argumento mas não penetra nele⁴. E, no entanto, a filosofia, nas suas concepções fundamentais, deixa entrever a importância que o ambiente físico assume na história. Na verdade, segundo Spinoza, a história do homem se desenvolve, do mesmo modo que a da natureza, conforme leis de necessidade inelutáveis; os fatos históricos não são para ele senão fatos naturais e daí tentar explicar a história por meio da natureza. Para Leibniz, a vida é única, está presente em toda parte, cada uma de suas formas está ligada a todas as outras, e no mundo, ordenado segundo uma harmonia preestabelecida, tudo que é criado constitui uma gradação ininterrupta; decorre daí, portanto, que a história da humanidade não pode ser considerada senão em relação com este mundo, e apenas nele encontra sua explicação.

§8. Montesquieu, Voltaire e Buffon — A influência das condições naturais sobre a história foi objeto de ampla abordagem por parte de três escritores franceses, cujo pensamento teve repercussão bastante ampla: Montesquieu, Voltaire e Buffon. Montesquieu, no *Esprit des lois* (1748), e Voltaire, no *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations* (1756), se propõem o mesmo objetivo e o perseguem pelo mesmo caminho. Mas não é aí ainda que eles pretendem investigar as relações de dependência entre os povos e o território por eles habitado. Voltaire tenta realizar uma exposição geral da história do espírito humano, e a sua obra representa a primeira história da civilização. Montesquieu quer representar o Estado como um organismo nascido não arbitrariamente, mas formado pela natureza, e que, por isso, não pode ser arbitrariamente modificado, com o que ele afirma a influência das condições naturais sobre a história. Assim, considera-se o elemento geográfico, mas com critérios e entendimentos nada geográficos. De resto, Montesquieu e Voltaire não pretenderam de modo algum realizar obras científicas. Nada lhes causava tanto horror quanto o douto pedantismo; buscaram tratar sua matéria como artistas e como homens do mundo, e o fizeram de modo diversificado e atraente e, sobretudo, não-sistemático. O mesmo se diga também de Buffon. A importância desses escritores consiste na amplitude e não na profundidade de suas idéias. A influência que tiveram foi enorme. Seus pontos de vista sobre os efeitos que o clima e o solo exercem sobre a história dos povos reaparecem, mesmo fora da literatura francesa, sob muitas formas ainda menos aprofundadas.

Para se ter uma idéia clara deste momento científico, eis um exemplo. As suas considerações sobre clima, Montesquieu antepõe, como é seu costume, uma *idée générale*:

"Se é verdade", diz, "que as posições do espírito e as paixões do coração sofrem grandes variações em conseqüência dos diversos climas, devem as leis estar relacionadas com essas diferenças dos caracteres e das paixões"

⁴ MARR, Richard, op. cit., p. 175.

Em seguida afirma, sem muita demonstração, que os climas quentes exercem uma ação depressora e os frios uma ação fortalecedora, e disso deduz que nos primeiros as mulheres se encontram em um nível inferior, os homens são menos corajosos, o povo é mais facilmente excitável, enquanto nos climas frios ocorre o contrário; e isto ele afirma tendo por base observações incompletas, entre as quais recolhemos frases como esta: "para excitar a sensibilidade de um moscovita seria necessário arrancar sua pele". Ele atribui o pouco progresso das legislações orientais à indolência produzida pelo clima e às escassas necessidades a brandura daquelas populações que, sempre por efeito do clima, tomam bebidas excitantes; e, do mesmo modo, explica a proibição do vinho imposta por Maomé. A mais importante entre todas estas considerações é a constatação, renovada mais tarde com maior profundidade por H. Th. Buckle, de que nos países quentes medra o despotismo e nos países frios a liberdade; desse conceito, Montesquieu faz derivar o fundamento natural da escravidão nas regiões tropicais. Os capítulos relativos ao solo começam pela fertilidade, que é o que para ele diferencia as populações da planície daquelas da montanha. Os povos insulares estão, para Montesquieu, mais inclinados à liberdade que os continentais. Entre uma abordagem desse tipo e a de Ritter ou do próprio Herder a distância é grande. Pode-se dizer que, precisamente nessa matéria, nem Montesquieu nem Voltaire formularam idéias que já não tivessem sido expressas pelos antigos e, além disso, não chegaram a criar conceitos melhores que aqueles já conhecidos. Seu mérito, que permanecerá para sempre, foi o de terem promovido o rápido desenvolvimento daqueles conceitos e aplicarem-nos adequadamente, além de terem exercido enorme influência⁵ sobre seus próprios contemporâneos.

A *Histoire naturelle de l'homme* (1749), de Buffon, pretende ser uma descrição bela, atraente e impressionante dos povos. Pode ser considerada como o primeiro tratado de etnologia e, sem dúvida, despertou por este estudo um interesse que nenhuma outra obra despertara antes. Mas está repleta de dados errôneos e absolutamente fantásticos, que se devem em parte ao uso de fontes já então superadas. Esta obra se tornou, por sua vez, uma fonte importante, e isto vale, infelizmente, também para Kant, a quem não se pode poupar a crítica de Georg Forster, no prefácio à sua *Reise um die Welt*, dirigida aos filósofos daquele século que, apoiando-se em trechos extraídos dos escritores de viagem e arbitrariamente acolhidos como verdadeiros ou alterados, chegaram a construir sistemas científicos falaciosos.

§9. Kant, Reinhold Forster, Pallas e Zimmermann — Kant sofre a influência do mau material e das apressadas conclusões de Buffon, especial-

⁵ Também Winkelmann na sua juventude, estimulado pela leitura de Montesquieu, pensou "representar em grandes linhas, sobre o fundo de uma descrição dos territórios e dos povos deduzida das narrações de viagem, o decurso sucessivo do florescimento e da decadência dos Estados e descobrir suas causas"; mas esse propósito não foi realizado. Ver GLÜCKIA, E *Montesquieu in Deutschland*, "B. Allg. Zig", jan. 1889.

mente nas suas lições de *Geografia física*; e creio que, de fato, como destaca Unold⁶, o primeiro impulso a criticar a obra de Buffon tenha vindo dos *Ensaio sobre a história da humanidade*, de H. Home (Lord Kaimes)⁷. Esta obra aparece em 1774, e a de Kant, *Von den verschiedenen Rassen des Menschen*, que foi sua primeira tentativa nesse campo, é de 1775. Nesta obra Kant passa a combater decididamente a teoria das rápidas e acidentais transformações das diferenças humanas. Ele considera o homem como pertencente a uma única espécie, que se adapta a todos os climas, mas que em cada um deles desenvolve princípios especiais de adaptação, que por sua vez produzem a diferenciação das raças. Nesse processo de formação, a causa verdadeira é representada pelos princípios; o sol e o ar são apenas fatores acidentais. Esta concepção aprofundada das relações entre o homem e a natureza coloca Kant numa posição intermediária entre Buffon e os defensores da pluralidade das espécies humanas, os quais, como Home, Voltaire etc., viam em cada raça uma criação particular. O conceito de Kant de que qualquer modificação, ainda que aparentemente casual, pressupõe um processo de formação adequado, foi posteriormente retomado por C. E. von Baer e resistiu até mesmo ao ímpeto da invasão darwiniana. Outro conceito fundamental de Kant, o da unidade indissolúvel do gênero humano com toda forma de criação, encontrou seu defensor mais eloqüente em Herder, que já tinha acompanhado com entusiasmo as lições de geografia do mestre, e depois exerceu sua influência também sobre K. Ritter. A antropologia de Kant tem muitos pontos de contato com a sua geografia, não só porque ambas foram destinadas a um círculo mais amplo de pessoas que o auditório escolástico — as duas matérias foram por ele tratadas em semestres alternados —, mas por uma ligação muito mais íntima. Parece a Kant que a geografia tem pouca importância se separada da antropologia: para ele, o homem está tão acima do ambiente que o cerca, que ele chama de *Weltkenntniss* (isto é, consciência do mundo) o conhecimento deste ser dotado de razão “ainda que ele represente apenas uma parte das criaturas terrestres”⁸.

Em 1777, R. Forster publicou algumas observações com base em argumentos de geografia física, de história natural e de filosofia moral recolhidas na sua viagem ao redor do mundo. A parte relativa ao gênero humano

⁶ UNOLD, J. *Die ethnographischen und anthropogeographischen Anschauungen bei J. Kant und J. Reinh. Forster*. Leipzig, 1886 p. 18.

⁷ Lord Kaimes, nos seus *Sketches of the history of man* (Edimburgo, 1774), declarou-se contra a opinião daqueles que atribuem as diferenças físicas existentes entre as raças humanas unicamente às condições climáticas diversas das suas sedes atuais; e, para negar que a baixa estatura dos lapões se deva ao clima, recorre à afinidade lingüística existente entre os lapões e os húngaros, afinidade essa cuja investigação se aprofundava exatamente naquele momento. Não obstante ele próprio comprometa depois a validade de seus argumentos admitindo a existência de uma grande quantidade de raças distintas, equivocou-se pela errônea interpretação de muitos fatos, fornecidos em grande número pelo estudo da vida orgânica extra-europeia, estudo esse que àquela época progredia rapidamente.

⁸ *Anthropologie*, 1798, Prefaz. IV.

ocupa dois terços do livro. A *Descrição da viagem ao redor do mundo realizada nos anos 1772-1775* foi publicada pelo filho George Forster, e aparece em dois volumes em 1778.

A diferença entre a descrição dos povos feita por Forster e aquelas feitas pela maior parte dos viajantes que o precederam é muito grande. Herder expressa, e com razão, o desejo de que em outras partes da Terra se pudesse obter materiais que servissem à história da humanidade do mesmo modo que na Oceania tinham sido fornecidos por aquele que ele chama “o Ulisses daquelas regiões”⁹. Esta é a primeira vez que um escritor, ao tratar o argumento bastante debatido da posição do homem na natureza, um espírito filosófico a uma singular riqueza de pontos de vista, e a isso acrescenta aquela modéstia pessoal que brota do íntimo contato da mente com a realidade dos fenômenos. Como parecem mesquinhos e descoloridos os conceitos de um Buffon, de um Kant, de um Rousseau, ou do próprio Herder em torno da humanidade em comparação aos de Forster que, pela primeira vez, às fantásticas teorias da rápida transformação dos povos por obra do clima opõe a advertência de que nossa vida é muito breve, nosso conhecimento sobre as migrações dos povos muito incompleto, nossas observações físicas há muito pouco tempo iniciadas para que seja lícito chegar a conclusões seguras! Em R. Forster encontramos os germes de uma concepção verdadeiramente antropogeográfica, segundo a qual os povos são considerados como massas em movimento, de modo que nas suas atuais condições, sejam físicas ou de civilização, não podemos pretender distinguir com segurança, exatamente porque elas são móveis, as influências do ambiente atual. Tanto no que se refere às raças como aos povos, Forster atribui aos deslocamentos e aos incrementos e diminuições numéricas uma importância como nenhum outro antes dele; seus pontos de vista acerca da origem dos povos de cor escura e os de cor clara da Oceania e acerca de suas diferenças de civilização serão sempre dignos de apreciação¹⁰. Esta obra preparava assim o terreno para o surgimento de uma verdadeira ciência relativa às relações entre a natureza e o homem. Infelizmente, as *Anotações filosóficas feitas durante uma viagem ao redor do mundo*, de Reinhold Forster, não foram apreciadas tanto quanto mereciam, e depois dele a ciência retrocedeu novamente muito aquém do ponto a que ele a havia conduzido. O próprio Karl Ritter não soube utilizar plenamente o impulso dado por Forster; não fosse assim, teríamos já de há muito tempo, em lugar de dissertações escolásticas que repetem sempre somente esquemas e projetos, uma “antropogeografia mecânica”, ou seja, um estudo completo da influência que o solo exerce sobre os movimentos históricos. E de se deplorar mais ainda que o próprio Reinhold Forster não tenha feito ele mesmo uma exposição clara das suas idéias, tão justas, acerca da função

⁹ *Ideen*, II, p. 29

¹⁰ Exatamente a grande variedade das raças que se observa na Oceania e da qual diz Zimmermann: “se diria que todas as nações concordaram em manter colônias nesta maravilhosa parte do mundo” tinha ocupado com grande esforço as ideias dos filósofos climatistas.

antropogeográfica das ilhas, dos relevos terrestres etc. Mesmo Kant e Herder, não obstante os louvores que tributaram a Forster, não souberam dar um desenvolvimento posterior às suas idéias; e talvez o resultado mais duradouro da obra de Forster tenha sido o de ter induzido Blumenbach a introduzir na classificação das raças humanas uma quinta raça, a malaio-polinésia¹¹.

Sorte análoga tiveram as informações etnográficas recolhidas por Pallas e compreendidas especialmente em duas grandes obras: *Reisen in verschiednen Provinzen des russischen Reiches* (1771) e *Bemerkungen auf einer Reise in die südlichen Stadthalterschaften des russischen Reiches* (1796 e 1805) e também nos *Nordische Beiträge* (a partir de 1781). Na verdade, as obras de Pallas enquanto riqueza de pontos de vista são inferiores às de Forster, mas chegaram em compensação a um admirável modelo de clara descrição. Aquilo que Rudolphi, biógrafo de Pallas, diz de suas descrições zoológicas vale também para as etnológicas: "Ele deixa de lado tudo que é supérfluo, abandona totalmente as coisas estranhas e é exato sem ser prolixo"¹². Com os escritos de Pallas tem início a longa série das descrições e dos relatos dos viajantes, cujo conteúdo antropogeográfico e etnográfico os cientistas dentro de sua própria casa já não estavam em condições de elaborar. Os simples observadores se sobrepõem agora aos "textos filosóficos", mas o material que homens como Lichtenstein, Burckhardt, Von Wied, Poppig e muitos outros trazem à pátria permanece ainda inutilizado. E quando se trabalha sobre ele isto se reduz basicamente a dar-lhe um novo ordenamento, sem penetrá-lo profundamente e sem utilizá-lo para deduzir dele os pontos de vista gerais acerca da geografia do homem. Assim o fizeram Karl Ritter em relação à África e Ásia, Meinecke em relação à Austrália e Oceania, e não foi além a *Antropologie der Naturvölker* de Waitz-Gerland que aparece mais tarde.

E. A. W. Zimmermann, então professor do "Colégio Carolíngio" de Braunschweig, tentou apresentar nos anos 1778-83, na sua *Geschichte des Menschen und der allgemein verbreiteten vierfüssigen Tiere* (v. 3), um esquema das influências que as condições naturais exercem sobre o físico humano; mas incorreu em um erro fundamental, atribuindo ao organismo humano uma plasticidade tal, a ponto de subordinar a cor ao calor solar, a baixa estatura ao frio, e assim por diante, e se propondo a demonstrar essa tese minuciosamente. De qualquer modo, na obra de Zimmermann o argumento é desenvolvido com uma amplitude que não se encontra em outra parte, e aí se verifica pelo menos a tendência a uma abordagem sistemática. Es-

¹¹ Já Erxleben em *Systema naturae* (Lipsiae, 1777) tinha na verdade considerado cinco raças humanas, mas para ele a quinta raça era representada pelos "anões do norte" (lapões, esquimós). As outras quatro eram: europeus, mongóis, negros e americanos.

¹² "Se todos os viajantes fossem como Pallas eu teria poupado nove décimos de meu esforço; mas como são poucos aqueles que, mesmo em nossa época, podem se comparar, ainda que a grande distância, a este grande mestre, cujo talento, espirito de observação, o saber e a atividade incansável fizeram dele um ser verdadeiramente extraordinário!" (ZIMMERMANN, E. A. *Geographische Geschichte des Menschen*, I, 1778. Prefácio).

ta era uma base sobre a qual o autor poderia ter construído mais, mas não o fez. No primeiro volume da obra são dedicadas ao homem 98 páginas; mas nestas está incluída também uma parte onde é discutida a descendência humana do macaco. Uma outra seção importante sob o aspecto antropológico encontra-se depois no terceiro volume sob o título "Versuch einer Anwendung der Zoologie auf die Geschichte des Menschen" (p. 250-62), onde Zimmermann se propõe a demonstrar a influência que os animais domésticos exerceram sobre a história humana. A abordagem é por demais aforística para poder conduzir a conclusões seguras; contudo, encontram-se aí alguns princípios exatos.

§10. Herder — J. G. Herder tem um papel importante na geografia do homem por ter passado das considerações particulares sobre os povos à consideração geral sobre a humanidade, das observações incidentais a uma abordagem completa, de uma história universal fragmentária à verdadeira e própria história da humanidade. Da dependência do homem e de sua história das condições naturais, Herder tratou, se não com maior profundidade, pelo menos com uma visão mais ampla que qualquer outro antes dele. Movido sem dúvida mais por um pressentimento do que por uma intuição consciente, ele indagou e escreveu, com base no conceito fundamental de que para compreender a humanidade é necessário estudá-la em relação com a Terra, não porque esta sofra caso por caso a influência das inumeráveis condições naturais, mas sim porque constitui parte importante desta Terra, sobre a qual e com a qual foi criada.

Partindo desta grande concepção unitária Herder vai muito além das considerações de caráter mais incidental feitas por seus predecessores. E de seus seguidores, nenhum, nem mesmo Karl Ritter, atinge aquela altura da qual Herder pôde considerar a Terra como astro entre os astros, estudar a sua posição e a sua elevação dentro do sistema planetário e observar as transformações dos relevos e dos mares, onde tiveram origem os continentes e as regiões terrestres. Herder realiza esse estudo não para fazer dele uma introdução científica a uma obra histórico-filosófica, mas para nos oferecer uma descrição da Terra tal qual ele a considera, isto é, como uma grande oficina destinada à organização dos seres mais diversos, entre os quais o homem tem o seu lugar predeterminado. Essa organização só pode se realizar sobre o solo terrestre e presume a ocorrência dos fenômenos naturais indicados; por isso a Terra se apresenta aqui como algo além do simples solo sobre o qual se desenvolve a história da humanidade, e também como algo bem diverso do simples "educandário" de Ritter. A humanidade é uma parte da Terra; toda a história anterior do planeta não é nada mais que a preparação para o advento desta que é a maior das evoluções telúricas, e a partir dela toda a história da Terra estará estreitamente ligada à história da humanidade.

As idéias de Herder não se seguiu um movimento científico proporcional à quantidade dos novos conceitos por ele enunciados. Ao contrário, lo-

go moveu-se contra ele a acusação de ter engrossado com seu livro o número de textos superficiais,

“que, sentindo em si a falta de uma energia pertinaz, esforçam-se por se elevar repentinamente a árduas alturas e dali, da visão turva de um vasto horizonte, buscam compensação à debilidade de sua vista, que não lhes permite distinguir objeto de espécie alguma”.

Não se pode dizer de fato que a filosofia especulativa, a cujos discípulos se refere aqui, tenha se aproximado das idéias de Herder, que tiveram mais fácil acolhida na *Geografia comparada* de Karl Ritter. Estas, no entanto, em parte por esta via, em parte por influência direta, conseguiram chamar a atenção dos historiadores para a importância que o teatro dos acontecimentos assume perante a história; e, ainda hoje, a corrente dos estudiosos que visam às grandes concepções histórico-universais vem se aproximando de Herder. Mas, para chegar ao conhecimento da história da humanidade, Herder não indicou o caminho correto. Ele falou de humanidade mas não considerou os povos como parte desta; tratou a humanidade e os povos mais como artista do que como cientista. Não há dúvida de que poder pensar o povo enraizado como uma planta no seu solo originário e prosperando sobre ele é algo que acalenta a imaginação; e o intelecto se sente lisonjeado ao crer que o segredo deste fenômeno universal seja algo que se possa agarrar à mão, do mesmo modo que a uma plantinha que fosse cuidadosamente extraída da terra com todas as suas raízes. A mente tem necessidade de imagens, e por isso tende a isolá-las. Quando eventualmente a realidade se presta a reforçar esta tendência, como aliás ocorre frequentemente graças à facilidade com que podem ser rompidas as tênues ligações que constituíam antigamente as relações entre povos, então o juízo é formulado também mais prontamente: “Os elementos da constituição deste povo são indubitavelmente indígenas, e o pouco que se deve à influência de comunidades alienígenas é facilmente reconhecível e separável” (isto a propósito da China). Já podemos perceber aqui o germe do “Völkergedanken” dos etnólogos contemporâneos.

§11. O ambiente físico — O fato de se perceber em toda a evolução do conceito de *ambiente físico* uma certa aversão em seguir o método analítico deve-se também, em parte, a que, de Herder a Taine, o argumento das relações entre a humanidade e a Terra ocupou de modo prioritário a reflexão dos pensadores de base artística. Estes realizaram, por conseguinte, obras mais de artistas do que de cientistas, manifestando, por outro lado, a tendência a realizar estudos de significação geral.

Depois de Herder as velhas idéias acerca da dependência da vida dos povos em relação às condições naturais tiveram um duplo desenvolvimento. Por um lado, reaparece sob novas formas filosóficas aquilo que já tinha sido repetido outras vezes, mas se está ainda, seja em termos conceituais ou formais, muito aquém de Herder, cujas “idéias” assinalam o cume do de-

envolvimento deste primeiro direcionamento. Por outro lado, foram aprofundados os numerosos problemas geográficos que se referem a esse argumento e se chegou, finalmente, a uma abordagem pretensamente científica dos antigos problemas direcionada em bases geográficas.

O estudo do qual nos ocupamos encontrou particular e ampla aplicação por obra dos filósofos positivistas franceses. Na verdade estes não realizaram aqui nenhum progresso substancial, mas contribuíram muito para sua difusão. Pensadores que sofreram a influência desta escola, como Taine, Buckle, Spencer, ajudaram a fazer com que aqueles conceitos não permanecessem apenas como uma luz reservada a alguns intelectos superiores, mas se difundissem num círculo de pessoas muito mais amplo e encontrassem lugar especialmente na abordagem da história dos povos. Mas foi no campo da ciência natural — onde por cerca de meio século, embora trazendo em si todos os germes da teoria da evolução dos organismos, tiveram escassa aplicação — que por uma extraordinária aproximação estes conceitos se desenvolveram e deram abundantes frutos.

Lamarck, com o vasto conhecimento que possuía do mundo orgânico, não poderia ter acolhido melhor a simples teoria da plasticidade dos seres orgânicos; ao contrário, ele tentou expressar no seu conceito de *devir* aquilo que chamamos hoje de *adaptação*, fazendo deste um de seus conceitos fundamentais. Segundo Lamarck as grandes mudanças que se verificam nas condições externas produzem grandes alterações nas necessidades dos organismos e a estas correspondem por sua vez alterações nas ações da vida. Se as novas necessidades se tornam permanentes, os organismos assumem novos hábitos ou realizam novas ações que se tornam habituais, produzindo a formação de novos órgãos e o seu revigoramento, enquanto velhos organismos se atrofiam e se desmembram. Com as modificações da habitação, da posição geográfica, do clima, do alimento, dos hábitos de vida, vemos do mesmo modo a alteração das dimensões dos organismos, de sua forma, da proporção de suas partes, cor, espessura, elasticidade etc. Lamarck, como mais tarde Darwin, considera já então as plantas e os animais domésticos como os melhores exemplos destas mutações; mas ele ainda considera como um reflexo da ilimitada variedade das condições externas toda a múltipla variedade das espécies animais e vegetais.

Portanto, o *milieu* de Lamarck é um conceito totalmente diverso daquele de *ambiente natural* de Buffon; mas aqueles que adotaram esse conceito não se deram conta disso. A aplicação feita por Comte do *milieu* de Lamarck, tal como ele enuncia nas primeiras páginas da sua *Philosophie zoologique*, à evolução dos povos e à história da humanidade é meramente superficial¹³. Comte não só não aprofundou o conceito, como nem sequer chegou a compreendê-lo inteiramente. Por *milieu* ele entende as condições externas,

¹³ *Philosophie zoologique*, p. 4, 5, 7, 11. Comte (III, p. 209) diz que o *milieu* é o complexo das condições externas de qualquer espécie que são necessárias à existência de um determinado organismo

que são para ele o solo e o clima, mas aqui introduz ainda um elemento totalmente estranho, a raça, cujas características devem repercutir na vida social, e por isso retira do *milieu* aquele caráter de algo puramente natural, que se contrapõe a tudo aquilo que possa estar ligado ao homem. Por isso nem mesmo o *milieu* de Comte pode ser considerado no sentido de *ambiente natural*. Mais do que isto, Comte já falava de um *milieu intellectuel*, conceito a que seu discípulo Taine deu maior extensão mais tarde, acrescentando às condições externas o passado histórico que, como uma atmosfera espiritual, paira em torno da sociedade civil e influi sobre ela. Mas, entendendo por *milieu* não só as condições naturais como também as condições sociais e tudo o que se relaciona a estas, o conceito que deriva daí se tornava complexo demais para que se pudesse abordá-lo cientificamente sem um trabalho anterior de separação e de análise.

Traduzida em linguagem geográfica, a teoria do *milieu* de Comte e Taine não é senão a teoria da influência que exercem sobre o indivíduo aquelas características da posição geográfica, às quais está ligado o desenvolvimento físico e intelectual de cada organismo. Esta não é senão a expressão filosófica de uma observação já milenária que Byron concretizou na frase: “As the soil is, so the heart of man”.

O fato de Comte e seus seguidores terem pensado quase exclusivamente na influência do clima e da alimentação é resultado do desenvolvimento desta teoria em um terreno puramente empírico. O conceito que desenvolveram pode ser traduzido em uma expressão geográfica ainda mais restrita: eles distinguem apenas as influências do ambiente que têm origem na posição do território em relação ao Sol, ou seja, na latitude. O conceito, que aparece espontaneamente em consequência do anterior, da posição de um território e de um povo em relação aos outros, das relações geográficas de vizinhança nas suas inumeráveis formas, foge a eles assim como o outro não tão óbvio da influência exercida pelas relações de espaço. Embora todos os seguidores de Comte tenham tido em grande conta a máxima do Mestre: “L’entretien économique est la nécessité la plus urgente et la plus générale de la vie des sociétés”, eles não atribuíram ao solo, nem por este motivo nem por outros ainda mais sérios, a importância que lhe é devida. Lendo a frase com a qual Taine inicia suas considerações acerca do *milieu*¹⁴: “o homem não está só sobre a Terra; a natureza o envolve e os outros homens o circundam”, não se esperaria, decerto, uma conclusão como a seguinte:

“Embora não possamos acompanhar os povos arianos durante toda a sua história, da sua pátria comum às suas sedes definitivas, é lícito, contudo, afirmar aqui que as profundas diferenças existentes entre a raça germânica, de um lado, e a greco-latina, de outro, dependem em sua maior parte da diferença dos territórios onde esses estabeleceram sua sede. Uns, fixados em regiões frias e úmidas situadas no interior de inóspitas e pantanosas florestas ou nas orlas

¹⁴ *Histoire de littérature anglaise*, Préface, p. XXVI.

dos mares selvagens, foram tomados por impressões melancólicas ou violentas, tornaram-se inclinados a bebida e entregaram-se vorazmente à vida guerreira ou a rapina; outros, ao contrário, pousaram nos belos países que convidam à navegação e ao comércio e não sendo instigados pelas prepotentes exigências do estômago, sentiram-se desde o início induzidos a hábitos sociáveis e a reunirem-se em Estados, e adquiriram sensibilidade e atitudes que desenvolveram neles a eloquência, a arte dos prazeres, e inspiraram-nos à criação da ciência, das artes, da literatura”.

Por outra via, Comte se aproxima da concepção geográfica do progresso da humanidade, quando entre as forças que influem sobre esse progresso ele indica o incremento da população, afirmando que este acelera o desenvolvimento da civilização, tornando necessária uma atividade mais intensa e especializada. Logo depois passa a tratar da questão mais atrativa dos vários estágios de civilização, mas nem sequer acena ao elemento, também importante, das relações de espaço. E, todavia, precisamente aqui lhe seria dada a oportunidade de chegar a uma abordagem científica da questão do progresso humano. Comte também negou, com aquele instinto da possibilidade física que o distingue, que o progresso possa ser ilimitado; isto, porém, apenas na medida em que a humanidade é um organismo que, como qualquer outro, está destinado a perecer. Mas é na abordagem que Comte e seus seguidores fazem da civilização humana que, melhor do que em qualquer outra parte, se manifestam de forma mais patente os erros em que incorreram. Para eles não são as condições externas do progresso que têm importância, mas a sucessão dos estágios através dos quais os povos caminham em direção aos desenvolvimentos superiores. Mas a representação destes estágios não é conduzida com base em um desenvolvimento racional, nem é acompanhada de um exame cuidadoso das condições externas favoráveis ou contrárias. A escala hierárquica dos povos caçadores, nômades e agricultores, estabelecida pela velha etnografia, é tão errônea quanto os sete estágios da civilização admitidos por Morgan.

Entre os conceitos que Comte expressou, e até certo ponto estabeleceu, sem contudo conferir a eles uma verdadeira vitalidade científica própria, está também aquele que considera os povos, e inclusive a humanidade, como organismos. Comte tinha um alto apreço pelo alcance deste conceito; por isso surpreende tanto mais que nem ele nem seus seguidores tenham jamais vislumbrado a necessidade, que se tornava desse modo evidente, de descer ao estudo do solo no qual este organismo se abriga, criando assim o fundamento biogeográfico da sua teoria; o que atesta que estes não conseguiram nem mesmo descobrir as vias que poderiam conduzi-los a campos de indagação mais férteis.

De Grief, na sua *Introduction à la sociologie*¹⁵, fez da estéril teoria do *milieu* uma particular introdução à sociologia, dando-lhe o nome de *me-*

¹⁵ 1886-89, I, p. 46.

sologia. Mas se enganaria quem acreditasse que esta separação do argumento daria como fruto pelo menos, como seria de se esperar, uma análise dos problemas “mesológicos”. Como seus predecessores, também De Grief de modo algum buscou demonstrar, ainda que fosse num pequeno ponto, a sua teoria do *milieu* com base nos fenômenos reais. Sua *mesologia* não é senão uma exposição das condições externas que influem no desenvolvimento da história humana. Os próprios exemplos que ele cita para demonstrar estas influências não são senão paralelos antiquados e superficiais entre os fenômenos geográficos e os fenômenos históricos.

Em lugar de representar de modo evidente a característica desta abordagem, cujo argumento se recusa a penetrar a fundo e que por isso permaneceria necessariamente estéril, valerá aqui talvez recordar como De Grief faz das relações de espaço¹⁶, que interessam à sociedade humana, uma categoria sociológica especial, a dos fatores geométricos e aritméticos. Assim, neste afã de buscar classificações e categorias, os conceitos claros se obscurecem e se embotam, porque se recusa a tirar partido deles. Fazer da idéia simples e intuitiva de *territoire* um conceito complexo como o que se segue: “*toute la phénoménalité inorganique et même organique autre que celle de l’homme*” (op. cit., I, p. 50) é ainda pior que entender o conceito de “clima” no antigo significado.

Uma prova da escassa influência que os seguidores de Comte exerceram sobre a etnografia e especialmente sobre aquilo que é a sua aplicação prática mais importante — o juízo acerca do valor intrínseco dos povos — encontra-se no livro bastante difundido e exageradamente apreciado de Gobineau, *As diferenças entre as raças humanas* (1853), onde o autor pretende entrar em campo contra uma mania igualitarista que cheirava a filantropia insípida, atribuindo por isso às pequenas e grandes diferenças dos dotes naturais uma importância muito superior à da influência exercida pelas condições externas. Mas ele não acrescenta nenhum argumento novo em apoio à sua tese. O baixo nível das civilizações originárias da América, terra bendita pela natureza, as dificuldades que o homem teve que enfrentar, por outro lado, na China, na Mesopotâmia, no Egito e especialmente nas regiões setentrionais, a decadência das comunidades gentílicas do Mediterrâneo, são argumentos que ele apresenta para demonstrar “ser a gen que confere ao território o seu valor econômico, moral e político”. Teorias análogas foram sustentadas durante o movimento antiescravista da América do Norte, mas sem que com isto o problema progredisse de alguma forma.

Pretender, como fazem os positivistas e outros filósofos da história, enquadrar a história da antropogeografia dentro de um esquema cronológico da história geral das ciências, demonstra que eles ignoram não apenas o desenvolvimento desta, mas também o das ciências em geral. O delineamento geral da ciência antropogeográfica e também alguns de seus conceitos fundamentais encontram-se já em Herder, e aparecem também em Ritter; mas falta algo aqui, isto é, que os diversos problemas desta ciência não foram ainda enfrentados.

¹⁶ Ibid, I, p. 47.

O conceito de “hierarquia das ciências”, ou seja, da necessária sucessividade da sua formação, sempre repetido entre os positivistas, e do qual eles deduzem que o método histórico não pôde nascer antes que se completasse a formação de todas as ciências às quais a sociologia recorreu, não corresponde absolutamente à verdade. A partir do século XVI os mapas do Mediterrâneo e do Báltico já são bastante bons para permitir que sobre eles se estabeleça um confronto entre as influências que esses dois mares periféricos exerceram sobre a história dos seus povos. Assim como também já são bastante conhecidos os dados relativos à geografia política daqueles territórios. O que impediu um desenvolvimento mais rápido do método histórico foi a aversão que se tinha naquela época em enfrentar o exame dos fenômenos históricos a partir de pontos de vista novos, em oposição àqueles que tinham prevalecido até então na concepção e na representação da história. Essa aversão, ao mesmo tempo que contradiz a lei da hierarquia das ciências, responde por outro lado a uma lei muito diversa, que poderia ser enunciada desta forma: “O contorno geral de uma ciência e os seus objetivos fundamentais se definem sempre antes que suas aplicações particulares aos casos singulares”. Os filósofos da história, que também afirmaram a influência das condições externas, manifestaram maior interesse por outras questões, como o progresso da humanidade, o berço da civilização, a origem da religião etc. Contudo, o mérito da geografia foi o de ter levado a teoria das influências do ambiente a um terreno puramente científico de investigações particulares.

Além do *milieu*, Comte reconhece a existência de uma outra força secundária, que influi sobre o progresso humano favorecendo-o ou obstaculizando-o, que é a *concorrência social*, produzida pelo aumento da densidade da população, da consequente necessidade maior de alimentos, da mais minuciosa divisão do trabalho e da maior extensão da cooperação. Ele poderia muito bem ter compreendido esta força no conceito de *milieu*, na medida em que esta se refere a um elemento essencial do ambiente, ao espaço, ou seja, à amplitude do território. Trata-se, portanto, de uma das mais importantes conseqüências das relações entre a humanidade e o solo, à qual se poderia dar certamente um destaque maior, mas não separar do *milieu*. Deste modo, o velho problema teria sido levado àquele terreno no qual unicamente poderia se desenvolver cientificamente.

§12. **Karl Ritter** — “Como disciplina histórica, a geografia até hoje não passou de uma mistura variada, sem qualquer lei interna; sob o peso das escórias que a recobrem, aguarda o polimento que deverá transformá-la num sólido corpo científico.” Estas palavras, escritas por Karl Ritter em seu primeiro prefácio à *Geografia da África*, definiam a posição que a geografia deveria assumir agora diante das grandes questões até então reservadas à filosofia. Karl Ritter tem o mérito de haver reforçado o laço insolúvel que liga a geografia e a história, reconhecendo a importância geográfica dos problemas que constituem o terreno comum às duas ciências, e abrindo assim um amplíssimo campo de estudo à geografia.

No seu escrito *Ueber das historische Element in der geographischen Wissenschaft*¹⁷, Ritter define o programa completo desta parte da investigação geográfica. Ele demonstra nesse escrito como a geografia e a história estão por sua essência intimamente ligadas uma à outra e como “primeiramente a intuição obscura e depois a necessidade claramente compreendida pelos velhos e pelos novos historiadores e geógrafos levaram a se estabelecer efetivamente essa ligação”. Esta porém, diz Ritter, não pode ficar apenas na superficialidade. No final do escrito ele faz uma nitida distinção entre “as intromissões acidentais e aquele que é o elemento histórico (necessário) da ciência geográfica, elemento que não permanece inoperante, mas é ativo e se apresenta por toda parte como um dos fatores determinantes”. Acrescenta que se deve considerar como uma parte importante da ciência geográfica o estudo das “influências que o ambiente físico exerce tanto sobre o mundo inorgânico quanto sobre os organismos vivos, como também sobre o desenvolvimento dos indivíduos e dos povos, ou seja, de toda a humanidade”. Mas os espaços terrestres, considerados como “habitação do gênero humano”, não permaneceram imutáveis, especialmente porque o homem, mediante novos meios que busca para si (por exemplo, as comunicações), modifica suas relações com eles, e também pelo efeito das transformações que a Terra por si própria sofre. A humanidade vai se apegando cada vez mais à Terra, harmoniza-se cada vez mais com ela e se multiplica estabelecendo com a Terra um contato cada vez mais íntimo e utilizando com mais habilidade as condições dadas.

“Seguramente”, repete Ritter, “o dote distintivo da humanidade — dote que lhe servirá também para os milênios futuros — consiste exatamente em que esta não aprende a empregar e utilizar sua casa, o seu invólucro terrestre, como a alma em relação ao corpo, senão pouco a pouco, do mesmo modo que a criança, na fase dos sete aos doze anos, vai aprendendo a empregar sua força, a fazer uso de seus membros e de seus sentidos, a utilizar seus movimentos e suas funções para satisfazer as mais elevadas exigências do espírito humano.”¹⁸

A grande influência que estes conceitos exerceram deve ser atribuída não à sua novidade, pois eles já tinham sido expressos nos mesmos termos pelos filósofos do século XVIII, mas ao fato de terem sido formulados a partir do ponto de vista geográfico. O geógrafo não só estava mais preparado para estudar as condições naturais, que no caso eram o seu argumento, do que o filósofo ou o historiador para indagar suas influências históricas, como também deveria estabelecer a medida, o contorno e a determinação daqueles fenômenos, com o que ficava assegurada a abordagem positiva de uma parte do difícil problema. E, especialmente na segunda metade do sé-

¹⁷ Lido na Academia em 1833. Editado na *Einleitung zur Allgemeinen vergleichenden Geographie*. 1852.

¹⁸ *Einleitung zur Allgemeinen vergleichenden Geographie*, 1852, p. 102

culo XIX, o novo florescimento da cartografia histórica, fundada por Ortelius, a aplicação mais direta da cartografia à etnografia e à estatística, a tendência estimulada em todos os países a buscar as cifras mais exatas quanto possível da população, a maior consideração da antropogeografia, da etnografia e da geografia histórica às relações de espaço e de posição, representam já o fruto do exame mais atento do elemento histórico.

O pensamento de Ritter acerca da importância do solo em relação à história contém muitos conceitos “mecânicos”, que não recebem, contudo, em nenhum aspecto, uma abordagem clara. Para perceber a simples relação que se dá entre a superfície estável da Terra e a humanidade em transformação sobre ela, Karl Ritter deveria ter abandonado a concepção teleológica, a partir da qual ele considera os processos históricos como partes preordenadas de um grande plano de educação da humanidade. A teleologia não o teria impedido por si só de chegar à clara compreensão das simples relações que se interpõem entre comunidade e solo, e de estudá-las em cada um de seus mínimos aspectos. Mas ela obstruiu em Ritter a acuidade do instrumento lógico, inspirando nele uma incompreensível aversão a tratar os problemas antropogeográficos do ponto de vista puramente mecânico. Nele a concepção teleológica ao invés de permanecer em suspensão, como mera convicção, acima dos fenômenos singulares, chega ao ponto de estabelecer com cada um destes uma íntima ligação; daí a investigação se deter diante do fato particular numa inanição espantosa. Assim, ele se contentou em saber que a rica história do povo de Israel se desenvolveu sobre um território bastante estreito, situado em uma zona de fácil comunicação; mas não se preocupou em investigar como as condições físicas influíram particularmente sobre essa história, embora tenha descrito a região nos mínimos detalhes. Em outras palavras, a *Geografia comparada* de Ritter se desvia da tarefa grandiosa à qual ele pretendia destiná-la.

Ritter contribuiu notavelmente para a elevação da ciência geográfica através da obra que ocupou toda a sua vida, a clássica *Erdkunde im Verhältnis zur Natur und Geschichte des Menschen*, cujo título indica o alto propósito ao qual ela é dirigida; mas em meio a uma grande quantidade de materiais que o autor deveria ali pela primeira vez recolher e ordenar, aquele propósito é mantido apenas como idéia fundamental e não lhe foi possível chegar, caso por caso, à sua realização. Alguns de seus grandes discípulos — tendo à frente E. Kapp, cuja *Philosophische Erdkunde*¹⁹ apresenta, em linhas gerais, uma ampla exposição das influências que as condições naturais exercem sobre a história, realizada com alguma profundidade e a partir de um ponto de vista filosófico muito elevado — compreenderam plenamente o valor, a importância do conceito fundamental do mestre, fizeram também por vezes aplicações parciais deste, mas sobretudo não deixaram jamais de proclamar a influência vivificadora que este exercia sobre a matéria ina-

¹⁹ Publicada na segunda edição de 1868 sob o título de *Allgemeine vergleichende Erdkunde*.

nimada e inerte da geografia. Mas é singular como os esforços destes permaneceram isolados, e como fizeram avançar pouco e lentamente a ciência geográfica no seu conjunto.

A escola de Ritter progrediu, vivificando o árido material de estudo e de ensino da geografia que se limitava a nomes e cifras. Mas ainda muito tempo depois da morte do mestre, a própria geografia não tinha dado um impulso substancial ao grande problema das relações entre o homem e a natureza. Nada pode ser mais valioso para caracterizar este período de estagnação científica que os geniais artigos nos quais O. Peschel analisou criticamente em *Ausland*, a partir de 1859, as chamadas *Rittersche Ideen* para demonstrar que a tentativa de investigar as leis da influência exercida pelas condições naturais sobre o homem e sobre os povos feita por Karl Ritter na sua *Geografia comparada* tinha fracassado. Na verdade, o próprio Peschel tentou depois, contrariando a opinião ali enunciada, passar a conclusões de caráter antropogeográfico na sua *Völkerkunde* (1875). Contudo, sua crítica demonstra como as opiniões e as intenções de Ritter foram pouco compreendidas naquela época.

Assim, a uma certa altura, O. Peschel critica Ritter por ter dado grande importância à determinação do recorte das costas não

“com o objetivo de investigar as mutações ocorridas nas formas iniciais, mas para assinalar as diferenças de conformação e demonstrar como a maior articulação da terra firme favorece a evolução dos habitantes e a menor articulação influi em sentido contrário”²⁰.

Isto significa que, segundo Peschel, Ritter deveria ter tratado este argumento do ponto de vista da ciência natural e não no sentido geográfico como ele o entendia, ou seja, deveria ter se proposto uma tarefa que é de comum atribuição da geologia e da geografia física, e não uma tarefa de caráter histórico-geográfico. A crítica injusta deriva de uma concepção muito restrita da geografia e, no fundo, revela também que ela é movida por uma compreensão deformada. Critica-se aquilo que não se compreende. A oposição de Peschel e de outros geógrafos às idéias de Karl Ritter encontra sua razão de ser ainda na dificuldade de separar aquilo que no estudo da influência exercida pelo ambiente físico sobre a história pode ser assumido com valor de lei. O próprio Peschel diz:

“A verdadeira razão pela qual se torna tão difícil resolver os problemas da geografia comparada no sentido pretendido por Ritter consiste na impossibilidade de avaliar a alma humana nos seus múltiplos aspectos. Quem pretende descobrir leis deve demonstrar que as mesmas causas produzem os mesmos efeitos onde quer que seja”.

Ora, exatamente nisto Ritter se aproximou mais da verdade do que Peschel: pode-se dizer apenas que ele mais intuiu do que efetivamente desco-

²⁰ *Abhandlungen*. I, p. 376 et seqs.

briu. Retornaremos mais adiante ao erro lógico que está contido naquela crítica, na medida em que esta pretende descobrir leis naturais onde não podem existir leis naturais no sentido estrito do termo. Evidentemente, a aproximação daquela ciência que, do mesmo modo que a morfologia e mais precisamente a anatomia, é designada com o nome de geografia comparada, à geografia do homem, aproximação que mesmo em Ritter deu lugar a uma mistura cheia de equívocos, fazia com que se tornasse natural que qualquer pessoa, naquela época em que a geografia era estudada geralmente sem esforço de reflexão, se dedicasse ao estudo da Terra com idéias de filósofo. Maury, na sua obra *La Terre et l'homme*, que ele próprio definia como introdução à história universal, não renunciou tampouco, assim como Ritter, a especular sobre aquilo que se costuma denominar homologia geográfica.

No momento em que Karl Ritter se lançava à sua grande *Geografie comparada*, a geografia se encontrava diante destes impulsos que vinham dela própria em condições totalmente diversas daquelas da história. Ao dedicar maior atenção ao ambiente físico, no qual se tinham desenvolvido os acontecimentos históricos, esta vislumbrou sobretudo uma oportunidade para tornar suas imagens mais bem articuladas e mais atraentes; aquela, por sua vez, se viu diante de uma tarefa de investigação das mais difíceis e desse modo permanecerá sempre, já que essa tarefa pressupõe o conhecimento seguro tanto do elemento natural como do elemento humano, enquanto os dados mais importantes da pesquisa se perdem em um passado imperscrutável, e por outro lado as influências da natureza penetram até nos mais íntimos recessos, sejam materiais ou espirituais, do homem. Para uma ciência jovem, como a geografia do século XIX, um problema deste tipo devia causar receio. Por outro lado, quantas coisas mais simples e de necessidade mais imediata estavam ainda por serem feitas! O próprio Karl Ritter não teve tempo para nos oferecer uma precisa e completa aplicação dos seus conceitos, e nem mesmo para nos indicar particularmente o caminho para chegar a eles. Desse modo se explica como a princípio suas idéias acerca da interpenetração da geografia e da história tiveram maior eficácia prática entre os historiadores do que entre os geógrafos. No terreno histórico aquelas idéias poderiam levar a obras de caráter predominantemente artístico, que pelos mecanismos adotados resultaram, dada a sua natureza, de mais fácil criação e realização. Comparemos entre essas obras as excelentes descrições que Grote e Curtius nos ofereceram da Grécia. Considerando devidamente a arte singular de Curtius, é lícito afirmar que a maior amplitude de sua observação e o fato de ter conseguido dar mais vida ao rude elemento topográfico são méritos que vieram do impulso de Karl Ritter: a distância entre Grote e Curtius é grande, muito maior do que nos seja possível indicar aqui. Quem queira compreender no que consiste a influência e a herança de Ritter observe quanto um discípulo como Curtius pôde aprender do mestre e encontrará aí uma resposta bastante satisfatória. A bela introdução geográfica à *Geschichte Italiens* de Leo (1829) é provavelmente a primeira obra histórica alemã onde se percebem com bastante nitidez as influências de Ritter, embora

já na sua *Universalgeschichte* este genial historiador tivesse recordado com profundo respeito a geografia de Ritter e dela tivesse feito amplo uso.

Mas no campo geográfico o que ocorre é bem diverso. Aqui as idéias de Ritter definiram as tarefas cuja execução precisa talvez permaneça para sempre impossível. Apenas um cientista as enfrentou de modo sistemático e completo, Ernst Kapp, na sua *Philosophische Erdkunde* (1845), enquanto outros produziram bons estudos particulares, como J. G. Kohl, na obra *Der Verkehr und die Ansiedelungen der Menschen in ihrer Abhängigkeit von der Gestaltung der Erdoberfläche*, madura e densa de idéias (1841), Arnold Guyot nos seus *Princípios de geografia física comparada em relação à história do homem*, B. Cotta no seu *Deutschlands Boden* (1854), Kriegg nos seus escritos de geografia geral (1840), e alguns outros posteriormente.

Mas isto é pouco em comparação ao ímpeto com que o elemento geográfico vem se afirmando entre as obras históricas, que a partir desse momento não podem mais ser concebidas sem uma introdução ou mediações geográfico-topográficas, e menos ainda em comparação à renovação que se manifestou no campo das ciências naturais associadas à geografia (A. v. Humboldt, Peschel), e no campo da história das descobertas geográficas ou da geografia entendida conforme o antigo conceito de D'Anville²¹.

Mas também por parte dos historiadores não foi poupada a Ritter a sorte de ser erroneamente compreendido. É verdadeiramente desalentador ouvir de um cientista como E. Curtius que Ritter “não avaliou como devia a aplicabilidade diversa do seu conceito fundamental conforme as épocas”²², e isto depois de Ritter, já em 1833, no seu escrito citado, *Ueber das historische Element in der geographischen Wissenschaft*, ter afirmado com tanta clareza que para o homem civilizado a influência das condições naturais se atenua gradativamente à medida que ele progride, enquanto permanece imutável apenas para o homem primitivo. Na verdade, julgamos esse conceito discutível e a ele retornaremos. Contudo, declaramos com franqueza que não há, em toda a *Geografia* de Ritter, nenhum princípio relativo às relações entre o homem e a natureza que não nos sintamos dispostos a subescrever. Apesar de que seria desejável que hoje alguns daqueles princípios fossem apresentados de outro modo: objeção esta que tem origem apenas na forma sob a qual se nos apresentam algumas afirmações de Ritter; isto é, uma abundância de palavras em que se percebe muito de filosofia natural, e que é ao mesmo tempo, em conseqüência da firme convicção do autor, mais pretensiosa, o que não favorece absolutamente a clareza da abordagem.

Na verdade, a época de Ritter pecou muitas vezes por uma certa presunção verbal; além disso, teve especial simpatia por aquelas construções científicas que avançavam tanto até o limite da obscuridade. Mas estas são

²¹ Heermann Wagner melhor do que qualquer outro delimitou as causas pelas quais o incitamento vindo de Karl Ritter permanece infecundo no campo geográfico. V. *Geographisches Jahrbuch*, 1879, p. 565 et seqs.

²² *Göttingische Gelehrte Anzeiden*, 1870, p. 572.

considerações formais que não justificam as objeções relativas à substância da obra de Ritter. Também a história de outras ciências nos mostra como, na investigação de alguns problemas difíceis de serem analisados pelo emaranhado e a confusão dos fios que conduzem das causas à busca dos efeitos, advêm facilmente períodos de interrupção, cuja principal característica exterior é que desses problemas se fala com veemência tanto maior quanto menor é a vontade de enfrentá-los, e se se atém então com particular preferência a discutir de forma acadêmica os métodos de investigação, traçando esquemas segundo os quais esses métodos deveriam ser aplicados. É um estado de espírito comparável ao de certas pessoas que se propõem a tomar um banho frio e ficam caminhando para cima e para baixo à margem da água sem ousar mergulhar nela, e enquanto isso se entretêm a falar da vantagem que se obtém deixando-se esfriar gradativamente. Assim ocorreu também no campo dos estudos geográficos depois da morte de Ritter, quando se discutia pelo direito e pelo avesso o papel que a humanidade deveria ocupar na geografia, uns pretendendo excluí-la totalmente, outros querendo atribuir-lhe o papel principal. E enquanto isso, o estudo não conseguia progredir senão por mérito de alguns escritores isolados.

Nos conceitos dos historiadores sobre as bases geográficas da história, buscava-se em vão qualquer indício de uma investigação profunda. Alguns procederam apenas por aforismos. A forma geral de formular estes conceitos revela por parte de quem os exprime uma percepção pouco clara da sua verdadeira essência. Sob as expressões *lei histórica*, *lei natural do território*, *lei natural do povo*, das quais as duas últimas aparecem algumas vezes contrapostas e outras vezes acompanhadas da primeira, oculta-se a intuição incerta de uma necessidade mais profunda que regula a evolução histórica. É verdade que estas revelam a direção bem determinada segundo a qual uma certa evolução histórica se realiza, mas não são capazes de caracterizar com segurança suas causas, cuja natureza histórica apenas intuem. Todas aquelas palavras, embora plenas de pressentimento, obscurecem mais do que esclarecem. As metáforas mais felizes não servem senão para desviar da verdade, ou pelo menos obrigam a fazer uma longa volta antes de chegar a ela. Examine-se o valor de uma imagem tão freqüentemente repetida, a da *gravitação* dos Estados e dos povos, que Droysen costumava substituir por outra, a da "*Ponderation der Mächte*". Pois bem, será que esta imagem contribuiu para fazer conhecer melhor as forças de atração política cuja ação é sem dúvida inegável? Para dizer a verdade, ela não serviu sequer para colocar claramente o problema. Uma fórmula de conteúdo tão genérico não põe em evidência a necessidade das influências de que se trata, nem deixa entrever as fronteiras dentro das quais estas permanecem limitadas. Na *História romana* de Mommsen lêem-se expressões como esta:

“em virtude da lei pela qual um povo já elevado à condição de Estado atrai para si os povos politicamente inferiores e um povo incivilizado absorve os po-

vos vizinhos que progrediram menos, lei que tem valor geral e é lei natural tanto quanto a lei da gravidade”;

ou esta outra:

“era uma idéia genial, uma magnífica esperança que guiava César além dos Alpes: a idéia e a confiança de lá conquistar para os seus concidadãos uma nova pátria além de suas fronteiras, e regenerar pela segunda vez o Estado constituindo uma base mais ampla”²³.

Mas se se examina estes conceitos mais de perto, vê-se que eles não são tão claros e persuasivos como possam parecer à primeira vista. Muitos Estados, especialmente na Antiguidade, conquistaram uma base mais ampla sem com isto se regenerar; e à absorção da barbárie germânica pelos romanos corresponde o esfacelamento do Estado e da sociedade romanos, razão pela qual esse fato histórico nos parece mais um processo de recíproco desenvolvimento em que a vitória cabe ao final ao elemento bárbaro. Não que não se compreenda o que o historiador quer dizer; mas seria desejável que os importantíssimos processos históricos aos quais se acena tivessem sido examinados a fundo antes de serem apresentados sob a forma de leis. Exatamente o aspecto do seu conteúdo, que tem valor de lei, deveria ser separado para que assim se tornassem manifestas as circunstâncias acessórias entre as quais essa lei é exercida. Um trabalho desse gênero conduziria seguramente à observância do elemento geográfico. E, quando esse trabalho fosse concluído, se teria também fórmulas científicas mais claras.

²³ *Der Staat und sein Boden* (“Abhandl. der k. s. Ges. der Wissenschaft”, 1896), p. 4.

2. O HOMEM E O AMBIENTE

§13. Opiniões relativas à influência da natureza sobre o homem — A questão da influência que a natureza exerce sobre as condições físicas e intelectuais do homem teve a sorte menos propícia que possa caber a um problema científico; ela vinha sendo discutida longamente e dos pontos de vista mais diversos antes que se chegasse a analisá-la e a penetrá-la intimamente com os meios da investigação científica. Ainda hoje sua abordagem é feita de modo totalmente superficial e apresenta aquele caráter de indeterminação, aquelas repetições, aquele retornar a vias já abandonadas, próprios dos problemas que não parecem ter esperança de solução, como era a questão da criação antes de Darwin, de Wallace e de Moritz Wagner. A obscura e exagerada afirmação “o homem é produto do ambiente” é combatida com uma outra afirmação igualmente absoluta e pouco consistente. Esta disputa nem sequer apresentaria esperança de conclusão se não restasse a confiança de que os conceitos não se opõem tão asperamente um ao outro como as palavras. Não é possível refutar palavra com outra palavra: mas felizmente os conceitos revelam por si próprios, com o tempo, a sua verdade intrínseca, e por si sós coordenam-se entre si ou se subordinam uns aos outros conforme sua íntima afinidade e seu valor.

A oposição em acolher o conceito de que a natureza exerce influências profundas sobre a história do homem encontra uma aparente justificativa na confusão das causas que determinaram essas influências e no fato de que não se pode estabelecer uma distinção entre influências mais ou menos duradouras e mais ou menos profundas. As fontes de erro são tantas e tão profundas, que mesmo o trabalho de calma investigação corre o risco de ser conturbado. Na verdade é forçoso reconhecer que nós temos uma tendência tão viva a admitir a possibilidade de profundas transformações interiores

por efeito das impressões fugazmente intensas que as condições externas podem produzir, que essa tendência deveria ser freada e não deixada excessivamente livre, o que tem acontecido há muito tempo sem que a ciência chegasse a qualquer resultado de valor duradouro.

Que não se nos acuse de superficialidade se fazemos aqui uma consideração de caráter formal. A palavra se impõe ao intelecto mais do que se possa acreditar, e nunca com tanta força como quando a mente está em busca da palavra mais apropriada para exprimir a idéia. Nesta busca está o germe de grandes descobertas ou de grandes erros. Neste momento tanto o geógrafo que descreve como o historiador que narra se deixam facilmente levar, pelo amor da construção estilística, a ordenamentos que sua fria razão rejeitaria. Por isso, nós que também buscamos sempre considerar o homem em correlação com o solo que o abriga não nos sentimos em condições de aceitar uma comparação como esta que recentemente encontramos em Reclus: “Climat, production et peuples se ressemblent de chaque côté du grand portail de Bab-el-Mandeb, dans l'Éthiopie et le Yemen”.

Na narração de sua viagem de Massaua a Cordofan (*Die deutsche Expedition in Ost-Afrika*, p. 8), Munzinger diz:

“A natureza é aqui uniforme, nenhum monte se destaca no alto, nenhuma cadeia de montanhas que se distinga ou uma vasta planície conferem ao conjunto característica própria e unidade; também a vegetação arbórea é de altura média e predominam as gramíneas — e assim é o homem e o seu modo de ser; nada que revele o esforço de ascender, nada que domine o ambiente; não se encontram senão comunidades próximas umas das outras, sem unidade política nem diferenças de civilização”.

Sem dúvida, esta equiparação das condições naturais às condições humanas produz estilisticamente uma agradável impressão; mas só estilisticamente, pois que outra justificativa poderia encontrar aquele “e assim”, que pretende estabelecer uma relação recíproca entre dois grupos de fatos que ao invés disso estão tão distantes entre si? Talvez nem mesmo o autor se tenha dado conta da consequência que adviria se entre aqueles dois grupos de fatos viesse a se estabelecer aparentemente desse modo uma relação de causa e efeito.

Não se pense que encontrar este exemplo nos tenha custado um grande esforço. As literaturas geográfica e histórica estão repletas de expressões e afirmações desse tipo. A experiência ensina que em qualquer campo da ciência quanto mais vasta é a matéria ainda não ou incompletamente conhecida ou mesmo incognoscível, tanto mais forte é a tendência a uma refinada arte representativa, como se apenas esta fosse capaz de tornar menos sensível a presença dos graves problemas não resolvidos. Ora, por estes exemplos é possível deduzir a amplitude do nosso tema; mas o que pretendemos é sobretudo extrair daí uma lição, de que é preciso prudência ao chegar a equiparações

deste tipo, que talvez possam ter às vezes valor de verossimilhança mas que não contêm em si um caráter de lei. É justamente na sedução que esses problemas exercem sobre o homem que se oculta o enorme perigo de chegar a conclusões apressadas, e é por isso que pretendemos proceder com extrema cautela. Não é nossa intenção expor aqui um levantamento completo das razões alegadas para negar a influência da natureza sobre o corpo e sobre o espírito do homem. Queremos apenas apontar as razões principais para mostrar em que direção se movem e de que concepções descendem.

Hume, em um de seus interessantes *Essays*, indicou, para negar a influência do ambiente físico sobre o caráter dos homens, nove argumentos fundamentais que representam um magnífico exemplo das conclusões errôneas a que se pode chegar às vezes ainda hoje diante de fenômenos tão complicados.

Antes de mais nada Hume explica a questão de um ponto de vista muito restrito, na medida em que entre as “causas naturais do caráter nacional” ele compreende apenas o “clima²⁴ e as condições meteorológicas”, e só ocasionalmente indica também o alimento. Além disso, embora reconhecendo a importância que teria o exame destas causas hipotéticas, ele nunca aprofunda a análise. “Estou inclinado”, diz ele, “a duvidar de que estas causas possam ter influência sobre o caráter nacional; e não creio que os homens devam algo do seu intelecto ou do seu espírito ao ar, ao alimento ou ao clima” (*Essays*, I, XXI. “Of national characters”). E demonstra sua assertiva afirmando que um estudo comparado dos povos revela sem dúvida trocas recíprocas dos costumes e hábitos, mas jamais uma troca das influências do ar e do clima. O modo como ele faz esta demonstração é uma prova da insuficiência do método rigorosamente indutivo na abordagem dos problemas histórico-filosóficos, assim como as construções da nossa filosofia especulativa são por sua vez do método rigorosamente dedutivo. Não seria possível chegar a uma demonstração mais evidente de como ao instrumento lógico, ao método, deve-se atribuir sempre parte do bom ou do infeliz resultado científico. Tentaremos contrapor aqui a seus argumentos a refutação, muitas vezes bastante óbvia.

1. Em grandes impérios, como a China, a característica do povo se mantém uniforme apesar das diferenças de clima.

2. Pequenos Estados vizinhos entre si apresentam freqüentemente, apesar da semelhança das condições naturais, grandes diferenças na característica do povo: Tebas e Atenas.

1. Com o sucessivo progresso das pesquisas ficou provada a existência de diferenças cada vez maiores entre os chineses do norte, do sul, do leste e do oeste.

2. Diferenças de origem e de condições naturais que, no caso de Atenas e Tebas, nenhuma grande comunidade histórica teve meios e tempo de eliminar.

²⁴ V. também a este respeito o capítulo sobre clima.

3. Frequentemente as fronteiras políticas são ao mesmo tempo linhas de nítida separação entre as características nacionais: Espanha e França.

4. Raças dispersas como os hebreus e os armênios apresentam em relação ao povo entre o qual vivem diferenças tão grandes quanto é a semelhança que têm entre si.

5. Eventuais diferenças de religião, língua etc. fazem com que povos que vivem juntos apresentem características extremamente diversas: gregos e turcos.

6. Os povos colonizadores conservam suas próprias características para onde quer que se transfiram [Kant se aproxima dessa opinião quando na sua *Antropologia* (4.^a ed., p. 292) afirma que o clima e o solo não bastam para explicar as características de um povo, porque as migrações de povos inteiros demonstraram que esses povos não modificaram suas características em consequência da mudança de sede].

7. Em um mesmo território, o mesmo povo apresenta nos diversos períodos grandes diferenças de características: gregos antigos e modernos, iberos e espanhóis, romanos e italianos.

8. Os povos que estão em estreita relação adquirem uma grande semelhança de características.

9. Aqui são povos entre povos tão diversos que se pode dizer que não têm nenhuma característica comum.

3. A Espanha e a França são países muito diversos pela posição e pelo solo e, conseqüentemente, é diverso o curso da sua história.

4. Ninguém nega que existam diferenças no modo como os povos sofrem as influências externas.

5. Os turcos e os gregos viveram juntos nas mesmas regiões por um tempo relativamente curto. Todavia a posição européia-asiática de suas sedes influi sobre os dois povos de maneira igual.

6. As diferenças entre os habitantes da Nova Inglaterra ou da Virgínia e os ingleses, entre os bôeres da África do Sul e os holandeses se manifestaram no curso de apenas alguns séculos.

7. Os povos descendentes dos gregos e dos romanos se diferenciaram logo de seus progenitores por efeito de miscigenações e pela mudança de posição econômica e política.

8. Isso, porém, quando as relações são acompanhadas de misturas de sangue e intercâmbio de civilização.

9. Nenhum povo e nenhuma raça são privados de características fundamentais da humanidade onde quer que se situem. Contudo, as mais profundas diferenças de raça derivam, em parte, do ambiente.

§14. Variedade das influências que a natureza exerce sobre o homem

— Examinando os argumentos de Hume nos convencemos de que em grande parte eles resultam de observações incompletas, e que, por outro lado, ele não reconheceu a importância que cabe ao tempo na formação das diferenças entre os povos singulares. Hume não percebe que as pesquisas de que se trata não podem quase nunca se limitar ao exame das relações diretas entre povo e território, e isto porque é raro poder admitir que, no espaço de tempo durante o qual, segundo nosso conhecimento, um povo permanece sobre um determinado território, se verificarem nele modificações sensíveis, ainda que se aceite que durante aquele tempo esse povo tenha se mantido puro de misturas estranhas. Este tipo mais simples de problemas, nos quais causa e efeito se unem no tempo e no espaço, aparece apenas na pesquisa das influências que a natureza exerce sobre os atos dos homens, e é esta exatamente a distinção que Hume não faz. Os seus exemplos contemplam sempre apenas a pesquisa das causas prováveis de determinadas características de uma raça, de um povo, de uma tribo, apoiada sobre o exame das propriedades do solo, da água, do clima do território correspondente. Ora, na maior parte dos casos, essa pesquisa requer o estudo dos difíceis problemas fisiológicos e psicológicos.

Tomemos um exemplo. Quando, sob a influência do clima deprimente das baixadas tropicais, os arianos, que provêm das regiões elevadas do noroeste e penetram na baixa-planície oriental da Índia, deixaram de ser os “perfeitos” ou os “dominadores”, como seu nome os designava, o fenômeno a que sucumbiram teve um caráter puramente fisiológico. Se a fisiologia humana quiser estudar este processo é necessário que examine antes o fenômeno fisiológico no organismo singular e depois a ocorrência deste no conjunto daquele povo a fim de encontrar sua explicação em uma série de causas naturais de extensão geral. Desde que a fisiologia estabeleceu assim a relação entre a natureza e o homem singular, e depois entre aquela e todo o povo, a geografia aceita esta relação como dada de fato e a utiliza para seus fins. Mas o estudo de como os arianos, seguindo em direção ao sul e a oeste os cursos do Djemna e do Ganges, entraram em choque com povos que há muito tempo viviam ali sedentariamente, e os expulsaram ou se imiscuiram entre eles, impelindo tribos do seu próprio povo e repelindo outras que estavam antes decadentes, este estudo contempla uma questão de espaço e é portanto um problema meramente geográfico. E, ao mesmo tempo, cabe à geografia o exame das formações políticas nas quais os conquistadores se dividem no momento em que se estabelecem em um novo território. É tarefa ainda do geógrafo examinar e depois descrever ou expressar graficamente o processo pelo qual aquelas tribos se sucederam, desde os bharatas, que foram se estabelecer no alto Ganges e cujo assentamento parece ter posto fim à migração, até os magadhas impelidos ao sul do Ganges, que representaram como que a ponta da cunha ariana que penetrou com mais profundidade entre as populações aborígenes. Enfim, houve condições naturais que favoreceram ou obstaculizaram a expansão daquelas tribos, o seu isolamen-

to, os seus esforços para manter-se e consolidar-se; por isso, além do exame das relações de espaço indicadas acima, cabe ainda ao geógrafo o exame destas causas e circunstâncias naturais.

Além das influências fisiológicas e geográficas a natureza exerce ainda outras na medida em que pode permitir pelo menos a um povo ou a uma fração deste ampliar ou reforçar cada uma de suas características ou adquirir outras através de associações adequadas. Um território fechado em si mesmo favorece a formação de um povo homogêneo impedindo ou limitando a penetração de elementos estranhos. Por esta razão as ilhas se caracterizam em geral por uma grande homogeneidade étnica e de civilização de seus habitantes. Ao contrário, um território muito aberto favorece a miscigenação e o cruzamento dos povos. No caso que tomamos como exemplo deu-se exatamente uma influência deste segundo tipo na profunda miscigenação dos *vaisias*, ou membros das estirpes imigradas, com os *sudras* aborígenes, pois no vasto baixo-vale do Ganges não existiam barreiras naturais que obstaculizassem essa miscigenação, que por isso não pôde ser impedida nem mesmo pela mais rigorosa separação entre os castos e os "de cor"; ao contrário, nos vales das montanhas, onde as alturas diante da barreira etnográfica do Himalaia separam pequenos compartimentos étnicos naturais, o sangue ariano mantém-se mais puro que nas regiões circundantes e ao mesmo tempo se mantém pura, em alguns compartimentos montanhosos da península, a cor morena dos aborígenes. Exemplos do primeiro caso são os *kascias* e os *dasus* do Himalaia, e do segundo os *paharias* da cadeia do Radshmahal.

Observemos finalmente como, após a mudança de sede, uma profunda modificação se manifesta também nos costumes e nas concepções das comunidades arianas; modificação que se relaciona ao deslocamento que se dá de uma sede mais elevada, mais fresca, naturalmente mais pobre, situada no altiplano norte-ocidental, aos vales profundos, quentes, naturalmente ricos, até bastante ricos, dos grandes rios da Índia, e encontra evidentemente sua causa principal na abundância diversa com que a natureza lhes havia prodigalizado e prodigalizava os seus dons nas duas sedes. E eis que uma comunidade pastoril se transforma em comunidade agrícola, que tribos uniformemente sóbrias e quase pobres se transformam em um povo composto de alguns ricos dominantes com inúmeros súditos carentes, que uma comunidade pouco numerosa se constitui num povo multiplicando-se com enorme rapidez.

Examinamos assim quatro formas de influência da natureza sobre o homem: 1.º) Uma influência que se exerce sobre os indivíduos e produz nestes uma modificação profunda e duradoura; primeiramente ela age sobre o corpo e sobre o espírito do indivíduo e é por sua natureza fisiológica e psicológica; e só mais tarde passa assim ao âmbito da história e da geografia, isto é, quando se estende a povos inteiros. 2.º) Uma influência que direciona, acelera ou obstaculiza a expansão das massas étnicas. Esta determina a direção da expansão, sua amplitude, a posição geográfica, os limites. 3.º) Uma influência mediata sobre a essência íntima de cada povo que

se exerce impondo a ele condições geográficas que favorecem o seu isolamento e por isso a conservação e a reafirmação de determinadas características, ou facilitando a miscigenação com outros povos e portanto a perda das próprias características. 4.º) Finalmente uma influência sobre a constituição social de cada povo que se exerce ao oferecer-lhe maior ou menor riqueza de dotes naturais, ao facilitar-lhe ou tornar-lhe difícil primeiramente a obtenção dos meios necessários à vida, e depois dos meios necessários ao exercício da indústria e do comércio e pois a obtenção da riqueza por meio da troca. Como se vê, destas quatro questões as três últimas têm estreita conexão com a geografia enquanto a primeira nada tem a ver com esta; e por isso é absolutamente necessário examinar aqueles problemas à parte, antes de enfrentar o estudo daquele conjunto que se refere à influência da natureza sobre os destinos da humanidade.

§15. A variabilidade dos povos — Duas são as propriedades gerais nas quais os naturalistas dos nossos tempos reconhecem as causas mais importantes daquelas transformações graduais que, com o transcorrer de longos períodos de tempo, atingem os grandiosos resultados que a história da criação nos apresenta: a variabilidade e a hereditariedade. A primeira produz as modificações, a segunda as transmite depois à descendência. Hoje não há dúvida de que a variação das condições naturais contribui fortemente para criar essas modificações; também outras variações de caráter artificial concorrem aqui como bem o sabem os criadores de plantas ou de animais domésticos; mas é óbvio que no estado natural as condições que exercem a sua influência devem ser quase sempre naturais. Seria de se excetuar apenas algumas influências de caráter totalmente particular, como por exemplo aquelas que se produzem quando os seres se apresentam associados nos chamados “estados animais”.

De qualquer modo, importa-nos aqui constatar que as influências naturais produzem modificações nos organismos que, para usar as palavras daquele que foi nesta matéria o maior pensador,

“freqüentemente pequenas mutações nas condições de vida influem de modo determinado sobre nossas plantas e animais domésticos já por si próprios variáveis; e do mesmo modo que as influências daquelas mutações ao produzir uma variabilidade geral e indeterminada se acumulam gradativamente, isto pode ocorrer também com seus efeitos determinados. E pode ser portanto que a influência das mutações ocorridas nas condições externas, que se exerce através de uma longa série de gerações, produza nos organismos grandes modificações determinadas. Em alguns casos verificou-se que comunidades expostas a consideráveis mutações de clima, de alimento ou de outras condições sofreram em todos ou em quase todos os seus indivíduos efeitos consideráveis. Isto ocorreu e ocorre ainda com os europeus nos Estados Unidos, com os cães europeus na Índia, com os cavalos nas ilhas Falkland, com os diversos animais em Angola, com as ostras forasteiras no Mediterrâneo, com o milho cultivado na Europa com sementes provenientes das zonas tropicais. Temos razões para crer que também

organismos em estado selvagem possam sofrer várias modificações determinadas por efeito de condições externas a que se encontrem há muito tempo expostos²⁵.

Não nos esqueçamos porém de acrescentar a restrição que se segue logo depois:

“Embora se deva admitir que novas condições de vida possam às vezes modificar os organismos em um sentido determinado, é necessário porém colocar em dúvida que a influência direta de condições externas modificadas possa ser suficiente para formar espécies bem diferenciadas sem a concorrência da seleção natural ou artificial”²⁶.

Em lugar da *seleção natural* ou *artificial* se nos permita aqui usar ao final do último período citado os dois conceitos geograficamente mais óbvios da *migração* e do *isolamento*, substituição que não infirma em absoluto a substância do que foi exposto.

Não devemos pois considerar a variabilidade do homem de maneira tal que em certo sentido qualquer influência externa deva deixar sobre ele sua marca, e uma marca característica cuja natureza se possa até reconhecer; o homem é um organismo que segue as *próprias* leis e que sempre de acordo com estas, embora de forma independente, elabora tudo aquilo que lhe provém do exterior. Este afirmar-se da individualidade humana em meio às influências exteriores, não obstante as violentas relações que lhe são impostas, constitui um elemento essencial do conceito de *vida*, conceito que Herbert Spencer expressou de modo mais completo precisamente porque compreendeu o fato da contínua adaptação das condições internas às condições externas²⁷, e ao qual Augusto Comte mais ou menos no mesmo sentido atribuiu como condição fundamental a existência de uma “harmonia entre o ser vivo e o ambiente que o circunda”. O fato de as formas orgânicas se modificarem com a mutação das condições externas pode ser considerado hoje como universalmente aceito; a isso porém se acrescenta uma constatação experimental de importância não menos universal, isto é, que freqüentemente tais modificações no indivíduo encontram logo um limite além do qual se tornam insignificantes; que, por outro lado, diante de influências externas da mesma intensidade nem todos os organismos se modificam na mesma medida, e que finalmente quando cessa a ação dessas influências verifica-se um retorno à forma primitiva, de modo que se pode dizer que a forma, a individualidade do organismo tem uma forte tendência a se manter. Contudo, dado que as observações de que dispomos são muito recentes, como temos lembrado repetidas vezes, parece-nos prematura a afirmação de Darwin: “O tipo de modificação depende em maior medida da natureza e da constituição

²⁵ DARWIN, *The variation*, II, p. 290

²⁶ *Ibid.*, II, p. 292.

²⁷ *Principles of biology*, I, §29.

do organismo que da natureza das condições externas que mudaram”²⁸. Verifica-se de todo modo como era escasso o fundamento do conceito de que os povos podem se adaptar exatamente ao seu ambiente como se este fosse uma massa plástica, de modo a se tornar com o tempo um espelho do próprio ambiente; e como por outro lado se impõe a constatação de que os povos, sendo constituídos por organismos vivos, estão sujeitos à lei da variabilidade, não podendo portanto subtrair-se à ação das influências externas.

Raramente ocorre que uma característica física ou intelectual se deva a uma influência externa cuja ação tenha se desenvolvido rapidamente. A largura do tórax que se verifica nos habitantes do *puna* na América do Sul pode ser atribuída, sem medo de errar, ao ar penetrante daqueles altiplanos. Mas em geral a pesquisa das causas determinantes tem sido feita sobre os fenômenos mais difíceis e de origem mais complexa. Um dos temas favoritos é o da cor morena dos negros e sobretudo da diferença da estrutura de sua pele. Ora, quem lê o fidelíssimo levantamento feito por Waitz na sua *Anthropologie der Naturvölker*²⁹ de opiniões mais ou menos razoáveis formuladas sobre este argumento debatido desde a Antiguidade fica surpreendido sobretudo ao observar a amplitude da possibilidade de hipóteses de que a mente humana dispõe. Contudo, todas aquelas hipóteses acerca das causas locais do fenômeno não nos levaram um passo adiante em direção à solução do problema. Foi a fisiologia moderna que nos socorreu aqui decisivamente orientando-nos por uma outra via. Possuímos dois dados de fato: a abundante evaporação dessa pele e a possibilidade que tem o negro de permanecer exposto sem sofrer a um calor muito intenso sob o qual a pele do branco se recobriria de bolhas. O nexa fisiológico entre os dois fatos é evidente: a abundante evaporação é uma característica útil pelo resfriamento que produz, e portanto é provável que o homem a tenha adquirido vivendo no clima quente, e justamente para suportar esse clima. Partindo deste dado podemos agora ir adiante com muito mais segurança do que se tivéssemos partido da constatação geográfica de que as cores mais escuras se encontram nas zonas tropicais, constatação cujo valor, como é de se notar, é ainda minimizado pelo fato de que naquelas quantíssimas regiões se encontram igualmente cores claras. Depois disso, a pergunta será provavelmente esta: “Onde e quando se formam as cores escuras nos homens de cor clara?”. E a terceira: “Como se comporta a cor escura nos climas frios e a cor clara nos climas quentes?”. O resultado final destas indagações será que estaremos pelo menos próximos da causa fisiológica da cor escura e da estrutura da

²⁸ *The variation*, II, p. 250. Cf. também a passagem seguinte (extraída de uma carta de Darwin a Moritz Wagner (“Kosmos”, IV, p. 10): “Na minha opinião o maior erro que cometi foi o de não ter atribuído importância suficiente à influência direta do ambiente (alimento, clima etc.), independentemente do fenômeno da seleção natural”.

²⁹ *Anthropologie der Naturvölker*, I, p. 45 et seqs.

pele dos negros. Depois disto a geografia passa a descrever a difusão daquela cor sobre a superfície terrestre; e é só neste ponto que a sua intervenção pode se tornar útil e proveitosa.

Podemos portanto estabelecer como regra que nas pesquisas relativas à influência que a natureza exerce sobre características materiais ou espirituais dos povos, o argumento da sua difusão geográfica deve ser sempre deixado à parte ou por último, porque ele induz ao erro com extraordinária facilidade. Dada a imensa mobilidade do homem aquelas características não permanecem exclusivas dos territórios de cuja influência foram produto, pois elas migram com o homem que as adquiriu; e nesse caso sua duração depende das condições internas do organismo que as possui (v. §20).

§16. As influências naturais consideradas em relação com a formação e a constituição dos povos — Em uma época como a nossa, quando em qualquer estudo científico se busca introduzir o fundamento genético, é surpreendente ver aquele importante problema da influência que a natureza exerce sobre o homem ser tratado sem nenhuma atenção ao processo de formação dos povos. Agora que compreendi que um povo sob a influência de certas condições naturais adquire determinadas características, considero ainda como muito importante para o êxito final da minha pesquisa saber se esse povo ao sofrer essas influências já estava completamente formado ou ainda *em vias de formação*. Suponhamos que um homem e uma mulher se transfirmaram juntos para um território que possua condições naturais particulares, transcorram ali sua existência e se multipliquem estabelecendo desse modo a base de uma nova tribo que poderia vir a se tornar um grande povo. Não é provável que as influências da natureza se revelem nesse caso mais profundas do que se se tratasse de um povo numeroso que fosse se estabelecer em um território desabitado e ali se multiplicasse posteriormente? E o resultado que se teria no primeiro caso não seria a formação de um povo intimamente homogêneo? Como é de se notar, a acentuada uniformidade que se observa nos índios da América, do círculo polar ao cabo Hoorn, foi explicada exatamente admitindo uma migração ocorrida deste modo e cujo efeito — considerava-se — deveria se tornar ainda mais intenso pelo fato de que aqueles territórios, que a princípio não pareciam adequados para receber grandes migrações, em tese não deveriam nem mesmo mais tarde favorecer a penetração de elementos estranhos nem a consequente alteração da nova natureza étnica, resultante da ação concomitante da hereditariedade provinda de uma tribo pouco numerosa e da influência das condições naturais. A íntima homogeneidade dos povos insulares, à qual freqüentemente se acena, parece demonstrar que com o tempo as variações individuais puderam ser transmitidas por hereditariedade a todo o povo e que provavelmente por isso também as influências das condições naturais puderam se estender consideravelmente. Às comunidades que se estabeleceram há pouco tempo em um novo território cabe, neste sentido, como foi assinalado por Moritz Wagner, a amplitude do próprio território, que oferece abundância de alimentos e

comodidade de habitação. Quando um povo se encontra nessas condições de facilidade para prover o necessário à vida, a maior independência dos indivíduos e das famílias, o moral mais elevado que gera infalivelmente a consciência de uma capacidade de expansão praticamente ilimitada, e que embora se trate de um fator exclusivamente moral revela, exatamente por isso, uma grande eficácia na formação das características do povo, tudo isso ocorreu por efeito de uma renovação social. Acreditamos que cada uma daquelas transformações do corpo e do espírito sofridas pelos descendentes dos europeus na América e na Austrália, das quais tanto se fala, e que Darwin, com uma perspicácia que não poderia ser mais oportuna no caso, atribui certamente ao clima, foi produzida através da ação deste ambiente social. Eis aí um grave erro freqüentemente repetido nas pesquisas que se realizam neste campo, isto é, a inobservância de certos elementos intermediários que se interpõem muitas vezes entre os efeitos que se manifestam diante dos nossos olhos e as suas causas naturais mais longínquas. A tendência a sempre conduzir a pesquisa pela via direta, sem passar pelas causas intermediárias que também estão em ação, produz as mesmas conseqüências que a inobservância da influência do tempo. Esta conduz a resultados errôneos ou gera a impressão de que não se pode chegar a resultados exatos. A maior parte das influências que a natureza exerce sobre a vida espiritual do homem se manifestam através das condições econômicas e sociais que por sua vez estão intimamente ligadas entre si.

Strabone, referindo-se à limitação das condições da Grécia antiga, manifesta a opinião³⁰ de que todas as diferenças étnicas derivam dos costumes e da educação, e que por efeito destes e não só pela natureza diversa do seu território os atenienses foram mais cultos, os lacedemônios e os tebanos mais ignorantes. Mas é de se perguntar então se e em que medida costumes e educação são por sua vez independentes da natureza do território, e sobretudo se a constituição social e a formação das classes não dependem elas próprias das condições naturais que exercem desse modo mediatamente, mas certamente por uma via não muito indireta, a mais profunda influência sobre a instrução, sobre a educação, sobre toda a vida intelectual do povo. Os antigos não ignoraram a influência que a predominância da atividade agrícola, que dependendo das condições do tempo não poderia produzir nenhuma riqueza considerável, exerceu sobre o caráter social dos lacedemônios e portanto sobre toda a vida política do seu Estado. Tucídides diz através de Péricles a seus atenienses:

“As comunidades do Peloponeso vivem do trabalho dos próprios braços e não possuem dinheiro nem individualmente nem nas caixas do Estado: elas não conhecem nem longas guerras nem expedições alem-mar, já que pobres como são não podem travar senão guerras breves entre si. Estas comunidades portan-

³⁰ Lib., II, p. 103

to não estão em condições de mandar freqüentemente para fora nem navios, que precisam ser equipados, e nem exércitos, porque não os possuem nem a uns nem a outros”.

E Plutarco na Vida de Sólon narra como tendo os atenienses se lançado depois da revolta de Cilone às suas antigas discórdias intestinas, formaram-se no Estado tantos partidos quantas eram as variações do território: os montanhesees queriam um regime democrático, os planaltinos o dos príncipes, os ribeirinhos um regime intermediário.

O fato de as comunidades agrícolas desejarem sobretudo poder trabalhar tranqüilas sob a proteção do Estado e pouco se importarem com a forma política deste foi utilizado pelos políticos da Antiguidade e o é ainda pelos políticos de hoje. Na abordagem que faremos mais adiante descobriremos uma grande quantidade de relações diretamente dependentes da natureza, das quais derivam, às vezes, importantes efeitos no terreno histórico. Mas no estudo desses efeitos encontramos sempre diante de um dos dois erros conhecidos: ou se busca a explicação diretamente na natureza ou se nega a existência de quaisquer relações com esta: são sempre os dois velhos extremos que se repetem. Aqui, lembramos apenas, em contraposição à citada afirmação straboniana, um exemplo de como, em países em que a natureza apresenta características relevantes, facilmente os efeitos imediatos do estágio de civilização se modificam pela influência de suas condições naturais; este nos é fornecido pela curiosa constatação de que sobre quase todos os países onde os europeus implantaram colônias importantes, encontram-se afirmações de que esses possuem um clima excitante. É notório que isto tenha sido dito da América do Norte, da Austrália e da Nova Zelândia; e Bleck reafirmou-o ainda em relação a Natal: “Aqui”, diz ele, “o estado geral de ânimo é de uma *excitação* doentia”.

Quisemos pôr em evidência estes erros, aos quais conduz a inobservância dos pontos intermediários, porque entendemos que estes constituem um exemplo útil. Eles podem servir não apenas para nos indicar a via que devemos seguir para evitá-los, o que já seria uma grande vantagem; mas nos indicam além disso qual o melhor método para penetrar a verdadeira essência das estruturas sociais e políticas, cujo fundamento é antes de tudo espiritual. Neste estudo deve-se partir sempre da natureza para os seus efeitos imediatos e daí aos efeitos posteriores; muitos daqueles têm continuidade nestes; e apenas seguindo o procedimento indicado se pode evitar o perigo de que as causas mais longínquas embora importantíssimas nos escapem à razão exatamente pela sua profundidade.

§17. Povos de tipo misto — Nenhum dos povos de hoje apresenta um tipo étnico único. Cada um deles é formado pela reunião de duas e freqüentemente até de mais frações dos diversos povos que pela turbulenta sucessão

histórica dos três últimos milênios não tiveram meios de se fundir entre si completamente. Diante de uma tal composição étnica surge espontaneamente a questão de se entre os elementos de que se compõem aqueles povos não existe um que tenha sido mais favorecido que os outros pelas condições do ambiente físico comum. Todos aqueles que estudaram a fundo a vida dos povos admitiram sempre que onde é fácil reconhecer a profunda heterogeneidade do povo, costuma corresponder a esta uma divisão particular das atividades entre o povo. Bastará a este propósito recordar as raças comerciantes dos hebreus, dos armênios, dos gregos, dos árabes, dos bociuanas etc., que se espalharam por países inteiros exercendo o comércio e o tráfico, assim como os povos navegadores que fizeram o mesmo através da navegação e que se apoderaram do mar a ponto de tolher completamente o contato de outros povos com este; deste fato oferecem exemplos marcantes os malaios em relação aos papuas, os germânicos em relação aos celtas e aos eslavos de algumas partes da Europa setentrional e central.

M. Chevalier, ao comparar os virginianos e os *yankees*, que representam sempre os dois tipos étnicos da América setentrional, mesmo depois da valorização das regiões do oeste, distingue admiravelmente a vantagem da duplicidade do tipo étnico:

“Não é uma vantagem pequena para um povo”, diz ele, “compreender no seu seio dois tipos étnicos de fisionomia nitidamente diferenciada quando juntos atuam em comum acordo no âmbito de uma única nacionalidade. Um povo cujos indivíduos podem ser todos relacionados com um único tipo étnico representa entre os outros povos o mesmo que um solteiro entre os homens. Este leva uma vida monótona, tem um ar reservado, é indolente, nada o impede a progredir; os antigos egípcios eram exatamente assim. Ao contrário, um povo de duplo tipo, sempre que dos dois tipos nenhum adquire uma superioridade deletéria sobre o outro, goza da existência mais completa possível e sua vida se desenvolve em um intercâmbio contínuo de sentimentos e de ideias. Um povo como esse tem o dom da produtividade; ele se renova e se rejuvenesce por si próprio”³¹.

Deixemos de lado as considerações posteriores de Chevalier acerca de um tipo étnico macho e um tipo fêmeo de cuja conjunção deveria resultar segundo ele o povo perfeito. Observemos ainda como os Estados Unidos da América apresentam talvez um dos exemplos mais notáveis desta duplicidade do tipo étnico na união que se deu do elemento germânico agricultor com o celta industrial, cada um dos quais se lançou com a mesma energia a desfrutar um dos inúmeros recursos daquele vasto território, de modo que da obra conjunta dos dois elementos surge um resultado bem mais significativo do que teria sido possível se apenas um deles, o mais numeroso, tivesse perseguido ao mesmo tempo os dois objetivos. Assim, na parte setentrional do continente o desfrute das abundantes riquezas em couros de animais que as terras da baía de Hudson ofereciam só foi possível graças à vigilância inteli-

³¹ CHEVALIER, M. *Lettres sur l'Amérique du Nord*, 1836, I, p. 177 et seqs.

gente dos brancos unida à tenacidade e à parcimônia dos índios; igualmente vantajosa é a coexistência na América Central dos negros e mulatos e dos índios, na medida em que os primeiros estão aptos a viver especialmente nas úmidas baixadas, e estes nos elevados e frios altiplanos.

Vê-se portanto como na avaliação da influência das condições naturais devem ser considerados não só os indivíduos mas também os elementos étnicos de que um povo se compõe. Tanto uns quanto os outros podem constituir o meio através do qual a natureza exerce sua poderosa influência sobre toda a nação. Acaso a Inglaterra não passou a ter uma população marítima só a partir do momento em que recebeu em seu seio os germânicos, gente particularmente apta ao mar? Hoje toda nação, independentemente da sua origem étnica particular, sabe desfrutar a natureza insular do seu território e o desenvolvimento das suas costas, e guiada pelo seu elemento marítimo se transformou inteiramente em um povo de navegadores.

§18. A escolha da sede e a influência da natureza — David Livingstone, ao fazer algumas objeções a Pritchard, que na sua *História natural do gênero humano* desenterrou muitas hipóteses vagas do passado arrancando-as de um merecido esquecimento, põe em evidência um elemento até então ignorado das relações entre povo e território. Em uma carta de Teté, citada na edição das suas *Cambridge Lectures*³², o grande explorador africano assim se exprime:

“As diferenças encontradas entre algumas tribos que vivem nos mesmos lugares explicam-se se se observar o local que cada tribo ou família escolheu para habitação, no sentido de que se uma certa localidade apresenta características particulares é mais exato compreender que a escolha feita revela uma disposição já preexistente naquela tribo ou família do que acreditar que tenha sido a localidade escolhida a determinar o desenvolvimento daquelas disposições”.

Livingstone compara o tenaz e vigoroso bosquímano, corajoso, independente, hostil à agricultura e ao pastoreio, ao *bacalahari* que vivendo há séculos em meio às mesmas condições externas, pusilânime e pronto a se submeter, contenta-se em cultivar um par de abóboras ou pastar algumas cabras. O bosquímano escolheu para sua sede o deserto de Quanza no Cabo, o *bacalahari* foi impelido para ali. O mesmo se diga dos corajosos habitantes das montanhas: “eles escolheram a montanha porque estavam decididos a se defender, a combater pela sua liberdade”.

Certamente que esta explicação de um prático conhecedor dos povos, como foi Livingstone, é satisfatória para muitos casos; mas ela não nos diz absolutamente como as raças, os povos etc. chegaram a possuir as características que os distinguem, o que demonstra que ela não é suscetível a uma ampla generalização e que por isso não nos pode dar uma explicação satisfatória de todos os fatos constatados que se referem a este argumento. Con-

³² 1858, p. 102.

tudo, há nesta concepção uma verdade que se impôs também a outros etnólogos. Assim, G. Fritsch diz³³:

“As disposições e as tendências naturais de uma tribo determinam seu modo de vida, e deste resulta depois indiretamente o desenvolvimento do corpo em relação a tudo aquilo que não se refere diretamente àquelas disposições. De qualquer modo, as condições do território não podem modificar rapidamente o tipo étnico; e especialmente no que se refere à África do Sul não seria apropriado admitir que àquelas condições se devam atribuir as diferenças que lá se observam, na medida em que as tribos ali ocupam suas sedes há um tempo provavelmente não muito longo”.

§19. O tempo e as influências do ambiente físico — Retornemos agora a tudo aquilo que já foi dito a respeito de Hume para pôr em evidência como a inobservância do importante fator *tempo* explica tanto as afirmações exageradas quanto as negações feitas a propósito do argumento do qual tratamos. Há quem pense em combater eficazmente a teoria das modificações devidas à influência do ambiente físico afirmando — pois como já observamos antes a afirmação é a forma característica na abordagem deste argumento — que as modificações não podem ser produzidas, por exemplo, no espaço de 3 ou de 500 anos. Estes se prendem a conceitos equivocados, resultantes da visão limitada com que se considera o elemento *tempo*, por isso não conseguiram perceber o núcleo do problema, afetados eles também pela mesma miopia. Seria como se alguém afirmasse que o Nilo pôde construir seu delta no espaço de 2 000 anos e outros o negassem, e da negação demonstrada se pretendesse depois deduzir que o Nilo não está absolutamente em condições de construir um delta.

Afirmações como essas nos lembram muito os geólogos anteriores a Von Hoff e a Lyell aos quais sempre faltou para encontrar a explicação natural dos fatos naturais muito óbvios um só elemento: o *tempo*. No nosso argumento assim como no estudo de todos os processos naturais nos quais nos encontramos diante de pequenas causas que acumulando continuamente e por longo tempo sua ação podem atingir efeitos de grandeza desproporcional, a questão do tempo é verdadeiramente a mais importante, e não é possível chegar à solução do nosso problema se não se a toma em grande consideração. Devemos renunciar totalmente a reconstruir a essência de um povo apoiando-nos em considerações sobre o ambiente físico que o circunda se não podemos saber há quanto tempo ele vive naquele ambiente. A vida breve e agitada dos povos através da história e do presente faz com que estes povos não possam jamais nos fornecer bons exemplos para representar as influências diretas do seu ambiente; eles são muito mutáveis para que possam permanecer um tempo suficiente sob a influência de determinadas condições e assim sofrer uma ação modificadora.

Quando dizemos: “este povo é produto do território em que habita”, esquecemos que sobre esse povo se manifestam as influências hereditárias

³³ *Drei Jahre in Südafrika*, p. 111.

de muitos *territórios* que já foram habitados por seus progenitores. A influência do ambiente atual pode ser demonstrada apenas se se admite que um povo permaneça na sua sede atual o tempo necessário para que as influências deste possam ser exercidas sobre sua natureza física e intelectual de modo profundo e duradouro. Por isso se Volney atribuisse hoje as sobrançelas salientes, os olhos semicerrados e os pòmulos pronunciados dos negros ao excessivo calor das suas sedes, ou Stanhope Smith atribuisse a diminuição e o alargamento da face dos mongóis, que se manifestam na junção dos cílios e das sobrançelas e na boca fortemente cerrada, à necessidade de proteção contra o vento e as borrascas de areia do deserto, ou se enfim Karl Ritter viesse a nos dizer que os olhos pequenos e os cílios intumescidos dos turcomanos representam “evidentemente uma influência do deserto sobre o organismo”, nós poderíamos muito bem colocar a questão: “Como podeis afirmar que estes povos se encontram nas suas sedes atuais há um tempo suficiente para que sua natureza pudesse sofrer efeitos tão profundos?”. E se não fossem razões mais graves que nos obrigassem a recusar inteiramente aquelas conclusões muito apressadas, bastariam estas apoiadas na consideração sobre a mobilidade do homem para nos induzir a excluí-las da categoria das conclusões científicas.

§20. As influências do ambiente físico migram com o homem — As influências que a natureza exerce sobre o homem migram com ele, e os povos que sofreram essas influências as carregam consigo a grandes distâncias. Disso se segue que ao se pretender estudar a essência de um povo não é necessário se limitar a estudar o ambiente físico que o circunda naquele momento. As origens dos ordenamentos estatais dos romanos estão em íntima conexão com a influência exercida por determinadas condições naturais existentes no berço estreito dentro do qual se desenvolveu a grandeza de Roma. Hoje, dois milênios depois deste processo de formação, encontramos aquelas influências difundidas a uma parte da Europa central muito mais ampla que o Estado onde essas se desenvolveram. Na América setentrional é a estreita Nova Inglaterra que constitui o ponto de partida de onde se originam as mais poderosas influências sobre a evolução política, religiosa e civil de metade daquele continente; e estas influências levaram até ao Texas e ao Alasca as características do ambiente do qual provêm, que é estreito, pobre, adequado a fortalecer a vontade de seus habitantes.

As conquistas intelectuais são as que mais se difundem graças à capacidade de propagação que é própria das idéias, e vão se afirmar também em territórios que não teriam sido de modo algum favoráveis ao seu desenvolvimento inicial. Poucas idéias têm um caráter tão *territorial* quanto as idéias religiosas, e no entanto poucas idéias tiveram uma propagação tão ampla. A imagem de Ormuz e Arimã que surge na estepe não pode ser compreendida entre os roseirais de Chiraz ou em meio à exuberante vegetação tropical de Masenderan, assim como o abstrato monoteísmo da árida Ásia ocidental não chegou a sobrepujar completamente as divindades selváticas das comunidades germânicas. Que significado poderia ter o símbolo do lótus para o mongol do deserto de Gobi, onde não existia nem flor de lótus e nem

mesmo nascentes? E contudo estas idéias vindas de fora continuavam vivas nos países em que foram introduzidas, embora por se encontrar em um terreno inadequado não tivessem podido mais dar frutos posteriormente. Mas quem pretendesse hoje explicar sua formação com base no exame deste terreno realizaria uma obra tão vã como quem pretendesse explicar o desenvolvimento de uma planta observando as folhas do herbário entre as quais ela é conservada.

Aqueles desenvolvimentos, em cuja determinação concorreram em mais ampla medida as condições externas favoráveis do que a capacidade intrínseca dos povos que os percorreram, acabam por revelar a própria natureza quando aquelas circunstâncias favoráveis deixam de existir. Nesses casos os povos descem repentinamente das alturas às quais tinham se elevado e os elementos externos que os haviam feito emergir se tornam herança para outros povos que se valerão deles para se elevar também. Após as grandes descobertas terrestres e marítimas dos séculos XV e XVI os portugueses e os espanhóis logo conquistaram o primeiro lugar entre os povos europeus; mas poucos decênios depois surgia contra eles a vitoriosa concorrência dos holandeses e dos ingleses e se iniciava sua rápida decadência.

§21. As influências do ambiente físico e a biografia — Assim como nos empenhamos em analisar e representar com exatidão as características naturais dos territórios que foram palco das grandes guerras, deveremos também investigar as influências que o ambiente físico exerceu sobre a juventude dos heróis destinados a sacudir o mundo e talvez a mudar radicalmente as condições geográficas de alguns povos. A biografia ilustra bem como as impressões profundas da primeira juventude influíram muitas vezes de modo decisivo sobre os atos historicamente importantes dos heróis da espada ou das idéias. Por que não poderiam ser incluídas entre aquelas também as impressões providas da natureza? Contudo, entre os efeitos destas últimas é difícil separar aqueles que se produzem sobre o indivíduo e aqueles que se manifestam através da seqüência das gerações e aparecem difusamente em toda a atmosfera social. É inegável que a natureza dos grandes homens que se formam em um país que apresenta uma determinada característica parece sempre muito semelhante para que seja possível explicá-la unicamente em conformidade com a tradição na qual eles foram criados. O melhor exemplo a propósito deveria ser o que nos é fornecido por um território fechado e com características muito particulares e que é ao mesmo tempo insular e montanhoso. Gregorovius ao falar sobre os heróis da Córsega, cuja seqüência de Sambucuccio a Napoleão é excepcionalmente numerosa, assinala justamente como as características destes homens audazes, que cresceram em meio às mesmas condições naturais, assemelham-se entre si; estes constituem até Pasquale Paoli e Napoleão uma série contínua de infatigáveis heróis trágicos cuja história, com exceção apenas de um, é tão semelhante quanto se assemelham as lutas seculares da ilha contra a dominação genovesa. Um outro exemplo do gênero poderia ser fornecido pelos nossos países alpinos.

§22. As influências do ambiente físico se modificam com a história

O homem é sem dúvida entre os seres vivos o que tem a organização mais completa. Ele possui os melhores meios para perceber tudo aquilo que vem de fora dele e um raciocínio muito superior ao de qualquer outro animal. Também os meios de que ele dispõe para se mover e para se fixar são muito eficazes. Eles são na verdade animais que sob um determinado aspecto são mais bem constituídos: o cervo é mais veloz, a águia tem a visão mais aguda, o cão tem o olfato mais sutil, o tigre é mais forte e mais ágil; mas a constituição do homem é mais completa sob um aspecto mais amplo, e por outro lado ele possui na própria razão o meio de buscar para si outros instrumentos além daqueles que lhe são próprios por natureza para empregar na obtenção de objetivos bem determinados. Com isso ele vai se tornando sem dúvida mais independente da sua constituição natural. Quem é fraco ou coxo é transportado a cavalo ou sobre veículos, quem é míope provém seus olhos com lentes, quem está doente se cura — coisas que são impossíveis aos animais. O homem pode portanto considerar-se como um ser independente em comparação com o animal, que é muito menos, pelo fato de que graças a seu intelecto o homem está mais livre dos vínculos da sua constituição natural. Contudo, para conquistar esta liberdade é necessário por outro lado que ele utilize habilmente os recursos que a natureza circundante lhe oferece. Portanto esta liberdade no fundo não é senão um dom da natureza; não porém um dom espontâneo, mas tal que deve ser conquistado a duras penas. E na medida em que a essência da história do homem consiste em um esforço contínuo para emancipar cada vez mais completamente o lado intelectual, graças ao qual ele é homem, do lado material, que o coloca a nível dos animais, ele não se elevou apenas ao nível da natureza, mas acima desta, e não sem que a natureza tenha imprimido no seu ser, e da forma mais complexa, a sua marca.

A afirmação de que os povos vão se tornando gradativamente cada vez mais independentes da natureza que constitui o seu substrato e o seu ambiente é sem dúvida errônea. Basta verificar que junto com o progresso da civilização e com o crescimento das populações vai crescendo a importância da vida econômica para se convencer de que esta libertação não podera já mais ser absoluta, na medida em que a atividade econômica dos povos está ligada mais intimamente do que qualquer outra à natureza do país onde se manifesta. A civilização conjunta da Grã-Bretanha, da Alemanha, da Bélgica está hoje (1899) em relação mais estreita com os recursos em carbono e ferro daqueles países do que há cem anos; e esta relação constitui exatamente um novo elo, antes não existente ou não percebido, que liga o povo ao seu território. Do mesmo modo a Grã-Bretanha hoje, graças a uma frota mercantil com uma capacidade conjunta de nove milhões de toneladas, tira muito maior proveito do desenvolvimento de suas costas e da sua riqueza de portos do que no período de Cromwell quando sua frota mercantil não chegava à centésima parte da frota atual. Assim também a Rússia, que possui 44 000 km de ferrovias, tira hoje (1899) das condições do seu território

plano, particularmente favorável a esse meio de comunicação, um proveito que há 55 anos (1844) quando essas construções eram iniciadas, ainda permanecia como um capital infrutífero sepultado no solo. Pode-se portanto aceitar como regra que uma grande parte dos progressos da civilização são obtidos mediante um desfrute mais perspicaz das condições naturais, e que neste sentido esses progressos estabelecem uma relação mais estreita entre povo e território. Pode-se dizer ainda, em um sentido mais geral, que a civilização traz consigo o fortalecimento de uma ligação mais íntima entre a comunidade e o solo que a recebe. Um simples exame da difusão geográfica dos povos revela como a difusão dos povos primitivos apresenta lacunas que não se poderiam formar entre os povos civilizados; e é fácil perceber que isto deriva do fato de que aquelas comunidades não estão aptas a desfrutar as condições favoráveis de um determinado território, e por outro lado não são capazes de se subtrair à influência das condições desfavoráveis; uma situação que nós injustamente costumamos atribuir inteiramente à influência direta das condições naturais. O lago Ngami (África do Sul) e seus arredores representam uma das regiões mais selvagens e mais abundantes em peixes da Terra; mas os habitantes daquelas áreas desfrutam muito pouco desses recursos, dispondo apenas de algumas canoas e armas inadequadas, de modo que a cada dois anos em plena abundância os surpreende a escassez. E recordemos ainda as supersticiosas proibições em razão das quais quase todos os povos cafres da África meridional deixaram inutilizada a pesca abundante de seus rios e do mar, cortando assim uma importante artéria de conjugação entre eles e a mãe-natureza, de onde poderiam receber novo sangue vital e maior possibilidade de progresso. A denominação de “povo primitivo” (*povo natural*) não indica um povo que viva na relação mais íntima possível com a natureza, mas antes um povo que, se se nos permite a expressão, vive sob o *império* desta. Ora, alguns etnógrafos sustentaram que o progresso da civilização não consiste senão em uma maior libertação do povo das condições naturais do território; ao contrário, podemos afirmar que a diferença entre povo primitivo e povo civilizado deve ser buscada não no grau mas no tipo de ligação que existe entre o homem e a natureza. A civilização é independente da natureza não no sentido da completa libertação, mas no sentido de uma ligação mais diversificada, mais ampla e menos imperiosa. O camponês que armazena seu trigo no celeiro no fundo depende da natureza tanto quanto o indiano que recolhe no lago seu arroz aquático sem tê-lo semeado; contudo para o primeiro esta ligação é muito mais lenta graças à provisão que ele teve a sagacidade de acumular, enquanto para o segundo qualquer tempestade que abale as espigas dentro da água constitui uma preocupação muito grave. Examinar mais a fundo a natureza e desfrutá-la com mais perspicácia não servem para nos libertar dela, mas para nos tornar mais independentes de cada uma de suas manifestações ou influências accidentais, pelo fato de se multiplicarem assim os nossos laços com ela. Por estas razões, em oposição ao que sustentam Ritter, Waitz e outros, e como aparecerá em cada página do capítulo que se segue, nós, precisamente por nosso grau de civilização, estamos mais que todos os outros povos em ligação íntima com a natureza, porque sabemos melhor como tirar vantagem dela.

3. O POVO E O SEU TERRITÓRIO

§23. **O território e a sociedade** — Que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a *geografia política*; e embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro. Tivemos ao contrário algumas teorias sociais em que não foi absolutamente considerado o ambiente físico; e em toda a sociologia moderna o território merece tão pouca consideração que as obras que tratam dele a fundo nos aparecem como exceções. A maior parte dos sistemas e das teorias sociológicas consideram o homem como separado da Terra. O erro desta concepção se torna particularmente manifesto nas formas sociais inferiores que na sua simplicidade correspondem exatamente às formas mais simples do Estado. É fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence. O fato de estes dois organismos estarem ligados ao seu solo é a consequência natural da ligação evidente que une a criatura humana à Terra. É certo porém que a consideração sobre o solo se impõe mais na história do Estado que na da sociedade; isto deriva da maior amplitude das porções de território sobre o qual a propriedade daquele se exerce. Não é fácil demonstrar a existência de uma lei que regule o incremento progressivo do território com o crescimento da família ou da sociedade, como é possível no que se refere ao Estado. Mas em compensação a sociedade está enraizada com muito mais profundidade no seu território e o modifica com menos facilidade.

Quando se examina o homem, seja individualmente, seja associado na família, na tribo, no Estado, é sempre necessário considerar, junto com o indivíduo ou com o grupo em questão, também uma porção de território. No que se refere ao Estado, a geografia política já há muito tempo criou o hábito de mencionar ao lado da cifra da população também a superfície. Mas também os organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto com seu território. Sem isto não é possível compreender o seu desenvolvimento, assim como sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado. Em todos esses casos nos encontramos diante de organismos que estabelecem com o solo uma ligação mais ou menos durável, em consequência da qual o solo exerce a sua influência sobre os organismos e aqueles sobre este. Quando se trata de um povo em via de incremento, a importância do solo pode talvez parecer menos evidente; mas pensemos, ao contrário, em um povo em processo de decadência e verificar-se-á que esta não poderá absolutamente ser compreendida, nem mesmo no seu início, se não se levar em conta o território. Um povo decai quando sofre perdas territoriais. Ele pode decrescer em número mas ainda assim manter o território no qual se concentram seus recursos; mas se começa a perder uma parte do território, esse é sem dúvida o princípio da sua decadência futura.

§24. Moradia e alimentação — Em meio a muitas variações que se sobrepõem, as relações entre sociedade e território continuam sendo sempre determinadas pelas suas necessidades de habitação e de alimentação. A necessidade de habitação é de natureza tão simples que em qualquer época estabeleceu entre o homem e o solo as mesmas relações. As habitações modernas são em sua maior parte mais duráveis que as dos povos primitivos; mas a caverna artificial que o habitante das grandes cidades de hoje constrói, sobrepondo tijolo sobre tijolo, em geral não supera em amplitude e comodidade a caverna natural de um homem da idade da pedra; e igualmente parece que algumas vilas dos negros ou dos polinésios constituem-se de cabanas mais cômodas que as de certas vilas européias. As mais sentidas diferenças que se manifestam hoje em relação às habitações são representadas por um lado pela mobilidade da moradia dos chamados *nômades*, que acompanha a mobilidade pastoril, e por outro lado pelo aglomerado de habitações que se observa nos prédios elevadíssimos das nossas grandes cidades. Mesmo os *nômades* estão ligados ao seu território, embora seus vínculos sejam mais tênues que os vínculos das sociedades sedentárias. Por isso o fato de os *nômades* a cada dois meses desfazerem suas tendas artísticas e as carregarem sobre o dorso dos camelos para partir em busca de outra pastagem não basta por si só para considerar estas comunidades como diametralmente opostas aos povos que possuem moradia estável. Na verdade os *nômades* foram considerados, pela razão exposta, como comunidades absolutamente privadas de ordenamentos políticos no sentido da antiga sentença que se lê sobre um mapa de Mercador: *Sacae nomades sunt, civitates non habent*; e se duvi

do de que eles mantivessem a posse de seu solo e determinassem suas fronteiras. Mas hoje não pode haver mais dúvida a esse respeito; o solo da Mongólia é repartido com tanta exatidão quanto o da Arábia. Montanhas, rochas, cursos de água e ainda reservas de pedras acumuladas artificialmente servem para determinar os limites entre a tribo e entre as menores frações desta. E estes possuem também capacidade de organização política, o que se pode observar na história de todos os povos sedentários que vivem em torno das sedes das comunidades nômades do interior da Ásia, em cujos Estados, já em processo de decadência, estas comunidades são introduzidas, trazendo consigo novos e mais sólidos ordenamentos políticos.

O laço que une ao solo os nômades, que costumam retornar constantemente às mesmas pastagens, é muito menos tênue do que o de alguns povos agricultores que deixam a cada dois anos os seus campos de milho e de mandioca e não retornam mais a eles; menor também é o de outros povos que, por temor aos inimigos que os molestam, nunca se prendem fortemente ao seu território. E no entanto existe uma classificação superficial que não coloca estes dois últimos povos entre as comunidades nômades.

A *alimentação* representa a necessidade mais imperiosa tanto para o indivíduo como para a sociedade, pois as obrigações que impõe tanto a esta quanto àquela precedem a todas as outras. Quer o homem se proveja através da caça ou da pesca, ou através da coleta de frutas, a escolha do local de moradia e a amplitude do território do qual são trazidos os alimentos sempre estiveram subordinadas às exigências de alimentação. E as fontes de onde são trazidos os alimentos serão constantes ou temporárias dependendo da mais ou menos longa permanência das comunidades em um determinado lugar. A caça ocupa mais os homens que a coleta de frutas, que pode ser confiada às mulheres e às crianças. Quanto mais produtivas são a caça e a pesca, tanto mais as mulheres e as crianças ficam livres para se voltar aos trabalhos domésticos, e tanto mais sólida se pode construir a casa e tanto melhor equipá-la. E, enfim, quanto maior é a segurança com que a agricultura provém às necessidades de alimentação, tanto mais se torna possível ao povo fixar-se sobre um território limitado. Vê-se portanto como são numerosas as influências desta necessidade primeira e mais premente da existência humana. Para dar-se conta disso nem é necessária a *théorie d'urgence* de Lacombe³⁴ que visa estabelecer que as primeiras e mais importantes entre as providências pensadas pelos homens foram aquelas que serviram para satisfazer as necessidades mais imperiosas.

§25. O Estado e a proteção do território — Se o território é desfrutado apenas temporariamente, a propriedade que se mantém aí é também temporária. Quanto mais sólido se torna o vínculo através do qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade ao solo, tanto mais se impõe à sociedade

³⁴ *De l'histoire considérée comme science*, 1894, p. 35 et seqs.

a necessidade de manter a propriedade do seu território. Diante deste último, a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da *proteção*. O Estado protege o território contra as violações vindas de fora, que poderiam reduzi-lo. Naqueles países que alcançaram o apogeu do desenvolvimento político, servem a este objetivo não só as fronteiras e as disposições para a defesa destas, mas também o tráfico e o desenvolvimento dos recursos do solo, em suma todos os meios que servem para aumentar a potência do Estado, cuja missão última é e continuará sendo sempre a da proteção. E é ainda esta necessidade que está na base da mais elevada entre todas as formas que possam assumir as relações entre Estado e território, ou seja, do incremento territorial do Estado. Esse incremento pode ser preparado através do tráfico que se desenvolve durante a paz; mas isto tem fundamentalmente como objetivo reforçar o Estado e alargar o cerco que os Estados vizinhos tendem a cingir em torno dele. A sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado.

Para compreender bem esta relação é necessário considerar a sociedade de tipo mais simples. A família é, entre todas as formas sociais, a que se apresenta mais fortemente unida; seus membros habitam sempre sobre um espaço limitado e estão todos vinculados à mesma porção de território. Pela mesma razão os habitantes da vila e da cidade também podem ser considerados como estreitamente unidos entre si. Estas associações, mesmo quando assumem forma política, continuam a ver na sua conexão alguma característica familiar.

Se agora examinamos as associações políticas do ponto de vista da sua solidez, vemos que nas formas inferiores a união social deve necessariamente substituir totalmente a união política. A família, a comunidade, a vila, são associações estritamente unidas; com a tribo começa já a rarefação, e em geral a tribo não se reúne senão em caso de necessidade ou de guerra. Acima desta última não há senão comunidades ligadas por obra da conquista que não duram nem uma geração.

§26. O território e a família — A *família monogâmica* é a associação que estabelece entre ela própria e o território a relação mais simples, econômica e política ao mesmo tempo. Ela se compõe de dois cônjuges e da sua prole, que vivem numa habitação comum e desfrutam através da caça ou da agricultura um determinado território para extrair dele o alimento. À medida que a família cresce, aumenta também a porção de território que ela necessita para o seu desfrute. O caso mais simples se dá quando o território ao crescer se mantém unido, isto é, quando a área de desfrute se estende em torno da habitação familiar. Pode ocorrer que a família cresça ainda mais e se transforme em uma *família complexa* e em *gen*; e esta pode também, como ocorre na parte norte-ocidental da América e na Oceania, continuar a habitar sob um único teto, a chamada “*casa do clã*”. Naturalmente isto

só pode se realizar nos territórios onde o solo é muito produtivo, como ao longo dos rios abundantes em peixes da parte norte-ocidental da América, ou onde o pastoreio e a agricultura já estão um tanto quanto desenvolvidos. Esta família ou gen constitui por si própria o Estado. Mas se, ao contrário, a família se separa e a prole mais jovem ocupa novas porções de território, surgem então novas habitações e cada uma delas se torna o centro de uma nova família. E eis então que se manifesta a influência da diversidade do solo, cujas várias porções diferem umas das outras pela distância, posição, fertilidade, e produzem portanto efeitos diferentes nas várias famílias. Os parentes não podem continuar economicamente unidos, mas podem todavia conservar os vínculos de afinidade, que constituem precisamente a ligação que mantém unidas entre si mais habitações, vilas, *clãs*, formando-se um Estado. Tem início assim a distinção entre unidade política e unidade econômica; mas *neste estágio da vida associada gen e Estado coincidem*.

§27. O território e o Estado — Quando avança além da *gen*, o incremento do território não pode ser considerado senão como incremento do Estado. Quando mais gens se ligam entre si com objetivo de ataque ou de defesa, a nova unidade que se forma não é senão um *Estado*. Este suplantou assim primeiro a unidade econômica, depois a unidade das afinidades, e se eleva acima destas abarcando ambas; é alcançado deste modo o estágio no qual *o Estado apenas é capaz de um incremento territorial compacto*. Depois de assim formada, esta unidade vai crescendo gradativamente até alcançar a amplitude dos impérios mundiais, que se estendem por continentes inteiros, e pode ser ainda que este incremento não tenha atingido seus limites extremos.

As unidades econômicas constituídas por uma única habitação com seus pertences ou com seu território de caça, de pastagem ou de pesca, que representam as formas de Estado mais antigas, foram as primeiras que deixaram de existir como tais. Mas conservaram toda sua vitalidade sob qualquer outra relação; e se o Estado ao qual estas pertenciam se dissolvesse, essas unidades estariam prontas a retomar, a qualquer momento, sua antiga função. Na verdade estas se compõem, do mesmo modo que o Estado, de homens e de território. Os grupos de parentesco, ao contrário, constam unicamente de homens, pois falta a eles o fundamento territorial; por isso eles desaparecem entre a vila e o Estado tão logo este se estende além da *gen*.

Quando o crescimento territorial do Estado se detém, o incremento natural da população sobre o mesmo território deve necessariamente produzir um adensamento, desde que não se oponham a ele forças políticas e sociais particulares. Sem estas forças a relação entre população e território deveria em toda parte sofrer modificações no mesmo sentido; a população deveria crescer numericamente e a porção de território que cabe a cada um diminuir cada vez mais. O Estado que quer se manter sobre seu território, que não quer sair do isolamento no qual encontra proteção, entra então em luta contra a sociedade, buscando sobretudo obstacularizar o seu incremento natu-

ral. Todas as formas não naturais de destruição de parte da vida humana que são impostas à sociedade, desde o abandono dos recém-nascidos ao canibalismo, à vingança familiar e à guerra, agem precisamente nesse sentido. É compreensível que a diminuição da população seja buscada mais manifestamente que em qualquer outra parte nos territórios circunscritos a fronteiras naturais muito pronunciadas, como os oásis e as ilhas; isto foi observado também por Malthus. Por outro lado não é tão fácil constatar isto nos pequenos Estados dos povos primitivos, que não são tão nitidamente delimitados pela natureza, embora se mantenham por vontade própria tão separados uns dos outros. Um dos mais vivos “desejos” da sociologia é precisamente que um dia sejam recolhidos e expostos de modo completo todos os expedientes que consciente ou inconscientemente a humanidade põe em prática para obstacularizar o incremento da população. O fenômeno pelo qual os povos se exaurem e desaparecem quando entram em contato com outros povos que têm uma civilização mais avançada já foi muitas vezes objeto de exposições monográficas; mas este teve uma influência muito inferior na história da humanidade que a influência que foi exercida pela tendência a manter o povo unido entre si e separado dos outros sobre um território restrito, tendência à qual milhares e talvez centenas de milhares de pequenos e grandes povos sacrificaram sua energia de incremento. Certamente esta tendência deveria obstacularizar enormemente o progresso humano, que só é possível graças ao contato e à concorrência entre os povos.

No círculo estreito e sempre igual do Estado-família não é possível que um indivíduo traga qualquer inovação. Para que isso ocorra é necessário que se verifique primeiro uma diferenciação entre as várias sociedades e que depois elas se unam entre si, de modo que o incitamento ao progresso possa ser transmitido de uma a outra. E, melhor dizendo, é necessário que este fato se verifique não apenas uma vez, mas repetidamente. A isso se refere Comte quando além do *milieu* ele pretende indicar uma segunda força capaz de obstacularizar ou de favorecer o progresso humano, isto é, a crescente densidade da população e conseqüentemente uma maior necessidade de alimentos, e portanto a divisão do trabalho e a cooperação. Se Comte tivesse intuído o conceito geográfico pelo qual esta *força*, assim como o *milieu*, não pode ser considerada separadamente do território, na medida em que o espaço deste é condição necessária para a existência tanto de uma quanto do outro, então toda a sua concepção de *milieu* poderia ter sido mais profunda e ao mesmo tempo simplificada.

Em cada estágio do desenvolvimento político as relações que intercedem entre a sociedade e o território exercem a sua influência sobre a natureza do Estado. A um organismo social que possua um ordenamento econômico pouco desenvolvido, agindo sobre um vasto território e que substitua este último facilmente, correspondem uma baixa densidade e uma transitoriedade análoga à do organismo político. Uma população pouco densa à qual seja necessário um território muito extenso, mesmo que fechado dentro de limites determinados, dá lugar à formação de um Estado nômade, o qual,

para poder prover à proteção do próprio território através da população escassa, deve ter organização e governo militar. Se a sociedade se apega mais firmemente ao solo através da agricultura, então ela imprime ao Estado características particulares, dependendo do modo como o terreno é repartido entre as famílias. Uma repartição uniforme produz uma sociedade uniforme, inclinada à *democracia*; uma repartição desigual gera uma estratificação social que permite aos mais favorecidos a maior influência no Estado, ou seja, uma espécie de *oligarquia*. Esta segunda forma encontra sua expressão mais pronunciada naquelas sociedades que têm por substrato uma população de escravos, privados de qualquer propriedade e quase privados de qualquer direito.

Existe por outro lado uma grande diferença entre os Estados, sejam de agricultores ou de criadores de animais, cuja sociedade retira tudo de que necessita do solo sobre o qual vive, e em que a propriedade de cada tribo, comuna ou família tende a formar como que um Estado no Estado, e aqueles Estados cuja sociedade deve trazer seus meios de outros territórios, em geral muito distantes. Quando a população atinge densidade considerável o território consegue prover apenas às necessidades de uma pequena parte desta, enquanto a maior parte deve recorrer, para obter o alimento ou o vestuário, a territórios estrangeiros, freqüentemente situados a grandes distâncias. Além disso, nos distritos industriais mais densamente povoados uma parte dos operários mora longe do lugar de trabalho; eles se mudam de lá para cá conforme as condições de trabalho. Àquela parte da população que não encontra no local tudo aquilo de que necessita ocorre naturalmente estabelecer comunicações com outros territórios. Para isto intervém o comércio. Mas a proteção destas comunicações cabe ainda ao Estado; a expansão política e semipolítica que se obtém através de colônias, leis alfandegárias, tratados de comércio, visa freqüentemente este objetivo. Vemos portanto como mesmo nos estágios mais avançados do desenvolvimento político se observa sempre a mesma subdivisão do trabalho entre a sociedade, que usa o território para ter moradia e alimento, e o Estado, que garante através da força coletiva a proteção deste.

§28. O território e o progresso — Que a filosofia da história tenha se dedicado com grande atenção a investigar o ambiente físico no qual se desenvolveram os acontecimentos históricos é algo inteiramente natural. Na sua qualidade de ciência superior, que se distingue da investigação histórica pela sua índole sintética, esta encontra sempre, por trás dos mutáveis acontecimentos históricos, o mesmo ambiente geográfico. Isto ocorre para esta ciência assim como para a biologia, que ao estudar a história dos organismos vivos é perenemente reconduzida ao exame do território sobre o qual estes organismos nasceram, se movem e lutam entre si. Nisto a filosofia da história está à frente da sociologia, na medida em que esta, procedendo por meio de comparações históricas, vem se aproximando por si mesma da consideração a respeito do território sobre o qual os fatos históricos se desen-

volveram. *O território*, sendo um fator constante em meio à variação dos acontecimentos humanos, *representa em si e por si um elemento universal*. É por isso que sua importância na história foi primeiramente reconhecida através da filosofia. Montesquieu e Herder não se propuseram absolutamente a resolver problemas sociológicos ou geográficos quando tomaram em consideração as relações existentes entre os povos ou os Estados e os seus territórios, mas pretenderam apenas compreender a missão e o futuro do homem estudado no seu ambiente físico, que, segundo a concepção de Herder e de Ritter, foi preparado deliberadamente por ele para que pudesse realizar aqui seu desenvolvimento segundo o projeto do Criador. E contudo é surpreendente observar como o ambiente físico foi tomado em pouca consideração no estudo dos acontecimentos históricos. Pensamos como são pouco precisas as idéias que se tem acerca do caminho que o progresso humano percorre, caminho que é representado ora como uma linha ascendente, ora ondulada, ora espiralada! Ora, diante de tanta incerteza não é muito melhor ficar no estudo de um elemento real, que é o território, que está sob os nossos pés? Sobre este território vemos claramente repetir-se o desenvolvimento das formas sociais e políticas, que tendem a ocupar espaços cada vez maiores. Naturalmente, além de ampliar-se, estas formas vão progredindo gradativamente. À medida que o horizonte geográfico ia se ampliando, as ciências, da astronomia à geografia, não cresceram apenas em amplitude, mas ascenderam além disso a um estágio cada vez mais elevado da consciência humana; do mesmo modo, com o crescimento em amplitude do Estado, não aumentou apenas a cifra dos seus metros quadrados, mas além disso a sua força, a sua riqueza, a sua potência, e enfim, também a sua durabilidade. É por esta razão, e considerando ainda o giro mais amplo que o desenvolvimento das formas sociais vai descrevendo sobre a Terra gradativamente, que a mente humana concebeu a semelhança entre este progresso e uma linha espiralada que se eleva aumentando continuamente seu raio. Mas este esforço de imaginação humana se afasta tanto da realidade que não traz como resultado nenhuma vantagem para o estudo científico. A nós bastará, por isso, considerar a contínua ampliação do campo dos acontecimentos históricos como uma característica essencial e ao mesmo tempo como uma força ativa na história do progresso humano.

*

Talvez venham a lançar contra nossa concepção a crítica de que induzindo à consideração do território, sem o qual o povo não poderia existir, diminuiríamos o valor do próprio povo e sobretudo de suas forças espirituais. Mas devemos visar sempre unicamente à investigação da verdade. A exata valorização do elemento humano na história não pode ser obtida senão mediante o estudo das condições em meio às quais o homem realiza sua obra política.

“O ordenamento de um país depende muito da natureza do seu território e da sua posição geográfica...; por isso a cognição dos privilégios e das deficiências naturais de um país é necessária para compreender a sua história política”³⁵.

Esta história nos ensina que o solo é a base mais real da atividade política do homem; e a ciência política verdadeiramente positiva sempre tem um importante conteúdo geográfico. Na política, assim como na história, uma concepção que não levasse em conta o território se voltava à consideração dos sintomas e não das suas causas. Quem não compreende como seria mesquinha ou estéril uma luta travada apenas por espírito hegemônico, e após a qual, a qualquer das partes que coubesse a vitória, cada coisa se mantivesse substancialmente a mesma? Os tratados, que carecem da sustentação de uma divisão correspondente das forças políticas, não são senão expedientes diplomáticos de valor efêmero. Ao contrário, a aquisição de novas terras exerce sobre o povo uma influência emancipatória, impelindo-o a novo trabalho e o incitando a concepções mais amplas.

É exatamente a isto que se deve o revigoração daqueles povos que devido a uma guerra vitoriosa adquiriram novos territórios; e aqui se deve investigar o porquê da influência renovadora que os historiadores de visão profunda atribuem à expansão política³⁶. A Rússia desenvolveu sua potência através de lutas similares àquelas que a Europa ocidental travara contra os cruzados. Aqui se torna manifesta a diferença que intercede entre a história daqueles povos que aspiram a se apropriar do seu território e daqueles que se lançam a realizar expedições em países estrangeiros.

No primeiro caso assistimos à formação do potente império cristão da Europa oriental; no segundo observamos a aspiração dos cruzados a um objetivo análogo mas vão, porque privado de qualquer fundamento territorial. Lá assistimos a um constante incremento do Estado, que tem sua fonte no território recentemente adquirido, aqui há um rápido esgotamento das forças devido à grande distância dos recursos da mãe-pátria. Esta poderosa influência do solo, que se afirma através de toda a história e das inumeráveis manifestações da vida hoje, tem em si algo de misterioso, que poderia também gerar uma impressão de angústia quando os efeitos desta se limitassem a anular a aparente liberdade do homem. Na verdade o solo nos aparece como a causa mais profunda da sujeição humana, na medida em que permanece rígido, imóvel e imutável, abaixo das mutáveis disposições humanas, e se ergue dominador acima do homem toda vez que este ignora sua presença para adverti-lo severamente de que a raiz da vida está unicamente no solo. É ele que, duramente e sem nenhum critério de escolha, determina a cada povo o seu destino. Cada povo é obrigado a permanecer no solo que lhe foi destinado, a viver e acomodar-se nele. Do solo se alimenta o egoísmo da conduta política dos povos, obrigados a agir conforme impõem as condições do seu

³⁵ MOSER, JUSTUS. *Osnabrückische Geschichten*, 1, 9.

³⁶ MONIMSEN. *Römische Geschichte*, III.

território, ao mesmo tempo que se ligando a este o mais intimamente possível, eles se utilizam de todos os meios para gozar somente suas vantagens, mesmo quando a afinidade de origem ou de civilização possa aconselhar o contrário.

4. O ELEMENTO HUMANO NA GEOGRAFIA. A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA DO HOMEM

§29. *Tarefas da geografia do homem e sua triplíce divisão* — Se considerarmos o homem dentro do quadro geral da vida terrestre, não nos será possível compreender o papel que ele ocupa na Terra, a não ser seguindo aquele mesmo método do qual nos valem para estudar a difusão das plantas e dos animais. Por isso a geografia do homem, do mesmo modo que a zoogeografia e a fitogeografia, deverá *descrever e representar cartograficamente aqueles territórios onde se nota a presença do homem*, separando a parte da Terra que é por ele habitada, ou *ecúmeno*, daquelas que não o são. Ela estudará por outro lado a difusão do homem dentro do ecúmeno e fixará os resultados do seu estudo em mapas da densidade de populações poligráficas e itinerárias. E na medida em que a humanidade compreende raças, povos e grupos étnicos menores, a geografia do homem representa também a difusão destes elementos diversos através de mapas das raças humanas, mapas etnográficos, mapas das línguas e mapas políticos. É essencialmente a esta parte da nossa ciência que dedicamos a Parte II desta *geografia do homem* (1891).

A descrição e a representação do estado de coisas antropogeográfico são úteis para muitos objetivos da vida, do aprendizado, do trabalho científico; e, quando ambas se realizam, pode-se dizer que foram cumpridas muitas das tarefas práticas da geografia do homem. Mas a ciência nunca se satisfaz por ter respondido à pergunta "ONDE?"; pois quando este quesito é resolvido, ela prossegue adiante e passa à pergunta "DE ONDE?". Já na execução da sua tarefa descritiva, a geografia do homem se encontrará diante de uma grande quantidade de casos nos quais vêm se repetindo fenômenos relativos ao território juntamente com fenômenos relativos à difusão do elemento humano. Passando agora à segunda parte da sua tarefa, esta ciência,

ao examinar a área de difusão de cada raça e de cada povo, se colocará a questão: "*Como se formou esta área?*"; e se apresentarão então ao seu estudo os movimentos do homem *na sua dependência do território*. Na verdade ela se dará conta de que nenhum povo teve origem no mesmo solo em que habita então, e daí tirará a conclusão de que ele não poderia mesmo permanecer aí eternamente. Alguns povos se expandem e outros são expulsos. E diante de todos os movimentos que daí se seguem, a Terra não representa já um elemento totalmente passivo, mas os direciona, os obstaculiza, os favorece, os torna lentos, os acelera, os desordena e os ordena graças às suas condições incomensuravelmente variadas de posição, de amplitude, de configuração, de riqueza de água e de vegetação. Quando a geografia se aproxima do exame destes fenômenos ela entra em contato com a *história*, que considera o solo como a pátria do cidadão, enquanto aquela o vê como a pátria da humanidade. Também a história considera a humanidade em movimento, embora não costume avançar através do estudo desta até o exame do território, enquanto a geografia, ao contrário, não ignora jamais sua presença.

As tarefas do terceiro grupo referem-se ao estudo das *influências que a natureza exerce sobre o corpo e sobre o espírito dos indivíduos, e daí sobre os povos*. Trata-se portanto, essencialmente, de efeitos que se devem ao clima, à configuração do solo, aos produtos vegetais ou animais do território. Todos os fenômenos da natureza, passando através do intelecto, exercem uma influência às vezes claramente visível, às vezes sutil e oculta sobre o ser e sobre as atitudes do homem, algumas vezes simplesmente se espelhando nele, outras animando ou retardando sua atividade intelectual. Assim vemos o ambiente físico refletir-se na religião, na ciência, na poesia. Na verdade o exame destas influências compete mais à fisiologia e à psicologia do que à geografia; e isto tanto mais na medida em que tais influências não permanecem inativas no organismo como traços inanimados, mas continuam a produzir seus efeitos na vida material e espiritual do homem. Contudo a geografia do homem ao descrever países e povos não poderá se desinteressar pelos conhecimentos adquiridos nesta matéria, na medida em que estes tocam diretamente todos os problemas relativos à aclimação.

§30. **A geografia é uma ciência auxiliar?** — Em contraposição à afirmação hoje difundida de que a geografia é uma ciência auxiliar da história, recordemos aqui a pergunta de Kant: "Qual das duas ciências existiu antes, a história ou a geografia?". Kant responde: "A geografia está na base da história, porque os fatos históricos devem também ter um elemento ao qual se referir"³⁷. Enquanto o historiador considera o solo como algo de acessório, ele também atribui pouco valor aos serviços que a geografia presta à investigação histórica com o estudo e a descrição deste; mas aqueles servi-

³⁷ *Physische Geographie*, I. 12

ços lhe parecerão tanto maiores quanto maior é a importância que ele passa a atribuir ao conhecimento do ambiente físico. A própria geografia pode contribuir para aumentar esse interesse dedicando-se intensamente ao estudo do elemento humano, com o que estará tornando mais fácil à história a investigação das mutáveis relações que se estabelecem entre o solo e os acontecimentos históricos que se desenvolvem sobre este. Mas o nome de *ciência auxiliar* não tem no caso nenhum sentido, pois qualquer ciência pode se tornar útil a uma outra sem por isso se tornar sua serva. Não há nenhuma ciência que seja tão *auxiliar*, assim como não há ciência que não possa prestar algum serviço a qualquer das ciências irmãs. É neste sentido que consideramos a geografia e a história da humanidade como ciências irmãs, do mesmo modo que a geografia e a geologia.

[...]

Assim estamos de acordo com Vambery ao entender que, em relação ao território da Ásia Central e das estepes europeias contiguas, deve-se sem dúvida excluir a possibilidade de estabelecer uma distinção etnográfica precisa no que se refere às antigas migrações¹⁶. Desde que esses territórios possuem o aspecto atual eles sempre receberam povos nômades. Mas se por trás do véu das lendas já muito obscuras não é possível distinguir nitidamente nenhum povo, e não havendo portanto a possibilidade da distinção etnográfica, resta sempre a possibilidade da distinção antropogeográfica: fossem turcos ou arianos, os povos que habitaram aquelas terras de todo modo sempre foram pastores nômades.

Concorreu também para diminuir a importância que é dada à geografia uma razão puramente literária, da qual muitos não se dão conta mas que não deixa de ter eficácia. A história adquiriu na literatura um lugar eminente graças à forma sob a qual são apresentadas muitas de suas obras, e ao espírito de que algumas destas se animam. Ora, isto é mais arte do que ciência. A geografia, propondo-se em geral a objetivos menos elevados e de utilidade prática mais direta, raramente obteve uma tal excelência formal. E por isso uma importante parcela da grande fama, considerada por alguns exagerada, conquistada por Alexander von Humboldt se deve justamente a que a geografia encontrou nele finalmente um escritor clássico como desde a Antiguidade já não possuía. Por outro lado é compreensível que o estreitamento das relações entre a geografia e a história tenha servido para tornar cada vez mais manifesta a grande diferença existente entre as duas ciências sob o aspecto literário. Entre todos os geógrafos do século XVIII, Pinkerton só reconhece algum mérito literário em D'Anville; e este foi entre todos o que mais aproximou o estudo geográfico da ciência histórica. Além disso Pinkerton afirmou, e com razão, que os antigos geógrafos tinham maior valor literário que os modernos; constatação que não deve surpreender se se levar em conta que aqueles consideraram os problemas geográficos sob aspectos gerais e se limitaram a descrever um mundo pouco extenso ou apenas nas suas linhas principais. A propósito disso Pinkerton comprou os 18 volu-

¹⁶ *Ursprung der Magyaren*, 1892, p. 9, 11 et seqs.

mes de Busching sobre a Europa ao único e imortal volume de Estrabão. Mas a crítica não se justifica inteiramente. Pela sua própria essência a geografia não pode, assim como não podem as ciências naturais em geral, dar à literatura universal tantas obras clássicas quantas lhe pode dar a história; esta não poderá produzir apenas naquela parte da matéria geográfica que se limita com a história e com a etnografia, e onde a exposição pode ter caráter narrativo. Mas nesta consideração não há nada que possa diminuir a importância que cabe à geografia ao lado da história, pois neste argumento as razões formais não têm valor de espécie alguma.

§31. Razões práticas que determinaram a afirmação do elemento humano na geografia — A geografia já se ocupava com predileção particular do homem e de suas obras muito antes que os fenômenos resultantes da união do homem com a Terra fossem, pelo menos em parte, atribuídos ao seu estudo; e isto por uma razão de ordem exterior. Na história de toda a ciência ocorre que o homem no princípio é tudo; depois, pouco a pouco, o objeto efetivo do estudo se liberta do invólucro ideal para se lançar enfim, completamente depurado, à investigação objetiva. No estudo geográfico este processo se realizou com uma lentidão particular. Por muito tempo se pensou que as regiões terrestres tivessem importância apenas pelas suas relações com o homem, e essas relações ocupam sempre a maior parte das obras também de geografia científica. Por motivos de ordem prática ocorre que de todas as coisas existentes sobre a superfície terrestre aquelas que pertencem ao homem ou têm estreita relação com ele se impõem em maior medida ao espírito humano. Estrabão considerou Homero como o pai da geografia "por ter ele superado todos os seus predecessores e seus sucessores não apenas na arte poética, mas talvez também no conhecimento da vida civil".

Esta predileção pelo elemento humano é sempre uma característica do estudo geográfico, mas é também um perigo constante que ameaça seu caráter científico. Toda vez que uma ciência reúne ao mesmo tempo elementos humanos e elementos naturais, são os primeiros que invariavelmente predominam. Basta recordar o que aconteceu com a biologia geral pelo amplo espaço que esta ciência dedicou à anatomia humana, à fisiologia e à psicologia. Mas para reforçar esta tendência a que aqui se acenou concorre ainda um segundo motivo, também de ordem exterior, que é o fato de que na literatura a descrição dos territórios e a descrição dos povos quase não se apresentam mais separadas uma da outra, e isto especialmente quando se trata de países e povos longínquos. Ademais é exatamente esta íntima ligação dos dois elementos que confere particular atrativo às narrações das viagens. Por isso ocorreu que ambos os argumentos fossem estudados e tratados pelos mesmos escritores, de modo que geografia descritiva e etnografia permanecessem intimamente ligadas entre si tanto na investigação como no ensino.

Há finalmente uma terceira razão de caráter prático como as anteriores que induz a geografia a se ocupar com particular interesse do elemento humano: esta deve ser buscada no abandono em que todas as outras ciências deixaram sempre o estudo de uma grande quantidade de fenômenos que se referem ao homem. Assim a investigação histórica inicia suas pesquisas

a partir do momento em que aparece o documento escrito; e a antropologia até muito recentemente se ocupava apenas do corpo humano, de modo que a história e a etnografia dos povos primitivos e semicivilizados ficassem inteiramente com a geografia; e esta tinha que, querendo ou não, tomá-las para si, tanto que ainda hoje a etnografia é estudada e ensinada por geógrafos e frequentemente tem em comum com a geografia as mesmas revistas, livros, bibliografias e obras cartográficas.

Ora, à medida que a etnografia e a ciência social foram se desenvolvendo por conta própria, verificou-se na verdade como a antiga união da geografia descritiva e da etnografia estava apoiada em grande medida em razões de ordem exterior, mas ao mesmo tempo o desenvolvimento da geografia do homem abriu um novo campo sobre o qual as duas ciências aparecem novamente reunidas, sem com isto perder sua independência.

Os *filósofos climatistas*, ou seja, aqueles que sustentam a teoria das rápidas transformações dos povos por efeito do clima, distorceram e reviraram em todos os sentidos a natureza de modo a fazê-la servir a seus objetivos; e nesse sentido suas teorias apresentam, sob o aspecto lógico, um certo interesse, embora de caráter negativo. Raras vezes ocorreu de a ciência trabalhar por tão longo tempo com um material tão inadequado. Kant pretende demonstrar que toda a raça mongólica provém das regiões setentrionais, e por isso exagerou desmesuradamente as influências do clima frio. No rosto largo e sem pêlos, no nariz longo, nos lábios finos, nos olhos semicerrados dos mongóis ele vê modificações produzidas pelo clima infeliz das terras nórdicas, onde "tudo é árido". Assim, dos *anões do norte* que não existem de fato em lugar nenhum se fez uma raça especial; E. A. Zimmermann, ao contrário, escreve que a presença de comunidades de anões na África e em Madagáscar deve ser atribuída à emigração de alguns indivíduos deficientes. A alta estatura dos patagônios foi objeto de amplas discussões, pelo fato de que estes habitam muito próximos dos *fuegos* que são provavelmente anões. Mas se chegou a afirmar que se as terras do hemisfério austral avançassem antes em direção ao pólo, também os patagônios teriam altura inferior. Naquela época a geografia da América permanecia completamente à mercê destas teorias. Assim, para demonstrar que o fato de os americanos, também das zonas tropicais, terem a cor mais clara que os negros resulta unicamente de que a América tem clima geral frio, induziram-nos repetidas vezes à pesquisa das influências moderadoras do clima americano, até que finalmente Alexander von Humboldt não mais levasse esta afirmação a um terreno positivo da observação experimental, limitando-a assim dentro de estreitas fronteiras. Entretanto Condamine afirmava que os índios da América do Sul se tornam mais escuros à medida que se avança em direção ao equador; Bourguer achava que os habitantes da encosta pacífica e mais fresca dos Andes são mais claros que os habitantes da encosta atlântica, mais quente.

A estas duas observações inexatas se referiram durante todo o século XVIII todos aqueles que quiseram demonstrar também na América a influência do calor sobre a coloração escura da pele. Maupertuis, em *Vénus physi-*

que, II, cap. I. afirma que os negros africanos habitam entre os trópicos e formula, não apenas para a África mas para toda a Terra, a lei: "À medida que se afasta do equador, a cor dos povos se torna gradativamente mais clara"; e explica este fato, como também a difusão geográfica dos povos anões e dos gigantes, de um modo original, errado sem dúvida, mas sutil. Quando, diz ele (op. cit., II, cap. VII), anões, gigantes e negros se apresentaram entre os outros povos, a prepotência ou o medo armou contra eles a maior parte do gênero humano, e a espécie humana mais numerosa deveria expulsar estas "raças disformes" para as regiões menos habitadas da superfície terrestre. Os anões recuaram em direção ao pólo norte, os gigantes escolheram como sua sede o território de Magalhães e os negros foram morar na zona tórrida.

Uma das circunstâncias mais características na evolução desta ciência é que já há dois séculos Ortelius, que no seu mapa da África, contido no seu *Theatrum Orbis Terrarum* de 1570, tinha chamado os indígenas do Cabo da Boa Esperança pelo nome de *nigérrimos*, tinha chegado à conclusão de que a causa da sua cor não podia ser atribuída ao mais intenso calor solar, porque nesse caso os habitantes do estreito de Magalhães também deveriam ser negros. Este era portanto o caminho correto a ser seguido para se compreender que os movimentos dos povos, dada sua breve duração, nada têm a ver com as modificações das características raciais, que só se produzem em períodos muito longos. Infelizmente o fato de ter pretendido encontrar uma relação entre estas características e o clima sempre impediu o estudo geográfico de seguir por este, que era o melhor caminho. Buffon, sustentando o conceito de uma enorme adaptabilidade do organismo humano às condições climáticas, foi quem contribuiu em maior medida para reforçar o antigo erro. E à sua influência não se subtraiu inteiramente nem mesmo G. Forster, embora este como observador arguto tenha conseguido tirar uma conclusão exata da premissa da *natureza plástica*, da massa humana. Nas suas *Anotações filosóficas feitas durante uma viagem ao redor do mundo* lê-se:

"Se portanto a influência do clima é tão poderosa como afirma Buffon não deve fazer muito tempo que a ilha de Mallicolo e povoada, pois desde que vivem naquele clima moderado seus habitantes não mudaram ainda nem sua cor negra originária nem os cabelos crespos".

§32. Que lugar cabe à geografia diante da história — A grande e às vezes exagerada importância que se quer atribuir ao elemento humano no estudo geográfico serviu para tornar mais difícil a compreensão das relações que existem entre a geografia e a história. Que a história tenha necessidade de recorrer à geografia para poder representar, medir, descrever o teatro dos acontecimentos políticos e as formações territoriais que daí resultam, isso foi compreendido claramente já por Ortelius quando este publicou seu primeiro mapa cartográfico. Ortelius afirmou que a geografia e a cronologia são as duas colunas basilares da história. Dankwerth e Meier na sua *Neue*

Landesbeschreibung der Herzogtümer Schleswig und Holstein (1652) consideram a geografia e a cronologia como os dois faróis principais da história. Mas a história fez uso destas em graus muito diversos. Já há muito tempo que as datas são consideradas como um elemento indispensável para a narrativa histórica; mas por outro lado mesmo nas obras mais profundas buscamos frequentemente em vão os dados numéricos relativos aos elementos geográficos da história, como áreas, cifras da população, desenvolvimento das comunicações etc. Até a geografia histórica ignorou de modo estranho os dados relativos às dimensões dos territórios políticos, dos países, das províncias etc.

É verdade que Karl Ritter afirmara: “O lugar da história não é junto à natureza, mas dentro desta”. Não obstante isso, no estudo geográfico a importância atribuída ao elemento humano tinha de tal forma minimizado o interesse pela natureza que Guthe, um verdadeiro seguidor de Ritter, atribuía à geografia a tarefa de nos fazer conhecer a Terra enquanto sede do homem. Na primeira edição, lançada em 1868, de *Lehrbuch der Geographie*, que depois foi tão profundamente transformado por Hermann Wagner de modo a fazer dele o melhor tratado de geografia dos nossos tempos, a parte que Guthe dedica à geografia física compreende 68 páginas*, enquanto a parte dedicada à corografia e à geografia política ocupa 479 páginas. O primeiro parágrafo da introdução de Guthe assinala:

“A geografia nos ensina a conhecer a Terra como sede do homem; esta não é de modo algum uma simples descrição da Terra com seus mares etc., embora ao descrever a superfície do globo ela coloque o homem entre os outros seres, e nos mostre como por um lado este se encontra em estado de dependência da natureza que o circunda e como por outro tem tentado se subtrair a essa dependência, com o que a geografia vem a constituir o elemento de junção entre a ciência natural e a história”.

É esta a ação do conceito que Playfair havia expressado em 1808 no seu *System of geography*: “O estudo da geografia é necessário para conhecer o teatro da história”. Mas esta é uma consideração de valor puramente prático e foi um erro introduzi-la na ciência.

Diante de concepções deste gênero é necessário afirmar enfaticamente que a geografia deve antes de mais nada estudar e descrever a Terra, independentemente de quaisquer considerações acerca do elemento humano e histórico; e que a realização desta tarefa, que é específica da geografia, deve preceder o cumprimento de outra tarefa que esta tem em comum com a história no campo antropogeográfico. Mas as duas tarefas são inseparáveis uma da outra. Certamente, para usar as palavras de Karl Ritter, “a ciência geográfica não pode desprezar o elemento histórico, se pretende ser verdadeiramente um estudo do território e não uma obra abstrata, uma moldura

* WAGNER, Hermann. *Trattato di geografia generale*. Turim, Fratelli Bocca, 1911. v. 3. Nesta edição, o volume 2, dedicado à geografia física, compreende 530 p

através da qual se veja o espaço vazio e não o quadro que essa deve conter³⁹. Do mesmo modo a história não pode desprezar a geografia porque os fatos que esta contempla têm necessidade de um teatro onde se desenvolver:

"esta devera em todas as suas formas acolher em si, mais ou menos claramente, um elemento geografico, seja como em Tucídides e Johann von Müller precedendo a narração de uma visão geral do território, seja como em Heródoto, Tácito e outros mestres inserindo a descrição geográfica no curso da narrativa, ou seja, finalmente como em outros escritores apenas aflorando o elemento geografico e extraíndo dele só a entonação e a cor. A filosofia da história, tal como foi pensada por Bacon e Leibniz, que Herder esboçou e que outros recentemente tentaram levar adiante seu desenvolvimento, teve que atribuir a este elemento geográfico um lugar cada vez maior"⁴⁰.

Entretanto a tarefa mais importante da geografia continuará sendo sempre a de estudar, descrever e representar a superfície terrestre. Porém, mesmo atribuindo à história o estudo dos acontecimentos que se sucedem no tempo, à geografia as condições de fato do território, não se pode esquecer que todo acontecimento se faz no espaço, e por isso toda história possui seu teatro. Tudo que hoje constitui o presente será história amanhã; por isso o material da geografia vai passando ininterruptamente pelas mãos da história. Compreende-se a partir daí que uma nítida separação entre as duas ciências não seria logicamente possível, mas que ao contrário é necessário, para que ambas possam desenvolver uma atividade profícua, que elas atuem intimamente unidas. A frase de Herder de que a história é uma geografia em movimento permanece verdadeira também inversamente, e disso se segue que a história não pode ser compreendida sem o território onde ela se desenvolve, e que a geografia de qualquer parte da Terra não pode ser representada sem conhecer a história que imprimiu sobre esta suas pegadas. Todo mapa tem que ser examinado tendo presentes os elementos históricos aí referidos, do mesmo modo que sem o mapa não seria possível compreender nem as modificações das fronteiras, nem as variações do tráfico ou das sedes humanas, nem os movimentos dos povos.

A partir do conceito que temos da posição do homem na natureza resulta quanto é imperfeita a concepção que considera a importância do elemento geográfico na história partindo de critérios de ordem puramente exteriores. Isto significa, para nos exprimir praticamente, que a introdução à história de um país não deve ser uma simples descrição corográfica; isto porque, mesmo que esta descrição seja colorida e fiel como a introdução à *Geschichte der Schweizerischen Eidgenossenschaft* de Johann von Müller, ou como a introdução à *Griechische Geschichte* de Curtius, ela contudo não

³⁹ *Ueber das historische Element in der geographischen Wissenschaft*, cont. 1833. Publicado na *Eintleitung zur allg. vergl. Geographie*, p. 152.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 153

atingirá minimamente o seu objetivo se não examinar além disso a relação geográfica entre esse país e a *inteira* superfície terrestre e não nos mostrar que as influências recíprocas que se exercem entre povo e território e entre este e o Estado são ininterruptas e governadas por uma lei de necessidade.

§33. A história universal deve abarcar toda a Terra — Mas nesta união das duas ciências não se deve considerar uma história limitada ao estreito círculo da Europa e dos países mediterrâneos, assim como esta se nos apresenta nas abordagens usuais.

Na verdade a razão filosófica, da qual derivava essa limitação, não pôde impedir que a história acolhesse gradativamente no seu seio uma parte cada vez maior daquela matéria, que de resto pertence à etnografia. E o estudo comparado dos povos uma vez iniciado não podia certamente ser interrompido. Não podia permanecer ignorada a justa advertência de Heinrich Barth: “Mesmo os movimentos dos povos da África central têm sua história; e apenas quando eles também passarem a fazer parte do grande quadro histórico da humanidade poderá este quadro aproximar-se da sua realização”⁴¹.

Hoje uma história universal da civilização não poderia mais, sem contradizer seu próprio nome, eximir-se de considerar os mexicanos, os japoneses, os malaios; e toda história dos Estados Unidos da América tem que dedicar um grande espaço às condições dos *povos primitivos* que existem naquele território e aos acontecimentos que a eles se referem. Uma obra como a *História da Nova Inglaterra* de Palfrey não seria concebível se não tratasse da influência política que exerceu sobre a história universal a incidência de *povos privados de história*, como fizeram Salústio e Tácito em seus capítulos sobre a África. Mas em relação a isto a filosofia da história não iluminou em nada a obra dos narradores. Um erro fundamental que falseia a consideração filosófica da história é, e tem sido sempre, o desprezo ao elemento geográfico, desprezo que significa também uma visão histórica limitada. Pode-se afirmar antes que toda a direção construtiva da filosofia da história alemã não teria sido forjada se aqueles cientistas tivessem atribuído maior importância ao elemento geográfico. Kant, que também foi grande amigo e conhecedor da geografia, foi o primeiro a introduzir-se por uma estrada falsa, que Fichte, Schelling e Hegel seguiram depois, chegando a um resultado geograficamente absurdo. A idéia de Kant de que a história da humanidade deva ser considerada como a realização de um projeto secreto da natureza, visando a efetuar uma constituição política interna e exteriormente perfeita, não teria sido possível se não com a tácita premissa de que o projeto compreendesse apenas a história da Europa, que a Europa devesse, por assim dizer, fazer a história de todos os outros continentes, que provavelmente deveriam receber da Europa algum dia suas leis. Em Fichte esta pre-

⁴¹ BARTH, Heinrich. *Reisen in Nord Zenralafrika*, II, p. 82.

missa se apresenta como a condição necessária para a determinação dos seus períodos históricos, e por isso se expressa aqui sem nenhuma atenção ao elemento geográfico; pois este pensador audacioso declara que se limita a seguir aquele fio da civilização que conduz até nós, “interrogando apenas a nossa história, isto é, a história da Europa civilizada, que é a sede atual da civilização, e desprezando outros fios secundários que não conduzem diretamente a nós, como a história da civilização chinesa e indiana”⁴².

A par com este conceito está o outro, também de Fichte, que admite que tenha existido um *povo primitivo originário*, no qual a razão dominava “como um instinto cego”, que regulava, sem constrição ou esforço, todos os eventos humanos. Mas a limitação do conceito de história se manifesta mais que em qualquer outro em Hegel para quem, segundo uma expressão sua frequentemente citada, apenas é história “aquela que constitui uma época essencial na evolução do espírito humano”, e que por isso devem ser excluídas do círculo das considerações histórico-filosóficas não só a zona glacial e a zona tórrida, “porque o calor e o frio são forças muito poderosas que não permitem ao espírito humano criar um mundo próprio, mas igualmente a África, na medida em que não se observa aqui nenhum movimento de evolução” e a América, cujos pensadores mais ágeis e mais modernos exclui, porém apenas formalmente, para representá-los depois em perspectiva. Estas idéias não têm absolutamente nada de geográfico, e não refletem inteiramente a ampliação do horizonte intelectual, que é sempre a consequência necessária e mais importante do estudo da geografia, mas manifestam um enorme deslumbramento diante da natureza das coisas. E se observe, por outra parte, como essas idéias deveriam se enraizar, a ponto de que o próprio Augusto Comte pôde afirmar explicitamente que seu estudo histórico-filosófico se limitava aos povos de raça branca, e por outro lado dedicar uma preferência tão acentuada aos habitantes da Europa ocidental, como aqueles que constituem uma civilização mais avançada e representam a *élite ou avantgarde de l’humanité*⁴³.

A *história universal*, tal como é entendida pelos nossos escritores de história, está ainda muito longe de ser uma história da humanidade; mas também a história particular, que deveria tomar em grande consideração as observações de caráter topográfico, raramente consegue tirar partido dos meios que a ciência irmã lhe poderia fornecer.

Mas se deve observar que em Comte a limitação tem mais um caráter meramente temporário e se move por uma razão metodológica:

“Leur appréciation spéciale doit être systématiquement ajournée jusqu’au moment où, les lois principales du mouvement social ayant été ainsi appréciées dans

⁴² Um filósofo da história, moderno e menos absoluto, acrescenta que se ele assim não o tivesse feito, o sistema dos seus períodos seria inevitavelmente confrontado com a real variedade da matéria histórica (BERNHEIM, E. *Geschichtsforschung und Geschichtsphilosophie*, p. 27).

⁴³ *Philosophie positive*, lição 52^a.

le cas le plus favorable à leur pleine manifestation, il deviendra possible de procéder à l'explication rationnelle des modifications plus ou moins importantes''.

Se de fato, como diz Comte, a evolução histórica tende a reunir toda a humanidade em uma sociedade *única*, e todos os acontecimentos anteriores não representam senão uma preparação para esta, então ele deveria prever que o movimento histórico acabaria por abarcar toda a Terra.

5. TAREFAS E MÉTODOS DA GEOGRAFIA DO HOMEM

§34. A geografia do homem é uma ciência descritiva — Assim como toda a geografia, também a geografia do homem é principalmente uma ciência descritiva. O que significa, para se compreender exatamente, que esta não realiza um trabalho de investigação profunda. Consideremos que se o trabalho de descrição não basta para completar a obra de uma ciência, este é necessário porém para preparar suas conclusões. Não é uma falha para uma ciência ser descritiva, desde que ela não se limite exclusivamente ao trabalho de descrição, já que nesse caso a ciência não atingiria seus objetivos supremos; pois, quanto mais esta se detém nesse trabalho, tanto pior resulta sua obra. De fato, se não houvesse outro motivo para induzir uma ciência a sair do campo da pura descrição, as próprias exigências desta deveriam impeli-la, pois entre todas as lições que a história da ciência nos fornece uma das mais importantes é exatamente esta, que à medida que os acontecimentos avançam, a descrição vai se tornando cada vez mais completa, mais profunda, mais intelectual e portanto mais clara. A propósito disto comparemos as descrições botânicas de Gesner e Rauwolf ou as descrições zoológicas de Linné com as descrições que se fazem atualmente com base em sistemas naturais e levando em conta a paleontologia e a embriologia.

Toda boa descrição presume o exato conhecimento do objeto que deve ser descrito, e, ao mesmo tempo, dos objetos afins mais ou menos próximos, com os quais esse tem muitas características em comum. Desse modo, uma vez conhecidas essas características, não é mais necessário refazer sua descrição a cada novo objeto; mas basta, em vez disso, designar o grupo afim para saber com segurança que características se encontram no objeto que a este pertence. Assim o nome *rosaceae* evoca em minha mente uma família de plantas que apresenta as principais características da rosa. O nome do

gênero *rosa* me recorda por sua vez um grupo mais limitado de características particulares existentes no interior daquela família; finalmente bastam pouquíssimas palavras para indicar as características da *rosa canina*. Do mesmo modo a frase: “Os gregos são um povo pertencente à velha civilização mediterrânea” é suficiente para evocar em nossa mente muitas características geográficas e étnicas. Por isso um bom trabalho descritivo pressupõe a existência de uma classificação; não contudo semelhante àquela que, movida por uma espécie de *horror vitae*, considera os povos separadamente do território que é a sua base, e os estuda depois de tê-los destacado da vida que os anima; nesse caso pode ocorrer que organismos importantíssimos na existência dos povos, como por exemplo as fronteiras, sejam considerados como simples linhas ou divisórias, e não como instrumentos vivos no desenvolvimento dos fenômenos máximos cujo teatro é a Terra.

§35. A classificação antropogeográfica — A vida dos povos e dos Estados que possuem territórios semelhantes entre si apresenta também fenômenos análogos entre si que são por isso suscetíveis de uma classificação; e é necessário estabelecer essa classificação antes de prosseguir no estudo científico. Esta é uma necessidade da qual não se dão conta aqueles que ao se defrontar com uma ciência descritiva pretendem certamente estabelecer leis naturais. Hoje, no que se refere às classificações, a geografia do homem tem uma tarefa muito ampla e não privada de dificuldades particulares. Tomemos um exemplo. Os povos internos e os povos costeiros, os povos montanheses e os povos insulares representam tipos que se encontram em todas as zonas, variadíssimos em termos de extensão e de qualidade. As pequenas e pobres tribos de esquimós da América ártica são comunidades costeiras e insulares, assim como os índios que moram adiante deles são povos internos. O tipo rude, grosseiro, belicoso do filho da montanha e o do navegante e mercador refinado, hábil, pacífico, se nos apresentam por toda a parte ao longo da história da Grécia. Esquimós e índios, atenienses e trácios, fenícios e hebreus são pequenas manifestações do grande contraste que se manifesta entre comunidades e potências continentais e marítimas, e cuja influência podemos verificar em toda a história universal.

Esta classificação natural que se baseia na variedade das sedes dos povos pode ser levada muito além. Assim como a Terra se apresenta tão variada, também são variadas as influências que ela exerce sobre os povos e sobre os Estados. O mar é apenas um onde quer que seja; mas os povos, os Estados e as cidades situadas no Oceano Atlântico desfrutam de condições naturais diversas daquelas que se encontram no Pacífico, e o mesmo se diga das comunidades do Mediterrâneo em relação àquelas que vivem no Báltico. As influências da natureza variam de zona para zona. Cada continente e cada compartimento natural de um mesmo continente apresentam características particulares das quais participam os povos e os Estados que vivem no seu território. Os Estados europeus e os Estados americanos serão sempre diversos entre si, mesmo que algum dia suas diferenças possam ser um

tanto quanto atenuadas. Assim também os povos da América setentrional, meridional e central constituíram sempre famílias naturais distintas.

Além disso, assim como os homens pertencem a grupos naturais e de civilização diversos, a etnografia distingue entre povos negros e povos índios, entre povos civilizados latinos ou germânicos e povos primitivos. Mas para a geografia do homem a classificação mais óbvia e mais natural é a que se baseia em distinções geográficas, isto é, na posição e na natureza do território habitado; e estabelecer esta classificação é precisamente uma de suas tarefas fundamentais. Crê-se contribuir justamente para essa obra em cada uma das páginas que seguem⁴⁴.

§36. O método indutivo — A classificação representa o primeiro passo do método indutivo. Na verdade o processo de comparação se torna já manifesto em todo o trabalho de classificação dos povos baseado no exame das suas sedes; e o mais simples dos mapas etnográficos leva à comparação dos vários territórios que este apresenta sob o aspecto da sua amplitude, posição e configuração. O mapa etnográfico representa o instrumento de indução próprio da geografia do homem. É sob este aspecto principalmente que a antropogeografia é uma ciência comparada. A expressão *geografia comparada* foi usada sem reservas depois que Karl Ritter fez dela premissa da sua grande obra sobre a geografia da Ásia e da África. Pela forma como a utiliza Karl Ritter esta expressão significa a contraposição à geografia puramente descritiva, que é privada de conteúdo intelectual e por isso imperfeita na sua descrição. Ritter poderia dizer do mesmo modo "*vergeistigte Erdkunde*" em contraposição aos "*entgeistigte Erdkunde*" de seus predecessores⁴⁵. Mas estaremos correspondendo melhor à verdadeira natureza da geografia, se à geografia de Ritter dermos simplesmente a denominação de "sintética". Esta denominação nos dará ao mesmo tempo oportunidade de recordar como é inexata a concepção daqueles que consideram a geografia como uma ciência dedutiva; porque, se é verdade que o geógrafo tem os olhos voltados constantemente para toda a Terra e está sempre pronto a passar das considerações de um fenômeno singular à consideração de uma série de fenômenos, isto é, do procedimento analítico ao sintético, esta disposição todavia não significa exatamente a renúncia ao método in-

⁴⁴ V. a última parte da *Geografia do homem*, v. II: "Classificações e mapas antropogeográficos".

⁴⁵ Enquanto Karl Ritter trabalhava na geografia à qual ele deu, com um sentido particular, o nome de "comparada", ocorria que nesse mesmo ano de 1831 a mesma denominação era empregada em duas obras importantes, cada uma com um sentido completamente diverso, de modo que se tinha ao mesmo tempo três tipos de "geografia comparada". Rennel, na sua obra *A treatise on the comparative geography of western Asia* (London, 1831), empregava o termo *comparative geography* em sentido puramente histórico, pretendendo designar o confronto entre as informações geográficas dos escritores antigos e dos modernos acerca de um mesmo território. Por sua vez J. Yates utilizava a expressão *comparative geography* para indicar o confronto entre as formas de terreno, e a consagrou no seu estudo *Remarks on the formation of alluvial deposits*, publicado em 1831 no *New Philosophical Journal*.

ditivo, mas simplesmente que usa como recurso um segundo procedimento, do qual a geografia pode, em alguns casos, tirar proveito.

Se para a geografia a possibilidade do estudo experimental fosse tão ampla como para as outras ciências, a necessidade do procedimento comparativo seria menor. Mas se já para a geografia física é difícil a aplicação do método experimental para estudar a sedimentação sobre um fundo do mar a 9 000 metros de profundidade, ou o amolecimento das rochas sob uma pressão tangencial de muitas atmosferas, seria totalmente impossível a repetição experimental dos fenômenos da vida com dimensões telúricas. Para o estudo destes fenômenos só pode servir o *experimento que nos apresenta a natureza mesma* mediante o repetir-se de processos análogos em condições diversas de posição, de espaço e geográficas em geral. Do que se deduz que a geografia deve realizar um amplo trabalho de comparação sem deixar de examinar um só ângulo da Terra⁴⁶.

Se é verdade que a geografia observa os mesmos fenômenos que são estudados também por outras ciências, seu método contudo se distingue sempre por esta sua tendência natural a ampliar seu ângulo de visão, a realizar uma observação que eu diria *hologeica*, isto é, que abarca toda a Terra. Assim, se a geografia, ao apresentar os povos separadamente em seus mapas cartográficos, presta fiel ajuda à etnografia, que estuda esses povos sob aspectos da sua língua, usos, costumes, ao mesmo tempo a antropogeografia tende constantemente a representar os povos como um todo, como um conjunto compacto; a geografia do homem é portanto essencialmente unitária, enquanto a etnografia é essencialmente separadora. A descrição dos mares pode, é verdade, levar a distinguir a partir de seus contornos uma grande quantidade de golfos, baías, estreitos etc.; mas esta também pode se elevar e estabelecer, por exemplo, uma relação entre os três mediterrâneos — romano, americano e austral-asiático considerados como tais; e é exatamente ao fazer essa comparação que o geógrafo terá ocasião de assinalar como é legítimo o outro conceito mais elevado, o conceito unitário do Oceano. Do mesmo modo o antropogeógrafo passa do estudo dos povos à concepção superior da humanidade. De tal forma que da comparação nasce a síntese, cuja legitimidade, ou melhor, cuja necessidade dentro do estudo geográfico nasce da difusão de alguns fenômenos para toda a Terra, ou pelo menos para uma grande parte desta.

Não desconhecamos portanto a grande ajuda que o *critério hologênico* presta ao estudo de cada um dos problemas antropogeográficos. Em uma época como a nossa, na qual, em consequência da especialização, cada ciência se fraciona em um grande número de pequenos estudos particulares, é uma verdadeira felicidade que na ciência geográfica este fracionamento não seja todavia muito acentuado, de tal modo que o estudo aqui possa ser sempre iniciado e conduzido sobre bases de amplitude geral, permanecendo a pos-

⁴⁶ Já Comte indicou explicitamente como um dos métodos da sociologia o *experimento indireto*, isto é, o estudo de certos desvios do desenvolvimento normal de um determinado fenômeno

sibilidade de descobrir materiais de estudo completamente novos. O que porém não nos pode levar a esquecer que o método natural da pesquisa antropogeográfica é sempre aquele que é impulsionado pela determinação exata dos fenômenos singularmente considerados.

§37. O nexu histórico no estudo antropogeográfico — Quando empreendemos o estudo de um determinado problema antropogeográfico, uma reflexão nos aconselha a manter nossa visão dentro de um círculo de observação restrita; isto é, a reflexão onde não há pais, espelho de mar, montanha ou rio que possam ser considerados como objetos absolutamente independentes. Já Herder advertira que não se poderia compreender a história da Alemanha fazendo referência apenas ao seu território, porque a Alemanha também não representa senão um prolongamento do continente asiático. E além disso quem se arriscaria a afirmar que a este mesmo território da Europa central não poderiam ter chegado os descendentes de uma raça euro-africana, que nos tempos pré-arianos ocupou os países mediterrâneos e penetrou profundamente até dentro da África?

Ora, como acima da superfície sólida se movem as massas instáveis de água e aquelas massas ainda mais móveis de atmosfera, o nexu que se estabelece entre um território e seus limitrofes não permanece inteiramente limitado àquela ligação que é determinada pela continuidade das camadas terrestres. Os movimentos aquáticos e atmosféricos servem para ligar entre si também os povos. O Danúbio transporta ao Mar Negro areias extraídas dos granitos da Floresta Negra e as condições meteorológicas do nosso país sofrem a influência das inversões atmosféricas que nos chegam através do Oceano Atlântico depois de ter deixado as costas da Virgínia, do Labrador e da Islândia. Em consequência dessas mesmas correntes atmosféricas as águas tépidas do Atlântico atingem as costas ocidentais da Europa influenciando seu clima até nas regiões internas. Se pensamos ainda nos frágeis navios de Cristovão Colombo, impulsionados em pleno Oceano Atlântico por um outro sistema de ventos em direção às Índias Ocidentais, ou nas migrações dos polinésios das ilhas Tonga às Fidji, às Novas Hébridas, e mais além ainda em direção oeste ao longo da corrente pacífica sul-equatorial, isto vem nos persuadir de quanto é grande a influência histórica dos movimentos inorgânicos. No que se refere ao Danúbio, o maior dos nossos estadistas afirmou, é verdade, que os interesses políticos da Alemanha não são de modo algum atingidos pela questão do Oriente. Contudo não se pode deixar de pensar que um rio, que representa um todo fisicamente indivisível, exerce também no campo político uma função de ligação do mesmo modo que exerceu no campo etnográfico. Quem poderia ainda hoje persistir naquela afirmação, diante da crescente importância de todas as comunicações terrestres com a Europa sul-oriental, que seguem exatamente a mesma direção do Danúbio? Enfim as populações do baixo Danúbio vêm se aproximando do círculo da civilização da Europa central, e esta aproximação se realizou na maior parte seguindo as margens do grande rio.

Desse modo um país representa, sem dúvida, um objeto em si; mas ao mesmo tempo é também um elemento de uma grande cadeia. Por si aquele país é um organismo, mas se torna um simples órgão se considerado dentro de uma série, dentro de um grupo, dentro de um complexo de ordem superior, e isto ocorre quer se trate de um povo dominado, ou tributário, ou derivado, ou membro de uma aliança, ou componente de um círculo civilizado. Diante do estudo antropogeográfico aquele povo se apresenta às vezes sob um, às vezes sob outro dos dois aspectos, e há como que uma luta continua entre o organismo e o órgão. Por isso também no trabalho de investigação vemos a síntese alternar-se em análise.

A geografia do homem deve estudar precisamente este alternar-se dos dois aspectos toda vez que tomar em sentido amplo o aspecto territorial. Disso se segue que ela não deve considerar os povos como elementos inertes e muito menos como elementos fechados e encerrados em si mesmos. Quando, como ocorre na Polinésia ou no interior da Ásia, a indústria européia penetra em meio a um povo, sufocando a arte e a indústria indígenas com a introdução de grande quantidade de produtos inferiores mas de bom mercado, aquele povo todo perde sua vida própria e entra no rol daqueles que são obrigados a viver recolhendo caucho, espremendo óleo de palma ou caçando elefantes para prover ao consumo europeu, e recebendo em troca tecidos transparentes, aguardente adulterada com ácido sulfúrico, fuzis usados ou roupas em desuso, em suma, os dejetos das populações civilizadas. O organismo econômico daquele povo se extingue, e em muitos casos este fato assinala o principio da atrofiação e do perecimento total do próprio povo. O organismo mais forte se sobrepõe ao mais fraco e o absorveu por toda parte. Por outro lado pode-se observar ainda que Atenas não poderia ter vivido sem o trigo, a lenha, o cânhamo dos países situados ao longo da margem setentrional do Mediterrâneo, assim como a Inglaterra passaria fome se não fosse o pão e a carne fornecidos pela América setentrional, pela Europa oriental e pela Austrália.

§38. Necessidade de uma visão retrospectiva à história da Terra — Já afirmamos antes (v. cap. 4) que os povos devem ser estudados em relação com toda a Terra e especialmente com a evolução desta. A este respeito a geografia do homem nos oferece um exemplo de como a condução do estudo de um problema científico baseada em procedimentos superficiais leva a graves dificuldades, enquanto o aprofundamento maior da investigação conduz à solução com muito menor esforço. Karl Ritter tentou muitas vezes nas suas descrições mostrar as ligações existentes entre os fenômenos geográficos da natureza inorgânica e os fenômenos da humanidade; mas ele não se deu conta de que entre as duas ordens de fenômenos existe um nexo muito mais profundo, representado pela correspondência entre as evoluções dos dois elementos, que têm ambos sua raiz na Terra, tanto que se poderia dizer que existe entre esses elementos uma espécie de parentesco telúrico. Mais superficial ainda é o outro pensador, que goza da fama de ter demonstrado

uma particular acuidade no estudo das relações de dependência que se estabelecem entre a história e a natureza circundante; queremos acenar a Henry Th. Buckle que, no primeiro capítulo da sua *História da civilização inglesa*, diz: "Se consideramos que o homem se encontra permanentemente em contato com o mundo exterior, devemos nos persuadir de que existe necessariamente uma ligação entre as ações do homem e as leis da natureza". Nas concepções deste gênero, em que se fala apenas em coexistência, contato, dependência, a palavra que resolveria de fato o problema permanece inexpressa; é a palavra *evolução*.

Toda a história da humanidade é uma contínua evolução sobre a Terra e com a Terra; e não se trata de uma simples coexistência, mas humanidade e Terra vivem, sofrem, progridem e envelhecem juntas. Basta pensar que ligações profundas devem nascer de um tal gênero de coexistência para se dar logo conta de como é supérflua toda pergunta que ponha em dúvida a existência ou não de um nexos entre a Terra e o homem, a influência ou não que o território e todo o ambiente físico exercem sobre a história, sobre os povos, sobre os Estados, sobre a sociedade humana.

Traduzido em linguagem prática o que foi dito acima significa que quando no estudo antropogeográfico nos encontramos diante de um fato cujas condições atuais não bastam para explicar, então é necessário voltar os olhos ao passado e buscar aí as causas que o presente não nos revela, sem o que se carria em um erro de lógica elementar. Neumann, baseando-se na falta de um nexos entre a divisão do gênero humano em raças e as condições geográficas presentes, tira daí a conclusão segura de que a etnografia científica deve se apoiar unicamente no exame comparado das línguas. Mas se este cientista fosse levado a examinar um vale árido, estaria ele impedido de constatar a falta de um nexos visível entre este efeito e uma outra causa qualquer não mais visível, ou não teria ele também tentado encontrar uma causa determinada, que tivesse dado lugar à formação do vale e tivesse mais tarde cessado? Do mesmo modo deve-se dizer que para o antropogeógrafo o problema de como se deva explicar a difusão dos povos não é isolado, mesmo que nas atuais condições não pareça possível aqui a solução.

§39. Limites da geografia do homem — Se qualquer objeto, que se apresenta sobre a Terra em um número bastante considerável e tenha uma relação com o homem, pode ser estudado e representado sob o aspecto da sua difusão geográfica, então a tarefa da geografia do homem não teria fronteiras se esta ciência não tivesse em si mesma as razões de uma limitação adequada. É pois necessário colocar a questão: quais são os limites da geografia do homem? Para responder a isso basta considerar que o objetivo da antropogeografia é *puramente científico* e que por isso ela deve deixar às aplicações de geografia política, de geografia comercial etc. a descrição de todos os fenômenos que não têm importância essencial para aquele objetivo. Aqui, como em qualquer outra ciência, deve-se impedir que o estudo se aprofunde e se estenda além do quanto é necessário para tornar completo

o edifício científico. Para isso bastará ter presente que os atributos do homem, cuja difusão pode ser demonstrada e descrita, podem ter em relação ao próprio homem uma importância muito diversa. E, na medida em que o estudo antropogeográfico se refere precisamente ao homem, terão interesse científico apenas aqueles atributos que têm um vínculo muito estreito com o ser que os possui e os difunde, cuja difusão valha para iluminar a difusão do homem. Não queremos porém dizer com isto que além do campo assim circunscrito cesse inteiramente a seriedade da investigação científica; mas a geografia do homem pode muito bem restringir-se a estes limites sem nenhum prejuízo da verdade.

A geografia física é base e premissa da geografia do homem; o que porém não significa que esta deva fazer seus todos os resultados daquela. A geografia física se ocupa de uma grande quantidade de pesquisas cujo fruto não resulta em nenhuma vantagem para a antropogeografia. Na verdade a vida em todas as suas formas é um fenômeno superficial da nossa Terra, e em muitos aspectos depende mais do Sol do que do território; antes, esta se manifesta mais nas partes baixas da superfície terrestre, especialmente no que se refere à vida do homem. É por isso que os relevos mais altos da terra firme apresentam para a geografia do homem um interesse quase tão infimo quanto as cavidades mais profundas do mar. O estudo do cume de uma montanha pode ter enorme importância do ponto de vista físico, mas pode não ter absolutamente nenhuma importância do ponto de vista antropogeográfico. Assim também as condições que se manifestam no fundo de um lago ou de um rio, no interior de uma geleira, em uma terra polar inabitada, não têm com a geografia do homem relação de espécie alguma.

§40. As leis antropogeográficas — Assim como a geografia do homem tem em comum com as ciências naturais o método científico, ela ordena sua matéria do mesmo modo que estas, com base em classificações, e chega às suas conclusões pela via das comparações. O fato de ela estudar o *homem* em relação com seu território não dá lugar a nenhuma diferença, tanto mais que coloca o homem dentro da natureza e o considera nas suas relações recíprocas com a Terra. A independência da vontade humana não impede que a difusão geográfica do homem sofra a influência de condições externas; assim, por exemplo, ele foi excluído das terras polares e das regiões mais áridas com qualquer outra espécie vegetal ou animal. Do mesmo modo que o fitogeógrafo delimita a área de difusão das palmeiras, o antropogeógrafo delinea a área de difusão dos negros. E se o primeiro deduz da presença atual de uma mesma planta na África meridional e na Nova Guiné que aquela planta se transferiu vagando pelo Oceano Índico ou que ocorreu uma dupla migração da pátria comum de origem, por exemplo, da Índia, a mesma conclusão tira o segundo diante dos negros da África e dos papuas.

Do mesmo modo que todas as outras ciências que também compreenderam o homem no rol de suas investigações, tampouco a antropogeografia pode pretender descobrir leis que possam ser expressas através de fórmulas

matemáticas. Assim como o homem, também o povo possui uma vontade independente. Mas esta vontade, sempre que pretenda se expressar, deve levar em conta as condições que a Terra impõe à existência humana e que representam uma limitação para essa vontade. De fato, não há vontade humana que possa aumentar a área do planeta; nenhuma vontade humana poderia se sobrepor às forças que se opõem à vida em meio ao gelo persistente das terras polares e das altas montanhas ou então nos desertos; e tampouco poderá se formar jamais um Estado independente no pólo norte, nem surgir uma grande cidade em meio às areias do Saara. Assim também a expansão territorial de um povo encontrará sempre limites impostos pelas condições externas. Um povo que se estende sobre um grande espaço será sempre menos compacto que um povo concentrado sobre um pequeno território como o dos franceses. Um território situado em clima temperado possui maiores recursos que um outro situado em clima frio; assim a Suécia e a Noruega consideradas juntas têm um território que supera em 2/5 a amplitude do território da Alemanha, mas uma população que é apenas 1/7 da alemã.

Nesses países a livre vontade dos povos pode sem dúvida atenuar muito o império destas limitações ou torná-lo mais suportável, mas não poderá jamais aboli-lo completamente. E por isso cada povo carrega em si as características do seu território. Hoje a geografia do homem deve estudar os povos *em relação às condições naturais às quais eles estão sujeitos*, isto é, considerá-los sempre *unicamente sobre seu território*. É sobre este que a geografia do homem vê além disso se definirão as leis que regulam a vida dos povos; leis que precisam ser expressas em forma geográfica. Assim ela considera o incremento e a decadência dos povos pela sua expansão territorial, descobre entre os ingleses e os japoneses, entre os habitantes de Tonga e de Simbo o repetir-se das mesmas influências derivadas da posição insular, e considera os destinos da Grécia como conectados com os destinos da Ásia anterior, sejam gregos ou persas, romanos ou turcos os povos que aí predominem. Assim também a geografia do homem vê a centralidade do império germânico repetir-se no Estado africano de Bornu; naturalmente esses dois Estados continuam sendo muito diversos para ela, mas apresentam uma característica comum: se são fortes exercem uma enorme influência exterior, enquanto fracos se encontram em grave perigo. Esta é em qualquer parte da Terra a vantagem e a desvantagem que confere a um Estado a centralidade da posição política; isto porque todos os povos fortes visam alcançar o mar ou a estender sobre este seu domínio, e tendem a se apoderar das grandes vias comerciais ou pelo menos dos seus pontos extremos.

Vê-se portanto como a extensão, a posição e a configuração dos territórios fornecem os elementos para avaliar a vida dos povos aos quais estes pertencem. Esses elementos permanecem constantes enquanto se toma em consideração apenas o território; mudam porém às vezes quando se passa a considerar também os povos em contato com o território. Assim depois da queda de Cartago o território daquela república perdeu por longo tempo sua importância, e só em parte a readquiriu com o florescimento dos Esta-

dos bárbaros; mas desde que a ocupação francesa da Tunísia colocou aquelas terras nas mãos de uma grande potência, estas readquiriram, especialmente em relação à Sicília, toda a importância que tinham tido nos tempos de Cartago.

É possível estabelecer portanto com dados de realidade antropogeográficos uma equação tal que *uma só* grandeza seja aqui desconhecida; a incógnita será sempre uma grandeza de tempo. Diante de determinadas condições de extensão, de espaço, de posição, deverá necessariamente manifestar-se um certo fenômeno, mas não se pode dizer quando. Quando as observações das quais se dispõe se referem a período de tempo bastante extenso, então a constatação do repetir-se daquele fenômeno determinado confere ao cálculo um grau de segurança também maior.

As objeções que se costuma levantar contra o valor das leis antropogeográficas se apóiam freqüentemente sobre erros de interpretação muito elementares, como demonstra a crítica feita por Peschel a Ritter⁴⁷. Diz ele da Grécia:

“Aquele era e é contudo o berço dos povos navegadores que foram os vencedores de Salamina, mas lá poderia ser também, em Helesponto, a capital do Oriente, naquele mesmo lugar onde surgiu Bizâncio e onde está hoje Constantinopla e a frota turca decomposta. A natureza é sempre tão benigna quanto era naqueles tempos gloriosos, mas os habitantes daquelas terras hoje estão mudados. Portanto a influência das causas locais não é senão uma influência negativa... Os caracteres físicos de cada território oferecem a possibilidade de desenvolvimentos diferentes. Mas o fato de ter realizado um e não outro desenvolvimento constitui precisamente o mérito histórico de cada nação. O curso da história certamente tem relação com as leis físicas do território, mas só nas suas linhas gerais” (*Ausland*, 1859, n. 33).

No caso concreto não é a geografia do homem que está errada, mas Peschel que esquece uma lei importante: que as influências que um país exerce sobre a história de seu povo não se devem apenas ao país em si, mas também aos territórios entre os quais este está compreendido. Por isso na crítica de Peschel, assim como em quase todos os autores que tratam das relações entre as condições naturais da Grécia e a sua história, se ignora o mais importante entre todos os elementos dessa história, isto é, a posição desta península que se inclina em direção à Ásia, quase um elo de conjunção entre a Europa e as costas orientais do Mediterrâneo. É exatamente esta posição que imprime à história helênica um caráter europeu-asiático tão profundo, caráter que se manifesta através de todas as contingências históricas tanto do seu florescimento como da sua decadência como o fio condutor ao qual se ligam tanto a expedição dos Argonautas como a guerra de Tróia, a batalha de Salamina como as influências da civilização mesopotâmica e egípcia, o império romano do Oriente como a dominação dos turcos. O elemento de debilida-

⁴⁷ *Das Ausland*. 1867, n. 36 e 39; 1869, n. 9 e 39.

de que é inerente a esta posição geográfica se tornou também mais sensível pela configuração irrequieta do território, de tal modo a fragmentar quaisquer operações que sejam mais amplas, de obstacularizar quaisquer poderosas concentrações de forças, e isto pelo desmembramento e pelo corte tanto no sentido horizontal (penínsulas e ilhas) como em sentido vertical (orográfico), assim como pela limitação da sua extensão. Posição, amplitude e configuração: esses são os elementos de base e ao mesmo tempo as limitações postas pela natureza à história da Grécia. Diante destes elementos as condições favoráveis da indústria marítima, o clima soberbo etc. assumem uma importância totalmente secundária. No escrito que recordamos Peschel acrescenta: "É precisamente ao vencer os obstáculos postos pela natureza que resplandece o gênio dos povos"; mas os gregos, mesmo na época do seu apogeu, quando seu gênio resplandecia mais alto, não chegaram a se impor às condições criadas pelas características fundamentais do seu território, sobretudo pela posição geográfica, pela limitada extensão e pelo desmembramento.

Parece-nos que o exemplo acima reportado demonstra que, para poder realizar um estudo útil do vasto problema do qual tratamos, é necessário primeiro fixar bem os elementos que devem ser examinados quando se quer falar da influência das condições naturais sobre a história dos povos. Este primeiro trabalho nos conduzirá logo a um resultado importante, isto é, à eliminação de uma grande quantidade de argumentos não acessíveis à abordagem geográfica, que pertencem, ao contrário, à fisiologia e à psicologia; são desse tipo todas aquelas influências que modificam o caráter ou as condições físicas do homem. Resta-nos, por outro lado, o estudo de todos os problemas puramente geográficos, ou seja, das *influências que as condições naturais exercem sobre o modo de ser do homem ou sobre sua atividade*. As influências do primeiro grupo podem ser chamadas de *estáticas*, e as do segundo de *mecânicas*. Estas últimas representam precisamente as condições diretamente impostas pela natureza à história, embora não se exclua que essas condições possam influir sobre a história também por via indireta. Assim, pode acontecer que cada uma das modificações ocorridas nas condições de um pequeno número de homens concorra para determinar os destinos históricos de comunidades situadas freqüentemente a enorme distância, difundindo-se a povos inteiros ou sendo transmitidas através de determinadas frações de povos.

§41. Leis antropogeográficas e estatísticas — A geografia do homem tem em comum com a estatística a tarefa de estudar os fenômenos relativos à vida dos povos e de buscar tudo que neles tem valor de lei. Mas os procedimentos das duas ciências são muito diversos. Os conceitos geográficos são sempre localizados com exatidão; eles têm na base de uma latitude e de uma longitude uma relação com elementos geográficos, como costas, interiores, relevos e cursos de água. Se falo o nome de uma localidade logo aparece em

minha mente algo como um mapa de pálidos contornos, sobre o qual minha memória fixa no ponto exato, e às vezes infortunadamente também em um ponto inexato, a localidade em questão. Por isso os conceitos abstratos, que não têm nenhuma referência a uma localidade exata, têm sempre um caráter não perfeitamente geográfico. Portanto em geografia, ao se estudar um fenômeno, será sempre muito útil separar uma da outra as características singulares do fenômeno mesmo e buscar entre eles os que são localizáveis, mais do que apresentá-los todos sob a forma de uma soma que não teria outro valor senão o de um dado intermediário e serviria depois para compor outros cálculos privados de significado. São um exemplo do gênero os estudos relativos ao recorte das costas ou à densidade de população.

Hoje se faz grande alarde das médias estatísticas esquecendo-se da substância dos problemas tratados. Em geral se observa esse alarde também no campo científico onde, como se se tratasse de um jogo e sem se dar conta do objetivo ao qual se visa, continuam a se juntar cálculos como se cada um deles tivesse valor por si. Assim, por exemplo, admite-se que a população total da Terra ascenda a 1 500 milhões de homens, e calcula-se que em consequência a densidade da população terrestre seja de menos de 3 habitantes por km². Mas, como é de se notar, os homens habitam a Terra apenas numa faixa compreendida entre as regiões polares inabitadas, o chamado *ecúmeno*, que, compreendendo terra e água juntas, ocupa cerca de 4/5 da superfície terrestre. E é apenas nessa área que o gênero humano vive, de tal modo que a cada quilômetro quadrado do *ecúmeno* caberiam 4 habitantes. Além disso a porção maior do *ecúmeno* é ocupada pelo mar; a área habitada é menos de 1/3 da sua superfície total, e por isso é apenas a esta área que se refere a população terrestre, cuja densidade sobe nesse caso para 12 habitantes por km². Mas também no interior deste *ecúmeno* se apresentam diferenças de densidade consideráveis. Assim a população da Alemanha é quase cinco vezes mais densa que a da Rússia: e na própria Alemanha se observa que na província de Lüneburg a densidade é de 39 habitantes subindo a 400 na província de Düsseldorf.

§42. A predestinação e a teleologia de Ritter — O conceito de predestinação referido a uma região terrestre levantou muitas objeções e protestos por parte de mais de um crítico excessivamente sutil. Se afirmo que a parte ocidental da Europa e as penínsulas e os arquipélagos da Ásia oriental estão predestinados, por sua estrutura extremamente fracionada, a ter seu próprio desenvolvimento particular, eis que se insurge um dos filósofos da história:

“Que significa a expressão: ter seu próprio desenvolvimento particular? Ao considerar as coisas do ponto de vista da causalidade exterior pode-se dizer que alguma coisa esteja predestinada a algo? (...) Predestinação é um conceito superficial, privado de conteúdo, enquanto ao contrário o conceito verdadeiramente significativo é o de causalidade”⁴⁸.

⁴⁸ RITTER, K. *Der Wetzug der Kultur*, in “Die Kritik”, 1897, n. 154

Hoje se pode notar que o vocabulo *predestinação* tem sido já utilizado tão frequentemente que se pode considerar justificado seu emprego na linguagem antropogeográfica. Mas quero citar, extraíndo-a da moderna literatura, uma expressão de Leroy-Beaulieu⁴⁹: “A unidade do território russo é tão natural que nenhuma outra região da Terra, que não seja exatamente uma península ou uma ilha, parece mais claramente predestinada a ser pátria de um povo único”. A frase citada não tem outro significado que não este: que há territórios que, mercê da sua conformação natural, são destinados a imprimir ao movimento histórico certas formas e direções determinadas. É como se eu, encontrando-me dentro de um vale de montanha e olhando à minha volta, dissesse: “Esta encosta está predestinada a dar lugar a uma torrente e aquela hachia a um lago”. Quem não gostar da palavra *predestinação* diga ao invés disso *atitude*. É exatamente essa predestinação que a geografia deve estudar e representar, ainda que em uma certa época a situação histórica de um certo território pareça estar em contradição com ela. Quando e como os destinos daquele território devem se cumprir são argumentos que não têm interesse para este estudo; e isto embora o olhar experimentado do historiador profundo consiga ver aqui e ali os indícios daquela predestinação mesmo sob o véu de uma história que esteja em contradição com essa e pois com as deduções geográficas. Só quem conduzir seu exame aos elementos exteriores poderá negar, embora a Grécia moderna esteja tão abaixo da Grécia antiga, a elevada predestinação natural da península helênica (v. §40).

A susceptibilidade que uma palavra tão clara pôde despertar não é senão a expressão da antiga animosidade cega e desconfiada contra qualquer espécie de teleologia. Reflitamos um instante sobre algumas expressões como esta, frequentemente citada, que se encontra na introdução ao primeiro volume da *Palestina* de Ritter:

“Imaginar a história do povo de Israel em uma outra região terrestre que não seja a Palestina dever-nos-ia parecer algo impossível. Em nenhuma outra terra a história sacra poderia ter tido um desenvolvimento tão rico como nesta terra, claramente representando, para nós e para todos, os tempos vindouros”.

Temos que confessar abertamente que tais expressões não nos chocam por sua entonação teleológica, que de todo modo não pode nos impressionar senão exatamente como entonação; mas elas nos chamam a atenção pela relação que têm com a teoria que Ritter enunciou com uma segurança até então desconhecida: “A história não está ao lado da natureza, mas dentro da própria natureza”. De resto, a paternidade destas idéias teleológicas não pertence propriamente a Ritter, mas antes a Herder que, tanto nos seus *Präludien* como nas suas *Ideen zur Geschichte der Menschheit*, se referira frequentemente ao conceito de que se deve considerar a Terra como a habitação e o exercício da humanidade, e como sendo predestinada exatamente a esse objetivo; Herder reconhece a marca uniforme da mão criadora tanto nos esquimós apequenados pelo frio como na *organização sensual* dos negros. É a

⁴⁹ *L'empire des tsars*, v. 1 (1 ed.), p. 33.

Herder que pertence o mote arguto: "Ou a natureza não teria criado a África, ou a África deveria ser antes de tudo dos negros"⁵⁰.

A este propósito se nos permita, diante do horror próximo do medo que os opositores de Ritter ostentavam diante da teleologia, observar que na história de todas as ciências se pode constatar a compatibilidade dos conceitos teleológicos fundamentais com resultados da investigação propriamente dita. Na verdade, diante de meus olhos e da minha mente, a natureza junto com a humanidade, que constituem o objeto único de qualquer ciência, pareceriam os mesmos, fossem as suas leis manifestações acidentais, ou se originassem da vontade de um espírito criador. O cientista investiga as causas das quais derivam os efeitos que constituem o objeto da sua investigação, e não o torna nada incerto o fato de não se saber se o fim último destes fenômenos e preestabelecido por uma vontade superior, e se o jogo destas causas e destes efeitos é guiado por uma inteligência superior. Aquilo que essencialmente nos prefixamos é estabelecer se os destinos dos povos são em alguma medida determinados pelo ambiente que os circunda. Karl Ritter parte da convicção de que isto ocorre efetivamente, apoiando-se em parte na crença de uma divindade que dirija as coisas humanas, crença à qual ele dá a importância de uma hipótese científica, em parte aos resultados da sua observação. Pode-se dirigir a Ritter a séria crítica de ter ele se fiado excessivamente nesta hipótese, e de ter por isso, com uma convicção tão profunda, considerado a Terra como o *educundário da humanidade*, e com isso se voltado ao estudo dos fenômenos que lhe pareceram confirmar essa crença, sem se armar de dúvida suficiente. Todavia não se deve crer por isso que aquela concepção teleológica tenha falseado todas as conclusões de Ritter e frustrado portanto todo o seu percurso científico. Se as chamadas "idéias de Ritter" não puderam se afirmar vigorosamente, e se a própria geografia não pôde tirar grande proveito delas, isto não tem absolutamente nada a ver com a teleologia, mas foi apenas por isso que Ritter muito raramente enfrentou com decisão a abordagem dos problemas particulares, relativos ao argumento do qual tratamos. Esta é exatamente sua debilidade principal. Os trabalhos de Ritter têm, por assim dizer, um caráter de projeto ou de esquema, e representam antes uma contínua demonstração da importância das relações em questão e do modo como estas deveriam ser estudadas do que profundas investigações particulares acerca da sua essência e das suas leis⁵¹.

⁵⁰ *Ideen*, VI, p. 4. Cf. também VII, p. 3

⁵¹ Não podemos deixar de introduzir em seguida uma consideração de caráter puramente humano: Ritter e um daqueles pensadores contra os quais a crítica não pode se mostrar severa como e para muitos outros. Sua exposição não é unilateral nem preconcebida, nem polêmica, mas se percebe continuamente ao lê-la que se está diante de um homem não apenas honesto, mas inteiramente nobre, de tal modo que se empenha com o intelecto e com o coração na investigação da verdade. Se este nosso juízo provocar por parte de alguns cidadãos da "república dos cientistas" algum sinal de dúvida, nos achamos que na crítica a que as opiniões de um escritor como Karl Ritter possam dar lugar devem-se levar em conta o homem e os objetivos que ele perseguiu. Por outro lado pode-se compreender que algumas das críticas que foram feitas a Karl Ritter cabem não a ele propriamente, mas a seus discípulos.

II. AS RAÇAS HUMANAS*

6. O OBJETO DA ETNOLOGIA

O conceito geográfico e a análise histórica na abordagem dos povos. — A humanidade é um todo. — O objeto da etnologia é demonstrar a íntima conexão das diversas partes da humanidade.

A etnologia tem por objeto ensinar a conhecer em todas as suas partes a humanidade tal como esta vive atualmente. Mas assim como há muito tempo se costuma tratar a fundo somente os povos que atingiram a civilização mais elevada, como se apenas estes representassem a humanidade e fizessem parte da história universal, do mesmo modo a etnologia, se pretende realizar seu objetivo, deve se voltar com muito maior atenção aos estratos mais profundos, negligenciados, da humanidade. Mas a isto se acrescenta ainda o desejo de não considerar apenas superficialmente este conceito de humanidade, tal como se explica entre os povos civilizados, que se sobrepõem a todos, em lugar de buscar conhecer precisamente nestes estratos inferiores os pontos de transição que conduziram aos desenvolvimentos mais elevados de hoje. A etnologia não nos deve representar apenas o ser, mas também o devir da humanidade, ao menos na medida em que este devir deixou suas marcas na íntima variedade desta. Não é senão por esta via que podemos estabelecer a unidade e a plenitude do conceito de humanidade. No que se refere à via a ser seguida nesta abordagem, devemos sempre considerar antes de mais nada que a distância entre as civilizações de dois grupos da humanidade pode ser completamente independente na amplitude e na profun-

* Reproduzido de RATZEL, F. Oggetto dell'etnologia. In: *Le razze umane*. Turim, Unione Tipografica — Editrice Torinese, 1909, v. 1, parte I, capítulos 1, 2, 3, 4 e 13, p. 3-32 e 139-152. Traduzido do italiano por Fátima Murad.

didade da diferença de seus dotes naturais. Esta diferença colocaremos sempre em último lugar, enquanto em primeiro lugar colocaremos a diferença do desenvolvimento e das circunstâncias externas. Portanto, daremos maior atenção às circunstâncias externas dos povos, e procuraremos, na medida do possível, desenvolver historicamente as suas condições atuais. Desse modo, a compreensão geográfica (abordagem das circunstâncias externas) e a investigação histórica (abordagem do desenvolvimento) caminharão juntas. Somente por esta ligação se pode chegar a uma avaliação correta.

O nosso crescimento no campo espiritual e da civilização, tudo aquilo que chamamos de progresso na civilização, é antes comparável ao germinar de uma planta que ao vôo ilimitado de um pássaro. Permanecemos sempre ligados à terra, e o ramo precisa sempre de um tronco que o sustente. A humanidade pode ter a cabeça erguida na pureza do éter, mas apesar disso seus pés devem pousar sempre sobre a terra, e do pó nasce o pó. Isso tem como conseqüência a necessidade da abordagem geográfica. Quanto à análise histórica, basta acenar àqueles povos que por milênios permaneceram os mesmos, que não mudaram nem sua sede, nem sua língua, nem sua conformação física, nem o modo de vida e nem mesmo suas crenças e seu saber, a não ser superficialmente. Heródoto fala de um povo de trogloditas, que habitava próximo aos garamantis, habitantes do atual Fessam. Heródoto se refere aos trogloditas como sendo ágeis e rápidos na corrida, e ao fato de que sua língua era pouco conhecida além dos limites de suas sedes. Esta descrição se adapta perfeitamente aos tubus e aos tedas de Nachtigal. Estes povos habitam ainda hoje nas grutas naturais dos seus penhascos, continuam sendo conhecidos por sua agilidade e pela sua rapidez na corrida, e sua língua não se difundiu, a não ser escassamente, além das barreiras dos penhascos de suas sedes. De tal forma que eles vivem do mesmo modo já há mais de 2 000 anos, ou talvez muito mais. Ainda hoje são tão ricos e tão pobres, tão sábios e tão ignorantes como eram há alguns milênios. Ao que parece, eles não adquiriram nada além do que possuíam então. Cada geração tem a mesma história que aquela que a precedeu, e isto se repete para a geração seguinte. Eles não realizaram nenhum progresso, como se costuma dizer. Mas continuam sendo homens bem-dotados, vigorosos, ativos, com virtudes e defeitos. Eles nos colocam diante de um traço do passado. No mesmo intervalo de tempo o povo alemão, junto com seus povos afins, viveu uma história diversa, e acumulou tesouros de sabedoria, de conhecimento, de potência e de riqueza. Os alemães vieram do interior das florestas para os grandes cenários da história, e na paz ou na guerra fizeram com que seu nome esteja entre os mais respeitados e os mais temidos. Mas como indivíduos humanos se tornaram tão diferentes? Serão eles superiores aos seus antepassados na força do corpo e do espírito, nas virtudes e nas capacidades muito mais que os tubus em relação aos seus? A dúvida é pertinente. A diferença maior está no fato de que esses trabalharam mais, adquiriram mais, viveram mais rapidamente, e, sobretudo, souberam conservar o que adquiriram

e disso tirar partido. Seu patrimônio é maior, mais vital e mais recente. A comparação etnográfica não lhes garante apenas uma posição mais elevada na humanidade, mas nos mostra também como e por que se tornaram aquilo que são e que caminho seguiram.

Em todo juízo que fazemos acerca dos povos, somos sem dúvida dominados fundamentalmente por aquele senso de soberba individual pelo qual se prefere pensar antes desfavoravelmente que favoravelmente dos próprios semelhantes. Devemos pelo menos nos esforçar para sermos justos, e a etnologia pode nos ajudar nisto, na medida em que esta, ao nos conduzir de um povo a outro, ora conquistando uma posição importante, ora perdendo-a, nos imbuí do conceito fundamental de que, quando se trata de homens e de povos, antes de fazer um juízo é necessário levar em consideração o fato de que tudo quanto pode ser pensado, sentido ou feito por eles tem um caráter essencialmente gradual. Tudo pode ocorrer em grau diverso; as várias partes da humanidade não estão separadas por abismos mas por simples diferenças de grau. Portanto a etnologia não tem por objeto principal demonstrar as diferenças entre essas partes da humanidade, mas antes demonstrar a existência de passagens e da íntima dependência, porque a humanidade é um todo, por mais complexa que seja a sua conformação. E, embora não se possa insistir suficientemente sobre o fato de que um povo é resultado de indivíduos, e que estes são e permanecem sendo os elementos fundamentais desse povo em todas as suas atividades, a concordância destes indivíduos nas suas disposições naturais pode ser tão grande que os pensamentos que provêm de um indivíduo encontram certamente um eco nos outros, desde que encontrem formas de chegar até eles, do mesmo modo como a mesma semente sobre o mesmo terreno gera os mesmos frutos.

Mas por esta via se obtêm resultados extraordinários. As idéias elementares têm uma força de expansão irresistível, e não se compreenderia suficientemente por que esta força deveria se deter diante da cabana ou da lareira de um cafre ou de um botocudo. Mas os obstáculos que impedem ou retardam a sua expansão são inumeráveis e, além disso, porque tais idéias nasceram da vida e são levadas pela vida, são mutáveis como qualquer vida. Nisto está um dos motivos principais das diferenças entre as várias partes da humanidade e disso resulta uma série de problemas etnológicos. Na verdade, pode-se dizer que é em primeiro lugar na distribuição geográfica dos próprios povos, e em segundo lugar nas aquisições feitas por eles no campo da civilização e nos meios para progredir nesta, do fogo às mais elevadas idéias das nações históricas, que reside a chave da história primitiva da humanidade.

Pode-se imaginar uma história geral da civilização que assuma um ponto de partida elevado, que domine a terra, para percorrer a partir deste ponto a história da difusão da civilização por toda a humanidade. Mas uma ciência deste gênero deve penetrar profundamente naquilo que habitualmente se indica sob o nome de etnografia. Na verdade, quanto mais profundamente o olhar penetra no sentido de escutar a profundidade dos povos pré

históricos e extra-históricos, tanto mais verossímil se mostra o fato de que em todos os ciclos e em todos os graus de civilização se encontra essencialmente uma única e mesma civilização, que há muito tempo, quando ainda não estavam dadas as condições para o desenvolvimento de centros de civilização especiais, vem se transmitindo de povo a povo sobre a Terra; e reconhecerá que tal civilização está em estreita conexão com a humanidade de hoje, que criou tudo o que há de novo e de grande partindo unicamente daquela base comum, da qual muitas partes se encontram até agora inalteradas no seu patrimônio. Não está longe o tempo em que não se escreverá mais uma história universal sem acenar àqueles povos que até agora foram considerados como não históricos porque não nos deixaram a seu respeito notícias escritas ou esculpidas na pedra. A história é ação. A propósito disso, como é pouco importante escrever ou não escrever, e como parece inteiramente acessória, em relação ao fato das ações e das criações, a palavra que o descreve! Também aqui, a etnologia indicará a via que conduzirá a um conceito mais preciso.

7. POSIÇÃO, CONFIGURAÇÃO E GRANDEZA DA HUMANIDADE

A Terra habitada. — Os povos das fronteiras. — Oriente e Ocidente, Mundo Antigo e Mundo Novo. — Norte e Sul. — A região etíope. — Ações recíprocas entre povos setentrionais e meridionais. — O caráter insular das terras. — Importância da navegação. — A água no quadro mundial. — A unidade do gênero humano. — A distribuição numérica dos homens e as leis que a governam. — Os movimentos dos povos. — O desaparecimento dos povos naturais pelo contato com a civilização e pela autodestruição. — As diferenças de raça. — Os mestiços.

A humanidade habita os continentes e as ilhas temperadas e quentes da Terra e uma parte das ilhas frias no hemisfério boreal. A região que ela ocupa, isto é, a *terra habitada*, forma uma faixa de amplitude variável, cujo ponto mais setentrional se situa próximo de 80° de latitude no hemisfério boreal e o mais meridional próximo de 55° no hemisfério austral. Dos dois maiores oceanos do mundo, o Pacífico avança pela *terra habitada* com sua margem setentrional, onde entre a Ásia e a América há somente a distância de 12 1/2 milhas geográficas, e ainda com uma larga zona mediana assinalada pela abundância de ilhas habitáveis; por outro lado o Atlântico formava, antes da colonização do Faroer e da Islândia pelos irlandeses e normandos, uma ampla interrupção nesta faixa habitada pelos homens. Na *terra habitada*, cuja superfície, sem o mar, é de cerca de 2,4 milhões de milhas geográficas quadradas, pode-se então distinguir um limite setentrional, em direção aos inabitáveis desertos de gelo da região polar, e um limite meridional, e depois um oriental e um ocidental, entre os quais está o Oceano Atlântico. Os povos que habitam estes limites contemplam o vazio, não são cercados

por todos os lados pelos seus semelhantes e, nos lugares onde as suas sedes se aproximam do limite extremo, se encontram no isolamento, que é uma causa da pobreza etnográfica. Pelo contrário, existem grupos de povos situados em lugares onde gozam do importantíssimo privilégio das mútuas relações; e encontramos tais pontos no Oceano Pacífico, especialmente na sua margem setentrional, nas regiões que delimitam o Mediterrâneo e na América Central. Da posição e configuração da *terra habitada* torna-se evidente que o hemisfério boreal abriga um maior número de homens que o austral, e oferece suas regiões mais extensas, que se tocam em mais partes e têm maior variedade de condições físicas, e portanto a possibilidade de mais vigoroso desenvolvimento; em resumo, é evidente que o hemisfério setentrional pela sua posição, conformação e extensão é por si só mais adaptado a um desenvolvimento da humanidade.

A difusão dos homens, assim como dos animais e das plantas, ao norte está fundada sobre a continuidade e ao sul sobre a descontinuidade das terras. Se consideramos a humanidade como um todo, vemos que na sua parte setentrional há uma maior conexão, com maior reciprocidade de efeitos, e na parte meridional uma maior desagregação. Se observamos as raças, vemos que os negróides pertencem ao sul, os mongóis e os brancos ao norte. As formas mais evoluídas de civilização estão ao norte do equador. Na etnografia reencontramos este contraste também nos detalhes: assim, por exemplo, às regiões meridionais da Terra pertencem os povos que não conhecem o arco, enquanto nas regiões setentrionais o arco e a flecha não só são difundidos sobre uma vasta zona mas conservam também a mesma forma fundamental da Lapônia à Groenlândia oriental e ao México.

O profundo abismo que o Oceano Atlântico forma na zona habitada dá lugar também ele a terras limítrofes. Embora para as comunicações mais ativas em direção ao sul, para a populosidade das regiões internas e para as condições climáticas mais favoráveis, estas terras tenham sido em grande medida menos pobres que as setentrionais e meridionais, as formas mais evoluídas de civilização na África se encontram contudo na parte oriental, e na América na parte ocidental, isto é, em direção ao interior ou sobre as costas mais longínquas do Oceano Atlântico. Sem dúvida, a população da África está estreitamente ligada à da Ásia, mas não apresenta nenhum vestígio de relações com a da América. Mas esta conexão se estende ainda amplamente além da margem oriental do continente asiático até as grandes ilhas asiáticas, e forma entre os povos limítrofes meridionais e os setentrionais uma extensa região de civilização, à qual se pode contrapor como ocidental aquela oriental, que se estende mais amplamente em direção ao oriente sobre o Oceano Pacífico, até a América. A existência ou a falta do ferro constituem os termos fundamentais desta divisão. Na verdade ao norte a civilização ocidental invade também o campo oriental; mas a crescente diferença entre países setentrionais e países meridionais persiste até o ponto em que estes limites se encontram no ângulo reto. Neste ponto de cruzamento se revela uma profunda diferença de antiguidade entre aquele agrupamento, que é preponde-

rantemente antropológico, e este, que é sobretudo etnográfico. O ferro tem, sem dúvida, um importante papel no desenvolvimento recente dos povos. O limite entre países que possuem ferro e países que não possuem ferro coincide com os limites de outros importantes territórios etnográficos. Onde falta o ferro é também desconhecida a criação de gado que consiste em bois, búfalos, ovelhas, cabras, cavalos, camelos e elefantes; na maior parte das regiões sem ferro não se pratica nem mesmo a criação do porco e da galinha. Muito mais profunda é a diferença das condições sociais e políticas: na América, Oceania e Austrália temos uma forma de desenvolvimento mais antiga, isto é, o matrimônio por grupos, a exogamia, o matriarcado e a estirpe de famílias; na Ásia, África e Europa temos o sistema patriarcal da família, o matrimônio individual e a organização política em sentido moderno. Assim, Oriente e Ocidente se contrapõem também na humanidade. A América é o extremo oriente da humanidade: aqui encontramos formas de desenvolvimento mais antigas que na África e na Europa, que representam o extremo ocidente.

A distribuição das raças humanas forma um quadro nada simples. É certo que a raça negróide é essencialmente meridional. Seu limite setentrional é formado na África pelo deserto, continua na Ásia meridional nas altas montanhas, e somente no ângulo do Indo ultrapassa notavelmente o trópico setentrional, e desce na Oceania abaixo do equador. Aqui portanto temos uma região no verdadeiro sentido meridional, essencialmente compreendida no hemisfério oriental, cujas partes mais vastas e fechadas se situam geralmente na zona intertropical e na zona temperada meridional. À posição meridional se acrescenta a influência da particular conformação das costas e do solo que predomina aqui. Enquanto a diferença geográfica entre norte e sul se estende a toda a Terra, a diferença antropológico-etnográfica é limitada ao chamado Mundo Antigo e às suas ramificações. A maior parte dos fenômenos e das formas humanas está situada sobre este lado da Terra, que contém, ao lado dos mais altos graus de evolução, também os mais baixos. Na América temos, tanto ao norte como ao sul, uma única raça, e não encontramos nenhuma diferença etnográfica comparável àquela que encontramos na Austrália e entre o sul e o norte da África e da Ásia. A América, considerada antropológicamente, pertence ao norte em toda a sua extensão, etnograficamente pertence a ele em várias de suas partes.

Pelo contrário, a mais importante das questões relativas à África e à Ásia é a relação entre as suas regiões setentrionais e meridionais. E aqui elas se diferenciam claramente entre si pela delimitação diversa em relação ao norte. Entre a África setentrional e a África dos negros está o deserto, que impede as comunicações: uma e outra são vastas e fazem parte dela. A Ásia meridional é composta somente de regiões fragmentárias debilmente interligadas e não claramente divididas pelas regiões setentrionais e centrais. A Índia sobretudo sofreu influências que a diferenciam da África; do lado antropológico, e em parte do lado etnográfico, a África representa um estágio mais antigo, isto é, menos alterado, ainda que da mesma origem da Índia;

enfim é característica comum à Malásia, ao Madagáscar e à Índia a infiltração de descendentes de povos setentrionais no domínio indo-africano.

No longo espaço que vai da extremidade noroeste da África às ilhas Fidji, onde raças negras entraram em contato com raças de cor clara, algumas partes delas mesclaram-se. Tais raças mistas, das mais diversas gradacões, habitam o Sudão, o Saara, a parte setentrional e média da África oriental, a Arábia meridional, o Madagáscar, a parte meridional da Índia Cite-rior e Ulterior e a Austrália. Traços isolados de mesclas negróides se encontram na Europa meridional e na extrema Polinésia. Em uma posição mais afastada pôde-se desenvolver uma única raça bem definida, a dos australianos. Esta raça, de cor escura, de cabelos que variam do liso ao encrespado, e dolicocefala, parece produzida por uma mescla de elementos papuanos com elementos malaio-polinésios. Também aqui prevalece aquilo que há de característico no tipo papuano, e que é de origem desconhecida; a isso se acrescenta a causa patológica, revelada por sinais de um ínfimo grau de civilização e de uma vida miserável.

A superfície que as águas ocupam no nosso globo, considerando somente os mares, equivale aproximadamente a três quartos da superfície terrestre; daí que toda a terra pode ser considerada como uma ilha de um mar de extensão quase tripla. As partes mais variadas da humanidade foram necessariamente conduzidas ao mar por seus movimentos históricos; e antes da invenção da navegação houve um tempo em que o mar restringia a humanidade àquela parte da terra onde esta teve origem. A invenção da navegação, cujos primeiros produtos se perderam há muito tempo (porque em todas as partes da Terra, ao lado da absoluta ignorância da navegação, encontramos as formas mais perfeitas desta), tornou possível pela primeira vez a difusão dos homens sobre quase todas as regiões habitáveis da Terra. A arte de construir e de dirigir os navios se nos apresenta com um alto grau de perfeição nas mais diversas regiões do mundo, alcançando o ponto máximo no Oceano Pacífico e o mínimo no Oceano Atlântico. Na sua expansão desigual é característica comum destas artes o fato de poderem ser facilmente esquecidas. Devemos portanto evitar que a escassez ou também a ausência de memória em relação à navegação nos leve a extrair como conclusão precipitada a perfeita e perene passividade dos homens em relação ao mar. Mesmo se não encontrássemos, nas ilhas do Havai e outras, memória de navios sempre maiores e melhores, a estreita conexão que existe entre uma alta organização política e social e um alto grau de desenvolvimento da navegação mostra a possibilidade de uma rápida decadência desta. Os normandos por meio de pequenas canoas, que eram talvez piores que as dos povos da Oceania, chegaram por mar à Islândia, à Groenlândia e à América setentrional; também eles, mais tarde, perderam de vista e esqueceram a sua meta e o seu caminho. A atual extensão da *terra habitada* é um documento da grande antiguidade da humanidade, na medida em que compreende já quase toda a terra habitável, com exceção de poucas e remotas ilhas.

A grande extensão de água oferecia ao homem ricas fontes de subsistência, e por isso adensou as populações ao longo de suas margens; ela torna possível as comunicações entre regiões longínquas, que antigamente eram impossíveis através de terras inteiramente habitadas por inimigos, e permite a propagação de um mais alto grau de civilização das costas em direção ao interior. Ela, por isso, produz também sobre a mente do homem este notável efeito: o horizonte dos mares e dos lagos entra em quase todos os quadros cosmogônicos que foram ideados. A maior parte destes considera a terra como uma ilha em um grande mar, e o mundo extraterreno é situado muito além no mar. Que este mundo seja uma região circundada por toda parte pela água, ou uma ilha no extremo ocidente, ou se encontre em um lago ou em um rio, ou que copiosas nascentes desemboquem nele, ou que jovens imberbes tenham diante de si continuamente as águas, ou que enfim se possa chegar a ele somente sobre a água, como quer que seja, nunca se fala de terra firme. A alma deve empreender a sua viagem sobre a água; portanto, é freqüente o caixão e o monte de pedras em forma de barca, o sepultamento em um pequeno barco, ou também, como entre os daiaques, o pequeno barco como monumento fúnebre.

Portanto, onde quer que a terra possa ser habitada pelos homens encontramos povos que são membros de uma mesma e única humanidade. A unidade do gênero humano é o caráter telúrico ou planetário que assinala o mais alto grau da criação. Há uma só e única espécie humana, cujas modificações são numerosas mas não profundas. O homem é um cidadão da terra em toda a extensão do termo. Ele penetra mesmo onde é impossível a sua estável permanência sobre a terra. Ele conhece quase todo o seu globo. Entre os seres ligados ao solo ele é certamente o que tem mais mobilidade. Os movimentos singulares se encadeiam entre si, e daí deriva com o tempo um grande movimento, que tem por substrato a humanidade inteira. Este encadeamento, sendo necessário e perpétuo, transporta os movimentos singulares a um círculo de ordem mais elevada. O resultado final é não só a ampla difusão material, mas também a crescente fusão das partes da humanidade que habitam entre estes limites, até uma concordância naquilo que há de essencial. Esta pertence ao todo; as particularidades são inerentes aos lugares. Temos, portanto, o direito de falar cientificamente da unidade do gênero humano quando por unidade entendemos não a uniformidade mas a comunhão, provada em todos os campos da vida dos povos por uma história que compreende muitos milhares de anos, como também pela comunhão do solo natural, dada pela natureza. Embora o movimento do progresso da civilização nos últimos períodos históricos se tenha em parte acelerado a tal ponto que certos grupos de povos foram muito adiante da multidão de outros, podem-se encontrar todavia importantes resquícios do patrimônio comum nos mais altos e mais profundos estratos da humanidade atual. Pesquisando as origens deste patrimônio comum, chega-se à conclusão mais uma vez de que um incessante movimento é a característica da humanidade. Em comparação com a intensidade e a duração deste movimento a Terra é pequena; as

milhares de gerações que nos precederam podiam, mesmo que não o quisessem, viajar em torno dela desde o momento em que se inventaram os navios para atravessar os rios e os mares. Este momento contudo é muito remoto. Seria um orgulho pueril considerar como uma altitude nunca alcançada na história do mundo o fato de que, nos 400 anos passados desde a descoberta da América, os europeus aí se difundiram amplamente com seus animais domésticos, as suas plantas úteis, as suas armas e os seus utensílios, com suas instituições e sobretudo com sua religião. Os normandos não foram os únicos a descobrir a América antes de Colombo. Este mundo que pretensiosamente chamamos “Novo” deve ter sido descoberto mais de uma vez pelo ocidente, antes que os caras-pálidas chegassem às suas costas pelo oriente como últimos e definitivos descobridores. Se os malaios se difundiram no Madagáscar e na ilha da Páscoa por 200° de longitude em um espaço de tempo que não alcança a duração de muitos séculos, como provam a língua e outros fatos, se na América algumas tribos, após a descoberta européia, se afastaram 500 milhas das suas sedes antigas, se em uma metade da África, entre um espaço de 40° de latitude, difundiu-se uma só língua, com diferenças puramente dialetais, deve-se admitir que a civilização européia não foi a primeira a invadir o mundo inteiro. Uma diferença mais notável pode ser percebida apenas naquilo que hoje ocorre conscientemente e que nos milênios passados dependia de um impulso obscuro; este impulso com Alexandre e Colombo age sobre a história de todo o mundo, enquanto nos milênios anteriores não produziu efeitos históricos.

Se consideramos a humanidade como um ente em perpétuo movimento, não podemos mais considerá-la como até hoje, ou seja, como uma reunião de espécies, variedades, grupos de povos, povos e tribos claramente distintos. Tão logo em qualquer lugar uma parte da humanidade aprendeu a atravessar os mares interpostos entre as terras, isso teve também como consequência imediata um estímulo cada vez maior à miscigenação. Se, com a maioria dos antropólogos de hoje, admitimos uma origem única dos homens, o novo agrupamento em uma verdadeira unidade das partes da humanidade, destacadas umas das outras pela formação da diversidade, é o fim último inconsciente destes movimentos dos homens. Este é há muito tempo o fim a que visa qualquer deslocamento das sedes dos povos e dos indivíduos, que vai impelindo sempre adiante. Este deslocamento, no âmbito circunscrito da *terra habitada*, deveria dar lugar a infiltrações e conseqüentemente a fusões, miscigenações e nivelamentos. Mas, enquanto a organização dos homens se tornava cada vez mais uniforme, cresceriam também as possibilidades de alcançar as sedes mais longínquas, e à terra não restaria quase nenhum limite que não se pudesse ter ultrapassado. Propositadamente nós, não menos que aos povos, damos importância aos indivíduos singulares, que se costumava abstrair na expressão muito compreensiva de “migração dos povos”.

O número dos homens está estreitamente ligado à natureza do terreno, na medida em que este tem grande efeito sobre seu desenvolvimento interno, sobre sua difusão e sobre suas relações recíprocas. O número total, que

é estimado hoje em cerca de 1 500 milhões, deve ser considerado como o produto de um grau de evolução nunca atingido no passado. O desenvolvimento do estado de coisas atual depende, muito mais do que se possa crer, do elevado número da população. A organização dos povos fora do círculo da civilização asiático-européia não permite uma população densa. Pequenas comunidades, que cultivam um pequeno pedaço de terra, são separadas entre si por vastas extensões desabitadas, que são ou territórios de caça, ou permanecem desertas e inúteis. Estas extensões limitam a possibilidade das comunicações; não são possíveis grandes e estáveis agregações de homens. Certos povos de caçadores entre os quais a agricultura não existe ou é precária possuem tão poucas habitações que se tem apenas um homem por milha quadrada, e não raramente até menos. Onde se exerce um pouco a agricultura, como entre muitas tribos de indianos, de daiaques e papuanos, encontramos de 10 a 40 homens por milha quadrada; e onde a agricultura atinge um mais alto grau de desenvolvimento, como na África central e no arquipélago malaio, de 100 a 300; certos povos costeiros de pescadores do noroeste da América setentrional contam até 100 homens por milha quadrada, e certos nômades pastores têm quase a mesma densidade de população. Onde se exercem ao mesmo tempo a pesca e a agricultura, como nas ilhas da Oceania, encontramos até 500. O mesmo número alcançam, em países onde prevalecem as estepes, os povos da Ásia Citerior, que são um misto de nômades e sedentários. Desse modo demos já um passo além do limiar de uma forma de civilização que, considerada na sua expressão indiana e asiático-oriental, alimenta mais de 10 000 homens por milha quadrada, e na sua manifestação européia, pela ação conjunta da indústria e do comércio, 15 000.

Já este cálculo demonstra que no grau mais baixo da escala estão povos das mais diversas zonas e regiões. Todos os povos naturais vivem esparsamente distribuídos; uma civilização mais elevada tem conseqüentemente um mais alto grau de densidade na sua população. Os povos naturais, mais do que os civilizados, são dependentes da natureza do solo; em regiões dotadas de qualidades análogas eles são em geral distribuídos de modo análogo. As diferenças entre as extensas planícies bem cultivadas com cereais, mas pouco povoadas, e as populosas regiões cultivadas quase como um jardim são efeito da civilização.

A densidade da população produz não somente continuidade e certeza de um forte crescimento mas também um imediato progresso da civilização. Quanto mais os homens estão em contato, tanto mais se comunicam entre si, tanto menos facilmente são perdidas as conquistas da civilização, e tanto mais alto é o instinto de emulação que impele à atividade de todas as energias humanas. O aumento e a consolidação da população estão na mais estreita correlação com o desenvolvimento da civilização; a uma população escassa e espalhada sobre uma região extensa corresponde uma civilização de ordem inferior, enquanto nos antigos e modernos centros de civilização temos massas de população muito compactas. A China e a Índia contam além de 600 milhões de habitantes, enquanto a região interposta no interior

da Ásia, habitada por nômades e formada pela Mongólia, pelo Tibet e pelas sedes dos povos turcos orientais, com a mesma extensão não alcança nem mesmo a sexagésima parte. Seis sétimos da população da Terra pertencem aos países civilizados.

Enquanto a história dos povos europeus apresenta há séculos a mesma acentuada tendência ao crescimento que encontramos já na história da Antiguidade, os povos naturais nos apresentam exemplos de oscilações e de regressão como não encontramos ou só encontramos por breve período de tempo entre os povos europeus pelo efeito de circunstâncias acidentais, como guerras ou pestes. Uma escassa população traz já em si um germe da própria caducidade; os seus escassos componentes vão facilmente ao encontro da diminuição ou da destruição total. Uma marca de todos os povos menos civilizados é a maior rapidez de exaustão da energia vital. A base econômica é limitada e imperfeita, e a parcimônia não é senão um efeito da pobreza; a miséria é o hóspede habitual, e faltam todas as medidas de previdência com que a medicina cerca a nossa vida. Na luta com os inexoráveis agentes naturais do Ártico e das estepes do hemisfério austral, a decadência, especialmente nos confins da *terra habitada*, cresce freqüentemente até a completa destruição, até a morte de um povo. A extinção dos povos naturais, de que tanto se fala, é falsamente considerada somente como uma consequência do contato com uma civilização mais elevada. Mas considerando mais atentamente a questão distinguimos dois casos: a autodestruição e a extinção dos povos por efeito de uma civilização mais elevada. Geralmente ambas as forças agem em concordância; o resultado final nunca foi obtido tão prontamente por uma delas sem a ajuda da outra. A base de um crescimento populacional sadio é a constância aproximativa do número dos indivíduos que constituem as gerações singulares; em geral, junto aos povos naturais, esta constância de número é perturbada, e o número dos filhos é normalmente menor. O *freio preventivo* de Malthus é próprio do homem que tem o olhar voltado para o futuro. Mas na sociedade humana ele não é reservado a um estrato mais alto, que prudentemente “com sacrifício de um prazer momentâneo adquire um bem-estar permanente”; mas todos os meios que podem limitar o aumento numérico, e em particular a guerra, o homicídio e a rapina de homens, se exercem em maiores proporções sobre os estratos mais baixos da humanidade. O valor da vida humana é aqui muito aviltado: os sacrifícios humanos e a antropofagia o demonstram claramente. Enfim, os povos naturais estão bem longe de ter aquela saúde ideal que lhes foi atribuída; somente os negros da África podem ser considerados como uma raça robustíssima. Ao contrário, os australianos, os oceânicos e os americanos estão muito mais sujeitos a doenças que os povos civilizados, e dificilmente podem se aclimatar. É indiscutível que tais povos, já antes do seu contato com os europeus, estavam sujeitos em algumas regiões à lenta degeneração. A civilização depois leva a desordenação até as raízes mais profundas, restringindo o espaço a cuja extensão estavam adaptados os ordenamentos sociais e políticos próprios dos povos naturais. Ela introduz neces-

sidades e satisfações que não estão em harmonia com o modo de viver e com o resultado do trabalho destes homens; ela leva a eles doenças antes desconhecidas, que no novo terreno alcançam um desenvolvimento espantoso. E, além disso, inevitáveis conflitos e guerras. Em regiões extensas, como a América setentrional, a Austrália e a Nova Zelândia, o progredir e o propagar-se da civilização tiveram como consequência afastar os indígenas para as partes mais desfavoráveis, e ao mesmo tempo dizimar o número deles. Em regiões menos extensas, especialmente nas ilhas da Oceania e também em Cuba e no Haiti, os indígenas em parte pereceram, em parte foram absorvidos com a miscigenação: em todo caso desapareceram. Nos lugares em que pela maior tenacidade dos estratos mais baixos e pelo efeito de condições naturais mais favoráveis o processo foi retardado, como em algumas partes da África, nas partes mais setentrionais da América, no México, vai se formando uma miscigenação que terá por efeito final o aniquilamento dos indígenas no que diz respeito às suas características originárias e à sua autonomia. Já ocorreram grandes deslocamentos e outros estão por ocorrer, e é de se crer que sobre vastas extensões os povos estejam já em movimento apenas graças a essas movimentações passivas. Na América setentrional até 95° de latitude ocidental se encontram somente reduzidíssimos avanços de tribos indígenas, em Vitória e na Nova Gales do Sul permanecem ainda somente 1 000 descendentes dos indígenas, e a europeização da Ásia setentrional, da América setentrional, da Austrália, das ilhas da Oceania é apenas uma questão de tempo.

Já hoje milhares de experiências demonstram que em um tal movimento e miscigenação as raças não podem conservar-se imutáveis, e que também as maiores raças, representadas por centenas de milhões de homens, não permanecem imunes ao incêndio que por toda parte as circunda. A miscigenação progride tumultuadamente em muitas partes da Terra. Da África setentrional e oriental árabes e povos pertencentes à estirpe bérbere avançam em direção aos negros, dos quais também as tribos mais adentradas em direção à extremidade meridional nos mostram, através de seus traços semíticos, há quanto tempo estão em ação estas influências. Os hotentotes são substituídos pelos bastardos, fruto da miscigenação com europeus. No Canadá a miscigenação com os indígenas é uma particularidade de quase todos os assentamentos franceses; na América Central e meridional os mestiços e os mulatos são já atualmente mais numerosos que os indígenas puros; na Oceania há muito tempo elementos malaios ou polinésios penetraram entre os negros do Pacífico; em toda a Ásia central dominam miscigenações de mongóis com chineses e europeus, que se encaminham muito em direção à Europa e produzem efeito sobre toda a parte oriental e setentrional do nosso continente. Neste processo a maior massa, o crescimento mais rápido, a superioridade nas artes essenciais acumulam vantagens quase sempre para as partes mais evoluídas, nos lugares onde o clima não opera em sentido contrário; e podemos também falar de uma absorção das partes menos evoluídas pelas mais evoluídas nos lugares em que estas não constituem maioria absoluta.

A única coisa que talvez possa consolar um pouco no desaparecimento geral dos povos naturais é a certeza de que a maior parte destes com o processo de miscigenação é lentamente elevada de grau. Na verdade se repete de bom grado como um pretenso axioma da experiência antiga que nos produtos das miscigenações se reproduzem preferencialmente as piores qualidades dos genitores; mas basta lançar um olhar sobre a vida dos povos do nosso tempo para ver que nas duas Américas e na África os mulatos, os mestiços e os mestiços árabe-negros marcham à frente dos indígenas e dos negros. A miscigenação, uma vez iniciada, se estende cada vez mais; toda nova infusão de sangue da raça superior nivela as diferenças de graus. É de se considerar como os indígenas no México ou no Peru alcançaram quase o nível dos descendentes dos europeus dos quais, após a conquista, pareciam estar separados por um abismo insuperável.

A natural superioridade numérica dos povos civilizados é certamente um potente fator da difusão, não contínua mas todavia sempre crescente, da civilização sobre a Terra, como resulta da história universal. Quando o povo que cresce rapidamente volta sua energia superabundante sobre outros, prevalece por si só a influência da civilização mais elevada, que foi a causa ou a condição do maior aumento. Desse modo a difusão da civilização se nos apresenta como um processo de expansão dos povos civilizadores sobre a Terra, que vai se acelerando a partir de si mesmo e tem o fim e o propósito, a esperança e o desejo de realizar, de modo cada vez mais completo, a pressuposta unidade do gênero humano.

Concluindo, se buscamos remontar a via percorrida pelas partes mais importantes da humanidade, encontramos como ponto de partida a existência contemporânea de muitas modificações ou, segundo Blumenbach, degenerações, da única espécie humana, que antes confluíam em poucos pontos, para entrar em seguida em contatos cada vez mais extensos, e enfim avançar e confundir-se entre si de tal modo que, das suas variedades originárias, não existe hoje mais nenhuma na sua antiga essência particular. Os seus avanços contudo nos reconduzem a uma dupla e grande antítese, que existe ainda na raça atual, no hemisfério boreal, raça branca e raça mongol, e hemisfério austral, raça negra. Esta antítese compreende também aquela que existe entre a conexão continental e a desagregação oceânica, e entre aquela parte do mundo que adentra profundamente na região polar ártica e aquela que para o oceano interposto não sofre influências polares. É possível que antigamente os povos negros tenham tido sedes mais setentrionais do que hoje, tanto na África como na Ásia e no Pacífico; em todo caso contudo eles habitaram sempre ao sul da depressão que destinou a eles as suas sedes atuais.

8. A POSIÇÃO DOS POVOS NATURAIS NA HUMANIDADE

O conceito de "povo natural". — Progresso e regressão. — Diferenças físicas. — O conceito de "raça civilizada". — As analogias que o homem tem com os animais. — Em que consiste o patrimônio de civilização? — Atribuição comum da humanidade em relação a razão, linguagem e religião. — No que resta do patrimônio de civilização não ocorrem diferenças absolutas mas só diferenças de grau.

Antes de tudo devemos dizer algumas palavras sobre uma expressão que aparece freqüentemente nas páginas que seguem: a expressão *povos naturais*. Assim são chamados aqueles povos que estão majoritariamente submetidos ao domínio da natureza ou dependem desta mais do que os povos incivilizados. É uma diferença no modo de vida, nas disposições mentais, na posição histórica que se quer exprimir com este nome, e é precisamente porque este nome não prejudica em nada este sentido, que o achamos conveniente sob um duplo aspecto. Na verdade, haveremos provavelmente de atribuir a esta expressão neutra um significado sob muitos aspectos diverso daquele que o leitor pode relacionar à palavra *selvagem*. Chamamos naturais certos povos não porque eles vivem nas mais íntimas relações imagináveis com a natureza, mas porque vivem sob a constrição da natureza. A distinção entre povo natural e povo civilizado não deve ser buscada no grau mas no seu modo de dependência da natureza. A civilização não é propriamente independência da natureza no sentido de uma separação completa, mas no sentido de uma união mais múltipla e mais ampla. O camponês que acumula o trigo no seu celeiro no fundo é tão dependente do seu campo

quanto o é o indiano que recolhe nos pântanos o seu arroz aquático, que não semeou; mas para o camponês esta dependência é menos grave, e é para ele uma leve cadeia, que não o prende tão facilmente, porque ele foi bastante prudente para recolher provisões, enquanto qualquer vento forte que lance à água as espigas de arroz atinge o indiano de modo vital. Não nos tornamos completamente livres da natureza pelo fato de a explorarmos e estudarmos mais a fundo; tornamo-nos cada vez mais independentes dos acidentes singulares do seu ser ou do seu agir na medida em que multiplicamos as ligações. Precisamente em razão da nossa civilização estamos hoje unidos à natureza mais intimamente do que todas as gerações que nos precederam.

Embora o contraste entre povos naturais e povos civilizados pareça abrir uma ampla brecha entre eles, não pretendemos todavia nos fixar neste ponto, mas nos propomos antes de mais nada a seguinte questão: qual a posição que cabe aos povos naturais em toda a humanidade? Esta questão tem sido tratada há séculos com uma negligência que está ligada ao fato de que se se contentava em satisfazer a própria curiosidade com a simples consciência dos fatos, com os relatos e com as descrições, e não se sentia a necessidade de estabelecer a relação dos *selvagens* com o resto da humanidade. Os homens negros e morenos eram muito estranhos, curiosíssimos, e era altamente interessante ler aquilo que se referia a eles: isto bastava perfeitamente. Não devemos rir deste modo de entender a coisa pois ainda hoje a satisfação que se experimenta lendo os relatos de viagens se exprime com estas palavras: quanto menos incivilizados são tais povos, tanto mais eles se tornam curiosos! Também as pesquisas de homens como Cook, Forster, Barrow, Lichtenstein, que sob muitos aspectos tendiam a seguir idéias e opiniões mais aprofundadas em torno da vida dos povos, não tiveram para seus contemporâneos senão um interesse principalmente romanesco, e deram um escasso impulso em direção às considerações filosóficas. O único conceito um pouco mais profundo, que teve origem a partir do grande progresso na quantidade, na indulgência e no prazer das descrições de viagens ocorrido no final do século passado, consiste na ruína que sofreu então a crença naquele feliz estado natural que no tempo de Rousseau os belos espíritos achavam o mais desejável, mas que não se podia realizar senão na solidão das florestas virgens e em certas ilhas afortunadas. Buscou-se esse estado de felicidade mas ele não foi encontrado. Que desilusão para corações sensíveis dos leitores da *Cabana india* ou da descrição dos paradisiacos taitianos de Georg Forster!

Pouco a pouco o modo de considerar os povos naturais do ponto de vista do coração deu lugar ao da mente, e isso fez com que aqueles decaíssem consideravelmente na mesma medida em que sua vida mental está distante da nossa e mais do que estão distantes dos nossos seus sentimentos e suas manifestações afetivas, que até então tinham sido considerados com predileção. Surge então a idéia do desenvolvimento gradual no mundo, no qual, é necessário notá-lo, os povos não civilizados foram aglomerados num conjunto para formar uma espécie de fundamento heterogêneo, e isso apoi-

ando-se não tanto em pesquisas sobre os fatos quanto sobre um sentimento geral. Compreende-se a necessidade, podemos dizer a paixão, de buscar no mundo dos fatos a sustentação necessária àquele audacioso edifício intelectual que era a doutrina da evolução, e se agora não aceitamos inteiramente este sentimento, por outro lado seria injusto desconhecer que ele provocou no modo de considerar todas as formas da vida, assim como no modo de considerar a vida dos povos, um movimento que trouxe à luz verdades fecundas. Em qualquer campo a investigação dos inícios é aquela que apresenta as maiores dificuldades: ora foi precisamente sobre esse problema, o mais profundo e mais árduo, um tempo ignorado, que os defensores da teoria da evolução também na etnografia se voltaram com uma admirável unidade de hipótese. Sejam negativos, sejam positivos, os seus resultados são dignos de consideração. Cabe a eles o mérito de terem colocado à disposição da ciência um rico material de fatos; e por outro lado a investigação fundamental daqueles estados chamados, embora talvez um tanto prematuramente, de estados primitivos da humanidade, não data senão de quando eles empreenderam este estudo.

Embora sejamos bastante gratos a esses investigadores por este seu trabalho preparatório, não podemos concordar com eles nas suas conclusões. Eles buscam por toda parte *estados primitivos e evolução*. Será que no campo científico não se tem o direito de acolher com alguma suspeita aquelas pesquisas de que já se conhece antes aquilo que se quer encontrar? A experiência ensina que freqüentemente nesse caso está muito próximo o perigo de se incorrer em um juízo preconceituoso. Imbuídos do conceito de uma dada possibilidade, valorizam muito pouco as outras. Se um investigador embevecido pela idéia de evolução encontra um povo que sob alguns ou até sob muitos aspectos está atrasado em relação a seus vizinhos, ele trocará involuntariamente esse *atrasado* por um *sub*, vale dizer, ele considerará esse povo como uma ramificação colocada mais abaixo na via ao longo da qual a humanidade saiu do estado primitivo para o mais alto grau de civilização. Este é um modo de ver precisamente oposto à idéia, também ela igualmente unilateral e que já foi também predominante, de que o homem veio ao mundo como um ser incivilizado, mas que uma degeneração regressiva o reduziu ao estado em que se encontram atualmente os povos naturais. Do mesmo modo que aquele conceito evolucionista foi acolhido com o máximo fervor entre os naturalistas, também esta idéia de uma regressão foi acolhida de modo igual entre os investigadores da religião e da linguagem dos povos, e isso por motivos fáceis de reconhecer. Todavia, nos dias atuais esse último conceito regrediu muitíssimo, e segundo nosso modo de ver regrediu muito mais do que seria justificado; e a investigação etnológica há de temê-lo muito menos do que a opinião mais oposta, opinião que reduzida à sua nudez abstrata pode ser exprimida mais ou menos do seguinte modo: na humanidade ocorre apenas um esforço em direção ao melhor, apenas progresso, apenas evolução, e não há portanto regresso, decadência, extinção. Não será este modo de compreender e de tratar o argumento tão unilateral quanto

o outro? É verdade que somente os radicais deste partido vão tão longe e Darwin, que, como todos os grandes criadores de idéias, tem sempre o máximo cuidado nos seus pensamentos, acrescenta que sem dúvida muitas nações podem ter regredido na sua civilização, e algumas podem ter caído em uma barbárie completa, embora, acrescenta depois cautelosamente, não tenha encontrado nenhuma prova a respeito desse último ponto. Mas na sua *Origem do homem* lhe ocorreu mais de uma vez não saber resistir à tentação de imaginar que a humanidade em si mesma contenha elementos diversos e alcance nos seus membros supostamente mais baixos uma aproximação com o mundo animal maior que parece possível a quem considera a questão de cabeça fria.

Vemos aqui os extremos do modo de considerar os povos naturais. Compreende-se como desses dois conceitos diversos derivam conseqüências fundamentalmente diversas para a abordagem de todos os aspectos da sua existência e para o juízo que se faz em relação ao seu passado e ao seu futuro. Na verdade não há diversidade maior do que aquela que existe entre um modo de ver que atribui a tais povos uma posição mais baixa do que a nossa, a um grau onde não se desenvolveram ainda todas aquelas potências que foram amadurecendo seguindo aquela via longa e difícil que separa a nossa da sua posição, e um outro modo de ver que com tanta ligeireza coloca tais povos na mesma linha em que nos encontramos e os considera como desenvolvidos de modo igual ou semelhante ao nosso, e pois privados de um destino diverso de uma grande parte do seu patrimônio de civilização, e portanto empobrecidos, miserados, regredidos. Que nos seja permitido agora buscar, com a ajuda dos fatos, aproximarmo-nos do ponto médio, onde se encontra a verdade, talvez mais do que que tenha sido possível aproximar-se até hoje.

A primeira questão que se nos apresenta é a das diferenças físicas inatas, que nos devem proporcionar o meio de obter as conclusões mais seguras em torno da natureza e da grandeza das diferenças gerais observáveis no âmbito da humanidade. Mas essa é uma questão puramente antropológica, vale dizer, anatômico-fisiológica, que portanto está longe do nosso campo. Portanto nos contentaremos com algumas considerações, remetendo o leitor à parte antropológica desta obra no que diz respeito aos fatos particulares e às abordagens mais extensas¹. Partindo do nosso ponto de vista etnográfico, que nos faz reconhecer do modo mais claro as grandes diferenças de civilização na humanidade, de que podemos extrair as conseqüências mais importantes, se nos apresenta aqui pela primeira vez a questão de se não seria vantajoso analisar o conceito de raça civilizada mais a fundo do que foi feito até agora. Neste caso se descobriria, pelo menos pelo que se pode pressupor, que na estrutura mesma do corpo dos povos civilizados existem propriedades que foram produzidas pela civilização, e assim também por outro

¹ RANKE, G. *L'uomo*. Turim, Unione, 1888

lado que o corpo dos povos naturais em certos traços mostra com a máxima clareza os efeitos de um modo de vida que é caracterizado pela falta quase total daquilo que costumamos chamar de civilização. Gustav Fritsch, um anatomista que estudou os povos naturais no seu meio ambiente, exprime o juízo de que o desenvolvimento harmônico do corpo humano não é possível senão sob a influência da civilização; e pelas descrições que faz dos hotentotes, dos bosquimanos e até dos cafres nos convence de que entre estes povos os corpos bem desenvolvidos e plasticamente belos são mais raros que entre nós, homens civilizados, e, se diz, quase próximos da extinção. Ele diz também claramente em uma parte de seus escritos "que o alemão sadio, desenvolvido normalmente, supera na realidade a conformação média do corpo de um homem que pertence aos A-bantos tanto pelas proporções quanto pela força e plenitude das formas". É necessário ainda acrescentar que estes bantos são no ramo dos cafres, de que se fala de um modo especial, uma das estirpes mais vigorosas e mais bem conformadas da África. Nos últimos tempos nos ocorreu muitas vezes ouvir juízos desta espécie, e atualmente o juízo de um etnógrafo americano, isto é, de que o indígena é o melhor modelo do Apolo de Belvedere, não poderia passar sem contradição nem mesmo como um simples florescimento retórico. Mas se foi mais adiante, até encontrar na conformação do esqueleto diferenças que devem ser atribuídas aqui às influências da civilização, e lá às da vida não civilizada. Assim Virchow qualificou os lapões e os bosquimanos como raças patológicas, vale dizer miseradas e regredidas em consequência da fome e da miséria. Mas o experimento verdadeiramente essencial para a determinação do valor das diferenças entre as várias raças, pelo qual a ciência se demonstra há muito pequena e somente a história universal aparece como suficientemente potente, consiste exclusivamente no futuro. Ter introduzido as chamadas raças inferiores no círculo de civilização das raças superiores e ter transposto as barreiras que antes tinham impedido esta introdução não é somente uma esplêndida ação da humanidade: este é ao mesmo tempo um acontecimento do máximo interesse científico. Pela primeira vez milhões de indivíduos pertencentes à raça que se considera como a mais inferior, a negra, foram colocados em condições de ter acesso a todas as vantagens, todos os direitos e todas as curas da civilização mais elevada; e nada lhes impede valer-se de todos os meios de cultura, que (e aqui está a parte antropológicamente interessante do processo) devem necessariamente levar a uma transformação. Se pudéssemos dizer hoje mesmo, com uma certeza somente aproximativa, o que ocorrerá ao longo de uma série de gerações com estes 12 milhões de escravos negros que foram libertados na América no vintênio passado e que colocados em posse da liberdade e das conquistas mais modernas da civilização poderiam se multiplicar até atingir os 100 milhões, então poderíamos responder com segurança a esta difícil questão em torno dos efeitos que a civilização exerce sobre as diferenças de raças. Mas por ora devemos nos contentar com acenos e hipóteses.

Pode-se exprimir a opinião de que todos os estudos comparativos sobre as raças humanas realizados nestes últimos anos subestimam a importan

cia das diferenças antropológicas de raça aceitas tradicionalmente e que em todo caso não favorecem qualquer apoio à opinião que tende a ver nas chamadas raças inferiores da humanidade uma passagem do animal ao homem. Não se pretende com isso contestar a analogia geral que existe entre o homem e os animais nas relações físicas, mas a opinião de que algumas partes da humanidade são muito mais semelhantes aos animais que outras. No estudo dos povos de todas as raças encontram-se traços que se podem chamar animais-cos, e na verdade não se poderia esperar nada diverso. Da mesma forma como o homem na conformação do seu corpo conservou uma analogia tão decisiva com os símios que mesmo os sistematizadores recentes deram importância somente a esta conformação, e puderam retornar ao antigo agrupamento lineano reunindo o gênero *homo* com os símios em uma única ordem, a dos *primatas*, e isso sem que tenham sido acusados de faltar com a lógica, assim também basta uma redução do elemento espiritual na natureza humana para que a animalidade da sua base substancial se manifeste mais acentuadamente em muitas direções. Infelizmente todos estamos familiarizados com este conceito de que no homem se oculta uma besta, e modos de dizer como gosto *animalesco*, *bestializar* e outros análogos, muito freqüentes, provam como a nossa fantasia deve ser forçada a estabelecer comparações desta natureza. Quando uma família de indígenas australianos esfomeados toma dos abutres um cadáver, que segundo todo direito natural pertencia a estes há muito tempo, para lançar-se sobre a presa à maneira de um bando de ávidos chacais famélicos, e não deixa de devorá-lo até que o estômago transbordante os faça cair no sono, isto prova uma bestialização no modo de viver, que comprime qualquer movimento da alma. Assim não nos surpreende ouvir um viajante africano que, falando de um bando de bosquímanos em posição de defesa diante da aparição de um forasteiro, em quem vêem sempre um inimigo, seja ele branco ou negro, não vê neles mais do que um bando de chimpanzés ou de orangotangos fugitivos. Todavia não se deveria por isso dar sempre as costas a estes pobres povos naturais, nos quais no conjunto não existe por natureza uma tendência à animalidade maior que aquela que existe entre nós. Existem europeus tão decaídos moralmente a ponto de serem inferiores aos australianos. Infelizmente esta atitude deplorável de ser ou de se tornar semelhante aos animais diz respeito a todos os homens, a este em maior e àquele em menor grau. Depende principalmente do grau de capacidade de dissimular, que indubitavelmente muitas vezes corresponde à civilização, sua manifestação mais ou menos freqüente e clara. Mas a civilização é o único momento que está em condições de assinalar uma fronteira entre nós e os povos naturais. É necessário acentuar com a maior resolução este fato de que o conceito de povos naturais não tem em si nada de antropológico, nada de anátomo-fisiológico, mas que pelo contrário é um conceito puramente etnográfico, um conceito relativo à civilização. Os povos naturais são povos pobres de civilização. Povos de qualquer raça e variadamente dotados de qualidades naturais podem ainda não ter progredido até o estado de civilização, ou podem ter regredido desta. Em comparação com a civilização romana os antigos germânicos e gau-

leses não eram menos destituídos de civilização que o são os cafres ou os polinésios em relação a nós, e uma parte daquele que hoje constitui o povo civilizado dos russos não era ainda no tempo de Pedro, o Grande, mais do que um simples povo natural.

Na realidade o intervalo de civilização que separa os dois grupos da humanidade é completamente independente, seja pela amplitude seja pela profundidade, da grandeza das diferenças de dotes naturais. É necessário ter presente que, naquilo que representa a elevação do grau de civilização, isto é, no patrimônio geral de civilização de um povo, entram em ação sobretudo muitas acidentalidades que nos devem tornar muito prudentes ao extrair desse grau de civilização conclusões sobre os dotes físicos, mentais e afetivos desse povo. Povos muito ricos de dotes naturais podem ser pobres de civilização, e portanto produzir a impressão de ocupar uma posição em geral muito baixa na humanidade. Os chineses e os mongóis pertencem à mesma raça, e no entanto que diferença na civilização! E essa diferença se torna ainda maior se em lugar dos mongóis tomamos qualquer das tribos bárbaras que se encontram nas províncias das fronteiras da China, onde emergem como ilhas sobre ondas de uma humanidade muito mais civilizada, que os envolve, e que certamente logo acabará por submergi-los. Segundo investigações recentes parece que alguns dos ainos, os habitantes autóctones das ilhas setentrionais do Japão, estão mais próximos da raça caucasiana do que da mongol. E todavia eles são um povo natural e são considerados como tais até pelos japoneses, que são mongóis. A raça por si não tem nada a ver com o patrimônio de civilização. Evidentemente seria estultice negar que no nosso tempo a civilização mais elevada pertence à chamada raça caucasiana ou branca; mas por outro lado é também um fato igualmente importante que já há muitos milênios predomina em qualquer movimento de civilização a tendência a liberar todas as raças de suas cargas e de seus deveres, e assim a dar maior peso ao grande conceito de *humanidade*, cuja posse é certamente uma das qualidades mais destacadas do mundo moderno, embora muitos não acreditem na possibilidade de uma realização deste. E se observamos para além daquele quadro de breves e estreitos acontecimentos, a que se dá o nome pretensioso de história universal, então reconhecemos como a história primitiva e a pré-história, postas além dele, foram obra de homens que faziam parte de todas as raças.

9. ESSÊNCIA, ORIGEM E DIFUSÃO DA CIVILIZAÇÃO

Povos naturais e povos civilizados. — Linguagem e religião são patrimônio universal. — Povos históricos e povos sem história. — Causas do estado de atraso de muitos povos. — O desenvolvimento da civilização é um entesouramento. — A chamada semicivilização. — Os elementos materiais e espirituais patrimônio de civilização. — As bases materiais e o núcleo espiritual. — As condições naturais necessárias ao desenvolvimento da civilização. — Ação dos agricultores e dos pastores no desenvolvimento da civilização política. — As zonas de civilização. — Decadência da civilização.

Mas em que consiste a essência da distinção que separa os povos entre naturais e civilizados? Os partidários da teoria evolucionista se defrontam conosco ao formular a questão e a declaram resolvida há muito tempo, pois quem pode colocar em dúvida que os povos naturais são os estratos mais antigos da humanidade que se conservaram até nossos dias? Eles seriam resíduos de períodos privados de civilização, que teriam sido há muito tempo ultrapassados por outras partes da humanidade, que na luta pela existência cresceram adquirindo dotes mais elevados e um patrimônio mais rico de civilização. Contra esse modo de ver colocamos as seguintes questões: em que consiste então este patrimônio de civilização? A faculdade de raciocínio que está na base, na origem de tudo, não é ela patrimônio comum da humanidade? À linguagem e à religião se deve atribuir o primeiro posto, como sendo aquelas que constituem de certo modo manifestações mais nobres em relação às outras, e que se ligam mais estreitamente à razão, segundo as belas palavras de Hamann: “Sem linguagem não teremos raciocínio, sem raciocí-

nio não teremos religião, e sem estes três componentes essenciais da nossa natureza não teremos nem mesmo espiritualidade e vínculo social". É certo que a linguagem exerceu uma influência incalculável sobre a formação da mente humana. "Devem-se considerar", diz Herder, "os órgãos da linguagem como o guia do nosso raciocínio, e a língua como a fagulha celeste que pouco a pouco inflamou o nosso sentimento e o nosso pensamento."

E não é menos certo que a religião dos povos pobres de civilização compreende em si todos os germens que mais tarde formarão aquele esplêndido jardim florido que é a vida mental dos povos civilizados; ela é a um tempo arte e ciência, teologia e filosofia, de modo que nesta simples vida nada ocorre que não tenda, por mais remotamente que seja, a um ideal que não esteja compreendido nela. Aos sacerdotes desses povos se aplica, no mais pleno sentido da palavra, a expressão de que eles são os guardas dos segredos divinos. Mas a difusão cada vez mais ampla destes segredos entre o povo, a sua popularização no sentido mais amplo, constitui o mais claro e mais profundo caráter do progresso da civilização. Mas embora ninguém duvide da existência de um patrimônio de razão, comum aos homens de qualquer raça e em qualquer grau de civilização, e embora a existência geral da linguagem seja um fato demonstrado, e também não ser verdade, como se acreditava antes, que as línguas com estrutura mais simples pertencem aos povos inferiores e as mais complexas aos povos mais adiantados, a existência da religião entre os povos naturais foi posta em dúvida por muitos. Nas páginas que se seguem nossa tese será, entre outras, provar, com base em numerosos fatos, como esta opinião não tem fundamento.

Por ora podemos admitir a existência universal de um grau qualquer de religião.

No que diz respeito às instituições políticas e econômicas, notamos grandes diferenças no patrimônio de civilização dos povos naturais; neles devemos buscar portanto não somente os princípios mas também uma grande parte do desenvolvimento ulterior da civilização; e é igualmente certo que tais diferenças devem ser atribuídas antes a uma grande diversidade de condições de desenvolvimento que à diversidade de dotes naturais. As comunicações contudo tiveram seu papel no desenvolvimento, e, freqüentemente, observadores desavisados foram surpreendidos diante da realidade mais pela concordância que pela diferença.

"Causa verdadeiramente estupor", exclama Chapman quando trata dos costumes dos damaras, "observar a analogia que domina nos costumes e no modo de operar da família humana em todo o mundo. Também aqui os damaras têm costumes que concordam completamente com aqueles dos neozelandeses, como o de extrair os incisivos e cortar o mindinho."

Causa menos surpresa, como observa o mesmo viajante, o fato de que a concordância dos costumes dos damaras com os dos betschuanas vá além. Mas assim como a essência da civilização consiste em primeiro lugar na acumulação de uma massa de experiências, depois na tenacidade com que sabemos

conservá-las, e finalmente na capacidade de continuá-las e de multiplicá-las, assim se apresenta em primeiro lugar esta questão: como é possível ocorrer a primeira condição fundamental da civilização, vale dizer a acumulação do patrimônio de civilização em forma de habilidades práticas, de saber, de força e de capital? Há muito tempo se está de acordo sobre o fato de que o primeiro passo em direção a esta meta é a passagem da completa dependência daquilo que a natureza oferece espontaneamente à exploração consciente dos seus produtos mais essenciais para o homem por meio do trabalho, especialmente no campo da agricultura e da criação de gado. Essa passagem abre de súbito todas as possibilidades mais longínquas de civilização; todavia convém certamente considerar que este primeiro passo está ainda bem longe da meta que se alcançou somente hoje.

A mente do homem, e portanto também a mente de povos inteiros, mostra amplas divergências tanto em razão da diversidade nos dotes naturais como em razão dos diversos efeitos que sobre a própria mente produzem as circunstâncias externas. Varia principalmente o grau da coesão interna e portanto também da estabilidade ou duração do patrimônio mental. A falta de coesão e o desfazer-se desse patrimônio caracteriza os estágios inferiores da civilização tão claramente como a sua coesão, a impossibilidade de perdê-lo e a sua força de crescimento caracterizam os estágios superiores. Encontramos em estágios inferiores uma tal pobreza na tradição que não permite a esses povos conservar por um tempo considerável a consciência das suas condições passadas, nem reforçar e aumentar o seu patrimônio mental através de conquistas dos homens singulares eminentes, ou acolher e tornar profícuos impulsos provenientes do exterior. Nisto, se não nos enganamos, está colocado o fundamento da mais profunda diferença entre os povos. É aparentemente sobre isto que se fundamenta a contraposição entre os povos históricos e os povos privados de história. Mas os fatos históricos estarão perdidos para a história pelo fato de a historiografia não conservar deles recordação? A essência da história está nos próprios acontecimentos, não na conservação da memória destes. Preferimos ressaltar esta diversidade ao contraste entre populações atomizadas e populações organizadas, porque a coesão interna parece distinguir a diferença mais profunda existente no campo dos fatos históricos, e portanto em geral no campo mental. Também a história mental da humanidade, exatamente como a história social e política, é em primeiro lugar uma progressão da fragmentação à cooperação; e é certamente em primeiro lugar a natureza externa que educa a mente humana, enquanto esta se esforça em colocar-se em uma relação consciente com aquela, que tem como fim último construir em si uma imagem ordenada da natureza, ou seja, tem por fim a criação da arte, da poesia, da ciência.

Por mais diversos que possam ser em relação à raça, os povos naturais não formam grupos de povos no sentido anatômico-antropológico. Já que participam dos bens mais elevados da civilização humana, como a língua e a religião, não se pode atribuir a eles um lugar na base da árvore genealógica da humanidade, e nem mesmo considerar o seu estado como primitivo

ou infantil. Há uma diferença entre a imaturidade do menino que cresceu rapidamente e a escassa maturidade do adulto que permaneceu atrasado e estagnado no seu desenvolvimento. Os povos a que chamamos naturais estão próximos deste e longe daquele. Chamamo-los povos pobres de civilização porque as condições internas e externas os impediram de realizar no campo da civilização aqueles desenvolvimentos duráveis, que são a característica dos povos verdadeiramente civilizados e a garantia do progresso na civilização. Todavia não ousaremos chamá-los de privados de civilização porque a nenhum deles faltam os meios elementares para alcançar o grau mais elevado de civilização: língua, religião, fogo, armas e utensílios; e igualmente a posse destes meios e de muitos outros, entre os quais nos devemos limitar aqui a mencionar somente os animais domésticos e as plantas cultivadas, produz numerosos e múltiplos contatos com os verdadeiros povos civilizados.

Múltiplas são as causas pelas quais os povos naturais não tiram partido destes dons. A esse respeito se deve mencionar em primeiro lugar uma inferioridade nos dotes mentais. Isso é oportuno, mas não é justo. Entre os atuais povos naturais existe sem dúvida uma grande diferença nos dotes naturais. Todavia pode-se admitir que no curso do desenvolvimento da civilização mesmo povos pouco dotados foram-se apoderando cada vez mais dos meios para alcançar a civilização, e tornaram o seu progresso durável e seguro, enquanto povos menos bem dotados permaneceram atrasados. Mas as condições externas podem ser mais claramente reconhecidas e avaliadas se se considerar a sua ação favorável ou contrária; e é mais justo e mais lógico mencioná-las em primeiro lugar. Compreende-se por que as sedes dos povos naturais se encontram principalmente nos limites extremos da *terra habitada*, nas regiões frias e quentes, em ilhas solitárias, em montanhas fechadas e em desertos. Compreende-se como eles permaneceram tão atrasados, vivendo em partes da Terra que ofereciam tão poucos meios para o desenvolvimento da agricultura e da criação de gado, como a Austrália, as regiões polares árticas e as partes mais setentrionais e mais meridionais da América. Vemos na insuficiência dos elementos materiais de progresso não completamente desenvolvidos uma pesada cadeia que pende a seus pés e limita seus movimentos a um espaço restrito. Uma consequência disso é o seu número reduzido; daí deriva por sua vez o reduzido conjunto das suas ações mentais e corpóreas, a raridade de homens eminentes, a falta daquela impressão benéfica que a massa dos indivíduos circunstantes exerce sobre a atividade e sobre a previdência dos indivíduos singulares, e que age também na separação da sociedade em classes e na benéfica promoção da divisão do trabalho. Desta insuficiência de recursos deriva também em parte a pouca estabilidade dos povos naturais. Todos têm de certa maneira algo de nômade, e este estado de coisas é favorecido pela grande imperfeição das suas instáveis instituições políticas e econômicas, mesmo quando um exercício mais diligente da agricultura parece levá-los a fixar-se ao solo. Daí se segue uma vida fragmentada, infecunda, com desperdício de energia, malgrado a frequente abundância e o bom uso dos meios de civilização. É uma vida sem

coesão interna, e portanto sem crescimento seguro; não é aquela vida em que se desenvolveram os primeiros germens da civilização, que encontramos já em tão grande número e tão admiravelmente desenvolvidos desde o princípio daquilo que chamamos história; ela pelo contrário está cheia de recusas da civilização e de obscuras recordações provenientes de ciclos de civilização que em parte devem ser muito mais antigos que os inícios da nossa história. Se então para concluir devemos indicar sumariamente como entendemos a posição destes povos em relação àqueles aos quais pertencemos, diremos: quanto à civilização estes povos formam um estrato situado abaixo de nós enquanto nas atitudes e potências naturais, por mais que possam ser reconhecidas, eles em parte são iguais a nós, e em parte estão longe de nós. Mas esta estratificação não deve ser entendida no sentido de que ela constitua os estágios de desenvolvimento imediatamente abaixo de nós, e pelos quais nós mesmos tivemos de passar, mas antes no sentido de que ela é composta tanto de elementos que permaneceram imóveis quanto de elementos que foram abandonados e que regrediram. Há portanto nos povos naturais um forte núcleo de qualidades positivas. Aqui está a importância e a vantagem de estudá-los. O conceito negativo, que vê somente aquilo que a eles falta em comparação conosco, é um juízo pouco inteligente.

Habitualmente indicamos com a palavra civilização a soma de todo o movimento mental de uma determinada época. Quando falamos de graus de civilização, de civilização superior e inferior, de semicivilização, e contrastamos entre si os povos civilizados e os povos naturais, atribuímos às diversas civilizações da Terra uma unidade de medida que tomamos do alto grau de civilização que nós mesmos alcançamos. A nossa civilização é para nós a civilização. Ora, se admitimos que realmente o desenvolvimento mais amplo e mais rico desse conceito se encontra entre nós, deve nos parecer sumamente importante para a compreensão do nosso objeto seguir o curso deste florescimento desde o seu germe. Não alcançaremos o nosso objetivo, isto é, o de adentrarmos tanto quanto possível na essência da civilização, senão quando tivermos compreendido a força eficaz desenvolvida desde os primórdios por qualquer civilização.

Qualquer povo tem dons mentais e desenvolve uma soma de mentalidades na sua vida. Cada povo tem como sua uma soma de cognições e de potências que representa a *sua* civilização. Mas a diferença entre estas “sommas de excitações mentais” não está somente na sua grandeza, mas também na sua força de crescimento. Para nos valermos de uma comparação, um povo civilizado se assemelha a uma árvore majestosa que no seu crescimento secular se fez grande e durável em meio aos ciprestes baixos e caducos dos povos privados de civilização. Existem plantas que morrem a cada ano, e plantas que de ervas tornam-se árvores poderosas. A diferença está na conservação dos produtos do crescimento de cada ano, que são acumulados e fixados. Assim além disso este crescimento transitório dos povos naturais, que foram também chamados de matagais de povos, produziria efeitos duráveis, e cada nova geração seria impelida mais para o alto em direção ao

sol, e encontraria mais sólidos apoios nas conquistas feitas no passado, se nela existisse um vivo impulso para conservar e fixar. Mas falta este impulso; a consequência disso é que todas aquelas plantas destinadas a crescer, acabam se mantendo próximas ao solo e se entristecem miseravelmente, desejando o ar e a luz, de que poderiam gozar abundantemente lá no alto. A civilização é produto de muitas gerações de homens.

Na limitação tanto no espaço como no tempo, que isola tanto as cabanas, as vilas e os povos quanto as gerações que se sucedem umas às outras, está a negação da civilização; em contrapartida, isto é, na associação dos homens que vivem em um mesmo tempo, e no encadeamento das gerações que se sucedem, está a possibilidade do seu desenvolvimento. Graças à reunião dos conviventes se assegura o fundamento da civilização, e com o estreito encadeamento das gerações se assegura o futuro dessa. O desenvolvimento da civilização é um entesouramento. E os tesouros crescem por si tão logo surgem forças conservadoras que asseguram sua duração. Em todos os campos do trabalho e da atividade humana veremos que o fundamento de qualquer civilização consiste na agregação. Somente através de uma poderosa ação coletiva, da ajuda recíproca, seja entre contemporâneos, seja de geração em geração, a humanidade chegou a alcançar aquele grau de civilização que têm atualmente seus membros mais elevados. Do modo desta agregação e da sua expansão depende o crescimento da humanidade. Assim as numerosas associações pequenas e equivalentes de estirpes de famílias, nas quais o indivíduo não era livre, mostraram-se menos favoráveis a tal crescimento que as comunidades e os Estados de povos modernos, maiores e favoráveis à emulação individual.

Consideramos como traço essencial do mais alto grau de civilização a máxima e mais íntima união entre si e com as gerações passadas de todos os homens que tendem a um fim comum, e a máxima soma das ações e das conquistas que daí decorrem. Entre os dois extremos estão todos os estágios intermediários agrupados coletivamente sob a expressão muito significativa de semicivilização. Este conceito intermediário requer algumas palavras. Se na civilização mais elevada encontramos a enérgica atividade das forças que operam tanto para conservar como para construir e para criar ulteriormente, na semicivilização são essencialmente as primeiras forças que são evocadas para maior atividade, enquanto as outras permanecem inativas, e por isso determinam a inferioridade da semicivilização. A unilateralidade e a imperfeição da semicivilização estão no progresso mental, ao passo que no aspecto econômico o desenvolvimento é mais precoce. Há 200 anos, quando a Europa e a América setentrional não tinham ainda alcançado, por meio do vapor, do ferro e da eletricidade o seu gigantesco vigor atual, a China e o Japão despertavam a maior admiração nos viajantes europeus com as suas conquistas na agricultura, na indústria e no comércio, como também com as suas estradas e os seus canais, hoje quase completamente arruinados. Mas os europeus e os povos de origem européia, habitantes da América e da Austrália, nos últimos 200 anos não só alcançaram esse grau de

progresso mas o superaram em boa medida. Nisso se reconhece em que consiste o enigma da civilização chinesa, da sua alta posição e da sua imobilidade, e em geral o de toda a semicivilização. O que fez com que o Ocidente se elevasse tanto sobre o Oriente senão o sopro da livre atividade mental? Voltaire está certo quando diz que a natureza deu aos chineses os órgãos para encontrar tudo que lhes é útil, mas não para ir mais adiante. No campo da utilidade, nas artes da vida prática eles se tornaram grandes, mas não devemos a eles nenhuma teoria e nem sequer um olhar mais profundo sobre a conexão e sobre as causas dos fenômenos.

Esta ausência seria consequência de uma falha nos seus dotes naturais, ou teria sua causa na rigidez de sua organização social e política, que favorece tudo que é mediocre e sufoca tudo que há aí de genial? Já que essa ausência se manifesta em todas as ramificações da sua organização, devemos admitir que seja um defeito nos seus dotes naturais. Somente com base nisto se pode explicar também a rigidez do seu ordenamento social. Naturalmente apenas o futuro pode dar uma resposta decisiva; porque seria necessário ver antes de tudo se e quanto estes povos progrediram na via da civilização, que a Europa e a América setentrional se colocam a eles com tanto ardor. E na verdade há muito tempo não se pode mais duvidar de que eles queiram ou devam entrar nesta via. Mas não se pode chegar à resolução deste problema se se coloca do ponto de vista da civilização conjunta, que não distingue nas imperfeições parciais da China, do Japão etc. senão sinais de um estado geral inferior de toda a vida destes povos, e muito freqüentemente também o sinal de uma completa ausência de esperança de qualquer tentativa de elevação. Se neles não existissem senão as atitudes para a semicivilização, todavia a necessidade de progredir por meio da imigração da Europa e da América setentrional daria a direção deste movimento a órgãos mais vigorosos, e poderia também lentamente transformar a massa do povo. E talvez somente esse processo tenha levado muitos dos povos civilizados de hoje ao ponto a que chegaram. Bastaria recordar os russos e os húngaros, e o modo como estes povos semimongóis entre os europeus foram incitados dessa maneira por milhões de imigrantes alemães e de outras nacionalidades.

A soma das forças estimuladoras da civilização de qualquer grau e de qualquer povo compõe-se de um patrimônio material e de um patrimônio espiritual. É essencial distingui-los um do outro porque eles têm uma importância diversa pelo valor intrínseco da civilização geral e sobretudo pela sua capacidade de desenvolvimento. Eles não são adquiridos com os mesmos meios nem com igual facilidade, nem contemporaneamente. O patrimônio espiritual da humanidade tem por base o patrimônio material. As criações espirituais aparecem como um luxo após a satisfação das necessidades físicas. Portanto qualquer questão sobre a origem da civilização resolve-se na questão seguinte: o que favorece o desenvolvimento das bases materiais da civilização? A propósito disso devemos antes de tudo observar que, quando a exploração dos meios da natureza para os fins a que o homem se propõe abriu a via a este desenvolvimento, não é a riqueza da natureza em relação

às substâncias o que tem aqui o mais alto valor, mas antes a sua riqueza em forças, ou melhor, em estímulos para colocar em ação as forças. Portanto, tornam-se muitíssimo preciosos para o homem aqueles dons da natureza que bloqueiam as nascentes de força inatas nele de modo a colocá-lo em uma atividade durável. É evidente que a riqueza, ou os chamados bens da natureza, que lhe poupam certos trabalhos que em circunstâncias diversas seriam necessários, são os menos adequados a produzir este resultado, como o calor, que torna tão mais simples a fabricação das cabanas e o vestir-se na zona tropical que na zona temperada. Se compararmos aquilo que a natureza está em condição de nos oferecer com aquilo que está na potencialidade da mente humana, vemos que a diferença é muito grande, e está sobretudo nos seguintes traços: os dons da natureza são por si só imutáveis tanto na qualidade como na quantidade, mas o produto total do quanto há aí de necessário entre eles oscila de ano a ano e não pode ser avaliado. Eles estão ligados a certas circunstâncias externas, e são isolados por certas zonas, por determinadas altitudes, e por várias espécies de terrenos. O poder do homem sobre eles está compreendido originalmente dentro de limites muito estreitos, que o desenvolvimento da sua força mental e volitiva pode estender mas nunca romper. Ao contrário, as forças do homem pertencem inteiramente e unicamente a ele; não somente ele pode dispor do seu emprego mas pode também multiplicá-las e acrescê-las sem que se possa atribuir, pelo menos até hoje, um limite a estas possibilidades. Não há nada que mostre mais potentemente como a exploração da natureza depende da vontade do homem que o estado dos povos naturais, que é o mesmo em todas as partes da Terra, sob todos os climas e em todos os graus de elevação.

Não é por acaso que em muitas línguas a palavra que significa civilização soe quase homônima àquela que significa *agricultura*. Reside aí precisamente a sua raiz etimológica, e também a raiz daquilo que compreendemos sob o nome de civilização no mais amplo sentido da palavra. A aplicação de uma soma de forças a uma porção de terra é o melhor e o mais promitente princípio daquela independência da natureza que tem como meta o domínio sobre a natureza mesma obtida por meio da mente. Neste caso se fixa aqui, elo a elo e com a máxima facilidade, a cadeia do desenvolvimento; porque no trabalho repetido todo ano sobre o mesmo solo se concentram as aquisições feitas e se fixa a tradição; e assim se criam as condições fundamentais da civilização.

Portanto as condições naturais que permitem a acumulação de riquezas graças à fertilidade do solo e do trabalho que a ele é aplicado tem indubitavelmente a máxima importância para o desenvolvimento da civilização. Todavia não se pode dizer com Buckle que não ocorre na história nenhum exemplo de país que se tenha tornado civilizado graças aos próprios esforços em não possuindo uma dessas condições em uma forma muito favorável. Está fora de questão que os países quentes, úmidos, benditos pela riqueza de frutos naturais eram os mais favoráveis para a primeira existência do homem, e é bem provável que o homem primitivo fosse habitante dos

trópicos. Mas por outro lado se devemos considerar a civilização apenas como um desenvolvimento das forças do homem aplicadas à natureza e ajudadas pela natureza, tal desenvolvimento não se poderia produzir a não ser por obra de uma força que colocava o homem em condições mais desfavoráveis, nas quais ele devia pensar mais em si mesmo do que naquele mórbido berço do mundo tropical. Mas isto nos conduz aos países temperados, que consideramos como o berço da civilização tão necessariamente como situamos nos países tropicais o berço da humanidade. Temos nos altiplanos do México e do alto Peru terras menos férteis que as das baixadas circundantes. E todavia encontramos as mais altas formas de desenvolvimento da América sobre estes dois altiplanos. Ainda nos nossos dias, com uma civilização muito mais elevada, eles nos parecem áridos e desérticos como estepes em comparação com a natureza extraordinariamente exuberante e magnífica dos países da planície e dos intermediários que em muitos lugares não distam desses altiplanos mais do que de um dia de viagem. Nos países tropicais e subtropicais a fertilidade do terreno em geral decresce com o crescimento da elevação, e quaisquer que sejam as condições climáticas, os altiplanos nunca são tão férteis como as baixadas, as colinas, ou os declives montanhosos. Ora, estas duas civilizações americanas tinham ambas sua sede sobre altiplanos, e o centro da civilização mexicana, a capital Tenochtitlan (no lugar em que se encontra a atual cidade do México), estava situada a 2 280 metros, e Cuzco, no Peru, a 3 500 metros de altitude. Nestes dois países o calor e a umidade são notavelmente mais escassos que na maior parte da restante América Central e Meridional.

Isso nos leva a reconhecer que, embora também a civilização nas suas origens tenha uma estreita conexão com o cultivo do solo, todavia no seu desenvolvimento ulterior não é necessária nenhuma relação entre estas duas coisas. À medida que um povo cresce, sua civilização se libera do solo e quanto mais vai se desenvolvendo tanto mais vão se criando os órgãos que servem não apenas à fixação. Poder-se-ia quase dizer que ao agricultor é inata uma debilidade que se explica facilmente tendo como base o fato de que ele não tem o hábito das armas, e ama o seu poder e a vida sedentária, o que debilita nele a audácia e o espírito empreendedor. A mais elevada medida de manifestação de força no âmbito político encontra-se pelo contrário nos caçadores e nos pastores, que sob muitos aspectos se contrapõem como natural antítese ao cultivador: e sobretudo nos pastores, que unem à mobilidade a tendência a se deslocar de um lugar a outro em grandes massas, e à força a disciplina. Aqui entra em ação, e favoravelmente, precisamente aquilo que torna difícil ao cultivador desenvolver esta força: a ausência de sedentarismo, a mobilidade, o exercício da força física, da coragem e a prática das armas. E se observarmos toda a Terra, constataremos que realmente as mais sólidas organizações políticas e sociais dos chamados povos semicivilizados foram produzidas pela fusão destes elementos. O povo chinês, tão decididamente agricultor, é dominado pelos manchus depois de o ter sido pelos mongóis; os persas estão submetidos a senhores turquestãos, os egípcios estavam submetidos aos hicsos, aos árabes e aos turcos, todos povos erran-

tes: no interior da África os vahunas nômades são os fundadores e os conservadores dos Estados mais sólidos de Uganda e do Unioro; na zona de Estados do Sudão, que vai de um mar a outro, cada Estado é fundado por povos imigrados das estepes e dos desertos; no México os primitivos astecas submeteram os toltecas, refinado povo de agricultores. Mas na história particular da estreita faixa de limite entre a estepes e as terras cultivadas esta regra seria confirmada ainda em uma longa série de casos. Reconhecemos nela uma lei da história. Portanto o motivo pelo qual os altiplanos menos férteis e as zonas imediatamente adjacentes aos altiplanos foram por toda parte tão favoráveis ao desenvolvimento de uma civilização mais elevada e à formação de Estados civilizados não consiste no fato de terem um clima mais frio e por isso dar lugar à necessidade de uma agricultura, mas antes no fato de que nesses lugares a força conquistadora e conservadora dos nômades se conjugou com o trabalho assíduo dos agricultores, reunidos em grande número em um oásis de civilização, mas por si só incapazes de formar Estados. Um fenômeno interessante, embora acessório, é o de que os lagos dos altiplanos tiveram uma certa ação, como pontos de apoio e de cristalização para esses Estados, como o lago Titicaca no Peru, as lagoas de Tetz-coco e de Chalco no México, o lago Vitória e o Tchad na África central.

Os diversos climas exercem a ação mais profunda sobre condições locais favoráveis ou contrárias à civilização, cuja ação é produzida pela influência das propriedades do clima que operam historicamente, e isso pelo fato de que esses climas dão origem a grandes territórios de condições climáticas análogas, territórios de civilização, dispostos em forma de faixas em torno do globo terrestre. Por isso estas faixas podem ser chamadas zonas de civilização. Segundo as experiências históricas que a humanidade realizou até agora a zona temperada é a zona de civilização por excelência. Não é somente um grupo de fatos que fala a favor disso. Pertencem a esta zona os mais importantes desenvolvimentos históricos dos últimos três milênios: estes desenvolvimentos são os mais ligados organicamente entre si, e de modo tal que nesta e por esta conexão continuam a se realizar com a maior continuidade e produzem também os maiores efeitos sobre o exterior. Que não é obra do acaso o fato de que o Mediterrâneo, o coração da história antiga, se situe nesta zona, isto nos ensina com toda a clareza a persistência dos desenvolvimentos históricos mais eficazes na zona temperada mesmo depois que o ciclo da história se dilatou por toda a Europa, e até depois que a civilização européia foi transplantada para aqueles novos mundos que se produziram na América, na África e na Austrália. Na verdade, neste grande tecido se entrelaça um número infinito de fios; mas assim como tudo aquilo que os povos criam se funda em última análise sobre a ação dos indivíduos singulares, assim sem dúvida, alguma vez o fato mais rico de conseqüências foi a aglomeração na zona temperada do maior número possível dos indivíduos mais capazes de ação; depois os territórios singulares de civilização foram se dispondo um ao lado do outro e se reunindo de forma a criar uma zona de civilização na qual as comunicações, as trocas, o crescimento e a

solidificação dos elementos do tesouro de civilização encontravam as condições mais favoráveis, em que, em outras palavras, a conservação e o desenvolvimento progressivo da civilização podiam exercer a sua atividade sobre a mais ampla base geográfica.

As antigas semicivilizações cujos avanços encontramos nos países tropicais pertencem a uma época em que o trabalho da civilização não exigia tanto dos indivíduos singulares, e em que, precisamente por isso, o florescimento da civilização era transitório. O estudo da distribuição geográfica das civilizações antigas e modernas parece ensinar que com o crescimento das tarefas da civilização a zona de civilização se restringe aos territórios mais adaptáveis à máxima atividade, vale dizer aos climas temperados. Este dado é importante para a história primitiva do gênero humano, para a história da sua difusão, para a explicação dos avanços de civilização nos países tropicais. Uma outra forma de decadência da civilização se nos apresenta nos exemplos de absorção de povos de civilização superior por povos de civilização inferior que têm a vantagem de uma maior adaptação a difíceis condições de vida. Os desprezados skrelings absorveram os normandos da Groenlândia. E todos os grupos de europeus que foram empurrados aos desertos de gelo da zona ártica, durante toda a sua permanência naquelas tristes regiões, não tiveram eles de se adaptar aos costumes dos esquimós, e aprender as artes e os expedientes dos povos árticos para poder sustentar a luta com os agentes naturais da zona polar? E assim também alguns pontos de colonização sobre solo tropical e polar representam um rebaixamento no grau das necessidades dos indígenas. A força colonizadora dos portugueses na África e dos russos na Ásia está precisamente no fato de que eles podem fazer isso melhor que seus competidores.

Contudo, a civilização, fechada em si mesma e realizada na imperfeição dos meios, forma estética e eticamente um fenômeno mais elevado do que quando se consuma no crescimento e nos esforços ascendentes. Por isso são confortantes os primeiros efeitos do contato de uma civilização superior com uma inferior, quando a primeira é representada pela escória de um mundo, e a segunda por elementos acabados e satisfeitos com o estreito círculo em que vive. Pense-se nas primeiras colônias de pescadores de baleias e de marinheiros desertores da Nova Zelândia ou nas ilhas Havaí, regiões tão ricas de artes e de tradições, e no efeito que tiveram sobre elas as primeiras vendas de aguardente e os primeiros lupanares! Em relação à América setentrional, Schoolcraft foi o primeiro a acenar à rápida decadência a que estava sujeita qualquer atividade industrial dos indígenas com a introdução pelos brancos de instrumentos, vasilhames, vestimentas etc. mais adaptados aos seus objetivos. A partir do momento em que o comércio europeu os provê facilmente daquilo que um trabalho fatigante e continuado frequentemente não tinha conseguido até então produzir senão de um modo incompleto, a atividade dos indígenas não só diminui no campo em que tinham feito as conquistas mais importantes, mas se vê também debilitada em geral, perdido o sentido do necessário, da confiança em si mesma; e desse modo

a própria arte se perdeu com o tempo. Atualmente sabemos o que ocorre na Polinésia, na África, e entre os esquimós mais miseráveis. Para a África isto é verdadeiramente uma regra: nas costas uma região de corrupção, em direção ao interior uma civilização mais elevada e a parte melhor na região mais interna, imune a contatos. Do mesmo modo a arte japonesa, tão característica, sofre uma regressão após o aparecimento dos modelos europeus, artisticamente inferiores.

10. O ESTADO

Todos os povos vivem em união política. — Desenvolvimento dos Estados. — Agricultores e pastores como formadores de Estados. — Características das organizações políticas primitivas. — Causa do despotismo. — Força dos chefes. — A guerra. — Causas da sua frequência. — Arruinantes efeitos do estado de guerra permanente. — Desconfiança geral. — Raridade das alianças. — Guerras simuladas. — As fronteiras. — Falta de coesão dos estados primitivos.

Nenhum povo é totalmente destituído de organização política não obstante essa possa ser extremamente frouxa, como por exemplo entre os boximanes, que se reúnem em pequenos grupos para caçar ou para ir à busca da presa, e estes grupos muitas vezes não possuem um chefe; assim também entre certas tribos decadentes e isoladas ocorre frequentemente que somente a superstição e o hábito mantenham ainda unida cada tribo. Mas, em todo o mundo, nunca se constatou o fenômeno que os sociólogos chamam de *individualismo* como um caráter próprio de todo um povo. Da dissolução dos povos antigos se formam sempre com grande rapidez outros povos. Esse processo se realiza continuamente:

- “Cada tribo constitui de certo modo apenas um fenômeno transitório, na medida em que antes ou depois acaba por ser absorvida por uma tribo mais poderosa, ou, em caso mais favorável, divide-se em muitas pequenas ordens, que tomam cada qual uma direção, de tal modo que após algumas gerações umas não sabem mais das outras” (Lichtenstein).

Estas mudanças políticas têm sempre o caráter de uma cristalina mudança de forma e não o de uma dissolução que produza o estado amorfo. Raramen-

te a organização dura muito tempo. É uma das características mais destacadas do homem civilizado o fato de que ele se habitua à coerção das leis, e na obediência a elas, ele descobre também um interesse prático. Mas quando entre os negros se funda um Estado relativamente ordenado, logo se forma nos seus limites uma outra comunidade, que se compõe de indivíduos pertencentes à mesma tribo, que não podem suportar a ordem constituída; e frequentemente esta estirpe sem lei pela falta de qualquer vínculo legal e de qualquer atenção às relações tribais e até mesmo à sua própria reputação — o que faz com que a ela se dirijam os mais audaciosos e os despossuidos de todas as tribos vizinhas — extrai uma força que a transforma de uma tribo de predadores em um povo de conquistadores, fundadores de Estados e dominadores. Facilmente a atividade predatória e a conquista se transformam uma na outra. Em todos os países cujas histórias conhecemos, as tribos de predadores exerceram sempre uma ação de grande importância histórica.

Aquilo que sabemos da história dos povos naturais é na sua maior parte história de guerra. A primeira introdução das armas de fogo, que rapidamente elevou certas potências até então insignificantes, assinala o limite histórico mais evidente na vida de todos os Estados de negros. Vale para todos estes Estados aquilo que Wissmann escreve sobre os *kiokos*: “Eles introduziram as armas de fogo e com estas a formação de impérios poderosos”. Mas não será esta luta incessante o estado primitivo na sua manifestação inferior? A esta questão se pode responder que até hoje também a nossa tem sido sempre uma paz armada. Mas nos nossos países longos períodos de calma produzidos pela civilização são interrompidos pelo irromper do impulso à luta, ao passo que entre aqueles povos é muito freqüente perdurar por longos períodos um estado análogo ao nosso direito do mais forte como existia no medievo. A este respeito convém também notar que entre os povos naturais existem povos pacíficos e soberanos amantes da paz. Não esqueçamos que as guerras mais sanguinárias e mais destrutivas que tiveram os povos naturais não foram aquelas que eles travaram entre si, mas as que travaram com os europeus; assim também nada entre eles jamais deu lugar àquelas violências tão extremadas que foram produzidas pela avidez de ganhos de estrangeiros mais civilizados, geralmente europeus, com o comércio dos escravos que traz consigo, infame conseqüência, a caça aos escravos. Quando lemos estas palavras que David Livingstone, o mais benévolo de todos os juizes daqueles povos naturais, escrevia no seu diário de viagem:

“O princípio da paz incondicionada leva à indignidade e à injustiça... O espírito de luta é uma necessidade da vida. Quando os homens carecem dele totalmente ou possuem-no pouco, são expostos a toda espécie de tratamentos indignos e de danos”,

quando lemos estas palavras vemos como a inevitabilidade da luta entre os homens deve ser um grande fato imanente às coisas.

Mas este *estado de luta* não exclui a existência de ordenamentos políticos, antes a pressupõe. Este não é propriamente um *bellum omnium contra*

omnes, mas ao contrário constitui em geral uma fase de desenvolvimento da vida dos povos que já há muito tempo criaram ordenamentos políticos. O passo mais importante de barbárie à civilização é o fato de que os homens singulares se libertam da solidão ou do isolamento total ou temporário. Tudo aquilo que contribui para criar em torno das famílias agregações mais amplas tinha a máxima importância nos estados primitivos do desenvolvimento da civilização. A luta contra a natureza, no sentido mais amplo da expressão, produzia os impulsos mais fortes à formação dessas agregações sociais. Em primeiro lugar vem a necessidade de prover-se de alimentos, que deveria produzir uniões como encontramos na caça e mais ainda na pesca realizada em comum. Neste último caso resulta não pouco vantajosa a necessidade que as equipagens têm de disciplinar-se, porque os homens que vão nos grandes barcos de pesca devem eleger um que os guie, e a este devem obedecer incondicionalmente, porque o sucesso da empresa depende da obediência. O governo da nave facilitou mais tarde o governo do Estado. Não há dúvida de que na vida de um povo que habitualmente se considera como totalmente selvagem, como dos habitantes das ilhas Salomão, a navegação constitui o único elemento que influi em alto grau no sentido de disciplinar e manter fortemente unidos mais indivíduos. Na verdade o agricultor não experimenta jamais um estímulo tão poderoso para reunir-se com seus semelhantes porque ele vive isolado. Mas também ele tem motivos para associar-se. Ele possui terreno e nesta sua propriedade emprega um capital de trabalho. Dado que aquele que herda esta propriedade não tem necessidade de refazer novamente o mesmo trabalho, desse modo se produz espontaneamente a continuidade da posse, e com ela a importância dos vínculos de sangue. Em segundo lugar observamos como está ligada à agricultura a tendência ao adensamento da população. Mas esta população aumentada, pelo fato de se restringir mais e mais a si, se delimita das outras, adquire interesses comuns, como ocorre necessariamente a qualquer grupo de indivíduos que vivem no mesmo pedaço de terra, e desse modo se originam pequenos Estados agrícolas. Entre os pastores, que levam uma vida nômade, a organização política avança mais rapidamente, tanto mais quanto mais viva é a necessidade de reunir-se e quanto mais amplo é o espaço ocupado. Esta necessidade está já implícita na essência das ocupações de tais comunidades. Desse modo enquanto entre estes povos a família adquire imediatamente uma importância muito maior do que entre aqueles, por outro lado é excluída a possibilidade de uma população mais densa. Mas o pastor necessita de maior proteção, e isso serve para manter unida antes de mais nada a família. Do ponto de vista econômico torna-se mais conveniente que muitos indivíduos vivam de um grande rebanho do que este rebanho se cinda em muitas partes; facilmente um rebanho se dispersa, e é necessário mantê-lo unido com muita força. Por esta razão não é um fato acidental que em nenhum outro caso a família tenha uma importância tão grande como entre os nômades. O elemento patriarcal que entra na formação da tribo e na criação de um ordenamento político se exprime aqui do modo mais acentuado, e assim como na organização dos povos caçadores o mais forte

representa o centro do Estado, entre os pastores este é representado pelo mais velho.

Freqüentemente se costuma atribuir ao despotismo uma grande antigüidade, considerando-o como uma forma inferior de desenvolvimento político em comparação com o Estado fundado no direito, e se acreditou durante algum tempo que os inícios da vida política deviam ser buscados nas várias formas desse. Mas há um fato que já *a priori* contradiz este modo de ver, que é o de que o despotismo está em contradição com o ponto de partida destas formações políticas, que é a vida gentilica patriarcal. A tribo de famílias tem sempre um chefe, em geral o mais velho; mas fora das expedições guerreiras o seu poder é quase nulo; daí que do conceito exagerado que os brancos fazem dele provenha a maior parte dos seus erros políticos. Os parentes mais próximos do chefe não estão colocados tão abaixo de modo a se confundir com a massa da população submetida ao seu domínio. Bastam apenas estes para que o regimento assuma um caráter mais oligárquico. A chamada *corte* dos príncipes africanos ou dos antigos príncipes americanos no fundo não é senão um *Conselho de Estado* que assiste o príncipe nos negócios do governo. O despotismo, cujos traços encontramos por toda parte entre os povos de civilização inferior, mesmo onde a forma de governo é a república, não se funda sobre a força do Estado ou do chefe, mas sobre a debilidade moral dos individuos, que se submetem quase sem resistência ao império da força. Malgrado certos casos de tirania algo de democrático penetra as instituições políticas dos povos naturais. Nem poderia ser diferente em uma sociedade constituída por uma gens ou seja por um grupo de consangüíneos ligados entre si pela propriedade comum e pelo matriarcado. Mas sem dúvida isto é também uma causa da sua incapacidade de progredir.

O poder dos chefes adquire um reforço muito considerável associando-se com o sacerdócio. Todos os ordenamentos políticos tendem mais ou menos à teocracia e muito freqüentemente ocorre que um chefe tenha maior importância como sacerdote do que como homem de governo. Os chefes fracos da Melanésia se valem do sistema místico do *duk-duk*, na tentativa de não perder completamente seu poder, e na África entre as funções do chefe está também a de libertar o povo através de magias da expiação que encontra ao provocar o desdém das potências supraterrêneas, ao tentar tirar delas vantagens de toda espécie etc., o que não impede que um sacerdote que esteja de posse de grandes feitiços possa fazer passar ao segundo plano a influência de um chefe. A conversão ao cristianismo encontrou sempre um obstáculo no poder dos chefes indígenas, quando não eram capazes de trazer consigo a multidão. Mas foi precisamente o impulso religioso que conservou um certo respeito pelos filhos dos chefes, mesmo se escravizados.

Um outro elemento que tende a aumentar o poder do chefe é, juntamente com a força da magia, o monopólio do comércio. É por isso que o chefe é o intermediário do comércio, e tem nas próprias mãos tudo aquilo que se torna desejável aos seus súditos, assim ele é aquele que prodigaliza os dotes e que satisfaz os mais ardentes desejos. Esse sistema alcança o seu má

ximo desenvolvimento na África, onde o melhor dos chefes é aquele que é o mais rico e o mais liberal. Não há dúvida de que nisto está a origem de um grande poder que ainda produz às vezes efeitos benéficos. E na verdade é precisamente a propósito disso que não se deve esquecer que um dos mais eficazes estímulos ao progresso, ou, digamos mais cautelosamente, a mudanças no patrimônio de civilização de um povo, reside na vontade de indivíduos eminentes. Mas encontramos também chefes que fundam seu poder sobre uma grande superioridade em certas cognições ou no exercício de uma arte. Moe-nekus, chefe dos maniemas, de que Livingstone fala de modo bastante atraente, cuidava de que seus filhos aprendessem o ofício de artifice, e o chefe namagua Lamert era ele próprio o mais hábil artifice do seu povo. Mas é fácil compreender como uma grande perícia na arte da guerra é a qualidade que se mais preza em um chefe. Na verdade ele não necessita de uma sabedoria salomônica para pronunciar as suas sentenças porque, em todos os casos de imputações graves, os culpados são inqueridos por meio de bruxarias, e porque habitualmente o conselho popular coopera no proferimento das sentenças. De resto, qualquer que possa ser a posição dos chefes, ela não é jamais comparável à potência que deriva da civilização de um povo europeu, e seria desejável que muitos narradores de viagens tivessem mais critério na adoção de vocábulos como rei, palácio e assim por diante. Somente os chefes guerreiros ostentam uma magnificência principesca; os outros frequentemente mal se distinguem do povo.

Não há nenhum povo desprovido totalmente de conceitos jurídicos, mas estes, entre os povos naturais, se limitam geralmente à defesa pessoal e à reparação da culpa. A majestade da lei não intervém em nada; trata-se unicamente do ressarcimento do dano produzido pelo malefício. Assim por exemplo no direito malaio a ação individual é admitida sempre no caso de flagrante, em que é permitida também a execução do ladrão; mas em qualquer outro caso há lugar para a reparação, isto é, uma multa; o mesmo ocorre entre os povos negros. A violência ocupa geralmente um campo bastante amplo, tanto entre os povos inferiores como entre os mais elevados, e segundo as resistências que ela encontra é limitado o campo de ação individual. A vingança de sangue se encontra em grau variado entre todos os povos naturais. Ela alcança um grau espantoso entre os polinésios e os melanésios.

“Parece-me que os indígenas da Nova Zelândia vivem constantemente na expectativa de serem atacados pelos seus vizinhos. São bem poucas as tribos que não acreditam ter sofrido qualquer injustiça por parte de uma outra tribo, e não pensam continuamente na vingança” (Cook).

Frequentemente as guerras dos povos naturais são muito menos crueltas que as nossas, e frequentemente se nos apresentam como caricaturas do verdadeiro *estado de guerra*. Todavia a perda de homens que delas decorre não é nada insignificante, porque duram muito tempo, e porque os países habitados pelos povos naturais têm sempre uma escassa população, independentemente da guerra mesma. T. Williams avalia as perdas de vidas humanas, nas guerras quase permanentes dos fidjianos nos tempos bárbaros, em 1 500

a 2 000 por ano, “sem contar as viúvas, que são estranguladas tão logo chegue a notícia da morte do seu marido”. Este número é suficiente para contribuir acentuadamente para a regressão do povo. As armas de fogo diminuíram as guerras, porque aumentaram as perdas. Mas a estas guerras incessantes, que se poderia chamar *estado de pequena guerra*, se unem aquelas grandes catástrofes inesperadas, em que aos danos naturais e inevitáveis que acompanham o irromper da guerra juntam-se ainda grandes destruições de vidas humanas. Entre os povos naturais o fim último de uma guerra combatida vigorosamente não é a vitória mas a destruição do adversário. Quando não se pode atingir os homens, lança-se sobre as mulheres e as crianças, especialmente naqueles países em que por superstição colecionam-se os crânios humanos como objeto de apreço, como entre os daiaques cortadores de cabeças de Bornéu.

“Tribos inteiras foram diretamente erradicadas e aniquiladas, ou desapareceram das suas terras ou eram aqui e ali caçadas pelo flagelo da fome, percorrendo com sorte diversa imensas extensões de território. Em consequência disso percorrem muitas vezes centenas de milhas sem encontrar o menor vestígio de indústria indígena nem de habitação humana; imensas regiões são reduzidas a uma esquelida solidão sem interrupção” (Harris — do sudeste da África).

Ao massacre se junta a rapina onde a guerra se torna uma devastação da qual os povos civilizados não podem ter senão uma pálida idéia. Mas o ápice desta potência destruidora é alcançado quando surgem hordas de guerreiros e de predadores a isto mais adaptados por natureza ou, pelo menos, mais bem organizada, habituados a violências e aos massacres. É de uso comum decepar as mãos e os pés e cortar o nariz e as orelhas. Não raramente essas sevícias têm um fim acessório, o de *marcar* o prisioneiro. Também para isso se usa tatuar os prisioneiros de guerra. Lichtenstein viu um nama que tinha caído prisioneiro de guerra dos damaras, que o tinham circuncidado e lhe tinham arrancado os dois incisivos superiores médios. “Mostrando-nos estas mutilações, ele nos dizia que se tivesse sido preso por uma segunda vez, estes sinais bastante reconhecíveis lhe teriam inevitavelmente custado a vida.”

As perdas de vidas humanas e de saúde poderiam ser reparadas por algumas gerações que vivessem em paz, mas permanece sempre uma profunda reação moral, que se manifesta na perda de confiança nos próprios semelhantes e de outras forças morais, como o amor pela paz e a santidade da palavra dada. Se a política dos povos civilizados não é marcada pela lealdade e confiança mútuas, a dos povos naturais é a expressão da má-fé, da desconfiança, da brutalidade no que tem de mais baixo. Não se opera senão por meio da fraude e do terror. Em relação à política dos europeus contra os povos naturais esta tem sido uma grande vantagem porque raramente eles tiveram de lutar contra uma poderosa união de forças indígenas. O único exemplo verdadeiramente notável de tais uniões foi a aliança das “seis nações” dos índios da América setentrional, da estirpe dos iroqueses, que nos séculos XVII e XVIII torna-se temível aos europeus. Uma tentativa de aliança que poderia ter adquirido uma grande força foi a do chamado tratado de Saint-River, estipula-

do em 1852 entre os griquas, basutos, bakwenas e outras tribos de betschuanas, mas não chegou a se realizar. Os acontecimentos dos últimos anos nos demonstraram suficientemente como é escassa a potencialidade das tribos africanas meridionais, embora sejam muito numerosas e algumas entre elas também extremamente belicosas; mas a elas falta aquela confiança em si mesmas que poderia, apenas esta, lhes dar, e aos seus esforços, a necessária tenacidade.

O terror incessante e a vida insegura dos indígenas são a consequência necessária das frequentes traições dos seus inimigos. É significativo que a maior parte dos povos naturais se deleitem com as armas e nunca andem desarmados; e nada caracteriza melhor o elevado desenvolvimento da vida social em Uganda que o fato de ver os habitantes carregar em vez de armas bastões de passeio. Observa-se como um fato surpreendente o hábito de não carregar armas, notado, por exemplo, por Finsch entre os habitantes de Parsi Point na Nova Guiné.

O hábito de tratar como inimigos os estrangeiros, dos quais por crença supersticiosa temem doenças ou desgraças, e de assassinar os náufragos “como se quebraria uma noz de coco trazida pela água”, deveria certamente constituir um grande obstáculo à expansão de certos povos. Todavia nos é relatado que entre os melanésios se colocou em questão se isso era lícito, e que também a estrangeiros foi concedido por meio do matrimônio estabelecer-se em novas sedes. Esses pertencem a uma ilha ou a um grupo de ilhas pouco afastadas, e por isso não eram tratados inteiramente como estrangeiros, e na verdade não o eram. Também nas ilhas Banks foram amigavelmente acolhidos não poucos melanésios para lá levados pelo mar. E se entre as inumeráveis expedições feitas para explorar o interior da Austrália não há quase nenhuma que não tenha sido ameaçada ou assaltada pelos indígenas, não se pode ignorar que isto se deve em grande parte a involuntárias violações de fronteiras, porque também hoje no interior da Austrália tem-se como grave delito a penetração sem permissão no território alheio.

Assim como na família e na sociedade, há portanto uma tendência a um rigoroso isolamento também no campo político. E quem não reconhecerá nesse *estado de guerra latente* uma das grandes causas pelas quais os povos naturais permanecem tão atrasados? A grandeza dos Estados civilizados que trabalharam tanto para atingir um desenvolvimento muito elevado está no estímulo recíproco pelo qual eles agem um sobre o outro, produzindo resultados cada vez mais perfeitos. Mas no *estado de guerra permanente* estes estímulos recíprocos não existem; assim também debilitam-se as forças internas e externas que promovem a civilização, de onde decorre como consequência a imobilidade quando não a regressão.

É algo por assim dizer congênito às organizações políticas dos povos naturais a indeterminação das fronteiras; não há uma linha precisa, mas um espaço livre de grandeza variável, e isto parece ser feito deliberadamente. Esta falta de precisão nas fronteiras perdura também nos Estados semicivilizados. O Estado no seu conjunto não se identifica com seu território, muito menos pois com as partes periféricas deste; de verdadeiramente estável não

há senão o centro político, que constitui a parte essencial de todo agregado político. Deste irradia em direção à periferia, mas com intensidade variável, a força de coesão do Estado. Há uma ampla gradação de pontos e zonas de fronteira. As zonas de fronteira permanecem livres, mas servem também para toda espécie de forças adversas ao Estado, são o refúgio dos refratários e dos desesperados de toda espécie; não raramente ocorre que elas sejam o berço de novas formações políticas. Uma fronteira bem distinta se formou antes ali que em qualquer outro lugar onde se encontram em contato as duas formas mais opostas da vida e da civilização humana, isto é, a agricultura e o nomadismo. Ali a necessidade obriga os agricultores a estabelecer para os povos de estepe uma fronteira precisa, e a arte vem ao encontro da natureza, erigindo trincheiras ou também baluartes. As estepes são as regiões onde surgem a muralha da China e os vales dos cossacos e dos turcos.

Leopold von Ranke enunciou esta máxima experimental de que no início de qualquer exposição da história universal não se encontram geralmente grandes monarquias, mas pequenos territórios ocupados por uma tribo, ou associações que constituem quase em Estado em forma rudimentar. Este princípio é confirmado pela história de todos os grandes impérios; também os inícios do império chinês podem ser reduzidos a pequenas proporções. Mas todos esses impérios, excetuado unicamente o romano, tiveram breve duração. Também o império chinês teve seus períodos de dissolução. Do império romano os povos aprenderam como devem ser administradas vastas províncias para conservá-las na sua extensão; a partir de então a história apresenta mais de um império que superou também em vastidão o império romano, alcançou grande potência e durou séculos. Para isto contribui indubitavelmente, além da experiência histórica, também o crescimento das populações e com ele a crescente preponderância dos seus interesses materiais.

Mas há também outras causas mais graves que explicam esta exigüidade dos Estados primitivos.

Entre os povos naturais geralmente a família e a sociedade constituem grupos tão grandes, e em muitos casos tão solidamente unidos em torno de um só núcleo, e tão fechados em si, a ponto de impedir totalmente a ação do Estado. A rápida decadência dos impérios tem o seu contrapeso na tenaz vitalidade das tribos. Quando aqueles desaparecem, novos impérios se formam a partir das tribos antigas. A família, entendida como associação de consanguíneos vivendo em comunhão na casa-grande ou no povoado, constitui já uma unidade política, que com o passar do tempo pode se confederar com outras, às quais talvez já esteja unida por parentela menos próxima; mas esta unidade política se concentra pacificamente em si mesma, até que uma força externa não venha turbar esta tranqüilidade. A África dos negros, que também contém tantos povos, não possui nenhum grande Estado no verdadeiro sentido da palavra. Quanto maior era aí um reino tanto menor era a sua duração, tanto mais escassa a sua coesão. Para assentar os fundamentos dos grandes reinos, como os de Sokoto e de Uganda, e mais ainda para conservá-los, mesmo que com grandes esforços, era necessária uma força de organiza-

ção e de coesão mais eficaz, como encontramos entre os fulbes e os vahumas. Os próprios zulus, que também possuem uma organização guerreira tão avançada, nunca puderam se expandir estavelmente para além das suas fronteiras naturais e conservar ao mesmo tempo a ligação com o seu país. Eles não possuem nenhum conceito e nenhuma posição em relação à organização pacífica. Esta falta de uma sólida coesão interna observamos também nos Estados muçulmanos do Sudão; ela nos mostra também a razão daquela debilidade que produz a ruína dos Estados indígenas da América Central e Meridional. Quanto mais conhecemos a fundo o verdadeiro ser do antigo México, tanto menos nos sentimos dispostos a adotar nossos vocábulos de império e de imperador para designar esta frágil confederação dos chefes dos anauques. A grandeza do império dos incas foi exagerada de modo fabuloso. Fica-se surpreendido ao ouvir que a renomada e temida tribo dos mandaneses não contava mais que 900 a 1 000 almas. No arquipélago malaio parece que somente após a penetração do islamismo se formaram verdadeiros Estados sobre as primitivas agregações de aldeias. A clareza e a precisão no que diz respeito à coesão dos agregados políticos, como nos nossos tempos, faltam até mesmo aos grandes impérios da Ásia oriental e meridional; eles são uma prerrogativa dos povos mais avançados na civilização.

Em lugar da expansão de um Estado observamos muitas vezes a fundação de novos Estados por meio da imigração e da conquista. Trata-se aqui, por assim dizer, antes da multiplicação de uma célula, que produz um agregado de células, que de um crescimento diferenciado que dê lugar a um organismo. Causa surpresa observar como na África e por toda parte se repete em lugares diversos a mesma lenda ou tradição. Um soberano manda um grupo de guerreiros à conquista de um país ou de uma cidade; não tendo êxito, eles se estabelecem pacificamente esposando os filhos do povo que queriam subjugar. Esta é a origem dos matabelis, e é também provavelmente a dos seus congêneres próximos, os mazitus. Desse modo se explica o estabelecimento dos fulbes no baixo Níger, e a existência de oásis chineses nos países do Shan. Mesmo não acreditando em todas essas tradições, aí se pode todavia reconhecer um documento da grande ação exercida pela guerra na miscigenação dos povos na Antiguidade, e ao mesmo tempo dificuldades que se opunham à fundação de Estados fortes e compactos; frequentemente buscou-se uma outra solução do problema fundando colônias à força ou por meios pacíficos. Os alfures das ilhas orientais do arquipélago malaio têm um sistema próprio de administração para suas colônias, e na Antiga Polinésia parece que a fundação de colônias era uma necessidade política como na antiga Grécia.

É quase supérfluo dizer que nos povos naturais de grau inferior tem pouca eficácia aquela força de coesão que se desenvolve na luta contra os perigos naturais, luta que constrange imperiosamente um povo inteiro a reunir todas as suas forças para a defesa comum. Esta potente força unificadora, promovendo a tutela dos interesses comuns, torna-se muito favorável à civilização geral. Nas baixadas ao longo do Mar do Norte, na Alemanha e na Holanda, o perigo geral da ruptura dos diques e das borrascas inundadoras produziu

uma união entre os habitantes desses países que foi fecunda de múltiplos e grandes resultados. Muito profundo é o mito que personifica estas forças naturais em hidras de cem cabeças e em monstros espantosos que emergem do mar, e a luta contra estas forças se liga intimamente à conquista dos bens mais preciosos para os povos, com a fundação dos Estados e com o incremento da civilização; nenhum povo na expressão desse mito superou os chineses, e na verdade o seu país tão rico de rios e de pântanos devia fornecer não pouco trabalho a Schem, a Schum, a Iao e a tantos outros ídolos secadores de represas e construtores de diques. No Egito a história nos oferece um exemplo das possibilidades oferecidas pelos cuidados ano a ano com a irrigação e com a nova delimitação dos campos.

Mas a ação mais geral e mais importante para o progresso da civilização é aquela que em toda parte é exercida pelas necessidades comuns que arrancam o homem do infecundo isolamento. Elas têm também como principal efeito a consolidação da união política, a partir da qual posteriormente são organizadas as atividades indispensáveis para satisfazer às necessidades humanas. Os Estados são criados pela comunhão da autoridade dominante e dos interesses comuns. Mas o primeiro lugar cabe à autoridade dominante. Em quase todos os Estados não pertencentes ao círculo de civilização européia o poder está na mão de invasores ou conquistadores estrangeiros. A consciência da comunhão nacional forma-se mais tarde abrindo caminho como força criadora de Estados; isso ocorre quando começam a entrar em ação os interesses morais dos povos. Em quase todos os países onde existem grandes unidades políticas encontramos primeiro sobrepostas umas às outras e depois associadas muitas nacionalidades; somente nos Estados menores o povo inteiro é composto desde o principio por uma única estirpe.

III. A CÔRSEGA: ESTUDO ANTROPOGEOGRÁFICO*

Em princípios de 1880, na época em que eu tinha em mente o projeto de minha *Antropogeografia*, freqüentemente encontrava-me, na casa de Moritz Wagner, com Gregorovius, cuja *Corsica* me havia fornecido vários exemplos interessantes sobre a importância histórica das ilhas. O espírito sintético de Gregorovius, conforme revelam todos os seus estudos de viagem, primava pelas considerações antropogeográficas concebidas no sentido da antiga *filosofia da história*. Nessa época, ele achava que seria um belo objeto de estudo fazer algum dia a monografia da Córsega do ponto de vista do papel que a natureza insular desempenhara na sua história; era, por assim dizer, um exemplo-tipo daquilo que pode ser uma ilha, e da ação que ela pode exercer na história.

Duas longas estadias na Córsega, em 1898 e 1899, deram-me a oportunidade de tentar realizar tal projeto. No momento em que apresento ao público geógrafo alguns fatos e algumas considerações sobre a geografia da ilha da Córsega, tenho como dever dirigir a Gregorovius uma palavra de reconhecimento: da época dos nossos encontros, devo-lhe mais de uma idéia sugestiva, e seu nome, ainda hoje, é uma recomendação a favor dos alemães junto a todo curso culto; por outro lado, devo prestar homenagem aos corsos e franceses do continente, pela cordial acolhida que sempre me ofereceram.

1. Situação e extensão

A Córsega, situada entre 41°22' e 43°1' de latitude norte, é a mais setentrional das grandes ilhas do Mediterrâneo; em relação ao alinhamento

* Reproduzido de RATZEL, F. La Corse: étude anthropogéographique. In: *Annales de géographie*, vol. VIII, Paris, 1899, p. 304-29. Traduzido do francês por Denise Bottman.

da Sicília, da Sardenha e das Baleares, ela forma uma espécie de construção avançada apontada para o norte. Além disso, ela se une a esse alinhamento através de uma elevação submarina que, entre a Sardenha e a Córsega, não apresenta profundidades superiores a 100 metros, assim como através de um grupo de ilhotas (Cavallo, Lavezzi) espalhadas no estreito de Bonifácio. A norte e a oeste da ilha apresentam-se grandes profundidades (até cerca de 3 000 metros). A leste, pelo contrário, entre a Córsega e o Livorno não se encontram fundos superiores a 200 metros; além disso, eles se aprofundam rapidamente até 1 000 metros, na direção sul, no estreito de Cervione. Ainda aqui, as ilhas do arquipélago toscano mostram estreitas relações, tanto pela sua proximidade como pela estrutura do solo. A Sardenha está separada da Córsega por apenas um estreito de 12 km. Da cidadela de Bonifácio vêm-se as casas da costa sarda. E mais, a Sardenha emparelha-se à Córsega pela sua composição geológica e pelas linhas do seu relevo. Por outro lado, entre a Córsega e a Toscana há apenas 80 km de mar. Assim, a Córsega apresenta proximidade e parentesco com duas porções do solo italiano. A esses fatos acrescentam-se outras semelhanças.

A Córsega e a Sardenha provam seu parentesco pela perfeita identidade de direção dos seus eixos longitudinais; ambas formam um ângulo de 55° com o eixo da península apenina. Assim elas configuram à frente da Itália uma espécie de muralha insular, que separa o mar Tirreno da metade espanhola do Mediterrâneo ocidental. Além disso, as ilhotas ajudam a unir a Itália e a Sardenha à Córsega. Daí resulta que o mar Tirreno, fechado também ao sul pela Sicília, representa um *mar interior*, cuja importância em relação a essas ilhas sempre foi muito maior do que a metade do Mediterrâneo orientada para o lado da Espanha: em comparação com o primeiro, este é um *mar exterior*. Devido não só à sua orientação em direção à Itália, mas também à sua orientação para o mar Tirreno, desde cedo a costa oriental da Córsega tornou-se a costa histórica, e a oposição entre as duas costas permanece como um dos fatos essenciais da Córsega. As denominações *Banda di Dentro* e *Banda di Fuori*, *En deçà* e *Au delà des monts* foram inventadas para marcar este caráter *interior* da costa leste.

Esta muralha insular ao norte se apóia na Itália; ao sul ela se distancia da Itália, mas avança tanto mais para o molhe projetado pelo extremo norte da África. Assim, a Córsega encontra-se mais próxima da Itália que a Sardenha. Ainda hoje, os vapores italianos gastam seis horas entre Livorno e Bastia; entre Civita Vecchia e o Golfo dos Aranci são necessárias dez horas.

Os destinos da Córsega e da Sardenha logo tomaram cursos diferentes. O estudo da língua permite reconhecer que, já nas épocas que devem ser qualificadas como pré-históricas, a Sardenha, mais que a Córsega, sofreu influências ibéricas. Por outro lado, as antiguidades e a história indicam uma intensidade de influências púnicas que jamais se manifestou na Córsega. Pode-se dizer que a Sardenha, das duas ilhas, é a mais africana: basta, com efeito, lembrar a sua posição. A distância do lado sul da Sardenha até o ponto mais próximo do litoral norte-africano apresenta uma diferença in-

significante em relação à distância entre Calvi e Nice. Do mesmo modo, na época romana, a Sardenha ultrapassava de muito a Córsega; em vestígios de rotas e em inscrições, ela é tão rica quanto a Córsega é pobre.

A primeira vantagem da Sardenha sobre a Córsega deve ser atribuída à sua situação, devido à qual ela veio a se encontrar frente à região onde se desenrolou a história pré-romana. Mais tarde, ela foi igualmente favorecida pela sua maior proximidade com a Sicília e com a Baixa Itália. Enfim, por todo tempo ela atraiu a atenção de todos os povos, a um grau mais elevado que a Córsega. Maior, mais rica, de acesso mais fácil, atraiu os conquistadores, os mercadores, os colonos, que, com isso, ao mesmo tempo se desviaram da Córsega. É uma circunstância digna de nota, e que frequentemente se pode observar: tal ou qual região em certa medida relega para a sombra uma outra região. Este fato não se explica apenas por razões geográficas; deve sua origem à tendência, manifestada pelos povos, de se concentrarem num determinado domínio, ao qual, a seguir, dedicam toda sua atividade, em detrimento das regiões vizinhas. Os casos desse gênero repetem-se na colonização de qualquer parte, grande ou pequena, do globo. Vemos durante milhares de anos a Índia visitada pelos forasteiros do oeste, enquanto a Indochina permanece como que na sombra. A história das Antilhas mostra a concentração de alguns povos europeus sobre terras de pequena extensão, enquanto a América Central, tão importante sob vários pontos de vista, permanece negligenciada. A rica Alsácia serve, por assim dizer, de abrigo à Suíça, dela desviando os olhares da França. Assim também com a Sardenha e a Córsega: embora pareçam andar juntas na história antiga do Mediterrâneo ocidental, a Córsega frequentemente aparece apenas como mero acessório da outra ilha, maior e mais rica. Seus destinos se separaram: a Sardenha passou para o poder de Aragão e da Espanha, e mais tarde para o do Piemonte; enquanto a Córsega pertenceu a Pisa e Gênova. Ainda hoje, são pouco frequentes as relações de comércio e vizinhança entre ambas. Contudo, a Sardenha sempre se manteve como local de refúgio para os descontentes, um reduto para os refratários perseguidos; pelo menos atualmente, ela serve de asilo àqueles que a *vendetta* expulsou de sua ilha natal, no desespero de aí encontrar um lugar onde ainda estejam em segurança. Basta ver um curto episódio na união da Córsega com a Sardenha e o Piemonte no início de 1740; os corsos, durante alguns anos, contaram com o apoio do Piemonte contra Gênova, aliás inutilmente.

As relações da Córsega com a parte mais próxima do continente, que por natureza são as mais estreitas possíveis, não comandaram a história da ilha, se remontamos para antes da época atual, senão por poucos séculos: na época histórica, de 1098, data em que ocorreu o enfeudamento da ilha a Pisa, pelo papa, até 1348, ano em que se estabeleceu a dominação genovesa. As relações intelectuais com Pisa, a Universidade onde os corsos continuaram a fazer seus estudos até a época francesa, conservaram-se por longo tempo, e o comércio com o Livorno começa a renascer na nossa época. Ignoramos qual foi a importância dos etruscos na ilha durante o período pré-

histórico: contudo, sempre se considerou verossímil que, antes dos focos, eles aí possuíam estabelecimentos, pelo menos na costa leste. Quando observamos a proporção em que, todos os anos, os habitantes do litoral fronteiriço migram para a Córsega, para substituir os corsos em trabalhos de toda espécie, sobretudo como lavradores e pedreiros, compreendemos que os *Lucquois*, esse elemento de civilização necessário ainda que menosprezado, não são senão os descendentes de uma família antes próspera: são os sobrinhos dos etruscos, que jamais perderam completamente de vista esta ilha tão vizinha. Mas, em todo caso, a Córsega sofreu a dominação da costa da Etrúria apenas durante os 250 anos da dominação pisana; os vestígios restantes, por vezes importantes, sobretudo as igrejas, são atualmente quase tão isolados e apartados quanto as raras ruínas das construções romanas.

A menor distância entre a Córsega e a França, do cabo Corso a Nice, é de 185 km; o comprimento do cabo submarino Antibes—Saint-Florent é de quase 200 km. É um pouco mais do dobro do menor trajeto entre a costa leste da Córsega e a Itália. O eixo da ilha dirige-se para o interior do golfo de Gênova, cujo arco ocidental faz parte da costa francesa, de modo que o litoral de Menton a Toulon serve, por assim dizer, de envoltório ou de cobertura para a Córsega. Entre todos os países do Mediterrâneo, é portanto a França, depois da Itália, quem mantém as relações mais estreitas de vizinhança com a Córsega. Desde o século XVI, os destinos da Córsega sofreram a investida da França, investida que, por muito tempo, permaneceu puramente política, mas que a longo prazo atua muito claramente sobre a civilização. Desde a época napoleônica, a Córsega avançou muito para a assimilação com a França; e isso é tanto mais notável quanto apenas um pequeno número de franceses imigrou para a ilha. No cômputo geral, a galicização é basicamente uma consequência da administração e da supremacia moral e econômica da França. A França, cujo domínio continental era estreitamente confinado ao de Gênova, era por isso mesmo levada a competir com Gênova. Os inimigos de Gênova na Córsega sentiram-no muito bem. Um Sampiero combatia pela França não por amizade platônica, mas porque via na França a rival nata de Gênova. Podia ele reconhecer à distância a capacidade superior da França em governar e pacificar uma ilha que, durante os mais de quatro séculos de dominação genovesa, jamais fora solidamente ocupada por Gênova, e que jamais saíra completamente do estado de guerra? Desde esta época, teceu-se para além da estreita faixa marítima uma sólida rede dessas relações que escapam à história, e cujo princípio se encontra nas idas e vindas dos homens, no comércio, na imigração e na emigração, na influência intelectual, em suma nessas múltiplas relações pessoais que sempre preparam os grandes movimentos políticos. É com razão que os historiadores franceses reúnem sob o título “Córsega Francesa” todo o conjunto de relações entre a França e a Córsega, iniciadas no século XVI com as lutas de Sampiero: encaram a tomada de posse de 1764 como apenas o coroamento de preparativos já seculares.

A Córsega está quatro vezes mais distante da Espanha do que da Itália, se se considera o ponto mais próximo da costa da Catalunha. Neste intervalo estende-se um mar profundo sem ilhas. Hoje, as ligações da Córsega com a Espanha são extremamente frágeis: no máximo, vê-se de vez em quando um veleiro espanhol carregando madeira. No passado, fizeram-se muitas tentativas para ligar os destinos da Córsega aos da Espanha, mas sempre sem êxito duradouro. Quando, nos autores antigos, trata-se de uma população espanhola na Córsega¹, deve-se ver nessa afirmação apenas a expressão do parentesco racial entre corsos e iberos. Mas essas afinidades não implicam necessariamente a ligação com a Península Ibérica; pode-se dizer o mesmo quanto à tentativa de se estabelecer uma conexão direta entre as toponímias corsas e as toponímias bascas. A investidura papal de 1296, que liga a Córsega a Aragão, e a experiência infeliz de Afonso de Aragão em se apoderar da ilha (1420) permanecem como as duas únicas tentativas registradas pela história, com vistas a estabelecer laços estreitos entre a Península Ibérica e a Córsega. Os apelos dirigidos pelos corsos aos reis da Espanha, para ajudá-los a abalar o jugo genovês, sempre ficaram sem resposta. Parece mesmo que a tentativa em ligar diretamente os antigos corsos aos iberos espanhóis carece de fundamento geográfico: é uma dessas fantasias que tão frequentemente se apresentam no terreno pré-histórico.

Entre a Córsega e a África interpõem-se toda a Sardenha e mais uma extensão marítima com a mesma exata medida da distância entre Santa Tereza e Cagliari. Além disso, a convexidade submarina sobre a qual se erguem a Córsega e a Sardenha prolonga-se para o sul, na direção da Ilha de Galite e da Tunísia, provocando um contraste acentuado entre esses fundos e os mares profundos de leste e oeste. Já fizemos notar quão mais africana, por isso mesmo, mostra-se a Sardenha. Mas, ao mesmo tempo, a Sardenha encontra-se mais próxima da Sicília, que pode ser considerada o umbral da África na antiguidade. Entretanto, na história da Córsega, os navios de piratas berberes que saíam dos portos da África do Norte desempenharam um grande papel na história da Córsega. Todas as cidades da costa foram fortificadas e todos os promontórios foram guarnecidos de torres de vigia contra eles. Por natureza, a costa exterior encontrava-se particularmente exposta, sendo ao mesmo tempo menos habitada e mais rica em bons pontos de atracagem.

Se se lança um olhar retrospectivo sobre as vicissitudes sofridas pela Córsega, com sua dependência em relação aos diversos Estados mediterrâneos, é interessante observar o deslocamento das sucessivas linhas de dominação que ligaram a Córsega ao continente. Primeiramente é a direção este-sudeste, que leva a Roma; de lá, a linha dirige-se a nordeste: Pisa; depois a norte: Gênova; e por fim chega à direção norte-noroeste, isto é, Marselha e França. Assim, na pequena ilha da Córsega, reflete-se o movimento que deslocou os grandes centros históricos.

¹ "Transierunt deinde Ligures in eam, transierunt et Hispani: quod ex similitudine ritus apparet; eadem enim tegumenta capitum, idemque genus calceamenti, quod Cantabris est, et verba quaedam..." (Sêneca. *Consol. ad Helv.*, 8).

A Córsega representa uma das menores ilhas independentes do Mediterrâneo. No Mediterrâneo ocidental, ela se submete, por sua extensão, às suas vizinhas mais próximas: Sardenha e Sicília. Ela é um pouco maior que Creta e um pouco menor que Chipre. Se atribuirmos 1 a sua extensão de 8 722 km², eis a proporção em que se coordenam algumas outras ilhas comparadas a ela: Córsega, 1; Creta, 0,99; Chipre, 1,1; Baleares, 0,57; Sardenha, 2,8; Sicília, 2,9. Ela forma a sexagésima primeira parte da França e constitui-se num dos maiores departamentos (média de superfície: 6 075 km²). Ela equivale a apenas 1/33 da Itália. A Córsega é, portanto, uma pequena região, mesmo para o Mediterrâneo. Esta exiguidade reforçou consideravelmente o estado de dependência testemunhado pela sua história, e cuja causa primeira reside na imperfeição de seu caráter insular.

2. Características insulares

A Córsega é uma ilha. Mas uma ilha de um Mediterrâneo, e ainda mais, de uma pequena parte de um Mediterrâneo, extremamente próxima de outras ilhas e de outras terras, não é *ilha* ao mesmo nível de uma ilha lançada à distância no oceano aberto. A Córsega sempre sofreu a ação do continente e das ilhas vizinhas, e não somente sob a forma de influência, mas sobretudo de ataques. Estas influências e ataques foram de encontro, como é natural, ao livre desenvolvimento da natureza insular. Onde as lutas contínuas na história da Córsega, nas quais a ilha se esforça por manter sua independência natural contra a usurpação por qualquer parte do continente.

Esta condição insular é suficiente para assegurar o isolamento, mas não a completa independência dos corsos. Desde os tempos mais remotos até nossos dias, constata-se que eles sempre se encontraram sob a dependência de um país vizinho, qualquer que fosse ele. A esse respeito, sucederam-se diversas regiões da Itália, da Gália, da África. Da mesma forma, foi de modo passageiro que se pôde estabelecer uma aliança, visando à independência, entre as três ilhas da Córsega, da Sicília e da Sardenha, tal como aconteceu sob Sextus Pompeu, que se propunha a uni-las em proveito de um domínio mediterrânico. Com efeito, as condições espaciais jogam em detrimento da Córsega; quando a estreita faixa da costa leste estava ocupada, restava-lhe apenas a montanha, onde ela pôde salvaguardar sua liberdade insular. Não se deve atribuir aos problemas internos, que até nossos dias têm dividido os partidos, as comunas e as famílias, o caráter agitado da história da Córsega, agitação tal que, poder-se-ia dizer, os corsos jamais desfrutaram de descanso por duas gerações seguidas. Não. são os ataques vindos do exterior que sempre e incessantemente a abalaram e a perturbaram. Quem quer que abarque, com um rápido olhar, a história da Córsega, apercebe-se de que o continente foi o ponto de partida constante de ataques fortes e imprevistos contra a ilha, com consequências importantes do ponto de vista histórico. Se se faz o cômputo geral das múltiplas expedições dos romanos, geno-

veses, franceses, constata-se que, na Córsega, cada geração, por assim dizer, conheceu sua invasão, antes do sólido estabelecimento dos franceses.

Mas se, do ponto de vista das relações exteriores, a situação insular da Córsega não se mostrou, de modo algum, suficientemente forte para assegurar à ilha uma história completamente insular, é ao menos indubitável o caráter insular da vida e do pensamento dos corsos. Já aos olhos dos observadores da antigüidade, a natureza insular havia apostado seu selo sobre os corsos. Quer sejam favorável ou desfavoravelmente julgados, eles se mostram distintos de seus vizinhos o suficiente para que se lhes reconheça um caráter original.

A ilha sempre manteve sua população estritamente fechada. De acordo com a natureza montanhosa, a natureza insular resguardou ciosamente os corsos do contato com os povos da história universal, que tão profundamente transformara a Sicília. Enquanto os vales da montanha mantinham o povo corso dividido em comunidades de vales, a barreira marítima formava um limite natural para o conjunto. Como resultado, reencontramos em todo o povo o individualismo engendrado por esses limites familiares, e esse próprio povo se vê como uma família. Os corsos não só conservaram seus antigos hábitos e costumes: eles permaneceram, em nossa época de ativas relações entre os homens, um dos povos insulares mais caracterizados.

Os corsos conseguiram interditar o acesso da vida moderna à sua ilha. Eles possuem a firme vontade de não deixar que nada se modifique em suas condições de existência, que lhes são caras; e eles têm persistido neste caminho, seja o que for que tenha acontecido no mundo. Eles podem vos fazer notar altivamente que, dentre todos os departamentos franceses, a Córsega foi o que menos sofreu, desde a Revolução, os resultados das mudanças de regime. A sucessão dos sistemas políticos serviu-lhes sobretudo para permanecerem aquilo que eram.

A tendência à expansão, que se encontra tão freqüentemente entre os povos insulares, também se manifesta entre os corsos individualmente considerados. Em igual extensão, a França não possui região alguma onde a emigração seja tão intensa quanto na Córsega. Deste ponto de vista, os corsos são autênticos ligúrios. Com estes, eles ainda têm em comum as regiões de sua preferência: a América do Sul e as Índias Ocidentais. Mas eles se expatriam não como marinheiros, nem como pescadores, e sim como pequenos traficantes. Em geral, o mar não desempenha nenhum papel em sua vida: desde a antigüidade, ele praticamente não serviu aos corsos nem para a pesca, nem para a navegação, e, ainda em nossos dias, a maior parte deles lhe permanece estranha. Seu papel essencial consiste, antes de tudo, em separar a Córsega da Sardenha e do continente. Apenas as colônias estrangeiras dos focues e dos romanos, dos pisanos e dos genoveses modificaram ligeiramente este estado de coisas, mas suas cidades continuavam estrangeiras; e, a bem dizer, ainda hoje o são. É fato que os habitantes de Bonifácio e de Bastia são vistos como estrangeiros pelos corsos restantes. Imagine-se o Tirol como uma ilha; os grandes vales férteis do Inn e de Adige natural-

mente se tornariam muito menores do que são hoje em dia: a simplicidade montanhesa refletida pelas condições de existência não predominaria acima de tudo, e toda a vida do povo não adquiriria uma marca mais particularista, ainda mais estreitamente fechada do que já o é?

Um tal solo, com sua concentração e isolamento insulares, é uma base sólida de igualdade social e política. Ele cria esta penetração recíproca, estas reações mútuas entre a montanha e o mar, que dão à Córsega, na sua natureza e história, sua fisionomia tão original e grandiosa. Essa dupla ação se expressa em mil detalhes. Quando, nos mercados das cidades, vê-se o camponês vindo da montanha, com sua blusa de flanela marrom-escura, a expor a carne das reses recém-abatidas ou o queijo mole das cabras, a *bruccia*, ao lado dos pescadores italianos; quando o vento da montanha traz às ruas das cidades litorâneas, ou até às baías profundas da costa oeste, o perfume aromático do maqui; ou, ainda, quando se tenta inutilmente separar a visão dessas baías azuis daquela das montanhas nevadas vizinhas que se miram sem cessar nas águas, é sempre a expressão da mesma aliança. É esta aliança que aproxima os contrastes da república montanhesa e das cidades marítimas pisano-genovesas. Em todo o oeste, onde as montanhas graníticas estão em contato direto com o mar, é a montanha que predomina na aliança do duplo elemento: aqui se encontra essencialmente a Córsega, nos rochedos e na lande, nos pastores e nos rebanhos. É aqui que a vida corsa apresenta sua fisionomia mais uniforme. No leste, como um traço de união aparece a região plana da costa. Mas ainda aqui, a história propriamente corsa se desenvolve na montanha. Pode-se portanto dizer: entre os traços insulares da Córsega, manifesta-se principalmente o caráter fechado; ele reforçou ainda mais sua independência e seu particularismo montanheses.

Não é insignificante o fato de que a Córsega, enquanto ilha, encontre-se quase isolada. Capraja é um conjunto rochoso quase inacessível, que, além disso, liga-se ao arquipélago toscano e que, historicamente, traiu relações estreitas com a Itália. A mesma observação é ainda mais verdadeira quanto à ilha de Elba. Que a carreira de Napoleão tenha começado na Córsega e terminado na ilha de Elba, foi um simples capricho da história. Gregorovius, amigo desse gênero de paralelos, acrescenta que sua sorte teve por obstáculo a Inglaterra e que ele morreu em Santa Helena: assim, as ilhas intervieram quatro vezes em seu destino. Sem dúvida, eis aí um interessante exemplo do papel relativamente desproporcional das ilhas na marcha da história. É apenas nessa medida que ele pode ser invocado para a antropogeografia da Córsega.

3. O solo

O granito domina claramente a estrutura da Córsega; ele cobre os dois terços sul e sudoeste da ilha. Esta circunstância incorpora igualmente a Córsega à Sardenha. O granito, que atravessa a ilha seguindo uma direção geral

noroeste-sudeste reaparece na Sardenha, atingindo aí uma extensão equivalente que forma a metade leste e nordeste da ilha, desde a Gallura ao norte, até o cabo Carbonara a leste da baía de Cagliari. Na Córsega, pode-se traçar uma linha desde a embocadura do Regino, na costa Norte, a leste da ilha Rousse, até a embocadura da Solenzara, na costa sudeste; esta linha, de modo geral, mantém a sudoeste os granitos e outras rochas da mesma família; enquanto que, a nordeste, a maior parte da ilha é constituída por xistos cristalinos, sobre os quais se estenderam poucos depósitos de época mais recente. Reencontraremos frequentemente essa linha limitrofe; como os picos mais altos da ilha estão dispostos paralelamente e a pequena distância dela, e como, por outro lado, ela é demarcada por uma depressão bastante notável, considerando-se a estrutura montanhosa da região, ela desempenhou um papel central na história, até a época muito recente da construção das estradas de ferro: a direção destas últimas lhe é parcialmente paralela, parcialmente perpendicular. Em todo caso, ela tem uma importância orográfica e antropogeográfica maior que a do eixo, ao mesmo tempo linha divisória, do cabo Corso ao cabo Pertusato, que une esquematicamente a ponta norte e a ponta sul da Córsega. Além disso, as formações sedimentares (no geral, pouco importantes) também se depositaram sobretudo ao longo dessa linha, o que prova que, numa época em que a Córsega ocupava um nível mais baixo que o atual, deve ter existido uma comunicação marítima seguindo seu traçado. As condições de altitude se apresentam de tal maneira que, se imaginarmos um rebaixamento de 600 metros para a Córsega, formar-se-ia, no sentido dessa linha-limite, um estreito de 10 a 15 km de largura, que separaria a ilha em duas partes: uma nordeste e uma sudoeste. E, de fato, assim era no período terciário, quando o mar elaborava as camadas calcárias que atualmente ocupam o coração da ilha.

A primeira vista, o relevo da Córsega encontra-se completamente dominado por uma cadeia que, ao mesmo tempo, serve de cume divisor, e que, desde a ponta norte até as proximidades da ponta sul, divide a ilha em uma metade oriental e uma metade ocidental. Apenas no extremo sul, uma linha que vai do cabo de Feno à Ponta da Chiapa delimita um território onde domina um outro sistema, correspondente a uma estrutura geológica diferente. Numerosos elos se destacam dessa cadeia principal, em direção a leste e oeste, dividindo a região em vales que se prolongam, em número superior a trinta, desde a crista principal até o mar. A imagem, muitas vezes utilizada, de uma rede de células não é inadequada, sobretudo do ponto de vista da exigüidade das dimensões. Se já o fracionamento das montanhas do interior cria vales que compõem uma série de pequenos mundos fechados, este efeito de isolamento se traduzirá com força ainda maior nos lugares onde o mar ajuda a acentuar a limitação dos vales. É este, em particular, o caso no oeste da Córsega; aí, a montanha atinge diretamente o mar, e, por conseguinte, o mar e a montanha aí se unem para dar origem aos cantões mais fechados da ilha, aos mais independentes dentre as sessenta e poucas *Pieve* em que ela se encontrava dividida.

As *Pieve* primitivas estavam muito distantes de englobarem sempre vales inteiros; elas se compunham freqüentemente de pequenas secções de vales com um caráter bem distinto. É assim que a *Cinarca* ou o *Paese d'Orcino* formavam uma *Pieve*; é um circo com solo fértil, cercado em três lados por agulhas rochosas, e limitado, ao quarto lado, pelo golfo da Liscia. Esta pequena região recobre no máximo 9 km; e mais exígua ainda é a superfície cultivável engastada nas alturas do maqui que a contém.

Como a linha divisória das águas segue um traçado muito sinuoso, ao sul mais próximo à costa leste, e ao nordeste e a noroeste mais próximo à costa oeste, segue-se daí que os cantões naturais que ela determina, com os elos laterais, são de extensão muito variável. Os maiores são as bacias do Golo e de Tavignano; a este último acrescenta-se, mais ao sul, a bacia do Orbo. Os três em conjunto constituem a maior região unitária existente na ilha; e este fato está intimamente ligado com o trecho de planície que precede a costa leste. Este conjunto abarca a região historicamente mais importante da Córsega.

As menores comunidades naturais de vales encontram-se a sudeste e a noroeste, onde a montanha mais se aproxima do mar. Assim, na costa oeste, surgem estreitos agrupamentos de vales profundamente engastados. É na estreita ponta norte que a cadeia central forma a separação mais regular, mas depois que seus colos se rebaixaram a um terço ou um quarto de sua altitude média, como provam as alturas das gargantas de San Stefano e Teghime, que ligam Bastia e Saint-Florent: 360 metros e 540 metros. Quanto ao extremo sul, em seu conjunto ele escapa a esses contrastes entre o leste e o oeste e compõe um pequeno domínio hidrográfico autônomo. Aí, a 55 metros, atravessa-se o cume que separa as baías de Figari e Porto Vecchio; mas a cada lado dessa dupla depressão, só se encontram desfiladeiros com mais de 1 000 metros.

Pode-se estimar em 1 300 metros a altitude média das passagens freqüentadas da cadeia matriz granítica da Córsega. Na verdade, o caminho Ajaccio-Corte-Bastia utiliza uma passagem consideravelmente mais baixa, o desfiladeiro de Vizzavona (1 160 metros), mas tal circunstância é justamente muito importante para a posição de Ajaccio como capital política da ilha. Um fato foi ainda mais importante para a história da Córsega: é o caráter cada vez mais baixo e engastado das passagens que fazem a comunicação entre as duas costas, quando se vai na direção noroeste. Assim, aos desfiladeiros de Vizzavona, 1 160 metros, Vergio, 1 465 metros, e Bavella, 1 210 metros, podem-se opor os de San Stefano, 360 metros, e San Colombano, 680 metros, que ligam Saint-Florent e Calvi à costa leste.

O rebaixamento das passagens no norte, que permite comunicações mais assíduas entre o noroeste e o nordeste da ilha, como nunca foi possível no sul, é o que explica o fato de que o noroeste, com Saint-Florent e Calvi, faça parte integrante do nordeste. O limite desta região encontra-se precisamente ali onde a *Balagna Deserta* interpõe uma secção de costa árida entre Calvi e Porto, e ali onde as passagens atingem mais que o dobro de altura. A mesma observação vale para o desenvolvimento das estradas e da rede ferroviária da ilha: o noroeste sempre tem tido comunicação com o leste, enquanto

que os cantões situados ao sul dos vales do Orbo e do Gravone, nitidamente separados pela cadeia central a partir do Monte Renoso, permaneceram muito mais tempo sem relação entre si, embora muito próximos. Ainda hoje, esta parte da ilha continua sendo aquela onde não penetrou a estrada de ferro, e as relações entre leste e oeste são aí extremamente frágeis.

Esta oposição entre a altitude das passagens na cadeia corsa, tão carregada de conseqüências, resulta do cruzamento da dorsal montanhosa da ilha com a grande linha-fronteira geológica que separa o domínio granítico do sul e do oeste, do domínio xistoso do norte e do leste. É na região dos xistos e dos fragmentos terciários que as alturas das passagens são as mais baixas.

O paralelismo da grande depressão entre granitos e xistos com a direção das principais linhas de relevo, e a grande proximidade entre essas duas linhas², que não se afastam entre si por mais de 30 km em média, tem como resultado a estreita ligação da alta montanha com os grupos populacionais do interior, os centros de relações e as estradas principais. Daí advém a intervenção ininterrupta dos montanheseiros na história da ilha. De fato, a Córsega não possui nenhum vale isolado de quaisquer relações por vários dias de caminhada que o separem do resto do mundo, tal como tantas vezes ocorre nos Alpes.

O limite entre o nordeste, região dos xistos e das formações sedimentares recentes, e o sudoeste, região de granitos onde se disseminam poucos fragmentos mais recentes, é ainda muito importante na ilha, enquanto depressão que a corta obliquamente. Portanto acontece que ela serve como caminho de passagem, ou ainda mais como leito para uma série de trechos de estrada. Observam-se aí os trechos ferroviários Ponte Leccia-Palasca, Ponte Leccia-Corte, Corte-Serraggio; as estradas de Ponte Leccia-Balagna, pelo desfiladeiro de San Colombano (680 metros); de Novella-Navaccia pela Bocca alla Croce (605 metros); uma parte da estrada Vivario-Vezzani, com o desfiladeiro de San Pietro (860 metros).

Mas este limite é, em si mesmo, menos importante do que o contraste manifesto entre as duas porções da ilha por ele demarcadas. A secção nordeste compõe-se de uma série de elevações onduladas que, tomadas em conjunto, se alongam em linhas paralelas entre norte e sul, e que ao sul desviam-se para sudeste. A mais importante dessas cadeias é o estreito contraforte que forma o avançado setentrional da Córsega, e que cabe inteiramente sob a designação de Cabo Corso. O pico mais alto é de 1 300 metros, mas as passagens não são inferiores a 950 metros. Porém, no ponto onde se estabelece a transição para o corpo principal da ilha, os picos e a crista diminuem entre Bastia e Saint-Florent (desfiladeiro de Teghime, 540 metros). O principal rio da ilha, o Golo, abre seu curso através desse elo e, com a vasta bacia assim formada, cria a unidade natural mais importante na história da Córsega.

² Nentien considera essas duas linhas "rigorosamente paralelas" (*Étude sur la Constitution géologique de la Corse*, Paris, 1897. Mapa de 1:320 000).

A Córsega granítica é completamente diferente. Uma crista que vai de sudoeste a nordeste forma uma espécie de dorsal, da qual se destacam, semelhantes a costas, e fortemente comprimidos entre si, trechos montanhosos que se inclinam em direção ao mar. Entre dois elos, um vale; na extremidade do vale, um golfo; vales, rios e golfos igualmente regidos por um paralelismo espantoso, que faz com que todos se dirijam para sudoeste — eis aí o plano sobre o qual se edifica a parte sudoeste da ilha, granítica, rochosa, com vales estreitos e costas ricamente articuladas.

Este cruzamento da direção sudeste-noroeste, assumida pelas principais cristas e pelas grandes depressões que, mais a leste, elas deixam atrás de si, com o traçado sudoeste-nordeste, quase em ângulo reto, dos vales e golfos ocidentais, dá origem à articulação uniforme de toda a parte sudoeste da ilha. Aqui se encontram, a oeste das cadeias matrizes e dos recortes por elas enquadrados, os vales de direção sudoeste, com seus cursos de água seguindo o mesmo traçado, cada qual engastado entre elos igualmente orientados, desembocando em golfos com direções semelhantes. No fundo de cada vale, apresenta-se uma passagem para a encosta leste da Córsega, que é facilmente acessível, graças a essa forma de articulação do franco oeste: pelo vale do Gravone, chega-se aí quase que em linha reta.

Quanto aos contrafortes que se destacam da cadeia matriz, em geral é quase impossível franqueá-los junto à costa; assim, é preciso subir 415 metros para passar do golfo de Ajaccio para o golfo de Sagone; 500 metros para em seguida atingir o golfo do Porto; e 605 metros para passar do golfo de Ajaccio para o de Valinco ou de Propriano. O paralelismo desses contrafortes da costa oeste reaparece na costa leste, ao sul da Solenzara, na porção constituída por granito. Voltaremos a ela, quando examinarmos esta parte da costa.

A combinação entre cumes divisórios e o limite geológico e orográfico que separa a Córsega granítica da Córsega xistosa, dá origem às grandes divisões naturais da ilha, divisões que também são regiões históricas com o caráter mais particular possível.

A mais original, e também a mais fechada, é a região *granítica* do oeste e do extremo sudeste, ao sul da grande linha divisória das águas. Cremos tê-la caracterizado suficientemente. Repetimos em duas palavras: é a região das montanhas em abrupto contato com o mar, com solo asperamente rochoso, com golfos profundamente entalhados, com longos e estreitos vales; do ponto de vista social, é o domínio dos pastores e dos *signori*, essa nobreza quase soberana; historicamente, é a região à parte dos grandes movimentos e dos grandes choques.

A fina faixa de terra que forma o norte da ilha, e que se chama simplesmente de *Cabo Corso*, é também como que uma ilha à parte, devido às diferenças de estrutura que ela apresenta em relação ao resto da ilha. Ainda aqui, os curtos avançados montanhosos projetados à esquerda e à direita pela dorsal xistosa desse magro território delimitaram pequenos distritos, que possuem, cada um, seu acesso particular ao mar; outrora, aqui também havia muitas regiões apartadas, que podiam se comunicar facilmente com o

mar do que com a terra, e que, por assim dizer, não mantinham relações com o resto da Córsega. Na costa leste do Cabo Corso, só de Bastia a Luri encontravam-se cinco desses pequenos mundos. Assim também, como a região é fértil e o Cabo Corso é há muito tempo conhecido pelo seu excelente vinho, ele mantinha, mais que o resto da Córsega, relações comerciais constantes com genoveses, relações, além do mais, favorecidas pela proximidade. Foi assim que a região do Cabo Corso, por sua existência à parte, veio a formar como que uma ilha dentro da própria ilha. E, em decorrência, os habitantes dessa parte setentrional não eram bem vistos pelos outros corsos; ainda hoje mantêm uma situação à parte. Parece que, entre eles, a *vendetta* e o banditismo cedo desapareceram; aliás, pode ser que a emigração, frequentemente seguida pelo retorno, tenha colaborado para isso; em todo caso, esta última circunstância fez do Cabo Corso a parte mais rica, ou melhor dizendo, a única parte rica da Córsega. A importância histórica do *Nebbio*, esse distrito em torno do golfo de Saint-Florent, que foi diversas vezes palco de lutas decisivas, provém da sua localização no cruzamento da estrada do Cabo Corso para o centro da ilha com aquela que, pelo desfiladeiro de Teghime, estabelece comunicação entre os dois flancos da ilha e os dois mares que a banham.

A região que se estende ao sul de uma linha que estabelece a comunicação entre o golfo de Porto-Vecchio e o de Figari, constitui-se em grande parte numa espécie de apêndice estranho à Córsega. Nós a chamaremos simplesmente, de *região de Bonifácio*. De origem geológica recente, ela se compõe de calcários arenosos, com estratificação quase horizontal, que se depositaram sobre o núcleo granítico da ilha. O mar escoou esses materiais de forma completamente diversa da do granito; não esculpiu costas com falésias e ricas em ilhas, e sim criou um litoral com recortes regulares. Ao pé da rocha, a ressaca abre cavidades que, com o tempo, provocam o desmoronamento das partes superiores mais largas e não-erodidas. Aqui, o solo não é de modo algum fendido por conjuntos rochosos; sua superfície é coberta por uma lande baixa de ervas amareladas, pois o vento que sopra violentamente não permite o crescimento de árvores, e o solo não é aí favorável ao maqui. É ainda uma ilha dentro da ilha. Foi onde pela primeira vez chegaram os genoveses e implantaram uma de suas colônias. Assim, as duas partes da ilha que, pela estrutura do seu solo, são as menos corsas, Bonifácio e o Cabo Corso, o extremo sul e o extremo norte, viveram uma vida política à parte, assim como atualmente elas se distinguem do ponto de vista econômico.

A região da ilha, se não a mais caracterizada enquanto região natural, pelo menos a mais ativa do ponto de vista histórico, é a que está compreendida, a leste do grande cume divisor, entre Bastia e Solenzara. Chamá-la-emos *região de Bastia e Corte*. É a parte da Córsega mais próxima à Itália: possui os maiores vales e os principais cursos de água, abrange os terraços mais férteis e circunscreve vastas lagunas na costa que, antigamente, facilitaram o comércio marítimo. Ela tem por centro a terra de *commune*. Tudo

o que se fez de notável na história antiga e moderna da Córsega teve como palco esses lugares que, excetuando Ajaccio, tiveram surgimento tardio.

A *terra de commune* abrange o território que se estende de Aleria a Calvi, e de Brando, no início do Cabo Corso, à cadeia matriz. Essa própria região, que por sua vez constitui uma ilha dentro da ilha, tem como núcleo central as duas grandes bacias do Golo e de Tavignano. Sobre os habitantes da *terra de commune*, Gregorovius diz que são os que se encontram sempre estreitamente agrupados, em meio às vicissitudes da história corsa, e que, a bem dizer, são eles que formam o *povo corso*. Há aí algo de verdadeiro. Mas é preciso não esquecer, a esse respeito, a força de resistência conferida pelos pastores do oeste e do sul à *terra de commune*: pouco envolvidos nas lutas, mas conservando, em contrapartida, com tanto mais força os seus antigos costumes e seus antigos direitos. Além da vantagem de se encontrar ligada à costa leste pelos maiores rios da ilha, não se deve esquecer que a *terra de commune* tinha, ainda, a de se encontrar apoiada às montanhas mais elevadas. Assim, ela contém, entre vários outros, o pequeno cantão do *Niolo*, isto é, a alta bacia do Golo, onde uma população quase que inteiramente composta de pastores manteve o gênero de vida de outrora e conserva algo dos antigos costumes corsos. As duas principais localidades do Niolo, Albertacce e Calacuccia, estão a 870 e 850 metros de altitude. Essa pequena região do Niolo é um planalto muito elevado, cujos grupos de casas disseminados aqui e acolá abrigam uma população nômade. As comunicações com o resto da ilha são muito difíceis. E, contudo, justamente aqui se formou uma população laboriosa, que trabalha pacientemente as terras mais elevadas e mais ingratas da ilha, enquanto que algumas das partes mais férteis da ilha estão abandonadas ao maqui. “Em nenhuma parte da Córsega trabalha-se tanto quanto no Niolo”, dizem os antigos escritores locais. Uma raça vigorosa e valente, onde cada família forma, por assim dizer, um pequeno Estado zeloso de seus interesses, vive aqui emoldurada pelas mais altas montanhas.

No limiar que separa os dois grandes vales do Golo e de Tavignano encontra-se Corte, que foi, no século XVIII, o centro político da ilha, cujo papel passava, então, cada vez mais para o primeiro plano, na época em que se tratava, antes de tudo, de se assegurar um sólido ponto de apoio para as tentativas de independência. Corte não une apenas os dois maiores vales da Córsega. De Corte, parte o caminho mais curto para a costa oeste, pelo colo de Vergio (1 465 metros), Vico, Evisa e Porto; o colo de Vizzavona (1 162 metros) leva de Corte ao vale do Gravone e a Ajaccio; por fim, pelo colo da Vaccia (1 188 metros) e de Zicavo vai-se para Sartène e para o sul. Em direção à costa leste, é o Tavignano, bem entendido, que representa o caminho natural, se bem que, na verdade, a estrada de ferro provoque agora o esvaziamento desse caminho em favor da rota de Golo. Mas, de fato, esse caminho do Tavignano é, talvez, um dos mais antigos que, da costa, penetram para o interior. Enquanto Aleria foi o principal porto da ilha, foi por esse caminho que se fizeram todas as tentativas para ligar o interior à costa leste.

Não foi apenas sua situação como centro de irradiação das principais rotas que deu a Corte sua vitalidade, mas também sua situação em relação à montanha. Esta situação, na história tão particular da Córsega, é muito significativa. De Corte, o turista admira o panorama das montanhas e as belas portas dos vales, abertas pelos afluentes superiores do Tavignano e de Restonica. Quanto ao geógrafo, ele reconhece nessa proximidade em relação à alta montanha, cujos picos culminantes se elevam em torno de Corte, a razão que faz de Corte o local predestinado onde o montanhês entra em contato com o habitante da costa. Ora, a propagação das influências da montanha até o mar é a característica mais impressionante da história desta Córsega que poderia ser definida em uma palavra: "Uma região de montanhas no mar".

Atualmente, a grande porta de acesso desta região ao mar é Bastia. Das elevações situadas atrás da cidade vê-se o Golo entrar no mar.

Esta região do nordeste abriga toda uma série de locais importantes na história. Lá se encontra sobretudo a soleira de acesso do litoral para o interior. Sobre uma saliência da montanha, e abaixando-se em direção ao mar e ao Golo inferior, situa-se Borgo, onde por duas vezes os corsos fizeram recuar os genoveses e os franceses que pretendiam entrar para o interior. Um pouco mais a montante do Golo está Ponte Nuovo, onde, em 15 de maio de 1769, os corsos sacrificaram aos franceses sua liberdade e sua independência. Nessas paragens encontra-se também Morosaglia, onde ocorreu mais de uma conferência decisiva; Orezza, onde o clero corso, reunido no monastério, sancionou em 1731 o último levantamento contra os genoveses, e onde, em 1738, foi rejeitada a adesão ao Tratado de Versalhes. Todos esses lugares estão na entrada do vale do Golo, a mais vasta bacia fluvial da ilha. Por fim, alguns dos distritos mais produtivos da Córsega estão situados nos terraços que aqui se inclinam em direção ao mar. Nomeemos apenas Vescovato, nome freqüentemente pronunciado na história da ilha, o antigo distrito da *Cassinca*, com cerca de 80 km², entre o Golo e o Fium'Alto, um dos cantões em terraço mais férteis da Córsega, e que, a partir do Monte S. Angelo, com 1 200 metros, inclina-se até as bordas do mar Tirreno. Na embocadura do Golo encontrava-se o porto romano de Mariana, que começou a florescer na época pisanos. Biguglia, sobre uma laguna formada pela embocadura do mesmo rio, era o principal centro da ilha sob os pisanos e genoveses, até ser suplantado nesse papel por Bastia, situada a alguns quilômetros mais ao norte. Todos esses centros, dos quais tanto se trata na história da Córsega, estão unidos por um traço comum: sua situação à saída da bacia do Golo. A antiga Aleria, essa fundação focéia e talvez tiria, encontra-se mais ao sul, na seqüência dessa cadeia de lagunas fluviais.

Quem quiser ver encarnada a idéia expressa por Karl Rütter em *Bestimmungseiner Erdstelle*, basta lançar os olhos para esta região nordeste da Córsega, que, em extensão, não abrange mais que um quarto da ilha, mas que, na história, é a ilha quase inteira. Eu quase diria que se experimenta uma sensação de coordenação estética, ao vermos como as direções impos-

tas à vida histórica pela estrutura das montanhas e do litoral convergem nessa bacia.

Esta parte da Córsega, a mais acessível, a mais ativa na história e a mais conhecida, só poderia se comparar ao sudoeste da Sardenha. A coordenação dos elementos geográficos é aí análoga. Também na Sardenha, os maiores rios e os vales mais largos, os caminhos naturais para o interior e os locais das mais antigas colônias encontram-se concentrados em uma porção pequena e bem determinada da ilha. Foi lá que os fenícios e os cartagineses se fixaram solidamente; foi lá o ponto de partida de suas explorações mineiras e daquela penetração para o norte e o leste à qual pode-se aplicar o termo colonização. Pois desde cedo o norte e o leste se destacaram como as partes da ilha mais ásperas e as de acesso mais difícil. Sassari se desenvolveu aí em condições comparáveis com as de Bastia.

4. As costas

Salta aos olhos o contraste entre as duas vertentes e as duas costas da Córsega se se as contempla numa visão de conjunto, do alto do cume divisor. Do colo de Teghime franqueado pelo caminho de Bastia a Saint-Florent, vêem-se a oeste promontórios e mais promontórios, ilhotas rochosas, golfos profundos, várias penínsulas pequenas ligadas à ilha por uma faixa de terra baixa; e, tudo isso, disposto em torno do vasto e belo golfo de Saint-Florent em sua moldura de montanhas. A leste, pelo contrário, é a costa plana com suas lagunas semelhantes a lagos, e suas longas linhas de cordões litorâneos, fruto das vitórias sobre as águas, apoiando-se em largas extensões cultivadas. Nosso belvedere é cercado por todos os lados pelas colinas rochosas do maqui, com um caráter francamente corso, com seu revestimento verde-marrom. Este quadro tão rico, ao qual o mar azul serve de fundo, é ao mesmo tempo pleno de sentido, pois permite, simultaneamente, abarcar a costa oeste, o interior e a costa leste. Mas há uma vista ainda mais abrangente: a que se desfruta do alto de um dos picos franqueados pelo caminho Sartène-Bonifácio. Aqui, três finas penínsulas absolutamente paralelas se alongam para o sudoeste: ao longe, sua direção se prolonga com escolhos e marcas de espuma prateada que revelam recifes sobre os baixios. Essas três penínsulas vizinhas se assemelham a ponto de se confundirem, com a forma em pirâmide abatida de sua cúpula de granito, cujas dimensões decrescem em direção ao mar, seguindo uma espécie de ritmo, e com os tons de um verde-acinzentado uniforme que o maqui dá às suas faces. E, para todas as três, a queda sobre o mar é tão abrupta que cada qual fica rigorosamente separada de sua vizinha. É o contraste mais forte que se pode imaginar, em comparação com as longas linhas ininterruptas, compostas pelas margens arenosas da vertente leste. Sem dúvida, os golfos da costa oeste também circunscrevem pequenas dunas de areia, mas elas se encontram bem ao fundo,

e suas dimensões são proporcionais aos minúsculos cursos de água que trouxeram as areias oriundas da decomposição do granito presente por toda parte. Na estação seca, esses pequenos rios não têm mais força para atravessar essas areias: então, para evitar que estas formem uma barragem que provocaria inundações por ocasião de uma chuva forte, os pastores têm o cuidado de fazer uma canaleta na areia, tão logo começa a subir o nível do riacho.

Toda a costa oeste da Córsega é uma costa abrupta, do cabo Corso ao cabo Pertusato. Na costa leste, a costa abrupta compreende a secção que se estende do Cabo Corso à margem setentrional da laguna de Biguglia, e a do cabo Pertusato à embocadura arenosa do Travo. Assim, de litoral plano só restam as planícies de Aleria, de Vescovato e da laguna de Biguglia. Essa própria costa plana não oferece uma unidade rigorosa: assim, a cidade de Aleria se encontra situada em colinas terciárias. Mas, aqui, por todos os lugares há uma praia; os caminhos terrestres e a estrada de ferro têm espaço suficiente para se afastarem a uma certa distância do mar. Todo o solo é coberto, em uma extensão que não se encontra em nenhuma outra parte da ilha, por campos, prados e vinhedos. Até as ilhotas e os cordões litorâneos, não se encontram lagunas que não sejam cultivadas. Essas lagunas de Biguglia e de Diana, de onde desapareceu a vida hoje em dia, e que brilham como espelhos de metal, sem que nada as agite: que se as imagine apinhadas de navios; que se acrescentem os antigos portos de Aleria e Biguglia, que outrora animavam essas lagunas, e se concluirá que, diante dos olhos, não está apenas a costa plana da Córsega, mas a vertente civilizada da ilha, enquanto que a costa abrupta pertence à vertente que vira as costas à civilização. E que se imagine que esta costa plana representa apenas um oitavo de todo o desenvolvimento costeiro da Córsega!

Isto não está em contradição com a doutrina geográfica segundo a qual a articulação das costas favorece o desenvolvimento de uma região? De fato, Karl Ritter, buscando um critério para julgar o valor civilizatório das costas, não pensou precisamente que, quanto mais se complexifica a articulação de uma costa, mais aumenta sua aptidão civilizatória? Mas a Córsega nos mostra muito claramente como é pouco fundado julgar, como se faz habitualmente, o papel de uma articulação costeira pela simples medida de seu comprimento. A esse respeito, é instrutivo comparar a costa oeste, ricamente articulada, e a costa leste, com uma provisão muito menos abundante de golfos e penínsulas. Se se observa a soma dos seus contornos, encontra-se a relação 12:5.

A costa oeste da Córsega, apesar de sua articulação complexa, nada mostra na história que prove as pretensas vantagens devidas à sua configuração. É preciso ter caminhado pelos sendeiros solitários e pedregosos que unem as localidades situadas com suas *Marina* nos belos golfos desta costa, para se ter a sensação física do frágil laço que existe entre os habitantes da costa e o mar que avança ao seu encontro nessas esplêndidas baías. Aqui não se vê realizada nenhuma dessas felizes conseqüências cuja fama se associa à articulação costeira. Aqui não se encontra nem “o maior número possível de ho-

mens postos em contato com o mar”, nem o “nascimento desses contrastes tão favoráveis à civilização”, nem a existência de um número de portos bem abrigados ou mesmo de simples pontos de atracagem que esteja em relação com a abundância dos recortes. O que se dá é antes, o contrário. Antes de Ajaccio ter se tornado a capital da ilha, nenhum dos golfos tão profundos da costa oeste possuía qualquer porto digno de ser mencionado. O golfo de Ajaccio é, sem dúvida, o mais ricamente articulado da Córsega; o desenvolvimento das suas costas atinge 52 km. Mas Ajaccio não deve sua prosperidade ao seu golfo; deve-a antes à sua posição em relação ao interior, à fertilidade dos seus arredores e sobretudo a razões políticas. A pequena baía recuada do flanco norte, na qual se encontra Ajaccio, não representa senão a quadragésima parte da articulação total do golfo! Nos outros golfos da costa oeste, jamais houve mais que ínfimos estabelecimentos: nos golfos de Porto, de Sagona e da Liscia, apenas algumas casas; Propriano sozinho, no golfo de Valinco, tem mais de 1 000 habitantes. O próprio golfo de Ajaccio é quase absolutamente deserto no seu flanco sul. Assim, justamente nas costas onde a teoria queria que viesse se comprimir o maior número possível de homens junto à orla do mar, reina a mais profunda solidão. Aqui, cavalga-se durante horas através do maqui, pelas trilhas de cabras, e durante a jornada se encontra talvez uma vez um desses humildes abrigos de pedra que servem aos pastores e que têm um ar de cabana alpestre. Se não se visse cintilar o mar nas cercanias, poder-se-ia crer, de fato, transportado para as alturas dos Alpes, por ser essa paisagem, puramente corsa, tão rochosa, pedregosa e, contudo, ricamente verdejante, quão vazia de homens e sobretudo desprovida de agrupamentos importantes. É o contrário de uma paisagem civilizada; digamos melhor, a natureza selvagem não possui paisagem mais emocionante!

No curto espaço de 80 km, a costa oeste apresenta quatro golfos largos e profundos separados por três penínsulas de dimensões proporcionadas. São os golfos de Porto, Sagona, Ajaccio e Valinco (Propriano). Cada um desses golfos tem seu ponto de atracagem, mas não existem em nenhum deles portos inteiramente construídos pela natureza; por todo lado, foram necessárias obras de proteção, pois os golfos se abrem largamente para oeste ou sudoeste. Apenas no golfo de Ajaccio as águas são suficientemente profundas para permitir a atracagem direta dos vapores marítimos. No de Porto, a atracagem só é possível aos navios com não mais que um metro de tirante de água. O melhor porto deste tipo é Porto-Vecchio, na costa sudeste: é também uma bacia escavada no granito e no pórfiro, que se abre para uma baía que oferece exatamente a mesma direção sudoeste-nordeste dos golfos da costa ocidental. Mas este golfo oferece, em relação aos outros, a vantagem de não ser amplamente aberto: ele é protegido por dois promontórios que formam um ângulo reto com os lados do golfo e compõem uma cintura à sua volta. Esta circunstância explica por que esse golfo é justamente muito menor que os quatro golfos simétricos da vertente oeste; o comprimento de suas costas é de apenas a metade das dos golfos de Porto e de Sagona. As mesmas direções e as mesmas for-

mas se repetem mais adiante ao sul, no golfo de Santa Manza, e no porto de Bonifácio, pequena bacia que lembra um fiorde e que, entalhada obliquamente em relação à ponta sul da ilha, encontra-se escavada num calcário do estágio Sarmático. O antigo porto de Bastia ocupava um pequeno recorte efetuado nos xistos esverdeados muito enrugados do litoral nordeste. O próprio porto moderno, apesar das grandes obras que o protegem, não é ainda inteiramente seguro. Enfim, Calvi e a ilha Rousse são abertos ao vento norte. De todos os portos da Córsega, o mais favorecido pela natureza é evidentemente Porto-Vecchio, mas falta-lhe um *hinterland*. E é apenas pelo fato de que, atrás da costa nordeste, abre-se a parte mais acessível e mais rica da ilha, que se explica a posição e o desenvolvimento de Bastia como principal porto da Córsega. Os antigos desfrutavam de condições mais favoráveis para a navegação: com efeito, primitivamente ainda era possível o acesso das lagunas de Biguglia e de Diana, e as próprias lagunas deviam ser mais profundas do que atualmente, pois os rios aí acumularam quantidades crescentes de areia e lama. Donde a posição de Mariana em meio a depósitos aluviais, e a situação de Aleria sobre as baixas colinas terciárias, poucos metros acima dos mesmos terrenos. Mas essas paragens naquela época deviam ser tão insalubres quanto o são hoje, e por conseguinte não podiam se estabelecer cidades, por menores que fossem, mesmo na costa leste.

A linha das costas da Córsega, apresentada no mapa à escala 1:320 000, tem pouco mais de 700 km. É uma linha costeira muito longa, sem que, porém, se constate uma articulação muito rica. É preciso ver aí a expressão do fato de que a articulação da Córsega é quase puramente *peninsular*. A característica das ilhas aqui é serem minúsculas, antes escolhos do que ilhas, e seus contornos não têm importância para a linha costeira. Em parte alguma elas são capazes de contrastar, pela sua fertilidade, com a região de que dependem. Com tal articulação, não se coloca a questão de uma vida individual para a costa: na Córsega, as articulações do litoral têm em suma um papel subordinado. Nem os elementos da costa tomados separadamente, nem a costa em seu conjunto e o continente apresentam aqui esses contrastes vivificantes que se observam em outras costas ricamente articuladas.

Em tais condições, oferece um novo interesse a correlação, freqüentemente criticada, *entre a superfície de uma região e o desenvolvimento dos seus contornos*, que Karl Ritter, o primeiro, esforçou-se em estabelecer. Quando ele declarava que, quanto menor é a superfície das terras para uma dada extensão das costas, mais favoráveis são as condições para o desenvolvimento da civilização, ele tinha em vista a articulação dos continentes tomada *em conjunto*. Mas, se encaramos uma terra de pequena extensão, como a Córsega, encontramos para cada quilômetro da costa, abstraindo as baías minúsculas e os menores promontórios, 12 km² de território. Isso significa, no que concerne ao desenvolvimento da população de uma tal ilha, que não sobra quase espaço para a evolução de agrupamentos puramente continentais. O Niolo é um dos raros exemplos, que a Córsega apresenta, de um cantão fechado, monta-

nhês e continental. No fundo, é o único. Cada distrito tem mais ou menos relações com a costa e o mar, do mesmo modo que, do alto de quase todas as montanhas corsas, pode-se ver o mar a brilhar próximo ou distante.

Portanto, podemos dizer: a oposição entre a costa e o interior, numa ilha tão pequena, não pode ser o princípio de diferenciações étnicas duráveis. As duas regiões estão muito próximas entre si. Entre todas as populações insulares, vemos os habitantes da costa retirarem-se para o interior e para as montanhas, abrigoando-se contra os ataques vindos do mar. A toda ameaça vinda deste lado, corresponde um movimento dos insulares para cima³. O mesmo fato se apresenta na Córsega. Os habitantes das praias, diante dos assaltos dos piratas do mar, fugiam até a montanha, e aí estabeleciam aldeias fortificadas. Atualmente, o inimigo é a malária; ela transforma todos os habitantes da costa em montanhesees temporários. Numa pequena cidade costeira como Porto-Vecchio, todo aquele que tem força ou recursos retira-se para a montanha, dos fins de junho até o começo de setembro. Lá, uma aldeia de verão, uma espécie de novo Porto-Vecchio, recebe os fugitivos da febre. Os proprietários de Porto-Vecchio são ao mesmo tempo os proprietários dos terrenos do alto. Em tempo claro, de sua cidade cujos muros se banham na baía mais magnífica da costa leste, eles podem ver suas casas brancas na montanha, a 700 ou 800 metros de altitude. Apenas os velhos, os doentes e os pobres ficam lá embaixo, e todas as semanas o médico desce para visitá-los e prescrever-lhes suas doses de quinino. Mas como é preciso que sempre haja estranhas exceções, conta-se que também existem excêntricos que alteram a ordem natural das coisas, e que no verão permanecem na costa, passando o inverno na neve lá de cima.

Assim vemos que apenas o estudo da linha costeira não é suficiente. A medida dessa linha pode nos fornecer algumas cifras úteis, e são valiosas sobretudo como esclarecimento, mas a linha de costa não é a costa. Observemos a costa tal como ela é. Qual é sua estrutura? Em que tipo de costa deve-se classificá-la?

Tal como é adequado para os estudos de costas, peguemos, além do mapa da região, um mapa batimétrico: reconheceremos de saída que a costa, em uma parte da Córsega, inclina-se num declive suave, e que, na outra parte, ela se precipita rapidamente. Em 93 km de comprimento, desde a *Marina* de Solenzara até Bastia, a costa leste é uma costa plana; em numerosos pontos à sua frente, a 1 km da orla não se encontram fundos de 10 metros, enquanto que, muitas vezes, a linha de 50 metros se afasta até 6 km da terra. Esta parte da Córsega é, ao mesmo tempo, aquela onde o terreno mais lentamente se eleva em direção à montanha, aquela onde encontramos as maiores formações deltaicas e onde a costa apresenta o traçado mais uniforme e mais retilíneo.

³ Ver os exemplos em favor desta regra no estudo de Mahler, *Ueber Siedelungslage und Siedlungsgebiet in Oceanien* (fasc. especial de *Internationales Archiv für Ethnographie*, 1898). Este trabalho é analisado na *Bibliographie de 1898* que apareceu em 15 de setembro de 1899.

As partes abruptas da costa corsa pertencem a diversas categorias, que dependem essencialmente da rocha em contato com o mar. Por todo lado, o granito oferece golfos numerosos que se destacam pela sua tendência a se reunirem e pelo paralelismo de suas direções. São costas com *rias* acentuadamente marcadas, ou formas muito próximas. A desigualdade de consistência das rochas cristalinas, que se constata na composição superficial de toda a região granítica da Córsega, foi aproveitada pela ação erosiva dos cursos de água e das vagas; assim surgiu essa alternância múltipla de golfos e penínsulas que caracteriza esse tipo de costa, tanto na Córsega como em outros lugares. As características da costa com *rias*, tais como as descreve F. de Richthofen⁴, aplicam-se exatamente, palavra por palavra, ao litoral oeste e sudeste da Córsega, tanto quanto à costa das Astúrias, ao sul da China etc., que serviram como primeiros exemplos.

Aqui também intervieram afundamentos do solo, como prova a continuação de sulcos superficiais no mar, sob forma de vales submersos. Mas o que se sobressai de modo igualmente nítido é que as largas aberturas e as formas simplificadas das *rias* da costa oeste da Córsega, em seu contraste com os aspectos fechados das *rias* da costa sudeste, dão provas do “alargamento e da transformação das saídas desses golfos devido às vagas e ao escoamento de água” (F. de Richthofen). Com efeito, essas forças puderam se exercer mais ativamente na costa oeste, fértil em tempestades e aberta ao largo, do que na vertente leste, de regime mais calmo e voltada para o continente.

Ao lado da costa de *rias* propriamente dita, inteiramente talhada na rocha granítica, apresenta-se a curta secção da costa oeste, que se estende da Punta d'Eccica até Bonifacio. Ela se distingue por entalhes mais miúdos e menos profundos, porém mais comprimidos entre si; essa diminuição de tamanho depende igualmente da estrutura rochosa; em suma, esta costa oferece, em proporções reduzidas, as características da costa de *rias*. Enquanto que, nesta costa, a terra opõe ao mar, numa faixa oblíqua, as extremidades de seus elos montanhosos, tem-se na península do norte, de Bastia ao cabo Corso, a seguir, do cabo Corso até a baía de Saint-Florent, um tipo acentuado de costa longitudinal, isto é, cujo traçado se conforma ao eixo da montanha: aí, as abóbadas do maciço pregueado apresentam seu flanco ao mar. Tendo essa secção de costa um desenvolvimento de cerca de 100 km, resta às costas rochosas e fragmentadas das *rias* um pouco mais de dois terços do comprimento do litoral corso.

A grande diferença entre a costa leste e a costa oeste da Córsega reside no fato de que a costa leste, desde o rebordo setentrional da laguna de Biguglia até o rebordo sul do delta do Orbo, constitui uma orla contínua, enquanto que as costas oeste e sudeste apresentam uma permanente alternância entre pequenos golfos fechados e promontórios inacessíveis. Temos aí, então, a oposição entre uma *faixa costeira contínua* e uma *faixa costeira interrompida*. Pri-

⁴ F. von Richthofen, *Führer für Forschungsreisende* (1886). p. 309-10.

mitivamente, as relações entre as diversas baías do litoral ocidental só foram facilitadas pelo mar; por terra, as comunicações precisam atravessar dorsos montanhosos com um comprimento e uma altitude consideráveis. A esse respeito, basta se reportar ao que foi dito acima sobre as ramificações laterais do maciço corso. Na costa leste, pelo contrário, as comunicações foram fáceis ao longo de mais de 80 km. Aqui, a estrada de ferro foi construída sem dificuldades de terreno, numa extensão de 87 km, entre Bastia e Ghisonaccia; é a única linha da Córsega que pôde ser construída sem grandes artificios. Os golfos das costas oeste e sudeste ainda não são ligados por nenhuma via férrea. E se algum dia se construir uma, ela deverá passar pelo interior da região, como as estradas; não poderá seguir a costa, como acontece na costa leste.

Essa oposição entre a costa plana e a costa abrupta é, ao mesmo tempo, uma oposição entre rochas. A costa plana interpõe entre o mar e a montanha uma faixa fértil de areia e limo, enquanto que a costa abrupta encosta diretamente no mar os seus granitos de estrutura e modo de desagregação especiais. Daí deriva a existência de características montanhosas no solo da ilha e na vida de seus habitantes. Calcando o fundo dos golfos de Porto ou Figari, não se vê outra coisa além de uma clareira em pleno maqui, onde se vê surgir a cabana de pastores, com seus blocos irregulares de granito, de formas selvagens, tais como se encontram no Tirol ou nos Grisons: a cabra pasta entre as arestas rochosas, a matilha de cães avança uivando contra vós. É difícil acreditar que, alguns metros atrás de si, brilha o mar. Tais contrastes reforçam o caráter original da vida de uma região.

Gostaria de aflorar aqui um outro fenômeno étnico que parece se relacionar com a costa rochosa da Córsega: falo da localização da maioria dos monumentos megalíticos da Córsega na vertente oeste, próximo ao mar. A Córsega está muito longe de ser tão rica como a Sardenha em monumentos desse gênero, mas ela possui alguns grandes dolmens e belíssimos conjuntos de menires (*Standare*) ao sul e a oeste de Sartène e a sudoeste de Saint-Florent. Na costa leste da ilha não se vê nada parecido. Todos esses monumentos primitivos da idade da pedra não estão longe da costa; assim, quase todos os dolmens estão colocados de tal modo que, do alto das colinas onde eles sempre foram construídos, se vê o mar. Ora, todos se encontram nas regiões cujo solo está coberto de fragmentos de granito.

O paralelismo que se manifesta com tanta clareza na formação da costa oeste não aumenta nem diminui o valor histórico dessa costa. Mas, em compensação, ele adquire importância pela sua conexão com o paralelismo que se observa nas linhas do relevo e na hidrografia da Córsega. O eixo do golfo de Ajaccio se prolonga no vale de Gravone, e seu prolongamento corta aproximadamente o colo de Vizzavona, que leva a Bastia. Tem-se aí o caminho mais curto entre a beira do mar e a crista matriz. Naturalmente, essa circunstância contribui muito para realçar a importância histórica do nordeste da ilha, pois todas essas linhas quase paralelas, representadas pelos gol-

fos, vales e colos, pelos braços de mar e pelos rios, convergem para o nordeste, onde se cruzam com o traçado dos rios gêmeos do Golo e do Tavignano, dirigidos do noroeste para o sudeste. E esta mesma convergência tem como causa a inflexão para leste-nordeste, apresentada, à medida que se sobe para o norte, pela direção nordeste, que primeiramente predomina na baía de Ajaccio e mais ao sul: segue-se que os eixos dos golfos de Ajaccio, de Sagona e Porto cortam-se mutuamente nas bacias do Golo-Tavignano.

Richthofen, referindo-se à costa de *rias* da China meridional, escreve: “A utilidade para a navegação dos golfos que se apresentam em número incalculável, acha-se comprometida: os bons portos são aí raros, e o depósito de aluviões aí provoca constantes alterações”. Eis o enunciado de uma das principais características antropogeográficas da costa de *rias*. Gostaria de acrescentar algumas observações que me foram sugeridas pelo exame da costa de *rias* da Córsega, do ponto de vista de seus efeitos históricos. Tais efeitos se diferenciarão dos de uma costa de fiordes sobretudo no seguinte: num espaço igual, a costa de *rias* é mais pobremente articulada, não apresenta uma quantidade de golfos, penínsulas e ilhas comparável à de uma costa de fiordes. A orla em que se efetua a íntima interpenetração do mar e da terra é aí mais estreita. Ao mesmo tempo que as ilhas e penínsulas se projetam audaciosamente, os golfos escavam entalhes menos profundos. Daí também uma mescla menos íntima entre a terra e o mar; nada de portos situados, por assim dizer, no interior das terras; nada de grupos de ilhas lançados à distância, numa posição quase independente; em uma palavra, numa costa de *rias*, a orla costeira não é nem tão larga, nem tão individualizada como no caso de uma costa de fiordes. A esses traços acrescenta-se uma outra circunstância, relativa à região interior. Onde a costa de *rias* se liga à terra, a elevação dos vales, em geral muito curtos, efetua-se gradualmente em direção ao interior. No domínio inferior de um pequeno rio, com algumas terras de aluvião, vêem-se muito rapidamente pequenas lagunas, dunas insignificantes, minúsculos fragmentos férteis sucederem-se à subida para os distritos elevados, sempre próximos da costa, seja para a montanha ou o planalto. É raro que os golfos e os vales estejam em oposição tão marcada entre si e em relação à montanha que os cerca, como nas regiões de fiordes. Assim, de Propriano, no golfo de Valinco, sobe-se por uma etapa de 13 km até Sartène, onde se está a 300 metros; de lá, uma etapa de 45 km vos leva ao colo de Vaccia (1 190 metros). De Ajaccio, subindo o vale de Gravone, são necessários 50 km para subir 900 metros na direção do colo de Vizzavona. De Sagona sobe-se, num trajeto de 15 km, a Vico, 400 metros; de Porto, num trajeto de 22 km, a Evisa, 850 metros. A condição dos fundos marítimos é proporcional à condição das altitudes; daí, justamente, nos golfos de *rias*, a escassez de bons portos, assim como de regiões cultiváveis um pouco extensas. Pode-se, portanto, dizer: a importância histórica de uma costa de *rias* reside mais nas regiões às quais ela permite o acesso, do que no seu valor intrínseco.

Um último ponto para o qual devo chamar a atenção: uma das características naturais das *rias* é que as formas dos grandes golfos se repetem nos pequenos, e esses pequenos golfos contribuem para formar os grandes. Em todas as costas de *rias*, essas pequenas baías escavadas nos grandes golfos são de real importância para o local dos estabelecimentos humanos. Assim, na costa oeste, Ajaccio, Calvi, Saint-Florent e Sagona ocupam uma situação tal, em seus grandes golfos, que um promontório dirigido seja para o norte, seja para o sul, protege-os contra os ventos de oeste; esses ventos, de fato, reinam soberanos nesses golfos, para cuja formação é visível que contribuíram largamente.

IV. AS LEIS DO CRESCIMENTO ESPACIAL DOS ESTADOS*

O direito internacional define como província de um Estado aquela porção de terra sujeita ao *governo* do Estado. A geografia política também se radica nessa definição, mas não lhe dizem respeito as cláusulas e as disposições com as quais o direito internacional expande o domínio do Estado pelo céu e pela terra, a uma determinada distância, ou estende esse domínio a todos os navios — principalmente os navios de guerra — que ela considera como parte flutuante do Estado cuja bandeira eles agitam. Para a geografia política, por outro lado, são importantes todas aquelas referências que concernem à extensão da jurisdição do Estado sobre os mares adjacentes, e aquelas diversas obrigações que, ao favorecer um Estado, penetram e violam o território de outro. Assim, deveriam ser mencionados, os tratados russo-persas de 1813 e 1828, através dos quais o mar Cáspio tornou-se um “Lago Russo”, que a Rússia governa “exclusivamente, como até hoje”. Nos mapas, a fronteira russa deve ser deslocada para diante dos ancoradouros de Babul e Recht, pois a área russa do mar Cáspio realmente divide as províncias persas do Curasão e do Azerbaidjão, como se uma província russa se estendesse entre elas. A extensão da jurisdição alfandegária do Império Germânico sobre Luxemburgo também deveria estar indicada nos mapas. As manobras da polícia marítima e sanitária da Áustria-Hungria nas costas de Montenegro não podem ser representadas no mapa, mas são muito enfatizadas em todas as descrições geográficas dessas regiões. A geografia política em particular deveria enfatizar os vários casos semelhantes, pois determi-

* Reproduzido de RATZEL, F. The laws of the spatial growth of states. In: KÖSPERSON, R. E e MINGHI, J. U. *The structure of political geography*. Chicago, Aldine, 1969 p. 17-28. Traduzido do inglês por Denise Bottman.

nam mais precisamente aquilo que, no Estado, está relacionado com a superfície da Terra, sendo portanto o domínio próprio da geografia, isto é, a região em seu sentido geográfico. Além disso, tais condições estão intimamente ligadas ao crescimento espacial dos Estados por duas razões: primeiro, porque elas surgem na periferia onde usualmente ocorre esse crescimento, e para o qual elas preparam o caminho; segundo, porque elas são o sinal dos preparativos ou dos vestígios de um processo de crescimento. Os inventários de Estados que descrevem o território estatal como um objeto estável e inteiramente fixo chegam a essa concepção dogmática e estéril basicamente por desconsiderarem tais rupturas. A sua apreciação só pode fortalecer a única conclusão correta: com o Estado, estamos tratando de uma natureza orgânica. E nada contradiz mais a natureza do orgânico que esta rígida circunscrição. Isso vale também para a geografia política que, certamente, trata principalmente das bases estáveis dos movimentos populacionais, mas nunca pode perder de vista o fato de que os Estados dependem, em forma e tamanho, de seus habitantes, isto é, eles se conformam à mobilidade de suas populações, tal como se expressa especialmente nos fenômenos de seu crescimento e declínio. Um certo número de pessoas está ligado à área do Estado. Elas vivem em seu solo, dele tiram seu sustento e, além disso, estão ligadas a ele por relações espirituais. Juntamente com essa porção de terra, elas formam o Estado. Para a geografia política, cada povo, localizado na sua área essencialmente delimitada, representa um corpo vivo que se estendeu sobre uma parte da Terra e se diferenciou de outros corpos, que igualmente se expandiram por fronteiras ou espaços vazios. As populações estão em contínuo movimento interno. Ele se transforma em movimento externo, para diante ou para trás, quando se ocupa um novo trecho de terra ou se abandona uma possessão anterior. Temos então a impressão de que a população se move para a frente ou para trás, como uma massa lentamente flutuante¹. Raramente, na história conhecida, ocorreu que esses movimentos se expandissem por territórios desocupados. Em geral, levam a ocupações ou deslocamentos; ou ainda pequenas áreas, junto com suas populações, combinam-se em unidades maiores, sem se deslocarem. Do mesmo modo, esses Estados maiores novamente se desintegram, e esse processo de união e desintegração, de crescimento e diminuição, representa uma parte fundamental dos movimentos históricos, geograficamente descritos como um intercâmbio entre superfícies maiores e menores. Cada transformação espacial na Europa tem conseqüências inevitáveis sobre todas as áreas vizinhas,

¹ A natureza fluida das populações tem sido frequentemente usada como imagem. "La population des États-Unis, comme une liquide que rien ne retient, s'est toujours étendue sur de nouveaux espaces", lemos em Conde de Paris, *Guerre Civile*, I, p. 362. Os russos foram descritos por Leroy-Beaulieu como um mar em lento crescimento, que logo terá inundado suas terras. Contudo, para a geografia política, esta é mais do que uma imagem, pois empresta ao tema, na sua correlação entre terra fixa e populações móveis, a única interpretação correta do povo e do Estado, isto é, as regiões orgânicas em sua variação.

como em qualquer parte do globo, e sua transmissão de uma área a outra é uma das mais poderosas causas do desenvolvimento histórico. Nesta *causa espacial* há duas tendências: *alargamento* e *reprodução*, ambas operando continuamente como estímulos à mobilidade. Todas as teorias filosóficas do desenvolvimento histórico são falhas basicamente por subestimarem as condições imediatas do desenvolvimento do Estado. A esse respeito, as chamadas teorias do desenvolvimento são particularmente incorretas, quer proponham uma progressão linear, espiral ou outra qualquer progressão do desenvolvimento. Aos motivos já citados, acrescenta-se um terceiro, o *sistema*, ou a natureza das relações do Estado com o território que determina o ritmo do crescimento e, em particular, a estabilidade do seu resultado.

1. *As dimensões do Estado crescem com sua cultura.* A expansão dos horizontes geográficos, produto dos esforços físicos e intelectuais de inúmeras gerações, apresenta continuamente novas áreas para a expansão espacial das populações. Dominar politicamente essas áreas, amalgamá-las e mantê-las unidas requer energia ainda maior. Tal energia só pode se desenvolver lentamente pela e através da cultura. A cultura cria progressivamente as bases e os meios para a coesão dos membros de uma população, e amplia continuamente o círculo daqueles que se reúnem pelo reconhecimento de sua homogeneidade.

Idéias e posses materiais difundem-se a partir de pontos de origem e de saída selecionados, encontram novos caminhos de difusão e ampliam sua área. Desse modo, tornam-se os batedores do crescimento do Estado, que então utiliza as mesmas vias e ocupa as mesmas áreas. Vemos, acima de tudo, uma íntima relação entre expansão política e religiosa. Mas mesmo elas são ultrapassadas pela enorme influência do comércio, que ainda hoje atua como um impulso poderoso em todas as direções de expansão. Fornecendo apoio a todos esses impulsos estão as pressões populacionais, que aumentam com a cultura, e que, tendo por sua vez promovido a cultura, levam à expansão devido às pressões espaciais.

Embora nem sempre as maiores culturas tenham sido as maiores construtoras de Estados — a formação de Estados é apenas uma das muitas maneiras nas quais as forças culturais podem ser utilizadas —, todos os grandes Estados do passado e do presente pertencem aos povos civilizados. Isso é claramente mostrado pela distribuição contemporânea dos grandes Estados: estão situados na Europa e nas áreas coloniais européias. A China é o único Estado de dimensões continentais que pertence a uma esfera cultural diferente da européia; ao mesmo tempo, contudo, de todas as regiões culturais não-européias, a Ásia Oriental é a mais altamente desenvolvida.

Se recuamos aos primórdios de nossa própria cultura, encontramos os raios de ação dos Estados relativamente maiores em torno do Mediterrâneo, cujos territórios, porém, não poderiam edificar Estados de proporções continentais, devido à sua forma e localização numa zona de estepes. O amalgama de vários deles ao Império Persa gerou pela primeira vez um Estado

cujo tamanho, de cerca de 5 000 000 km², poderia se comparar à Rússia européia. O Egito, incluindo suas áreas desérticas, não ultrapassava 400 000 km², e as áreas desabitadas da Assíria e da Babilônia não iam além de 130 000 km². A maior expansão da Assíria, embora de duração inabitualmente curta, cobriu uma área de aproximadamente três vezes o tamanho da Alemanha atual². De todos os antigos *impérios mundiais*, apenas o Persa correspondeu ao seu título grandiloquente, na medida em que ocupou a totalidade do continente asiático, principalmente o Irã, que é cinco vezes maior que a Ásia Menor. Nem o Império de Alexandre (4 500 000 km²), nem o Império Romano (3 300 000 km², na época da morte de Augusto) atingiu essa dimensão verdadeiramente asiática. Os impérios da Idade Média, principalmente o de Carlos Magno e o Império Romano dos Hohenstaufen, eram apenas fragmentos do antigo Império Romano e constituíam apenas um quarto da sua área. O sistema feudal favoreceu a formação de pequenos Estados, na medida em que dividiu e subdividiu a Terra como um Estado privado, provocando uma decadência geral dos Estados, na transição para tempos mais modernos. O que restara dos antigos conceitos espaciais romanos extinguiu-se depois que dois de seus pressupostos, ensino e comércio, já haviam expirado. Das ruínas, surgiram novas formações que se espalharam pela Europa, sob a égide do equilíbrio imposto pelas guerras. Este sistema pretendia que cada qual possuísse basicamente a mesma área, visto que o poder real estava desigualmente dividido. Nas terras fora da Europa, primeiramente na América e na Ásia, o poder político expandiu-se com o comércio, as crenças e a cultura européia. As maiores áreas dessas regiões formaram a base para Estados com o dobro ou o triplo do tamanho dos maiores Estados anteriormente existentes. O progresso acelerado das descobertas geográficas e do conhecimento dos povos permitiu o crescimento desse novo império mundial na América do Norte, no norte e sul da Ásia e na Austrália, em menos de 300 anos. O crescimento relativamente ininterrupto da população na Europa, durante os 200 anos precedentes, e a invenção de novos meios de transporte levaram-nos continuamente a novos meios e motivos para expansão, e deram-lhes uma coesão e uma estabilidade até então inauditas na história. O Império Britânico (e, nele, o Canadá e a Austrália com seus direitos próprios), o império euro-asiático da Rússia, os Estados Unidos da América, a China e o Brasil são Estados de dimensões até agora sem precedentes.

✦ Assim como a área do Estado cresce com sua cultura, vemos também que, nos estágios inferiores de civilização, os povos estão organizados em Estados menores. De fato, quanto mais descemos nos níveis da civilização, menores se tornam os Estados. Logo, o tamanho de um Estado também se torna um dos parâmetros do seu nível cultural. Nenhum Estado primitivo produziu um grande Estado, nem mesmo do tamanho de um Estado alemão

² Nota do Editor (Ed. americana): Refere-se à Alemanha de 1890.

secundário. Mesmo entre os maiores e mais antigos poderes, encontramos *aldeias-Estado* de 100 habitantes, como no interior da Indochina. Antes da ocupação egípcia, nos aproximadamente 138 000 km² dos territórios estimados dos Azande, Schweinfurth computou — provavelmente de modo não-exaustivo — 35 Estados, alguns dos quais não ultrapassavam os limites de uma aldeia. Um grande Estado Azande, tal como havia no centro da região, mesmo na época Junker, dificilmente chegava a um terço de Baden. Os Estados secundários eram aproximadamente do tamanho de Waldeck ou Lippe. A maioria, contudo, tinha de 3 a 12 km², e eram, na verdade, aldeias soberanas. Era esta a situação antes da invasão de todo o Nilo superior, entre a Núbia e o Nyoro, e entre Darfur e Sennar, e, como mostram as descrições de Stuhlmann e Baumann, atualmente ainda é a mesma, em todo o norte da África Oriental Germânica. Mesmo em territórios como Usinje e Ukundi, habitados pelos Wakuma e Watusi, célebres como fundadores de Estados, o "encarregado das aldeias" governa, com rústica estreiteza e impotência, sobre pequenos Estados independentes do tamanho da área de uma aldeia. Os trechos onde os romanos encontraram os territórios dos recienses, ilírios, gauleses e teutos, e os alemães as dos antigos prussianos, lituanos, estonianos e levonianos, não estavam muito acima de tais condições.

Aqueles povos com forte organização, cuja aparição súbita, semelhante à dos gafanhotos, freqüentemente levava o terror às jovens colônias na África do Sul e na América do Norte, também construíram apenas pequenos Estados. Muito embora devastassem grandes áreas, faltava-lhes a capacidade de mantê-las e uni-las. Na anexação, a Basutolândia compreendia 30 000 km², e a Zululândia 22 000 km². Até essas regiões se reduziriam ainda mais, sem a intervenção dos brancos. A liga das cinco, mais tarde seis (em 1712), tribos da região Allegheny da América do Norte foi o inimigo mais poderoso dos jovens estabelecimentos atlânticos por mais de um século. Seu território ocupava talvez cerca de 50 000 km², embora habitado apenas em alguns focos, e em 1712 colocaram 2 150 guerreiros em campo. Ninguém precisa aceitar as conclusões disparatadas de Lewis Morgan para concluir que o Império de Montezuma e o Império Inca não eram nem grandes Estados no sentido espacial, nem Estados bem integrados. Quando dizemos que o Império Inca, no auge de sua expansão militar — que foi atingida na época da chegada de Pizarro —, compreendia aproximadamente a área do Império Romano na época de Augusto, devemos também acrescentar: não era mais do que um frouxo conjunto de Estados tributários conquistados, sem coesão estável ou temporal, dificilmente com a idade de uma geração, e já em desagregação antes mesmo de os espanhóis derrubarem-no como um castelo de cartas. Antes de os europeus e árabes terem cultivado, pela conquista e colonização, grandes Estados na América, Austrália, Norte da Ásia e interior da África, estas vastas áreas não eram politicamente utilizadas. O valor político de suas terras permanecia não cultivado. A política, como a agricultura, levou ao conhecimento gradual dos poderes que jazem adormecidos no solo, e a história de todos os países é a do desenvolvimento progressivo de suas condições geográficas. A criação do poder político, com a união de áreas menores em áreas maiores, é transmitida como uma inovação às terras de *pequeno Estado* dos

povos primitivos. Nas lutas entre as orientações estatais de tipo maior ou menor, que necessariamente acompanham aquele fenômeno, e nos seus efeitos disruptivos encontra-se uma das principais causas da regressão desses povos, quando do seu contato mais íntimo com as populações cultivadas. Uma raça que se desenvolveu num Estado superou sua minoridade política: a isso Mommsen chama (*Röm. Gesch.*, III, p. 220) de lei, “tão universalmente válida quanto uma lei natural como a da gravidade”. Contudo, a exata expressão disso encontra-se na comparação com outras áreas políticas. Com uma diferença: a América do Norte, que hoje inclui dois dos maiores Estados do mundo, no final do século XVI não tinha um único Estado, nem mesmo de tamanho secundário. E o que é isso para os papuas da Nova Guiné, que vivem na maior ilha habitável do mundo? Eles não se elevaram um mínimo sobre o restante dos melanésios, cujas terras em conjunto não chegam à sexta parte da Nova Guiné. Na verdade, sem a intervenção dos europeus, eles teriam se tornado cada vez mais tributários da minúscula Tidore (78 km²).

Os Estados mostram, então, uma gradação de dimensões de acordo com sua idade histórica. Entre os atuais Estados de tamanho continental, apenas a China pode ser considerada antiga, sendo que ela adquiriu a maior parte de sua área atual (Mongólia e Manchúria, Tibet, Yunnan, Szechuan ocidental e Formosa) somente no século passado. Por outro lado, todos os outros, o Império Russo, Brasil, Estados Unidos, América do Norte Britânica e Austrália surgiram nos últimos 250 anos, e todos em terras que, antes, tinham sido ocupadas pelos pequenos Estados de povos primitivos. O traço mais notável na atual divisão do mundo — as dimensões poderosas de alguns poucos Estados — é uma característica que surgiu nos últimos séculos e tem sido mais desenvolvida e fortalecida em nossa própria época. Andorra tem cerca de 1 000 anos, e Lichtenstein, como vários Estados alemães menores, é um dos mais antigos da região. Comparadas a eles, a Prússia e a Itália estão na sua primeira infância.

2. *O crescimento dos Estados segue outras manifestações do crescimento dos povos, que necessariamente devem preceder o crescimento do Estado.* Referimo-nos a difusões que avançam mais rapidamente que o Estado; que o precedem e lhe preparam o terreno. Sem proposta política própria, entram na mais íntima relação com a vida dos Estados, e não se detêm nas fronteiras nacionais. Ranke uma vez disse: “Afirmo que, sobre e para além da história das raças particulares, a história geral tem seu próprio princípio: é o princípio do interesse mútuo da raça humana, que une e domina as nações, sem com isso estar envolvido nelas” (*Weltgeschichte*, VIII, p. 4). Esse mútuo interesse na vida repousa nas idéias e nos bens que tendem ao comércio entre os povos. Raramente foi possível a um Estado colocar barreiras a eles. Mais usualmente, a regra tem sido a de atrair os Estados para os mesmos caminhos que eles já forçaram. Devido aos rumos semelhantes de expansão, e andando por caminhos parecidos, idéias e mercadorias, missionários e negociantes frequentemente se encontram juntos. Ambos aproximam os povos, criam similaridades entre eles, e com isso preparam o solo para o avanço político e a unificação. Assim, encontramos uma coincidência, quanto à mutualidade, entre re-

ligião, armas, casas, plantas domesticadas e animais nos Estados dos Azande, ainda que estejam profundamente divididos pelos limites da selvageria. E a comunalidade é bastante grande mesmo entre as tribos mais distantes da América do Norte ou do Sul, embora dêem a impressão de, politicamente, serem estrangeiros absolutos.

Todos os antigos Estados e todos os Estados de níveis culturais inferiores são teocracias. Neles, o mundo espiritual não só domina os indivíduos, mas condiciona igualmente o Estado. Não existe chefe sem funções sacerdotais, nem tribo sem totem tribal, nem dinastia que não apregoe sua origem divina. A teoria do direito divino dos reis e dos bispados regionais é apenas um obscuro crepúsculo dessa condição. Não foi apenas no Islã e na Cristandade medievais que os Estados fundavam-se sobre o signo do crescente e da cruz. Na África moderna, para além das diferenças estatais, a esfera do Islã reflete-se em oposição à da Cristandade, com os infieis de permeio; esta consistindo de pequenos Estados, em oposição aos Estados grandes e secundários daquele. Na Europa, a Igreja ficou flutuando acima de uma decadência política geral, onde “todos os povos voltaram suas diferenças uns contra os outros”, preparando novas e maiores formações estatais, enquanto que, na Ásia ocidental e na África do Norte, o Islã assumiu essas tarefas. As noções espaciais fantásticamente amplas da Igreja naquela época indicavam uma grande superioridade que, naturalmente, recuou na mesma medida em que os poderes mundiais ampliaram seus escopos. Com a ciência e o comércio, a missão cristã havia preparado a via para a organização de novos Estados na África etc., pelos europeus. Na Alemanha, as terras da ordem prussiana mostram vestígios do propósito mais amplo com que a Igreja buscara a organização dos Estados, enquanto que, ao mesmo tempo, a desintegração continuava invicta em nosso país.

Os Estados primitivos são nacionais, no sentido mais simples. Seu desenvolvimento é dirigido à erradicação dessa limitação, e a seguir retorna ao nacional, num sentido espacialmente mais amplo. Os Estados dos povos primitivos são Estados familiares. Mas os inícios do seu crescimento são enormemente estimulados pela sua interação com estrangeiros. Os grupos de parentesco podem ser uma força unificadora na medida da extensão da área distributiva da tribo; mas isso não forma uma nação, ainda que a linguagem e os costumes comuns, engendrados por comércio apolítico, facilitem a unificação política. Em épocas de desenvolvimento intelectual avançado, essa comunalidade surge à consciência como um sentimento patriótico, e assim trabalha para a integração e a unificação. Contudo, como isso requer, por sua própria natureza, um desenvolvimento cultural maior do que o existente em condições de rápida expansão religiosa ou mercantil, essa comunalidade logo entra em conflito com a expansão territorial do Estado que, desde que pela primeira vez o Império Romano aspirou a um caráter cosmopolita, sempre tem finalmente triunfado sobre as diferenças tribais. O Estado, porém, reconhece o valor aglomerativo da consciência nacional, e procura reformá-la como consciência estatal, por uma fusão artificial de povos, a fim de que eles possam usá-la para seus próprios fins: o pan-eslavismo. A família dos povos latinos mostra quão profunda e amplamente pode operar tal processo. Ele

precisa pôr em funcionamento todos os poderes culturais, e portanto tem maior êxito nos Estados que são, ao mesmo tempo, grandes regiões culturais. O Estado moderno, territorialmente grande, mas fundamentalmente nacional, é o seu resultado mais característico. Entre ele e o verdadeiro Estado tribal confinado, estão os numerosos Estados do passado e do presente, cujas forças culturais foram insuficientes para unificar suas bases etnográficas mistas.

O comércio e a comunicação precedem de muito a política, que segue o seu mesmo caminho e nunca pode se separar profundamente deles. Um intercuro pacífico é a condição preliminar de crescimento do Estado. É preciso que se tenha formado previamente uma rede primitiva de caminhos. A idéia de unir áreas vizinhas deve ser precedida de informação apolítica. Se o Estado entrou em seu período de crescimento, então ele partilha com o comércio um interesse pelas conexões entre rotas. Na verdade, ele assume uma liderança na formação sistemática destas. Compreendem-se melhor as engenhosas estradas do Estado iraniano e dos antigos Estados americanos, em termos de uma geografia antes política que econômica. Os sistemas de canais e vias públicas, desde a época dos dirigentes míticos da China até o presente, tiveram de servir à unificação do Estado, e todo grande dirigente empenhou-se em ser um construtor de estradas. Toda rota comercial prepara o caminho para influências políticas, toda rede fluvial fornece uma organização natural para o desenvolvimento do Estado, todo Estado federal atribui o controle do comércio ao governo central, todo chefe negro é o principal, e se possível o único, comerciante em seu território. Geralmente, a colonização segue a "bandeira do comércio". O papel do comércio de entrepostos é proeminente na história dos Estados norte-americanos, como no caso do Nebraska, com um entreposto da Companhia Americana de Peles. O avanço das fronteiras políticas é precedido pelo das fronteiras fiscais: a União Alfandegária Alemã foi a precursora do Império Germânico.

O alargamento do horizonte geográfico, através de todas essas expansões apolíticas, deve preceder o crescimento político que, primeiramente originado a partir delas, a seguir é empreendido de modo independente, como objetivo de uma proposta política explícita. Isso se mostra mais claramente no fato de que o horizonte sensível de muitos pequenos Estados negros não é tão amplo como a área de um Estado secundário alemão, e o dos gregos, no tempo de Heródoto, atingiu, no seu máximo, uma magnitude comparável à área do Brasil. A íntima relação entre descobertas geográficas e o crescimento do Estado foi há muito tempo reconhecida e demonstrada nas realizações daqueles que empreenderam ambas, como Alexandre, César, Vasco da Gama, Colombo e Cook. Até o presente, os maiores êxitos da política de expansão têm sido preparados sob a guarda da geografia. O melhor exemplo contemporâneo é o dos russos na Ásia Central.

3. O crescimento do Estado procede pela anexação dos membros menores ao agregado. Ao mesmo tempo, a relação entre a população e a terra torna-se continuamente mais próxima. Da integração mecânica de áreas dos mais variados tamanhos, populações e níveis culturais, surge um crescimento orgânico, pela proximidade, comunicação e mescla de seus habitantes. O cres-

cimento de Estados que não transcendem a mera anexação produz apenas conglomerados frouxos, facilmente desmontáveis, que só podem ser mantidos temporariamente unidos pela vontade de alguém cujo intelecto compreende uma concepção mais ampla do espaço. O Império Romano até o século I a. C. era constantemente ameaçado pela desintegração, até que criou a organização militar necessária para mantê-lo unido, e conquistou para a Itália a superioridade econômica, que transformou essa península, com a mais feliz localização no meio do Mediterrâneo, no ponto focal de uma esfera comercial, atravessada por rotas de primeira importância. De modo parecido, vemos mais tarde como, em meio à fraqueza da “aliança entre as províncias gálicas, continuamente oscilando entre a aliança e a hegemonia”, o mercador romano traçou o caminho seguido pelo colonizador e, a seguir, pelo soldado, e como tudo isso operou para a fusão desses elementos adjacentes, praticamente inertes, em um poderoso império.

De forma similar, esse processo de fusão de distritos regionais se beneficia da relação mais próxima do povo com sua terra. O crescimento do Estado na superfície da Terra pode se comparar ao crescimento em profundidade, que leva a um apego ao solo. É mais que uma metáfora dizer que um povo cria raízes. A nação é um entidade orgânica que, no curso da história, torna-se cada vez mais apegada à terra onde ela vive. Exatamente como um indivíduo luta contra a terra virgem, até transformá-la em campos cultiváveis, uma nação também luta com sua terra, dela se apropriando cada vez mais, com sangue e suor, até que se torna impossível pensá-las separadamente. Quem pode pensar os franceses sem a França, ou os alemães sem a Alemanha? Mas esta vinculação nem sempre foi tão sólida, e ainda hoje existem muitos países onde o povo não está tão intimamente ligado à sua terra. Como em referência às dimensões do Estado, há aqui também uma série histórica de estágios na relação entre o Estado e seu território. Em parte alguma do mundo podemos encontrar aquele desprendimento da terra que, de acordo com muitos teóricos, supõe-se ser característico de condições mais antigas. Todavia, quanto mais recuamos para as condições primitivas, tanto mais frouxa se torna essa conexão. Os homens se estabelecem menos densamente e são mais dispersos; seu cultivo é mais pobre e se transfere rapidamente de um campo para outro. Suas relações sociais, em especial seu sistema de organização moral, os unem tão estreitamente que enfraquecem sua relação com a terra. E dado que os pequenos Estados neste estágio isolaram-se entre si, por preferência e pelos limites selvagens, não só muito espaço — freqüentemente mais que a metade de uma grande área — é politicamente desperdiçado, como também inexistente competição por aquilo que é politicamente mais valioso na terra. Assim, muitas vezes nem mesmo as maiores correntes eram usadas pelos índios e negros como fronteiras ou rotas comerciais, mas tornaram-se imediatamente de valor inestimável, quando os europeus as utilizaram em sua expansão.

Há pois uma redução no valor político da terra, quando recuamos dos Estados mais novos para os mais antigos. Isto está intimamente relacionado com a redução de áreas políticas. Mesmo os antigos observadores da vida africana aludiam ao fato de que, nas inúmeras pequenas guerras entre eles, o importante não era a aquisição de terras, mas sim os espólios de prisioneiros e

escravos. Este fato apresenta grandes conseqüências para a história da África Negra: a caça de escravos dizimou a população e, ao mesmo tempo, impediu o desenvolvimento de Estados, isto é, uma dupla conseqüência negativa. O ponto essencial é que o Estado nunca está em repouso. Um contínuo efluxo sobre suas fronteiras transforma-o em um ponto de partida para expedições de conquista, cercado por um cinturão de terras despovoadas e desoladas. A insegurança domina suas fronteiras. Elas dependem apenas da energia das investidas, e quando estas diminuem, a região se distende. Não há tempo para ela se estabilizar numa porção definida de terra. Por isso, geralmente é curta a duração desses poderes, dos quais há tantos exemplos no sudeste da África, dos Zulu aos Wahehe. Nos Estados mais adiantados do Sudão, essa zona de conquista, ou melhor, essa esfera de incursão predatória constitui apenas uma parte do Estado. A localização e o tamanho dos Estados Fulbe, Bornu, Baghirmi, Waday, Darfur etc. permanecem estáveis por longos períodos, mas oscilam continuamente no ponto em que encontram as *terras infieis* não-subjugadas, ou seja, geralmente ao sul. Nachtigal ao norte, e Crampel e Dybowski ao sul mostraram quão indefinidas são a localização e a extensão de Waday nessas áreas. Mas a incerteza quanto ao valor político da terra é ainda maior. O famoso *desejo de terras* dos estados conquistadores da antiguidade, principalmente dos romanos, é uma noção ainda não inteiramente definida. A aquisição de terras era apenas um fenômeno que acompanhava as grandes revoluções políticas da antiguidade. Os prêmios da luta eram o poder, escravos e tesouros, em particular nas guerras asiáticas, constituindo portanto efeitos flutuantes de seu crescimento. Em Roma, desde a época das guerras pírricas, pode-se observar uma luta real pela necessidade de aquisição de terras. Lá, com vistas a um império, formou-se uma base a partir de um sistema de alianças e de confronto mútuo de poderes. Característica dessa condição é a expressão de Mommsen em relação à Roma do século VIII: "um bloco dissolvido de terras, sem ocupação intensiva e fronteiras adequadas". É óbvia a comparação com o Sacro Império Romano, com sua confusão de reis feudais, vassallos, sacerdotes elevados ao nível de príncipes e cidades independentes. A grandeza de César reside no fato de que ele forneceu fronteiras seguras e definidas e expansão espacial ao corpo mais estável.

4. *As fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação de seu crescimento, e participam de todas as transformações do organismo do Estado.* O crescimento espacial manifesta-se como um fenômeno periférico que impele para diante a fronteira que deve ser transposta pelos portadores do crescimento. Estes portadores, quanto mais próximo da fronteira vivem, mais partilham o interesse por esse processo; e quanto maior a fronteira, mais acentuadamente periférico será o crescimento. Um Estado que se estende em direção a um distrito almejado faz surgir ao mesmo tempo núcleos de crescimento que apresentam maior atividade que o resto da periferia. Isso é perceptível na forma dos países e na distribuição de seus habitantes e de seus outros meios de poder. Os estratos à superfície de Pes-

havar e do Pequeno Tibet, e os de Merv e Kokand permitem reconhecer imediatamente aquilo que nem mesmo sua história revela: na sua direção, a Índia Britânica e a Rússia cresceram juntas, determinadas a abarcar todos os benefícios das terras existentes entre elas, tal como Roma, com a conquista da Gália, cresceu contra o avanço teutônico. Nas suas fronteiras com a Alemanha e a Itália, que durante séculos foram posições de crescimento particularmente grande, a França concentra seus meios de poder, lutando por reassumir um crescimento paralisado. É característico de tais setores que atraíam uma parte fundamental da atividade do Estado. Os territórios limítrofes da expansão germânica para o oriente, fortificados e colonizados à medida que iam sendo conquistados trecho por trecho, reapareceram ao longo das margens crescentes da América ao ocidente, e da Argentina ao sul. Lá, em poucos anos surgiram grandes cidades, no lugar das primitivas cabanas de madeira da fronteira fortificada. Dadas as condições populosas dos Estados na Europa, tais regiões excelentes da periferia estão, ao mesmo tempo, entre as mais perigosas e as mais fortificadas: os talhos que elas podem receber são os mais temíveis de todos.

Outras porções da periferia de um Estado possuem um caráter específico porque são formadas pelos segmentos periféricos, orientados para o exterior, de regiões outrora independentes, que cresceram juntamente com aquele Estado. Em toda grande área de fronteira, encontramos tais fragmentos de fronteiras antes nacionais, provinciais ou municipais, tanto menos alteradas quanto menos ajustadas aos impulsos para a frente e para trás dos movimentos históricos, e quanto mais praticamente criadas, isto é, mais ajustadas e adaptadas ao terreno. A diferença entre os desgastados bancos exteriores e as margens internas extremamente denteadas do terreno que se prolonga rio adentro, é semelhante à diferença entre fronteiras seculares e fronteiras que se desenvolvem incessantemente. Exemplos disso são as fronteiras ocidental e meridional da Saxônia.

A fronteira segue o mesmo desenvolvimento da área, da consolidação e da continuidade do Estado. Se recuamos até os primeiros Estados do mundo, encontramos fronteiras com uma indeterminação tal, próxima à sua anulação. Quando a área é incerta, sua fronteira possivelmente será indistinta. A mania de aplicar nosso conceito de fronteira, como uma linha precisamente determinada, a condições em que o Estado compreende apenas um núcleo territorial maldefinido, levou aos mal-entendidos mais catastróficos tanto na África, quanto na política indígena dos poderes americanos.

Como disse Lichtenstein³ acerca da fronteira Kaffir, tentou-se freqüentemente fixar uma fronteira estável que nenhuma das duas partes poderia atravessar sem autorização especial do soberano; “nisso, contudo, nunca houve acordo mútuo”. Neste conceito, o importante são faixas, não linhas. As probabilidades de encontros e grandes colisões diminuem na medida em que o Estado é circundado por espaços politicamente vazios, e ele move-se em conjun-

³ *Reisen in Sudafrika*, v. I (1810). p. 353.

to. Se seus povos, porém, forçam esses limites, então se torna uma questão de integração, mais do que de deslocamento. “Os direitos de propriedade dos chefes entre os povos primitivos geralmente se ampliam”⁴. Se a resolução de tais direitos de propriedade apresentou as maiores dificuldades para as autoridades coloniais — é, na realidade, insolúvel —, desde logo apresenta-se aí uma enorme facilidade para qualquer anexação e deslocamento do avanço conquistador e colonizador dos Estados poderosos. Associado à disparidade basicamente desastrosa na avaliação política da terra, este fato acelerou enormemente a despossessão desses povos. Seus negócios políticos assemelhavam-se ao seu comércio, pelo fato de entregarem facilmente aquilo que era o mais valioso, pois não compreendiam seu valor. Muito antes era reconhecida a desvantagem cultural do fechamento dos pequenos Estados entre si, uma das principais causas da estagnação. Com a chegada dos europeus, este conceito entrou em declínio. Num nível superior, no Sudão ou na Indochina, fixou-se a fronteira em muitos pontos da periferia, ao longo das montanhas e das bacias. Contudo, manteve-se também o sistema de zonas fronteiriças vazias. Encontram-se excelentes exemplos acerca do Sudão nos trabalhos de Barth, Rohlf e Nachtigal. Em oposição aos casos da África e da Indochina, a China separou-se da Coreia, há poucos anos, por uma linha de fronteira precisamente definida. A respeito do desenvolvimento ulterior de fronteiras científicas, geodesicamente fixadas, irremovíveis, protegidas por fortificações e vigiadas de perto, em todos os lugares — e que até agora não foram realizadas nem mesmo na Europa —, veja-se meu ensaio, “*Über allgemeine Eigenschaften der geographischen Grenzen & c*”, nos anais da conferência do *K. S. Gesellschaft der Wissenschaften*, 1892.

5. *No seu crescimento, o Estado esforça-se pela delimitação de posições politicamente valiosas.* No seu crescimento e evolução, o Estado seleciona os benefícios geográficos, ao ocupar antes os bons locais de um distrito, de preferência aos pobres. Se seu crescimento está relacionado com a despossessão de outros Estados, ele captura vitoriosamente as boas áreas, e os despossuídos permanecem nas áreas ruins. Assim, nas terras mais jovens (colônias), cuja história completa nos é conhecida, as novas estruturas políticas encontram-se alinhadas marcadamente ao longo do mar, nos rios e lagos, e nas planícies férteis, enquanto que as formas políticas mais antigas dirigiram-se para o interior inicialmente menos acessível e menos cobiçado, para as estepes e desertos, para as montanhas e os pântanos. O mesmo aconteceu na América do Norte, na Sibéria, na Austrália e na África do Sul. Com as vantagens que tais localidades oferecem aos primeiros colonizadores, eles logo determinam o destino de grandes áreas por um longo tempo futuro. Mesmo que a posse política seja alterada, a população que chegara antes permanece numa posição cultural vantajosa, e é dessa maneira que se pode explicar o fracasso cultural de muitas invasões politicamente bem-sucedidas. Os portadores de uma mesma cultura possuem

⁴ General Warren em *Blaubuch uber Transvaal* (fevereiro de 1885), p. 46.

conjuntamente o mesmo conceito acerca do valor da terra, e por isso todas as colônias européias dos últimos séculos sustentaram um desenvolvimento espacial equivalente. Em outras épocas, predominaram outras avaliações. Os antigos peruanos não desceram o Amazonas, mas preferiram ampliar seu domínio no planalto, ao longo de uma estreita faixa de cerca de 4 000 km de comprimento. Os antigos gregos não procuraram grandes interiores férteis, mas, e nisso seguiram os fenícios, buscaram ilhas e penínsulas entre os estreitos. Os turcos, por outro lado, ocuparam as altas estepes da Ásia Menor, desdenhadas pelos gregos, e os magiares ocuparam o *puszta* das terras baixas do Danúbio. Ai se refletem tanto os costumes como o nível cultural, e é por essa razão que o crescimento político, tanto quanto possível, continua nas regiões que oferecem condições semelhantes de vida e trabalho. Os fenícios estabeleceram-se nas costas, os holandeses nas ilhas e os russos nos rios. Os antigos sabiam muito bem quão beneficiada foi a expansão do Império Romano pelo caráter naturalmente fechado das terras do Mediterrâneo. Para a Grécia e para Roma, essas terras apresentavam, pois, as regiões coloniais mais afortunadas, onde, em quase todos os lugares, podiam se sentir em casa e ainda mais à vontade do que um europeu central na América do Norte, entre 35° e 45° de latitude norte.

A delimitação de localidades politicamente valiosas expressa-se também na forma do Estado. Nós a consideramos um estágio transitório de descanso para o organismo fundamentalmente móvel. Alguns exemplos são a expansão da Alemanha ao longo dos mares Báltico e do Norte, a anexação pela França do Meuse, ao norte de Sedan, o avanço da Áustria sobre a cordilheira do Erzgebirge, ao longo de quase todo o curso da fronteira da Saxônia-Boêmia, e seu ponto extremo ao sul, que inclui Boka Kotorska, e a anexação pela Inglaterra das Ilhas do Canal. A fronteira norte do Chile, traçada a 24° no deserto aparentemente inútil do Atacama, subiu para 23° tão logo foram descobertos os depósitos de guano na Baía de Mejillones. A descoberta de diamantes no rio Vaal desde 1867 seguiu a expansão da Inglaterra através do Orange, numa área que pertencia ao Estado Livre do Orange; é a direção em que, mais tarde, a Bechuanalândia se expandiu para o norte. Em estágios inferiores, os Estados preferem situar-se junto ou próximo a rotas comerciais, como se pode ver facilmente no Sudão e no interior da África. É por isso que Wadai se expandiu tão pouco para Fezzan.

Uma parte fundamental da tendência de crescimento dos Estados, frequentemente inativa por longo tempo, deriva do cercamento de localidades politicamente vantajosas, pois, dado que o crescimento político consiste de movimento, ou melhor, da reunião de inumeráveis movimentos, o Estado considera vantajoso anexar aquelas regiões naturais que favorecem o movimento. Então vemo-lo tentando atingir as costas, movendo-se ao longo dos rios, e se espalhando sobre as planícies. Outro setor do Estado avança através de barreiras, em direção às regiões acessíveis ao homem. Deve-se, quanto a isso, pensar não apenas nas restrições, mas também nos apelos a se ampliar regiões naturalmente limitadas. Roma, no Norte da África e na Ásia Ocidental, cresceu no deserto. Atingiu o sopé meridional dos Alpes em 222 a. C., mas só veio a cruzá-lo como Estado cerca de 200 anos mais tarde,

depois que se expandira para além dos Alpes, a ocidente e oriente. A Boêmia ocupou sua bacia antes que qualquer um dos Estados vizinhos tivesse estabelecido fronteiras fixas, e quando ela cresceu para além dessa bacia, seu crescimento estendeu-se para o sudeste, em direção à Morávia, e para a abertura da bacia. Do mesmo tipo é o crescimento que ocorre na direção de menor resistência. O crescimento dos poderes da Europa Central para o oriente, instigado pela primeira partilha da Polônia, aparece como um movimento oriental da orientação das energias políticas para o ocidente, há muito frustrada. É assim, portanto, que os Estados do Sudão crescem uniformemente, como se disse, do Oceano Atlântico para o Índico, na direção dos Estados negros mais fracos. Do mesmo modo, o desenvolvimento do domínio britânico na Índia assume a forma de um cercamento dos Estados nativos mais fortes, a partir da base dos distritos mais fracos e mais facilmente sobrepujados.

6. *Os primeiros estímulos ao crescimento espacial dos Estados vêm lhes do exterior.* O crescimento natural renova um corpo político simples e o reproduz continuamente, mas não produz, por si só, nenhuma outra forma. A família se renova com sua progênie e cria novas famílias, que permanecem juntas sob a forma de uma família. Quando domina a exogamia, duas famílias seguem exatamente o mesmo padrão. A tribo ou a família se ramifica para formar outra tribo etc. Todos esses corpos tornam-se um Estado, com seu apego à terra. Quando crescem, Estados maiores não surgem dos menores, mas sim de uma série de Estados do mesmo tamanho. A fim de que não se exceda o tamanho usual, as dimensões da população são limitadas por todos os meios possíveis, entre os quais incluem-se as práticas mais cruéis, e desta forma limita-se o crescimento do Estado. O crescimento ainda é limitado pelo fechamento do Estado numa área de fronteiras despovoadas. O Estado, supostamente, mantém-se facilmente sob controle e inspeção. Até onde alcança nosso conhecimento dos Estados primitivos, seu crescimento nunca se desenvolveu sem influência estrangeira. A fonte de tal crescimento é a colonização, no sentido mais amplo. Homens, provenientes de regiões com concepções espaciais mais amplas, trazem a idéia de Estados maiores aos distritos de conceitos espaciais mais reduzidos. O nativo que conhece apenas seu próprio Estado está sempre em desvantagem em relação àquele que conhece pelo menos dois. A localização geográfica mostra agudamente como os Estados maiores, em áreas de pequeno estatismo, cresceram para o interior a partir do lado externo mais acessível, isto é, a partir das costas e das margens dos desertos. Se olharmos para a África antes da época do estabelecimento das colônias européias, encontramos grandes Estados ao longo da linha de vizinhança dos negros, hamitas e semitas, e praticamente nenhum Estado onde os negros estavam limitados por si mesmos ou pelo mar. Contudo, onde encontramos Estados negros no interior, encontram-se também, em geral, sagas referentes à sua fundação, e que dizem respeito à origem estrangeira dos seus fundadores. Tais lendas estão di-

fundidas pelo mundo. Muitas vezes, caçadores errantes invocam esse papel, que é remanescente do papel histórico da lenta imigração e infiltração Kioko na transformação mais recente do império Lunda.

Todos os Estados da África são conquistados ou colonizados. A história mostra uma centena de vezes essa silenciosa migração interna e expansão de um povo que, primeiramente tolerado, de repente surge a frente disputando a posse do poder. Tal foi o curso de quase toda a colonização européia. Assim os chineses estabeleceram seu império em Borneu. No começo do Império Romano, ainda que oculto por uma névoa mítica, encontramos os estrangeiros cuja imigração levou à ascendência de Roma, que já era mais bem situada para o comércio marítimo e terrestre do que outras cidades latinas. A primeira grande formação estatal moderna em Bornéu, desde o império dos mineiros chineses do ouro, o de Rajah Brooke, é a exemplificação minuciosa de tais sagas acerca da origem. À chegada dos europeus, havia em toda a Melanésia apenas uma estrutura estatal, a dos malaios imigrados para a costa noroeste da Nova Guiné. Não se pode descartar, na certa, o núcleo histórico das sagas nômadicas das antigas culturas americanas. Mas não pode ser casual que a fundação de todos os Estados seja atribuída a estrangeiros. Todos os outros Estados americanos, de tamanho digno de menção, a partir das fundações européias, expandiram-se para o interior, nas regiões de pequenos Estados indígenas, que se dispersaram em várias direções. A América, a Austrália e a África ao sul do Equador, que, antes da chegada dos europeus, estavam nas mãos de seus habitantes e eram as áreas menos estimuladas da Terra, apresentam também o desenvolvimento mais pobre de Estados.

Daí vem o conceito de um grande Estado, que é transportado para essas áreas de pequenos Estados. Onde ele não foi transportado pelos europeus, povos do mar, do deserto e da estepe, seus portadores foram os hamitas, semitas, mongóis e turcos. Se, além disso, perguntamos onde nos leva a investigação da origem desse conceito, no que respeita aos europeus, chegamos às costas do Mediterrâneo oriental, onde terras férteis localizam-se em meio a vastas áreas de estepe. O Egito e a Mesopotâmia, a Síria e a Pérsia são grandes terras de oásis que estimulam a concentração de sua população em áreas pequenas, e que estão circundadas por distritos que incitam seus habitantes a se expandirem. Dessa diferenciação surge uma rica fonte de vida histórica. Assim como o Baixo Egito cresceu em direção ao Alto Egito, como a China cresceu em todas as direções a partir das terras de *loess*, todas as regiões semelhantes forneceram massas humanas para uma inundações bélica e lenta conquista colonial. A organização política dessas massas, contudo, e o importante domínio espacial que fundiram suas terras separadas vieram das estepes. De tais terras descenderam os fundadores dos grandes Estados no Egito e na Mesopotâmia, Pérsia, Índia, China e também o Sudão Africano. Como a América pré-colombiana não tinha povos pastores — que outrora dominaram a maior parte do mundo antigo —, ela não possuía um fermento político constante. Isso também explica parcialmente o seu desenvolvimento estatal pobre.

Os efeitos de pastores nômades sobre os agricultores sedentários e os comerciantes mostram, porém, apenas um lado de um contraste mais fundamental. Este mesmo contraste encontra-se na base da fundação dos Estados dos povos marítimos, os fenícios, normandos e malaios, e, novamente, nas colônias européias mais recentes. Também o encontramos na tendência mundial dos povos sedentários, especialmente os agrícolas, a recuar ou conciliar politicamente. Todas as colonizações exclusivamente agrícolas, a dos aqueus na Grécia, assim como a dos alemães na Transilvânia e a dos bôeres na África do Sul, tendem à letargia e são tingidas de inabilidade política. O grande êxito de Roma reside no cruzamento fértil entre um robusto campesinato e um elemento territorialmente mais móvel.

Há uma diferença nos movimentos históricos presente em toda a humanidade. Alguns permanecem estáveis, outros se comprimem para diante, e ambos são encorajados pela natureza de seus locais de moradia. Por isso, a formação de Estados impele dos mares e estepes (lugares de movimento) para a floresta e terras aráveis (lugares de permanência). Um estabelecimento permanente leva ao enfraquecimento e à decadência, enquanto que a mobilidade, por outro lado, promove a organização de populações. Assim, entre as hordas tártaras, os vikings e o marinheiros malaios, uniram-se menores poderes a maiores efeitos. Podem se encontrar os casos mais extremos na África, como no caso dos Zulu, um povo guerreiro organizado a ponto de anularem a família, e os Machona, um povo degenerado até a escravidão, devido a gerações de fragmentação auto-imposta. Ambos se pertencem mutuamente, visto que o primeiro vive do último. Não é preciso que um povo, em processo de formação do Estado, imponha sua nacionalidade sobre os politicamente passivos, tal como foi semitizada a Babilônia, pois as leis do crescimento dos povos e dos Estados se diferenciam.

7. *A tendência geral para a anexação e fusão territoriais transmite-se de Estado a Estado, e cresce continuamente de intensidade.* Com uma avaliação crescente do seu valor político, a terra adquiriu influência cada vez maior como medida de poderio político e como espólio nas lutas de Estado. Sempre que há rivalidade política, os Estados mais fracos tentam se igualar aos mais poderosos. Transferida para a terra, surge daí uma luta pela anexação e incorporação espaciais. O resultado do lento desenvolvimento e da anexação e fusão, derivadas de numerosas lutas, pode ser visto nas áreas da Áustria-Hungria, Alemanha, França e Espanha, cuja relação se exprime como 100, 86, 84 e 80; nas dos Países do Norte e Bélgica, com 100 e 90; e nas dos Estados Unidos da América e a América do Norte Britânica (com a Newfoundland), com 100 e 96, e Ontário e Quebec, com 100 e 97; e observando-se também que, através de sua história, existiram relações semelhantes nos vários níveis de tamanho e posição. Este movimento tem sido uma lei do desenvolvimento espacial dos Estados, muito antes do século XVI, o qual, em vista das lutas da Espanha, Áustria e França pelo predomínio na Europa, forjara o conceito de equilíbrio europeu — cujo embrião, con-

tudo, já havia surgido no final do século XV, nos desenvolvimentos burgúndio, suíço e italiano. Em níveis inferiores de desenvolvimento, pode agir a mesma capacidade limitada de dominação espacial, como no grupo regional de Uganda, Wanyoro, Ruanda (ou Bornu), Baghirni, Waday e Darfur. Ainda mais abaixo, já podemos ver a reunião de pequenas tribos, organizando-se após ataques de um vizinho mais forte, o qual funciona como impulsos que fortalecem a coesão política.

Desde os minúsculos indícios de crescimento até os gigantesco Estados atuais, vemos então a mesma tendência, por parte do pequeno, à imitação do grande, e por parte daqueles já grandes à imitação do maior, que almejam se igualar ao maior de todos. Esta tendência é vital e, como um volante de direção, opera sobre as variações e inversões, para manter sob controle as tentativas de crescimento individual. Ela se mostrou igualmente efetiva tanto nos Estados aldeões dos territórios Azande, quanto nos gigantesco Estados de divisão continental. E assim, o impulso para a construção de Estados sempre maiores é contínuo ao longo de toda a história. Atualmente, podemos vê-lo atuando na Europa continental, onde se enfraquece a convicção sobre a necessidade de união, pelo menos econômica, contra os gigantes da Rússia, América do Norte e Império Britânico. Assim também, os desenvolvimentos coloniais mais recentes comprovaram igualmente essa lei. Na África, ela provocou uma verdadeira corrida dos poderes às terras, e a Inglaterra e a Alemanha dividiram, numa razão de 125 para 100, o restante da Nova Guiné.

Esse fim se alcança com meios os mais diversos. Um pequeno Estado toma de seus Estados vizinhos terra suficiente para se igualar ou se aproximar do maior deles: a Prússia, depois a Alemanha, entre a França e a Áustria. Os Estados se desenvolvem perto uns dos outros e se sucedem numa área comum da terra, com o que os últimos se aproximam das dimensões assumidas pelos anteriores: a América Espanhola, a América do Norte Francesa, os Estados Unidos da América e a América do Norte Britânica. Se um Estado é dividido em dois, suas dimensões não serão muito diferentes: os reinos da Holanda e da Bélgica. Um Estado cujo tamanho foi reduzido se apodera, em outro lado, de tanta terra quanto for necessária para se manter no nível do tamanho que ele compartilha com seus vizinhos: a Áustria, por uma perda de 44 310 km² na Península Apenina, tomou então 51 110 km² na Península Balcânica. Uma parceria fragmentária, como a da Hansa, operava de acordo com o plano que impedia a união das Terras do Norte, isto é, estas terras permaneceriam numa situação semelhante à dela própria. Os cartagineses e os gregos mantinham-se em confronto, de modo que Roma, na Itália Central, pôde surgir como potência frente a ambos. Em relação a uma grande área, frente à qual não se pode permanecer passivo, a Rússia e a China estão se tornando os senhores da Ásia Central, na medida em que, de acordo com a opinião de Wenjukow, a primeira tem problemas a resolver em relação aos povos turcos, semelhantes aos problemas da segunda em relação aos mongóis.

Naturalmente, cada ambição não se restringe à dimensão espacial. Estados vizinhos diferem quanto a vantagens de posição ou recursos naturais, de onde surgem comunalidades de interesses e funções, com longo alcance. Ao final, mesmo os grandes Estados dependem de áreas selecionadas. O Canadá, com seu Pacífico canadense, rivalizava com as conexões Pacífico-Atlântico dos Estados Unidos, e ao navegar nos Grandes Lagos usa canais separados de ambos os lados. Através de toda a América, circula uma imitação da organização e estilo de vida política dos Estados livres norteamericanos, assim como no Sudão reflete-se um padrão através de todos os Estados islâmicos, quer seu fundador tenha sido um fulbe ou um núbio arabizado. Assim, também os Impérios Persa e Romano foram modelos para uma série de Estados da antigüidade, e mesmo nos Estados do antigo planalto americano há uma longínqua semelhança, espantosamente evidente, na engenhosa construção de estradas.

Tanto na competição pacífica quanto na luta bélica, a regra sustenta que os que avançam devem enfrentar seus oponentes em seu próprio terreno. Na medida em que são vitoriosos, tornam-se semelhantes a eles. Os Estados que margeiam as estepes e que estão em luta contra os povos da estepe devem, eles próprios tornarem-se Estados de estepe o suficiente para poderem dominar as vantagens das estepes; a Rússia e a França mostram-no na Ásia Central e na Argélia.

ÍNDICE ANALÍTICO E ONOMÁSTICO

- adaptação, teoria da, 16, 42
agricultura e civilização, 136-7
alimentação, 74-5, 78
ambientalismo, 9-14. V. tb. ambiente
ambiente, 9-11, 13-6, 20-3, 26-8, 32-72, 104,
151-74. V. tb. ambientalismo; espaço; ho-
mem e natureza; Terra; território
conceito de, 42-6
condições do, e a diversidade dos povos,
9, 11
e biografia, 70
e constituição dos povos, 63-5. V. tb.
Córsega
e economia, 71-2
e escravidão, 36
e o fator tempo, 68-9
e história, 71-2, 151-74
e homem, 54-72
 harmonia entre, 61
 variedade das influências entre, 58-60.
 V. tb. Córsega
e liberdade, 10-1, 71-2
e migração, 69-70
e sociedade, 9, 11, 13, 20-3. V. tb. Córsega
e território, 67-8
e unidade telúrica, 9, 23, 26, 116
físico, 35-6, 41-6. V. tb. Córsega; território
 e história, 35-6
influências do, sobre a evolução dos povos,
10-11, 13-6, 20-3, 27-8, 32-72, 104,
151-74. V. tb. Córsega
 natural e ambiente intelectual, 42-3
anatomia e civilização, 125-6
Anderson, Perry, 11
animais domésticos, influência dos, 40
aniquilação, 24
antropogeografia, 9-17, 26-8, 32-107, 151-92.
V. tb. geografia do homem; geografia
humana
 ciência, comparada, 96-7
 empírica, 13, 27
e a ação da natureza sobre a evolução das
sociedades, 9, 11, 13
e a distribuição das sociedades humanas so-
bre o globo, 9
e fatores histórico-culturais, 10
e a formação dos territórios, 9. V. tb. ter-
ritório
e instrumental positivista, 17. V. tb. Com-
te, Auguste
leis da, 15-5, 101-5, 175-92
mecânica, 38
monografia, 151-74
objeto da, 9-17, 27-8
questão das influências, 9-17, 27
antropologia, 7
assimilação, 24
associação, 22

- Bacon, Francis, 34
 Baer, C. E. von, 37
 Barths, Heinrich, 91
 Bernhein, E., 92
 biogeografia, 9, 19
 Blumenbach, Johann Friedrich, 39
 Bodin, Jean, 34
 Broek, Jan O. M., 10
 Buckle, Henry Th., 41, 100
 Buffon, conde de, 35-7, 88
 Bury, John, 12
 cartografia, 83. V. tb. mapa
 causalidade, 13
 Chevalier, M., 66
 civilização, 20-2, 25, 44, 63, 109, 116, 118-9, 121-40, 146-7. V. tb. Córsega; progresso
 conceito de, 133
 difusão da, 110, 129-30. V. tb. difusão
 e ação coletiva, 134
 e agricultura, 136-7
 e anatomia, 125-6
 e conservação, 130-1, 134, 137-8. V. tb.
 conservadorismo
 e Estado, 25, 138. V. tb. Estado
 e espírito empreendedor, 137
 e exercício da força física, da coragem e das
 armas, 137-8
 e história, 131. V. tb. história
 e linguagem, 129-30
 e mobilidade, 22, 63, 116, 137
 e países temperados, 137-9
 e povos naturais, 122-9, 131-2. V. tb. povos
 e progresso, 109, 121, 124-5, 130. V. tb.
 progresso
 e regressão, 20, 124-5, 146-7
 e trabalho, 131, 136
 e tradição, 131. V. tb. conservadorismo
 estágios inferiores de, 131, 133
 estágios superiores de, 131
 essência da, 129-35
 forças estimuladoras da, 135
 origem da, 129-40
 progresso da, e densidade populacional,
 118-9. V. tb. população
 classificação e método indutivo, 96-8
 Claval, Paul, 10, 16, 30
 clima, influência do, 33-8, 64, 87-8, 137-9
 coesão social, 22, 25, 131, 133, 148-9
 e Estado, 25, 148-9
 e imperialismo, 148-9
 colonialismo, 24. V. tb. Estado. leis do cres-
 cimento do
 comércio, 24
 Comte, Auguste, 11-2, 14, 42-6, 61, 78, 92-3,
 97
 concorrência, 46, 78
 conhecimento geográfico, unidade do, 9
 conservadorismo, 8, 25-7. V. tb. civilização e
 conservação
 cooperação, 22, 78, 131
 produtiva, 22
 social, 22, 131
 Córsega, 151-74
 características insulares, 156-8
 as costas da, 166-74
 solo da, 158-66
 situação e extensão, 151-6
 Cotta, B., 51
 cultura e Estado, 25, 177-9, 186
 Curtius, E., 50-1, 90
 Darwin, Charles, 60-2
 democracia, 79
 densidade, 11-2, 14, 22, 83, 118-9
 e civilização, 118-9
 força da, 11, 12, 14, 22, 118. V. tb. popu-
 lação, crescimento da
 mapas de, 83
 despotismo, 144
 determinismo geográfico, 10-11, 13, 27
 diferenciação social, como elemento do pro-
 gresso, 22
 difusão, 8, 16, 22-3, 83-4, 100-1, 110, 112-21,
 129-30, 180-2. V. tb. difusionismo; expan-
 são; mobilidade
 da civilização, história da, 110. V. tb. popu-
 lação; povo
 e continuidade, 113
 e desagregação, 22
 formas coerentes de, 22
 formas incoerentes de, 22
 processo de, 23
 difusionismo, 16, 22
 direito internacional, e Estado, 175
 Dix, Arthur, 30
 Durkheim, Émile, 8, 22, 25
 ecologia, 15
 escravidão, 24
 espaço, 22-3, 25, 83-93. V. tb. ambiente; di-
 fusão; expansão; natureza; Terra; terra ha-
 bitada; território

- domínio do, 23
 e história, 23, 83-93
 e sociedade, 23
 vital, 23, 25
 e Estado, 25
- espírito empreendedor, 137
- Estado, 8, 19, 22, 25-6, 29, 33-5, 73-82, 137-9, 141-50, 175-92. V. tb. civilização; território anexação e fusão territorial, 190-2
 como natureza orgânica, 176
 crescimento espacial do, 175-92
 de guerra, 142, 145-7
 de natureza, 34
 e civilização, 25, 138
 e coesão social, 25, 148-9
 e crescimento orgânico, 182-4
 e cultura, 25, 177-9, 186
 e delimitação de localidades politicamente valiosas, 186-8
 e difusão, 180-2
 e direito, 145, 175, 186
 e estímulos exteriores, 188-90
 e expansão, 148-9, 175-92
 e família, 76-8, 148, 181
 e fronteira, 184-6
 e governo, 175
 e organização militar, 78-9, 183
 e poder, 144-5
 e povos naturais, 141-6
 e processo histórico, 25
 e propriedade, 75-6
 e sociedade, 25, 76-7, 79
 e território, 25, 33, 73-82
 e trabalho, 143
 essência do, 25-6
 formação do, 141-5, 190
 incremento territorial do, 76, 77
 integração mecânica, 182
 leis de crescimento espacial do, 175-92
 limitações ao crescimento do, 188
 natureza do, 78
 nômade, 78-9
 social, 34
 surgimento do, 25, 137-9
 teoria do, 25, 73
- estatística, 104-5
- Estrabão, 33, 85-6
- etnia, 23, 25, 59, 64-7, 87-8. V. tb. raças humanas
 diferenças étnicas, 64
 e território, 59
 modificações das características raciais, 87-8
 povos mistos, 65-7
- etnocentrismo, 25
- etnografia, 7, 8, 39, 87, 97, 116
- etnologia, 8, 36, 108-11
 compreensão geográfica, 109
 investigação histórica, 109
 objeto da, 108-11
- evolucionismo, 16, 42, 124, 129
- expansão, 22, 24, 148-9, 175-92. V. tb. difusão; leis do crescimento espacial do Estado; mobilidade
- família, 22, 76-8, 148, 181
 monogâmica, 76-7
 complexa, 76-7
- Febvre, Lucien, 10, 26, 30
- ferro, como elemento diferenciador dos povos, 113-4
- Fichte, Johann Gottlieb, 23, 91-2
- filosofia da história, 79-80, 91
- filósofos climatistas, 87-8
- fisiologia, 58, 62-3
- forças, conquistadoras, 137-8, 142
 conservadoras, 8, 25-7, 130-1, 134, 137-8
- Forster, J. R., 15-6, 36-9, 88
- Fritsch, Gustav, 68, 126
- fronteiras, 8, 26, 147, 175-92. V. tb. Estado; território
 e Estado, 184-6
 relatividade das, 26
- gen, 45, 76-7
 e Estado, 77
- geografia, 7-11, 13, 23, 26-9, 46-7, 58-9, 62-3, 73-4, 83-93, 94-107, 175-6
 ciência auxiliar, 84-6
 dedutiva, 13, 96
 comparada, 96. V. tb. Ritter, Karl
 conceito de, 89, 91
 de posição, 26, 29
 do homem, 8-11, 13-4, 23, 26, 28, 46-7, 58-9, 62-3, 83-107. V. tb. antropogeografia, geografia humana
 ciência, descritiva, 83, 87, 94-5
 unitária, 97
 classificação antropogeográfica, 95-6
 e determinismo, 10-1, 13-4, 27
 e espaço, 58-9
 e fisiologia, 58, 62-3

- e geografia física, 101
- e história, 46-7, 83-93
- e literatura, 85-6
- e perspectiva telúrica, 9, 23, 26
- e positivismo, 7, 11-6, 27
- e sua triplice divisão, 83-4
- e teoria da história, 8, 18, 20, 88-93
- e influências do ambiente, 84 V. tb. ambiente
- e influência, da história, 98-100
 - histórica dos movimentos inorgânicos, 98-9
- instrumento de indução, 96-8
- interdependência dos objetos, 98-9
- leis antropogeográficas, 14-5, 101-5, 175-92
- limites da, 100-1
- mobilidade e dependência do território, 84
- nexo histórico, 98-100
- física, 9. V. tb. ambiente
- e geografia do homem, 101
- humana, 27
- política, 8, 73-4, 175-6. V. tb. Estado; território
- sistematização da, 7, 14, 26-7
- unidade da, 9
- Gottmann, Jean, 20, 30
- guerra, 8, 23-6, 77-9, 141-50, 183. V. tb. território, defesa do
 - estado de, 142, 145
- Guglia, E., 36
- Gayot, Arnold, 51
- habitação, 74-5
- Haeckel, Ernst Heinrich, 15, 18
- Halbawachs, Maurice, 8
- Hartshore, Richard, 10
- hemisfério setentrional e progresso, 113
- herança geográfica, 27
- Herder, Johann G., 16-7, 37, 39-41, 45, 80, 106
- hereditariedade, 60
- Hipócrates, 33
- história, 8, 11, 17-8, 20, 22-5, 32-72, 77-8, 121, 131, 137, 151-74
 - como progressão da fragmentação a cooperação, 131
 - conceito de, 91-3
 - e ambiente, 32-72, 151-74
 - e civilização, 131
 - e defesa do território, 23-5, 77-8 V. tb. guerra
 - e evolução, 22
 - e literatura, 85-6
 - e mobilidade, 22, 63, 137
 - geografia em movimento, 17, 83-93
 - influência da geografia, 98-100, 151-74
 - processo histórico, 20, 25
 - teoria da, 8, 18, 20, 88-93
 - unidade telúrica entre ambiente e, 9, 23, 26, 99, 116
 - universal, 91-3, 121, 131
 - e civilização, 121, 131
- Hobbes, Thomas, 34
- Hobsbawm, Eric, 11
- Home, H., 37
- homem, 9-11, 13, 23, 26, 54-6, 71-2, 99-100
 - concepção de, 10-3
 - e liberdade, 10-1, 71 2
 - e natureza, 54. V. tb. ambiente; natureza; território
 - caráter telúrico, 9, 23, 26, 99, 116
 - e evolução, 100
 - produto do meio, 10-3, 54-6
- Huckel, G. A., 19
- humanidade, substrato da, 9
- Humboldt, Friedrich Wilhelm von, 27, 85, 87
- Hume, David, 56-7, 68
- Huntington, S. Philip, 27
- idealismo transcendental, 17
- imperialismo, 26, 77, 148 V. tb. expansão; leis do crescimento espacial do Estado
- incremento das áreas étnicas, 23
- isolamento, 23, 61, 77-8, 113, 156, 158. V. tb. Corsega
 - causa da pobreza etnográfica, 113
 - e progresso, 23, 156
- Kant, Emmanuel, 36-8, 84, 87, 91
- Kapp, Ernst, 34, 48, 51
- Kofler, Leo, 11
- Kohl, J. G., 51
- Lamarck, Jean-Baptiste, 42
- Leibniz, Gottfried Wilhelm von, 35
- leis antropogeográficas, 14-5, 101-5, 175-92
 - da articulação litorânea, 15
 - do crescimento espacial do Estado, 22, 24, 63, 84, 116 7, 137, 147 9, 175 92
 - e estatística, 104-5
- Lenin, Wladimir I. U., 12
- Leroy-Beaulieu, Pierre Paul, 106
- liberdade, 24
- linguagem e civilização, 129-30

- literatura e história, 85-6
 Livingstone, David, 67, 142
 Locke, John, 24
 Lukács, Georg, 19
 luta e liberdade, 24
 Malinowski, Bronislaw, 7
 mapa etnográfico, 83, 96-8
 Marx, Karl, 20-4
 marxismo institucional, 11
 materialismo histórico e dialético, 11-2
 Maupertuis, Pierre Louis Moreau de, 87-8
 Mayr, Richard, 34-5
 Mehedinti, S., 15
 meio, *ver* ambiente
 Mendonza, J., 16
 mesologia, 44-5
 mestiçagem, *ver* miscigenação
 método, científico, 11-4, 17, 26
 princípio da unidade do, 12
 indutivo, 13, 27, 96-8
 e mapa etnográfico, 96-8
 metodologia, 11-3, 17, 26-7, 94-107
 migração, 61, 69-70
 milieu, 42-6, 78
 miscigenação, 23, 59, 115, 117, 120-1
 e desaparecimento dos povos naturais, 120-1
 e progresso, 23
 mobilidade, 22, 63, 84, 116-7, 137, 147, 150.
 V. *tb.* leis do crescimento espacial do Estado
 elemento essencial para a evolução dos povos, 22, 63, 116-7. V. *tb.* difusão; expansão
 e dependência, 84
 e história, 22, 63, 137
 Mommsen, Theodor, 52-3, 81, 180
 monografia da Córsega, 151-74
 Montesquieu, Charles L. S., 35-6, 80
 Möser, Justus, 81
 Muller, Johann, 90
 nação, como entidade orgânica, 183
 nacionalismo, 16, 26
 Nardy, Jean Pierre, 16
 naturalismo, 13-5, 124
 natureza, 9, 11-2, 20-2, 32-72, 121-3. V. *tb.* ambiente
 ação da, e a evolução das sociedades, 9, 11, 20-2
 e civilização, 71-2, 121-3
 e história, 9, 12, 20, 32-72
 estado de, 34, 121
 nazismo, 26
 Netto, José Paulo, 11
 Nisbet, Robert, 12
 observação, 13, 27, 97
 hologeica, 97
 oligarquia, 79
 organização militar, 78-9, 183
 Pallas, Peter Simon, 39
 perspectiva telúrica como unidade do conhecimento geográfico, 9, 23, 26
 Peschel, O., 49-50, 103
 Playfair, John, 89
 Plekhanov, Georg V., 8, 11
 poder e Estado, 144-5
 política, 7-8, 25-7
 conservadora, 8, 25-7
 população, 11-2, 14, 22, 44, 46, 74, 76-9, 83, 118-9, 143. V. *tb.* povo; sociedade
 adensamento da, 77, 143
 crescimento da, 11, 12, 14, 22, 44, 46, 74-9, 118-9. V. *tb.* densidade; expansão; leis do crescimento espacial do Estado; território escassa, e caducidade, 118-9
 mapas de, 83
 Porhlmann, R., 33
 possibilismo, 27
 positivismo, 7, 11-6, 27. V. *tb.* Comte, Auguste e geografia do homem, 7, 11-7, 27
 Poulantzas, Nicos, 26
 povo(s), 8, 20-4, 67-8, 73-82, 110-46. V. *tb.* população; sociedade
 civilizados, 21, 122-5, 127. V. *tb.* civilização
 difusão, dos, 8, 22. V. *tb.* difusão
 distribuição geográfica, 110, 112-21
 e território, 67-8, 73-82. V. *tb.* território históricos, e povos privados de história, 131
 naturais, 21, 117, 120-32, 141-6
 conceito de, 122-5, 127
 e civilização, 122-9, 131-2
 e povos civilizados, distinção entre, 122-32
 e Estado, 141-6
 e inferioridade nos dotes mentais, 132
 e história de guerras, 142
 e miscigenação, 117, 120-1
 e população escassa, 118-9
 e povos cultos, 24
 nômades, 74-5, 78-9

- sedentários, 74-5
- sem cultura, 20
- predestinação de Ritter, 105-6, 117
 - dos lugares, 14, 105-6
- progresso, 17, 21-4, 44, 77-80, 109, 121-5, 129-40. V. tb. civilização; isolamento; mestiçagem; sociedades, contato entre as
 - concepção de, 17, 21-4, 44
 - e civilização, 109, 118-9, 121, 124-5, 130
 - e diferenciação social, 22
 - e estabilidade territorial, 24, 77-8
 - fatores do, 21-4, 44, 78
 - positividade do, 24
- propriedade, 23-4, 75-6
 - e Estado, 75-6
 - e trabalho, 24
- raças humanas, 25, 28, 37-8, 87-8, 102-4, 108-50. V. tb. difusão; etnia; população branca-caucasiana, 25, 128
 - diferenciação das, e clima, 37, 87-8
 - difusão, e continuidade, 113
 - e descontinuidade, 113
 - distribuição geográfica das, 110, 112-21
 - e civilização, 126
 - e território, 112-21
 - inferiores, 126-7
 - posição, extensão e configuração das, 102-4, 112-21
- racismo, 20, 25, 128
- Ranke, G., 125
- Ranke, Leopold von, 148, 180
- Ratzel, Friedrich, bibliografia, 4, 8, 10, 15-6, 18-9, 28-30, 32, 108, 151, 175, 186
 - biografia, 18-9
 - crítica ao determinismo simplista, 10-1, 13-4
 - e ambientalismo, 9-11, 13-4
 - e antiluminismo, 16
 - e antropogeografia, 9-17, 26-8, 32-107
 - e antropologia, 7
 - e causalidade, 13
 - e concepção do homem, 10-1
 - e concepção de progresso, 17, 21-4
 - e concepção de território, 9, 23-5, 73-82
 - e dedução, 13
 - e determinismo geográfico, 10-1, 13-4, 27
 - e difusão, 8, 16, 22-3, 83-4, 112-21
 - e Estado, 8, 19, 22, 25-6, 29, 141-50, 175-92
 - alemão, 26
 - e etnografia, 7, 8
 - e etnologia, 8, 108-11
 - e evolucionismo, 116, 129
 - e força da densidade, formulada por Comte, 11-2, 14, 22
 - e geografia, 7-9, 14, 23, 26-9, 83-93
 - do homem, 9, 27-8, 94-107
 - e geopolítica, 8
 - e guerra, 8, 23-6, 141-50
 - e herança geográfica, 27
 - e história, 8, 11, 17-8, 20, 22-5, 71-2, 83-93, 98-100
 - e história como geografia em movimento, 17, 83-93
 - e homem como produto do meio, 10-1, 13
 - e imperialismo, 26
 - e ideal nacionalista, 16, 26
 - e idealismo transcendental, 17
 - e indução, 13, 27, 96-8
 - e leis antropogeográficas, 14-5, 101-5, 175-92
 - e materialismo dialético, 11-2
 - e método científico, 11-4, 17, 26
 - e monografia da Córsega, 151-74
 - e naturalismo, 13-5
 - e objeto da antropogeografia, 9-7, 27-8
 - e observação, 13, 27
 - e pensamento político conservador, 8, 25-7, 130-1
 - e perspectiva relativista da relação homem-natureza, 14
 - e perspectiva telúrica, 9, 23, 26
 - e política, 7, 25-7
 - e positivismo, 7, 11-6, 27
 - e possibilismo, 27
 - e questão das influências, 10-6, 20-3, 27-8, 32-72
 - e relações internacionais, 8, 175-92
 - e sistematização da geografia, 7, 14, 26-7
 - e teoria da história, 8, 18, 20, 88-93
 - e unidade telúrica, 9, 23, 26, 99, 116
 - meta teórica, 8, 9, 14, 17, 26-7
 - metodologia, 11-4, 26-7, 94-107
 - projeto teórico interdisciplinar, 8
 - Raveneau, Louis, 19
 - recursos naturais, 21. V. tb. ambiente regressão, 20, 124-5, 146-7
 - cultural, 20
 - relações internacionais, 8, 175-92

- Ritter, Karl, 10, 14-5, 17, 27, 32-3, 37-41, 45-53, 89-90, 96, 103, 105, 106-7
- Rouche M., 16
- relativismo, 14
- Sauer, Carl, 18
- Schaefer, Fred, 10
- segurança, como condição para a civilização, 21
e sociedade, 21-2, 75
- seleção, artificial, 61
natural, 61
- semicivilização, 134
- Semple, Ellen, 10, 27, 30
- Sêneca, 155
- Sion, Jules, 19, 26
- sociabilidade, como atributo natural, 22
- sociedade(s), 9, 11, 21-5, 73-82, 151-74 V. tb.
ambiente; mobilidade; território
contato entre as, 24-5, 78. V. tb. aniquilação; assimilação; associação; comércio; difusão; expansão; guerra; progresso desigual e oligarquia, 79
e espaço, 23. V. tb. ambiente; território e Estado, 25, 76-9. V. tb. Estado
e isolamento, 151-74
e mobilidade, 9, 74-5
e segurança, 21-2, 75
e território, 23, 73-82, 151-74
evolução da, e ação da natureza, 9, 11, 21-2 fechada, 157-8. V. tb. Córsega
uniforme e democracia, 79
- sociologia e território, 73
- Sodre, Nelson Werneck, 8, 23, 26
- solidariedade mecânica, 22
orgânica, 22. V. tb. coesão social
- solo, influência do, 38, 43-4, 158-66. V. tb. ambiente; Córsega; Terra; território
- Sorre, Max, 22
- Spencer, Herbert, 61
- Spinoza, Baruch, 35
- Taine, Hippolyte, 43-4
- Tatham, George, 9
- teleologia de Ritter, 105-7
- teocracia, 144, 180
- teoria, 8, 9, 14, 17, 26-7
- Terra, 9, 11, 17, 23, 32-72, 112-3, 115 V. tb.
ambiente; espaço; natureza; solo; território
como substrato da humanidade, 9, 11, 23
como teatro da humanidade, 17, 23, 32-72 habitada, 112-3, 115
- território, 9, 23-5, 45-6, 59, 67-8, 73-82, 102-4, 112-21, 157, 175, 186-88. V. tb. ambiente; espaço; Estado; solo; população; sociedade; Terra
aberto, e miscigenação, 59
amplitude do, 46
como fator constante, universal, 80
conceito de, 9, 23
defesa do, 23-5, 77-9. V. tb. guerra
e Estado, 25, 77-9
direito de, 23-4, 175
e Estado, 25, 33, 73-82
e família, 76-7, 157
e progresso, 79-80
e raça, 112-21
fechado, e povo homogêneo, 59
posição, extensão e configuração dos, 102-4, 112-21
- Toynbee, Arnold, 8
- trabalho, 21-4, 78, 131, 136, 143
coletivo, 22
divisão do, 22, 78
e civilização, 131, 136
e Estado, 143
e propriedade, 24
- tradição e civilização, 131, 136
- Tragtenberg, Maurício, 20
- unidade, da espécie humana, 20, 116-7
telúrica, entre ambiente e história, 9, 23, 26, 99, 116. V. tb. ambiente; história
- Unold, J., 37
- variabilidade, lei da, 60, 62
- Vico, Giambattista, 34
- Vidal de La Blache, Paul, 19, 27
- Voltaire (François-Marie Arouet), 35-6
- Wagner, Hermann, 51, 89
- Wagner, Moritz, 15
- William, T., 145-6
- Yates, J., 96
- Zimmermann, E. A., 36-40, 87